



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

FABIANA MARIA DA COSTA

**Trabalho e qualificação profissional no Arranjo Produtivo Local de
Confecções do Agreste de Pernambuco: *a experiência de Toritama***

Recife, 2012.

FABIANA MARIA DA COSTA

**Trabalho e qualificação profissional no Arranjo Produtivo Local de Confeções
do Agreste de Pernambuco: *a experiência de Toritama***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angela Santana do Amaral.

Recife, 2012.

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

C837t	Costa, Fabiana Maria da Trabalho e qualificação profissional no arranjo produtivo local de confecções do Agreste de Pernambuco: a experiência de Toritama / Fabiana Maria da Costa. - Recife : O Autor, 2012. 228 folhas : il. 30 cm. Orientador: Profa. Dra. Angela Santana do Amaral. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2012. Inclui referência e apêndices. 1. Trabalho. 2. Qualificação profissional. 3. Desenvolvimento. I. Amaral, Angela Santana do (Orientador). II. Título. 361 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2013 – 108)
-------	--

FABIANA MARIA DA COSTA

**Trabalho e qualificação profissional no Arranjo Produtivo Local de Confeccções
do Agreste de Pernambuco: a *experiência de Toritama***

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Angela Santana do Amaral (UFPE – Orientadora)

Profa. Dra. Juliane Feix Peruzzo (UFPE – Examinadora Interna)

Prof. Dr. Ramon de Oliveira (UFPE – Examinador Externo)

Profa. Dra. Monica Rodrigues Costa (UFPE – Suplente Interna)

Profa. Dra. Maria das Graças e Silva (UFPE – Suplente Externa)

Ao operário em construção.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha família, a célula que me deu vida e que me renova a cada dia, que me faz sentir fazendo parte de algo realmente grande, em especial à minha mãe, com quem aprendi desde cedo lições preciosas. Ao meu pai José Luiz, pelas lições de humanidade e bondade. À minha irmã, que sempre foi mais que isso, meu porto seguro, e ao meu cunhado “papi”, com quem aprendi as primeiras lições da vida.

Falando em família, agradeço imensamente a Renata, que se tornou minha segunda família desde o momento em que fui trilhar o caminho da vida fora das asas da família. Lembro da gente estudantes, sem saber muita coisa da vida ainda, resolvemos encarar juntas esse desafio e a companhia dela tornou tudo mais leve. Agradeço pelo companheirismo, pelas risadas sinceras, pelas suas constantes palavras de incentivo, mas também quando ela me chamava à realidade nos momentos de fragilidade, quando ela lia meus textos, discutia comigo, se mostrava cada vez mais interessada por essas ideias marxistas, como ela diz “nunca mais pude dormir tranquila”.

Agradeço ao espaço acadêmico e ao privilégio de ter podido estudar em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, pela qual temos que lutar intransigentemente, para que haja alguma possibilidade de futuro melhor, pois sem conhecimento não se constrói nada; não o conhecimento meramente técnico e instrumental, mas o conhecimento crítico, construtivo, criativo. Agradeço também ao Curso de Serviço Social, profissão que abracei, que costumo dizer, não me formou apenas profissionalmente, mas me formou pra vida. Aos trabalhadores, aos quais se direciona a nossa prática profissional, que estejamos sempre atentos na luta pela garantia dos seus direitos, num horizonte emancipatório.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Angela Amaral, que tem me guiado no caminho acadêmico desde a graduação, com quem aprendo sempre, mulher que inspira a outras, pela dedicação com a qual constrói a sua carreira. Agradeço pelas cobranças necessárias, pela sensação de sempre sair de sua sala me sentindo orientada, mas também pela sensibilidade nos momentos necessários.

Também agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (GET), em especial a Profa. Ana Elizabete Mota e demais professores, pesquisadores e

estudantes, pelo incentivo e pelos momentos de estudos coletivos. Falando em GET, não poderia deixar de relembrar Janete, Karina, Analia e Paulinha, a gente nunca mais se largou.

Agradeço a todas as alunas da minha turma de mestrado, em especial a Helo, Michelinha, Aninha, Monikita, Dorinha, Dani, Vivi, Luanne (que deixou saudades), Fernanda, Renata, Creusinha, Katia, Nath, Tanany, laços de amizade que se estenderam para além daquele espaço.

Em especial agradeço a Heloisa Bandeira, grata surpresa nesse mestrado, amiga querida que fiz, dessas que ficam pra sempre, agradeço pela sua alma gentil e sensível, ela me faz ainda acreditar na generosidade humana. Agradeço pela companhia, pelas palavras que sempre fazem um afago na alma, pela força que ela nem sabe que tem. Engraçado que com ela, cearense arretada, descobri um novo Recife, como ela faz questão de dizer (rsrrsrs).

Também agradeço às minhas amigas da vida inteira, Sarah, Lilian, Paula, Simone, Edileine com quem sempre aprendo muito, pessoas que simplesmente amo, que entenderam as minhas ausências nesses momentos de dedicação ao mestrado, mas que sempre me deram força e carinho.

A Paulete e a Barbara, pelo carinho estampado em seus sorrisos e pelas pessoas maravilhosas que são.

Agradeço ainda a toda a equipe do IMIP, em especial a Leila, que tão brilhantemente conduz a “melhor equipe de assistentes sociais”, e a Leidinha, Ítala (Babilônia), Joelma, Carlinha, Elaine, Adri, Gleice, Fabi, Ju, Mayara, Lu, Lais, Nath, Felipe, Amanda, Karina, companheiros maravilhosos de trabalho, de quem sentirei muita saudade. Também a equipe multiprofissional, Nahami, Julia, Flavia, Erica, Stephanie, Thalita, Nat, pessoas que tornaram o cotidiano de trabalho mais agradável.

A Paulinho e Raphinha, amigos queridos, pela alegria com que vivem a vida.

Aos professores Juliane Peruzzo e Ramon de Oliveira, pela disponibilidade em estarem na minha banca de defesa e pelas relevantes contribuições que estão oferecendo a esse trabalho.

Às fofas Danuta, Juccy, Ju Perazzo, e Katlyn, amigas da amiga... que já viraram amigas.

*Dormia a nossa pátria-mãe tão distraída
Sem perceber que era subtraída
Em tenebrosas transações.*

Chico Buarque, *Vai Passar*

RESUMO

A presente pesquisa consiste em uma análise acerca da relação entre trabalho e qualificação profissional no Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste/PE, especificamente no município de Toritama, conhecido como a capital do *jeans*. As ações de qualificação profissional nessa realidade integram uma estratégia mais ampla para construção de consensos em face da problemática do desemprego na periferia do capitalismo. Neste sentido, pudemos perceber que essas ações empreendidas, principalmente, pelos aparelhos privados de hegemonia do capital, com a anuência do Estado, têm atuado no sentido de construir hegemonia em torno de uma nova cultura do trabalho fundada na perspectiva do empreendedorismo, da liberdade e da autonomia do trabalho. Todavia, esta perspectiva se constrói às custas do trabalho precário e desprotegido, mas sob o discurso da inclusão produtiva dos trabalhadores. O APL, inspirado na experiência italiana dos distritos industriais, se apresenta enquanto terreno de estruturação da política de qualificação profissional, a qual é considerada de extrema relevância nesta realidade, posto que tomada como meio de proporcionar o desenvolvimento local e assumir um caráter de política regional. No interior dessa proposta, a questão da qualificação profissional, enquanto difusora de novos conhecimentos, adquire uma importância fundamental nos discursos dos seus interlocutores, sendo assinalada como capaz de difundir e desenvolver inovações e aprendizado constantes. No entanto, o que podemos identificar, através da nossa pesquisa, é a prevalência da precarização e superexploração do trabalho nessa realidade, com a presença de formas heterogêneas de trabalho, que combinam o trabalho arcaico e informal com o moderno, que não conferem, primordialmente, um lugar estratégico ao conhecimento mais complexo e integral nesta região. As instituições do Sistema S e as representativas do empresariado local compuseram o nosso universo de pesquisa, juntamente com instituições públicas e privadas de ensino superior, bem como alguns trabalhadores de facções e de empresa formal, de forma complementar. Como procedimentos metodológicos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os representantes das instituições referidas e com os trabalhadores, a fim de identificar os conteúdos ideo-políticos presentes nos discursos em torno das ações de qualificação profissional.

Palavras-chave: Trabalho. Qualificação Profissional. Arranjo Produtivo Local. Desenvolvimento. Precarização.

ABSTRACT

The present search is an analysis about the relation between work and professional qualification in Local Productive Arrangement of the Wasteland Clothing / PE, specifically in the municipality of Toritama, known as the capital of jeans. The actions of professional qualification in this reality are part of a strategy to develop consensus in the face of the problem of unemployment in the periphery of capitalism. In this sense, we perceive that these actions undertaken mainly by private apparatus of hegemony of capital, with the consent of the State, have worked to construct hegemony around a new work culture based on the perspective of entrepreneurship, freedom and of professional autonomy. Nevertheless, this perspective is built at the expense of precarious and unprotected, but in the discourse of inclusion productive workers. The APL, inspired by the experience of Italian industrial districts, presents itself as a land of political structuring of professional qualification, which is considered extremely important in this reality, since taken as a means of providing local development and take on a regional policy. Inside this proposal, the question of qualification, while diffusion of new knowledge, acquires a fundamental importance in the discourse of their interlocutors, noted as being able to spread and develop innovation and constant learning. However, we can identify, through our research was the prevalence of over-exploitation and casualization of labor in reality, the presence of heterogeneous forms of work, combining the work informally with the archaic and modern, that do not match, primarily, a strategic knowledge more complex and integral in this region. The institutions of the Sistem S and the representative of local businesses made part up our research universe, along with public and private institutions of higher education as well as some factions of workers of business formal, in a complementary way. The methodological procedures involved semistructured interviews were conducted with representatives of these institutions and workers in order to identify the ideological-political content of the discourse surrounding the actions of professional qualification.

Keywords: Work. Qualification. Local Productive Arrangement. Development. Impoverishment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIASUR - Associação Comercial e Empresarial de Surubim

AD-Diper - Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco

ACIC - Associação Comercial e Empresarial de Caruaru

ACIT - Associação Comercial e Industrial de Toritama

AFAT - Associação dos Faccionistas e Aprontadores de Toritama

ALPF - Associação dos Lojistas do Parque das Feiras de Toritama

APL - Arranjo Produtivo Local

ASCAP - Associação do Confeccionista de Santa Cruz do Capibaribe

BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAF - Corporación Andina de Fomento

CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas

CEFET's - Centros Federais de Educação Tecnológica

CTs - Centros Tecnológicos

Cesit - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho

CIEE - Centro de Integração Empresa Escola

Ecinf - Economia Informal Urbana

CEPAL- Econômica para América Latina e Caribe

EI - Programa Empreendedor Individual

ETF's - Escolas Técnicas Federais

FADIRE - Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional

FIEPE - Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

FHC - Fernando Henrique Cardoso

Fonplata - Fondo Financeiro para el desarrollo de le Cuenca del Plata

Fundaj - Fundação Joaquim Nabuco

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

GET - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

GTP APL - Grupo de Trabalho Permanente para APLs

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

ITEP - Instituto de tecnologia de Pernambuco

IIRSA - Integração da Infra-Estrutura da América do Sul

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MI - Ministério da Integração Nacional

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MIDC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PT - Partido dos Trabalhadores

PPA - Plano Pluri Anual

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PNDR - Plano Nacional de Desenvolvimento Regional

PNE - Plano Nacional de Educação

PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNQ - Plano Nacional de Qualificação

PLANTEC - Plano Territorial de Qualificação

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PEA - População Economicamente Ativa

PIB - Produto Interno Bruto

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

PROEJA - Educação de Jovens e Adultos

IEL - Instituto Evaldo Lodi

PROJOVEM - Inclusão de Jovens

PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional

Propesq - Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-graduação

Proext - Pró-Reitoria de Extensão

REDESIST - Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

RDs - Regiões de Desenvolvimento

SECTEC - Secretaria de Ciência e Tecnologia

SECTMA - Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

STQE - Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESI - Serviço Social da Indústria

SINDVEST - Sindicato da Indústria de Vestuários de Pernambuco

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUS - Sistema Único de Saúde

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UPE - Universidade de Pernambuco

USFs - Unidades de Saúde da Família

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das configurações produtivas nos domicílios de Toritama

Gráfico 2 – Participação em cursos de qualificação profissional

Gráfico 3 - Escolaridade

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor pagado por unidade produzida, Toritama

Tabela 2 – Trabalhadores entrevistados distribuídos por jornada de trabalho semanal, Toritama – 2008

Tabela 3 – Cursos de Aperfeiçoamento

Tabela 4 – Vetores voltados a confecções

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Adolescente trabalhando

Figura 2 – Trabalhadoras em domicílio em facção

Figura 3 – Costureiras em facção

Figura 4 – Facção de aprontamentos

Figura 5 – Lavanderia (criação de design em *jeans*)

Figura 6 – Lavandaria (passadora)

Figura 7 – Lavanderia (tingimento das peças)

Figura 8 – Lavanderia (tingimento das peças)

Figura 9 – Lavanderia (Máquinas de lavar)

Figura 10 – Lavanderia (Tratamento da água)

Figura 11 – Laboratório do ITEP

Figura 12 – Laboratório do ITEP

Figura 13 – Equipamentos de Proteção Individual

Figura 14 – Lavanderia Experimental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
------------------------	-----------

Capítulo 01 - O Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste de Pernambuco na perspectiva do desenvolvimento regional	33
---	-----------

1.1. O debate sobre os Arranjos Produtivos Locais (APLs) na realidade brasileira	33
1.1.1. O Arranjo Produtivo Local e a perspectiva do desenvolvimento regional	45
1.2. Trabalho e precarização em Toritama	59
1.2.1. A superexploração do trabalho como base da produção em Toritama.....	77
1.3. A estruturação da qualificação profissional no Arranjo Produtivo Local (APL)	81

Capítulo 02 - Novas conformações da política de qualificação profissional e sua configuração no APL de confeções do Agreste de Pernambuco	91
--	-----------

2.1. As relações entre qualificação profissional e trabalho na contemporaneidade.....	91
2.2. Formação profissional: do capital humano à empregabilidade.....	98
2.3. A qualificação profissional no Brasil, na conjuntura dos anos 1990 e 2000	103
2.4. A estrutura institucional das ações de qualificação profissional no APL de Confeções do Agreste.....	117
2.4.1. A atuação das instituições locais para promoção da qualificação profissional.....	117
2.4.2. A qualificação profissional para os trabalhadores formalizados.....	123
2.4.3. A intervenção das Instituições de Ensino Públicas e Privadas na formação dos trabalhadores.....	126

2.4.4. A intervenção do Sistema S no Pólo de Confeccões do Agreste.....	139
2.5. A incipiente intervenção estatal e o direcionamento privado às políticas de qualificação profissional.....	151
Capítulo 03 - A formação de consensos em relação à nova cultura do trabalho.....	156
3.1. As formas de construção de hegemonia nos processos de educação profissional.....	156
3.2. O discurso sobre a formação profissional para o desenvolvimento local no APL de Confeccões do Agreste.....	164
3.3. O perfil de trabalhador que se pretende formar para esta realidade.....	169
3.4. O incentivo ao empreendedorismo e a construção de uma nova cultura do trabalho.....	173
3.4.1. O SEBRAE e o Programa Empreendedor Individual: estratégias de construção de uma “nova pedagogia da hegemonia”.....	182
3.4.2. O SEBRAE enquanto agente difusor da ideologia empreendedora no APL estudado.....	187
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
REFERÊNCIAS.....	202
APÊNDICE.....	214

INTRODUÇÃO

A presente dissertação apresenta os resultados da pesquisa que teve como objetivo analisar as ações voltadas à formação profissional dos trabalhadores do Arranjo Produtivo Local de Confeções de Pernambuco, conhecido como Pólo de Confeções do Agreste¹, especialmente do município de Toritama, assim como o conteúdo ídeo-político que as fundamenta. Nossa compreensão é a de que essas ações fazem parte das estratégias de desenvolvimento econômico implementadas pelo Estado e possuem uma dimensão política que carrega um forte viés ideológico, expressa na ideia da existência de uma nova cultura do trabalho na região. Esta cultura vem se gestando no âmbito das relações e organização do trabalho, orientada sob bases técnico-científicas e formuladas, principalmente, pelo sistema S. Mas, ela também se espraia no âmbito da subjetividade dos trabalhadores envolvidos, seja na experiência de trabalho por conta própria, desenvolvido nas facções e nos fabricos, seja no trabalho formalizado nas empresas contratantes.

A investigação está sintonizada com os debates contemporâneos realizados pelo Serviço Social e se vincula a uma das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): *Serviço Social, Trabalho e Questão Social*.

A formação da força de trabalho tem sido enfatizada como um importante elemento para o desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local (APL), por seus interlocutores, sendo considerada como promotora da inovação e da difusão do conhecimento necessários aos novos processos da produção e ao desenvolvimento do arranjo.

As aproximações realizadas junto à realidade do Pólo de Confeções, em especial ao município de Toritama, nos mostraram que há uma forte heterogeneidade nas formas em que se realiza o trabalho neste APL, sendo observadas, no mesmo espaço, formas modernas e arcaicas de trabalho, que implicam maior ou menor grau de qualificação profissional e, mais, implicam uma

¹ O Pólo de Confeções na região Agreste de Pernambuco é formado, de acordo com o Sindicato da Indústria de Vestuários de Pernambuco (SINDVEST), por oito municípios: Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Cupira, Riacho das Almas, Surubim, Agrestina e Taquaritinga do Norte, que desenvolvem a produção têxtil e de confecção, sendo o segundo maior produtor de confecções do país.

qualificação que também está voltada à formação de um determinado perfil de trabalhador e de uma determinada cultura do trabalho.

O interesse pelo presente tema de pesquisa surgiu a partir de primeiras aproximações junto ao APL e ao município de Toritama, através da participação no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (GET), do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, que tem direcionado seus estudos para conhecer a dinâmica dos Arranjos Produtivos Locais no interior do desenvolvimento capitalista, especificamente a relação entre as condições de trabalho e o desenvolvimento social no município de Toritama.

A escolha do município de Toritama como campo de pesquisa se relaciona ao fato de este ser apontado como referência de desenvolvimento local na região, bem como pela intrigante e contraditória relação que esse desenvolvimento possui com a realidade com a qual nos deparamos desde nossos primeiros contatos com a mesma. Se, por um lado, a cidade é apresentada como referência nacional na produção do *jeans*, o que possibilita um evidente crescimento econômico, por outro lado pudemos perceber que esse crescimento tem uma relação dialética com as precárias condições em que se realiza o trabalho no referido APL.

Na mesma trilha de investigação, é importante destacar que esta preocupação com as ações de qualificação profissional nos *nichos* de desenvolvimento do estado já faziam parte da minha formação profissional, quando realizei pesquisa de iniciação científica durante a graduação em Serviço Social, momento em que pude discutir sobre as estratégias de qualificação profissional voltadas aos empreendimentos produtivos de Suape/PE. Nesta pesquisa ficou evidente a centralidade conferida a esta política como forma de garantir a inserção dos trabalhadores desempregados no mercado de trabalho, tendo sido utilizada, em grande medida, para mistificar as questões que envolvem os “sentidos” do trabalho na atual configuração capitalista, na qual o direito ao trabalho protegido não tem sido garantido.

No caso dos APLs, os argumentos presentes nesta experiência atribuem ao conhecimento a capacidade de promover a descoberta e a experimentação de novos materiais e técnicas, bem como de criar uma “agregação cognitiva”, a fim de contribuir com a criação de uma comunidade produtiva (Carmona, 2006).

Comparece nessa discussão a afirmação de que estamos vivenciando uma nova etapa do capitalismo, marcada pela introdução de um conjunto de inovações

tecnológicas que exigem novas modalidades de conhecimentos, o que tem levado muitos autores a definirem esta como sendo a *Era do Conhecimento*, ou seja, o conhecimento e suas formas de disseminação estariam assumindo uma posição extremamente relevante na atualidade, visto serem elementos fundamentais na dinâmica da nova ordem mundial em conformação, já que são os principais condutores e possibilitadores das inovações requeridas pelo capital.

A proposta do APL, na realidade brasileira, tem inspiração no modelo italiano dos distritos industriais localizados no sul do país, que surgiram como uma forma de enfrentar a crise pela qual a Itália atravessava, numa perspectiva de romper com o modelo das grandes corporações e da competitividade. A Proposta dos distritos estava balizada nas noções de pequena empresa, cooperação, inovação e território.

Na nossa particularidade, o APL se insere numa lógica mais ampla de desenvolvimento regional e aparece como uma experiência de desenvolvimento para “países em desenvolvimento”, principalmente pela promessa de combinar ações econômicas com melhorias sociais capazes de proporcionar dinamismo para as economias locais, gerando renda e desenvolvimento social na localidade.

No Brasil, a proposta é incorporada enquanto política pública de estímulo ao desenvolvimento regional. No estado de Pernambuco, levantamento realizado pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), 2010, elencou 08 (oito) APLs, os quais fazem parte de listagens/mapeamentos estaduais e recebem políticas específicas de APL, são eles: APL de Tecnologia e Informação do Recife; APL do Gesso da Região do Araripe, APL de Confecções do Agreste Pernambucano; APL de Vitivinicultura do São Francisco Pernambucano; APL de Fruticultura Irrigada do São Francisco Pernambucano; APL de Apicultura no Araripe; APL de Piscicultura das Regiões de Desenvolvimento (RDs) do Sertão de Itaparica e do Agreste; e APL de Laticínios do Agreste Pernambucano.

Ao longo dos últimos anos, tem sido crescente os discursos que apresentam a importância dos APLs como mecanismo de desenvolvimento socioeconômico por parte instituições governamentais e não-governamentais de Pernambuco. Também é crescente a atenção que vem sendo dispensada pelas instituições – em nível nacional, estadual e local -, a essa nova forma de produção que se realiza na realidade sócio-econômica local.

Segundo Nota Técnica da REDESIST (2010), “Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio nos Arranjos Produtivos

Locais Pernambuco”², as ações direcionadas aos APLs em Pernambuco remontam há pouco mais de meia década.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de Pernambuco (2005 *apud* idem), estão presentes na localidade o governo do Estado e o próprio SEBRAE, apoiando a estruturação e o desenvolvimento de empresas em APLs com base em inovação. A estratégia é de dar sustentação às iniciativas locais procurando “envolver esses setores e torná-los protagonistas no processo de governança local do APL”³.

Ainda segundo a nota da REDESIST, tratando da particularidade do APL de confecções do Agreste, assinala-se que nele funcionam cerca de 12 mil empresas que empregam 76 mil pessoas e produzem mais de 6 milhões de peças ao ano. O setor de confecções de Pernambuco é o terceiro maior do Brasil, ficando atrás apenas dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Ele responde por cerca de 13% do setor no país e representa aproximadamente 7% do PIB de Pernambuco, correspondendo a uma média de R\$ 1,7 bilhão ao ano. Esses números demonstram o tamanho e a importância econômica do Pólo.

No APL de Confecções do Agreste é verificada a articulação de diversos agentes públicos e privados, quais sejam: Empresas de confecções; Facções⁴; Associações e sindicatos (Associação do Confeccionista de Santa Cruz do Capibaribe – ASCAP⁵; Sindicato das Indústrias do Vestuário – SINDIVEST/Caruaru⁶;

² A nota integra o Projeto de Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste.

³ Segundo o documento da REDESIST, “o posicionamento adotado pelos agentes públicos tem como princípio a redução gradual do aporte de recursos públicos. Assim, a escolha dos APLs locais do governo do Estado foi demarcada por uma metodologia proveniente da definição das Regiões de Desenvolvimento (RDs) de Pernambuco ainda no período 1999-2002 que foi estendida para o período 2003-2006 e ainda vem sendo usada no pelo governo atual com outra denominação. Nesse sentido algumas iniciativas de APL foram destacadas no Plano Pluri Anual (PPA) 2004-2007 para o Semi-Árido de Pernambuco como as ações de apoio aos APLs de confecção, bovinocultura de leite, caprinovinocultura, fruticultura irrigada, gesso, indústria moveleira, vitivinicultura, além daquelas relacionadas à infra-estrutura (aeroportuária, hídrica, do gás natural, rodoviária e elétrica), turismo e cultura (circuito pernambucano de artes cênicas e festa da uva e do vinho), desenvolvimento local e apoio a ações a cargo do setor privado (PCPR ou Projeto Renascer e Programa de Logística - articulando os portos e aeroportos do Litoral aos de Petrolina, que se situa na ponta extrema do Sertão)” (p. 12).

⁴ “São empresas que realizam uma parte do processo de produção das confecções. Elas são sub-contratadas por essas últimas para realizar diversos tipos de tarefas, tais como: costurar bolsos, punhos, golas, travetar, aplicar acessórios, bordados, limpeza de peças, etc.” (REDESIST, 2010).

⁵ “A ASCAP foi criada quando um grupo de confeccionistas do município decidiu organizar-se em torno de um objetivo comum, qual seja: ter um espaço reservado para a troca de opiniões e experiências de modo a expandirem seus próprios negócios e, conseqüentemente, trazerem benefícios para a economia da cidade. Tais empresários perceberam a necessidade de associação das forças empreendedoras local para enfrentar às novas exigências mercadológicas, que

Associação Comercial e Empresarial de Caruaru – ACIC⁷; Associação Comercial e Industrial de Toritama – ACIT; e Associação dos Lojistas do Parque das Feiras de Toritama – ALPF; Sistema C&T que no caso do APL de confecções conta com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP) e instituições de ensino superior; SEBRAE; Governo: prefeituras municipais, a então Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectma), Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD-Diper); pelo Movimento Pró-Caruaru; Banco do Nordeste; Banco do Brasil; Caixa Econômica; Prefeituras; Promotoria de Toritama; Associação Brasileira da Indústria Têxtil/ABIT; entre outros.

Localizada no interior desse APL e especializada na produção do *jeans*, a cidade de Toritama tem sido destacada como um “modelo de desenvolvimento regional”, principalmente pelo desenvolvimento econômico que tem apresentado – o seu PIB, apesar de não ser expressivo em números absolutos (R\$ 116,970 milhões em 2012), é o que mais tem registrado crescimento no *ranking* estadual. Destaca-se no ramo das confecções, principalmente na produção de *jeans*, sendo responsável atualmente por 16% da produção do *jeans* fabricado no país (SEBRAE/PE *apud* Lacerda, 2010).

Localizada a 170 km da cidade do Recife, concentra cerca de 75% da atividade industrial no ramo de confecções do estado. Possui, de acordo com a prefeitura local, 2.500 fábricas de confecção – a maioria doméstica – que geram cerca de 25 mil empregos diretos e produzem uma média de 60 milhões de peças em jeans por ano (LACERDA, 2010).

forçosamente requereriam maior profissionalismo dos agentes locais. Esta associação reúne empresários do setor de produção de confecções propriamente dita e empresas do setor de comércio e de prestação de serviços, todos ligados à confecção” (idem).

⁶ “O SINDIVEST-PE foi criado em 1985 com o objetivo de representar e defender os interesses da cadeia produtiva do vestuário a partir do associativismo. Cabe ainda ao Sindicato defender os interesses gerais das indústrias do setor e representá-las perante o poder público, colaborando com o mesmo no estudo e solução de assuntos que possam interessar às empresas representadas” (idem).

⁷ “A ACIC, fundada em 1920, é a associação patronal mais antiga do Arranjo, a líder. Considerada a maior entidade institucional desta natureza no estado de Pernambuco, estimulou a criação da ACIT, ASCAP e ACIASUR (Associação Comercial e Empresarial de Surubim), através da sua atuação no âmbito empresarial, do seu exemplo de importância na consolidação e expansão do segmento confeccionista caruaruense. É uma entidade multisetorial, com associados dos ramos industrial, comercial e de serviços. Sua origem está associada à carência de apoio governamental, tanto da esfera municipal como da estadual. Inspirados no projeto “empreender” do Sebrae, os membros da entidade criaram no ano de 2000 as chamadas Câmaras Setoriais, com o intuito de aumentar a capacidade competitiva dos confeccionistas do Arranjo. Desde a sua criação a ACIC tem experimentado uma franca expansão e atualmente tem, aproximadamente, 750 sócios ativos (120 são do setor têxtil), dispondo de 13 Câmaras Setoriais” (idem).

O Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco, que ao longo da década de 90 produzia peças de baixa qualidade voltadas a um mercado regional pouco exigente, atualmente tem despontado como importante Pólo produtor de vestuário, inserindo-se num cenário de valor agregado mais elevado, passando a explorar os conceitos de moda e suas especificidades.

Até a década de 1970, a principal atividade em Toritama consistia na pecuária e na produção de calçados. Só a partir desse período é que o município passa a se dedicar ao ramo da produção de confeções de vestuário, seguindo o exemplo de Santa Cruz do Capibaribe, cidade vizinha.

Em Toritama, o maior *lócus* de escoamento da produção é o Parque da Feira, um galpão com aproximadamente 500 boxes, no qual também há uma área coberta que abriga bancas de venda, temporariamente, em dias de feira, que começa na segunda-feira e tem seu ponto alto às terças-feiras, quando o fluxo é muito intenso e atrai vendedores e compradores da região e de outros municípios. As lojas maiores e de *grife* também se instalam na região do parque, que ainda é utilizado para eventos, como o “Festival do Jeans de Toritama”⁸.

O crescimento econômico do município tem atraído uma massa de trabalhadores das cidades circunvizinhas, atraídos pela proposta de oportunidades de ocupação que o município proporciona. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), município com menor território do Estado - 34,8 km², Toritama teve o maior aumento populacional no período de 2000 a 2010, de 21.800 habitantes, em 2000, saltou para 35.554, em 2010 –, um aumento de 63,4% em dez anos.

Quase toda a população do município, bem como a população flutuante, encontra-se ocupada no ramo da confecção. Cerca de 93% da população local está inserida na cadeia produtiva de confecção de *jeans*; no entanto, é interessante observar que deste total, apenas 9,64% se encontra na formalidade (LACERDA, 2010).

A quase plena ocupação da população de Toritama contrasta com a qualidade do trabalho que é oferecido aos trabalhadores da região, já que em sua grande maioria trata-se de ocupações sem vínculos empregatícios formais, caracterizando-se como um trabalho desprotegido, sem garantias trabalhistas. Pode-

⁸ O evento está em sua 11ª edição no ano de 2012, no qual são realizadas exposições das peças produzidas na região, desfiles, *workshops*, palestras, cursos, com o objetivo de dinamizar as vendas.

se conjecturar que, na realidade, são as condições em que se realiza o trabalho neste arranjo que tem propiciado seu desenvolvimento econômico.

Nos primeiros contatos com a realidade de Toritama, chamou-nos a atenção a heterogeneidade que permeia as relações de trabalho, sendo fortemente visíveis expressões de trabalho precário, flexível, principalmente sob a via da informalização e do trabalho domiciliar.

A produção ocorre, predominantemente, de três formas: em empresas, em facções e/ou no próprio domicílio do trabalhador, sendo mais fortemente observada esta última forma de produção. Estudo realizado pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) (Gomes; Campos, 2009) identifica que a produção domiciliar ocorre em 37% dos domicílios localizados no município⁹, que vão desde pequenas oficinas mais ou menos improvisadas até o típico trabalho domiciliar¹⁰.

No município, as relações de trabalho informal são marcadas por contratos temporários, sem proteção social ou estabilidade, com baixas remunerações¹¹. Esses trabalhadores são contratados para executarem uma parte da produção, realizando o trabalho no próprio domicílio, geralmente com o envolvimento de todos os membros da família, ou subcontratação de outras pessoas, com intensas jornadas de trabalho para dar conta da produção.

O fato de a maior parte dos trabalhadores encontrar-se trabalhando na informalidade nos leva a refletir sobre o tipo de trabalho realizado no município que, em sua maior parte, é desprotegido, mas que atrai uma significativa quantidade de trabalhadores em busca de oportunidade, principalmente das regiões circunvizinhas, engrossando a fileira de trabalhadores precarizados e dependentes de programas assistenciais, como o Programa Bolsa Família.

O que se pode perceber é que tem sido forte a ênfase no discurso das oportunidades que este arranjo proporciona aos trabalhadores, com a promessa de

⁹ O estudo da Fundaj atesta ainda que 31,5% dos domicílios de Toritama abrigam o típico trabalhador a domicílio, 3% correspondem aos trabalhadores autônomos e os empreendimentos familiares subordinados perfazem 18% dos domicílios e os não subordinados 12%.

¹⁰ Definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT, presente na Convenção 177 da OIT assinada em 1996, a qual “... caracteriza o trabalho a domicílio como a produção de bens ou serviços feita por um indivíduo, no seu domicílio ou em lugar de sua escolha, em troca de salário, sob a especificação de um empregador ou intermediário.” (Lavinias *et. all.*, 2000). Essa convenção não foi ratificada pelo Brasil.

¹¹ Ainda segundo a pesquisa realizada pela Fundaj, o preço médio da unidade produzida pelos trabalhadores, que são assalariados por peça, é extremamente baixo, variando entre R\$ 0,09 e R\$ 0,25.

inclusão produtiva através da ocupação no ramo das confecções. A nosso ver, esse discurso das oportunidades é um artifício com grande teor ideológico que possui um enorme potencial de impacto sobre os trabalhadores, pois pretende convencê-los de que também estão inseridos no ciclo de desenvolvimento do APL, através da possibilidade de ocupação, fazendo-os crer que o projeto de desenvolvimento pode ser partilhado por todos.

Segundo estudo recente realizado por Rodrigues (2010), 23,8% da população local está inserida no Programa Bolsa Família, sendo 54% da população cadastrada no Cadastro Único (instrumento de identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda), ou seja, mais da metade da população é composta por famílias consideradas pobres. Há também uma população flutuante, que se desloca para a cidade apenas durante o dia para trabalhar, retornando às suas cidades de origem à noite.

Este quadro de crescimento populacional acirra, ainda mais, as precárias condições de infraestrutura da cidade, que tem deficitários serviços de urbanização, saneamento e cujas condições ambientais são bastante preocupantes, agravadas principalmente pelas lavanderias que costumam despejar os dejetos da produção diretamente no rio Capibaribe (cada calça de jeans utiliza entre 70 a 90 litros de água).

No entanto, esse quadro tem sofrido algumas alterações, em virtude das fiscalizações realizadas na área. De acordo com matéria do *Estado*, Lacerda (2010), atualmente existem 56 lavanderias formalizadas na localidade, que reciclam 60% da água utilizada e a tratam antes de lançá-la ao Capibaribe.

Quanto à situação educacional no município, de acordo com dados do IBGE, Toritama possui 39 escolas, sendo 16 pré-escolar, 20 de ensino fundamental e apenas 3 de ensino médio. Em relação às condições saúde, o município possui 8 unidades municipais e 5 privadas, e, como já afirmamos, apresenta ainda uma infraestrutura precária e não tem saneamento básico de qualidade.

Essas duas questões foram referidas pelos trabalhadores das facções como as mais deficitárias no município, principalmente em relação ao sistema de saúde. Os trabalhadores entrevistados afirmaram que sempre que necessitam acessar serviços de saúde mais complexos, o fazem nos municípios vizinhos.

Podemos constatar que nessa localidade o desenvolvimento econômico não tem sido acompanhado pelo desenvolvimento social, apesar de todo o discurso que

sustenta o APL como sendo um agente de desenvolvimento social e econômico na região, o que evidencia uma contraditória realidade neste município.

Os serviços públicos na cidade são, de uma maneira geral, bastante deficitários, não sendo visíveis esforços do poder público para a elaboração de uma agenda voltada ao desenvolvimento de políticas e serviços sociais na região, nas áreas de saúde, educação, trabalho, saneamento, etc. O poder público tem priorizando ações em parceria com órgãos privados, no sentido de investir em obras que tragam visibilidade econômica ao município, como a construção, ampliação e manutenção do Parque das Feiras, por exemplo.

Uma explicação para a precariedade dos serviços pode ser encontrada no estudo de Araújo (2006), segundo o qual a arrecadação de impostos decorrente do comércio de confecções é mínima, em virtude, sobretudo, da elevada informalidade apresentada pelas empresas que atuam no setor:

Obviamente a baixa arrecadação municipal, basicamente proveniente do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, cria dificuldades para que a administração pública municipal consiga realizar obras de maior expressão, como calçamento de ruas, coleta de lixo e melhoria da infraestrutura local (ARAÚJO, 2006, p. 109).

O empresariado local, através das suas instituições representativas, também realiza uma dura crítica à atuação do Estado, classificando-o como ausente no sentido de investir em ações que propiciem um maior desenvolvimento econômico no Pólo. Podemos perceber que, diferentemente dos trabalhadores, o empresariado local tem conseguido se organizar no sentido de apresentar suas críticas e reclamar do Estado uma maior intervenção na região em áreas estratégicas à acumulação.

Ainda em relação às condições de trabalho no município, tem sido realizada, mais recentemente, uma série de ações de fiscalização, principalmente por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em relação às relações de trabalho ilegais estabelecidas na localidade, que são majoritárias. Neste sentido, podemos observar um esforço dos agentes públicos e privados no intuito de reduzir a informalidade, através do incentivo a que os faccionistas se formalizem, principalmente através do Programa Empreendedor Individual (EI), que apresenta uma série de “facilidades”, a exemplo da redução dos impostos e a inscrição dos trabalhadores junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Podemos inferir essa como sendo uma estratégia por parte do Estado, uma vez que, além de possibilitar o aumento a arrecadação de impostos para os municípios que compõem o Pólo e conferir certa proteção aos trabalhadores locais, atua fortemente no sentido de legitimar a forma fragmentada e precária que caracteriza a produção naquela localidade, pois, mesmo que os pequenos faccionistas se formalizem individualmente e aos seus empregados, a relação com seus contratantes (as empresas maiores) continuará a ser realizada de maneira informal.

As aproximações realizadas junto ao APL, em especial ao município de Toritama, nos levam a inferir que as formas nas quais o trabalho se realiza no município caracterizam uma superexploração do trabalho, conforme Marini (2005), configurando-se em uma estratégia para a geração de excedente na periferia do capitalismo.

A superexploração combina aumento da intensidade do trabalho com o prolongamento da jornada de trabalho e, ainda, o pagamento de baixos salários, através do assalariamento por peça, negando ao trabalhador a satisfação das condições mínimas necessárias à reposição de sua força de trabalho, impondo à grande parte desses trabalhadores a condição de luta pela sobrevivência, cujo horizonte torna-se cada vez mais o consumo individual, a fim de fazer com que a economia local gire e estimule a circulação, com a criação de um mercado local que consuma os bens produzidos pelo capital na região, em detrimento do acesso à esfera dos direitos sociais.

Entendemos que a informalidade, apresentada nessa realidade via terceirizações e subcontratações, insere-se na produção capitalista como forma de externalização da produção na tentativa de redução dos custos, tanto com infraestrutura, quanto com os direitos trabalhistas. Neste sentido, a opção pela informalização constitui-se numa forma contemporânea de valorização do valor, absorve a parcela sobrança de trabalhadores expulsos da esfera da produção, expandindo-se proporcionalmente ao crescimento do desemprego estrutural.

Essa forma de trabalho é travestida, muitas vezes, de cooperativismo, empreendedorismo, auto emprego, trabalho por conta-própria e outras formas mistificadoras (Tavares, 2004; 2010).

Assim, o trabalho informal se insere estrategicamente na dinâmica capitalista, deslocando o trabalho para outras unidades econômicas, legitimando novas formas

de exploração e ainda com a perspectiva de cumprimento da promessa de liberdade de mercado, em que os indivíduos se encontrariam em condições iguais, como vendedores de mercadorias.

Afirma Tavares (2010, p. 23): "[...] o trabalho informal, além de não constituir uma esfera de produção independente, vem sendo utilizado em larga escala por empresas do núcleo capitalista, sob a forma de trabalho assalariado por peça".

A partir dessa afirmativa pode-se compreender como, apesar de ser corriqueiro o entendimento do trabalho informal como algo exterior à dinâmica capitalista, esta modalidade de trabalho torna-se funcional ao capitalismo, em sua atual fase de acumulação, no contexto da reestruturação produtiva.

Manter trabalhadores sob relações formais significa ter com eles obrigações que independem das oscilações do mercado. Ao que se deve acrescentar que o trabalho regulamentado, que ainda se realiza no interior das fábricas requer mais maquinaria e mais investimentos em capital. Por essa razão, especialmente nos momentos de crise, o capital engendra estratégias que lhe permitam dispor do trabalhador quando o mercado impuser essa necessidade e livrar-se dele, sem encargos financeiros, quando não lhe for mais necessário (TAVARES, 2004, p. 145).

Estas novas configurações que o mundo do trabalho vai assumindo, as quais são evidentes na realidade de Toritama, têm determinantes que dizem respeito a todo um movimento que o capital tem engendrado no sentido de recuperar suas taxas de lucratividade abaladas desde a década de 70 do século passado, momento em que a crise capitalista viveu o seu ápice.

Nesse período, foi operado um conjunto de transformações no processo produtivo, objetivando a superação do rígido modelo de produção fordista pelo modelo produtivo *toyotista*, com a incorporação da flexibilização na produção. Este modelo provocou uma série de mudanças no processo produtivo, com a incorporação de novas tecnologias, desconcentração da produção e o estabelecimento de novas relações de trabalho, criando-se assim uma nova cultura do trabalho, que é acompanhada de discursos que visam assegurar a manutenção da hegemonia capitalista.

Todavia, entendemos que este movimento seu deu de forma heterogênea no mundo capitalista, cabendo operar mediações com a realidade em estudo, que sofreu de forma diferenciada os impactos das mudanças macroestruturais. O país vivenciou um processo retardatário de industrialização, com a manutenção de um papel de subalternidade na divisão internacional o trabalho, não chegando a

vivenciar, de fato, o *welfare state*. A realidade foi ainda mais perversa na região nordeste do país.

Historicamente, esta região tem apresentado baixos níveis de desenvolvimento, o que acentua as desigualdades regionais. Este quadro começou a ser rediscutido mais recentemente na última década, através das propostas de estímulo ao desenvolvimento regional e de investimentos na indústria do Nordeste, particularmente de Pernambuco, com a presença de vultosos investimentos e instalação de grandes empreendimentos.

Observamos, ademais, que o cenário que envolve o mundo do trabalho na região tem intrínsecas relações com os processos mais gerais de mudanças macroestruturais, que impõem novos paradigmas às relações de trabalho, cujas referências levam à conformação de uma nova cultura do trabalho, balizada, principalmente, pelo incentivo a alternativas individuais de enfrentamento à falta de oportunidade de inserção protegida no mundo do trabalho.

Essas alternativas são fundamentadas, prioritariamente, no discurso de estímulo ao empreendedorismo como forma de inserção autônoma na dinâmica produtiva local.

Percebe-se que está em construção a conformação de uma nova cultura do trabalho, com foco na geração e difusão de exigências consideradas intangíveis naquela realidade, como conhecimento, inovação, e competências complexas. Destaca-se a necessidade de se impulsionar as redes de capacitação e formação de recursos humanos, tais como universidades, escolas técnicas, além das áreas de pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento.

Na pesquisa, chamou a atenção o destaque conferido à necessidade da formação de uma força de trabalho mais qualificada para ser incorporada nos processos da produção, tendo em vista o discurso que evidencia o crescente investimento em tecnologias (informática, equipamentos computadorizados, máquinas de corte mais sofisticadas, etc.) que tem sido realizado no Pólo de Confecções.

No entanto, apesar de serem verificadas algumas formas mais modernas nas relações trabalho, que exigem uma maior qualificação por parte dos trabalhadores, o que predomina são formas arcaicas de trabalho que requerem do trabalhador um conhecimento mais simples, instrumental, que tem sido repassado de maneira informal.

Observa-se uma preocupação das instituições locais, tanto as de ensino como as associações e instituições de classe, no sentido de desenvolver ações voltadas à qualificação profissional dos trabalhadores locais. Tal preocupação pode ser demonstrada pela ampla oferta de cursos específicos para o Pólo.

Ademais, partimos do suposto de que estas ações são construtos sociais e políticos que operam no sentido da formação de um consenso por parte dos trabalhadores, consenso este que deve ser edificado sob novas referências, não mais estabelecidas pelo contrato social vigente na sociedade burguesa, mas pela sua nova forma de operar na ordem social contemporânea: centrada no trabalho precarizado e desprotegido, sem qualquer vinculação à estrutura de proteção social e focada em um determinado perfil profissional cujas características devem estar voltadas à capacidade de aquisição de competências individuais e de formação de empreendedores na região.

Assim, as ações empreendidas pelas instituições presentes neste APL influenciam e são influenciadas pela dinâmica produtiva, no sentido de criar ideias e valores ou, em outros termos, criar ideologias que expressem uma outra cultura do trabalho e forjar um trabalhador de novo tipo.

Neste sentido, o nosso problema de pesquisa consistiu em **indagar à realidade sobre os fundamentos ídeo-políticos que têm orientado as ações voltadas à qualificação profissional dos trabalhadores do Pólo de Confeções, em especial no município de Toritama e identificar como estes fundamentos operam nas práticas reais dos trabalhadores da região.**

Para alcançar os objetivos pretendidos nesta pesquisa, adotamos como procedimentos metodológicos, inicialmente, um estudo exploratório da região com o objetivo de conhecer a realidade local e o mapa das instituições que desenvolvem ações de qualificação profissional direcionadas especificamente ao ramo de confeções.

Conhecidas as instituições, realizamos contatos institucionais a fim de agendar visitas com a finalidade de realizar entrevistas semiestruturadas¹² com seus

¹² De acordo com Cruz Neto (1994), a entrevista semiestruturada corresponde à articulação entre a estruturada, que possui perguntas previamente formuladas, e a não estruturada, que aborda as questões livremente. A entrevista é apontada como importante instrumento de coleta de dados, através dela o pesquisador busca obter informes contidos nas falas dos sujeitos, não devendo ser confundida com uma conversa despretensiosa, nem neutra. Ainda segundo o autor: "Neste sentido, a entrevista, um termo bastante genérico, está sendo por nós entendida como uma conversa a dois com propósitos bem definidos. Num primeiro nível, essa técnica se caracteriza por

representantes. Além das instituições de ensino públicas e privadas¹³, entendemos ser importante incluir no universo de pesquisa as instituições locais que atuam enquanto articuladoras dessas ações¹⁴, uma lavanderia local de referência, bem como sete trabalhadores de facções, a fim de colher informações complementares.

A partir das informações obtidas nas entrevistas, procedemos à análise dos dados, organizada em blocos de acordo com a ênfase evidenciada nos discursos dos sujeitos entrevistados, à medida que as informações fornecidas começaram a se repetir. Entendemos que esses discursos são uma fonte privilegiada para identificarmos os argumentos ideológicos e políticos que fundamentam as ações e suas mediações com a totalidade social.

Foram ainda realizadas pesquisas documentais e coleta de informações em fontes primárias e secundárias de dados, tais como o IBGE, a Fundaj, o SEBRAE, a REDESIST, dentre outros.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro empreendemos uma discussão sobre o conceito de Arranjo Produtivo Local e sua relação com a perspectiva do desenvolvimento regional. Em seguida, discutimos sobre as condições nas quais se realiza o trabalho naquela região, onde destacamos o fato de estas estarem balizadas na precarização e na superexploração do trabalho. Entendemos esse como o terreno no qual se estrutura a política de qualificação profissional nesta realidade.

No segundo capítulo abordamos as relações entre trabalho e qualificação profissional e a forma como essa política vem se estruturando na realidade brasileira e suas mediações com o contexto macroestrutural a partir dos anos 1990, o que nos permite compreender suas particularidades no universo de estudo. Em seguida, apresentamos uma caracterização das instituições de ensino e das ações de qualificação profissional no Pólo de Confecções, assim como realizamos uma

uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Já, num outro nível, serve como um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico" (idem, p. 57).

¹³ Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional – FADIRE de Santa Cruz do Capibaribe; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI de Santa Cruz do Capibaribe e de Caruaru; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE de Caruaru; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC de Caruaru; Instituto de tecnologia de Pernambuco – ITEP / Centro Tecnológico da Moda de Caruaru; Universidade Federal de Pernambuco – UFPE de Caruaru; Universidade de Pernambuco – UPE de Caruaru

¹⁴ Associação Comercial e Industrial de Toritama – ACIT; Associação das Facções e Aprontamentos de Toritama – AFAT; Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Santa Cruz do Capibaribe.

discussão acerca da incipiente intervenção do poder público e o direcionamento privado que tem sido conferido às políticas de qualificação profissional.

No terceiro capítulo realizamos uma mediação fundamental ao nosso estudo com a explicitação das categorias gramscianas de ideologia, hegemonia e consenso, as quais nos permitiram analisar os conteúdos presentes nos discursos dos agentes públicos e dos aparelhos privados de hegemonia, os quais nos revelam a conformação de uma nova cultura do trabalho em consonância com a hegemonia burguesa de manutenção da ordem, que escamoteia o real e, no caso do nosso objeto de estudo, se fundamenta prioritariamente na requisição de novas habilidades e competências que devem estar presentes no novo perfil de trabalhador, tendo como base o estímulo ao empreendedorismo enquanto estratégia individual de sobrevivência, e os valores de liberdade e da autonomia, para justificar o trabalho por conta própria, sem patrão, precário, flexível e superexplorado. .

Por fim, apresentamos as conclusões do nosso estudo, momento em que procuramos articular as questões teórico-metodológicas com os elementos empíricos que aquela rica realidade nos revelou.

CAPÍTULO 01

O Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste de Pernambuco na perspectiva do desenvolvimento regional

1.1. O debate sobre os Arranjos Produtivos Locais (APLs) na realidade brasileira

A discussão sobre os APLs no Brasil tem inspiração na experiência da Terceira Itália, que se transformou num instrumento fundamental da política industrial naquele país, sob os fundamentos da cooperação e da competição. Os distritos industriais italianos apostaram nas modalidades inovadoras de aprendizagem técnica, tendo como base material da produção a dimensão do território, principalmente como infraestrutura cognitiva, capaz de favorecer processos de integração e especialização das pequenas empresas.

Para Porter (1999), os distritos industriais consistem em “constelações” de pequenas e médias empresas – a maioria de base local – que conseguem desenvolver firmas de cooperação produtiva altamente flexíveis, inovadoras e competitivas, com capacidade de penetração nos mercados internacionais.

Os distritos industriais italianos são apontados pelos autores que o discutem conceitualmente como responsáveis pela revitalização da economia daquele país no pós-guerra, momento em que a Itália atravessava uma intensa crise financeira, no marco da crise do modelo fordista de produção. Nesse contexto, se adota um modelo de produção e um mercado de trabalho mais flexíveis, com uma proposta de horizontalidade, que surge como uma alternativa produtiva e se propõe a ser mais eficiente e apresentar maior produtividade.

Seguindo esses mesmos argumentos, o modelo do APL aparece no discurso de vários autores (CASSIOLATO, LASTRES e SZAPIRO, 2000; SILVA e COCCO, 2006) como uma alternativa viável de desenvolvimento regional para a realidade brasileira, apontado como capaz de gerar emprego e renda locais, além de proporcionar crescimento econômico regional.

Os estudiosos do assunto afirmam que os distritos industriais fazem parte do contexto da reestruturação industrial, observado nos países industrializados desde 1975, e que tem sido notável o êxito econômico que acompanha os distritos nestes países. Sengengerger e Pike (1999) afirmam que: “O ressurgimento de pequenas unidades de produção, a difusão da subcontratação e uma reorganização geográfica da economia foram ingredientes essenciais para a transformação da organização industrial” (p. 107).

Elementos que comparecem na discussão dos distritos industriais são representados pela defesa de um papel decisivo da “organização social” para o desenvolvimento, enfatizando a autonomia e a cooperação dos “atores” locais, nas redes locais e regionais; bem como o espírito empresarial competente e uma estrutura industrial diferenciada.

Nessa configuração, desde meados da década de 70 do século passado, há um debate em torno do papel das pequenas empresas enquanto principais responsáveis pela geração de postos de trabalho, sob o argumento de que estas são mais flexíveis, eficientes e capazes de adaptar-se aos requisitos do mercado, enquanto as grandes empresas teriam uma maior dificuldade de adaptação neste novo cenário.

Este movimento, em que as pequenas empresas passam a ser estimuladas, está relacionado a um movimento mais amplo de reestruturação da produção adotada pelo capital. No bojo das mudanças operadas pelo movimento da reestruturação produtiva do capital, intensa e generalizada, pode-se encontrar a origem das pequenas empresas, o que estaria associado às reformas no perfil organizacional das grandes, com sua divisão em unidades menores; com transferências, a exemplo dos licenciamentos e franquias; bem como com a desintegração organizacional e fragmentação das empresas, ou aumento das terceirizações da produção e dos serviços.

A nosso ver, deve haver uma especial atenção ao se refletir sobre esse processo, necessitando-se realizar as devidas mediações com a realidade de países periféricos, como o Brasil, que vivenciaram os processos de reestruturação produtiva de forma diferenciada em relação aos países de economia desenvolvida, apresentando um processo de industrialização dependente e tardio.

Ao tratar da questão da aplicabilidade da experiência italiana em outros países e regiões, Carmona (2006) assevera que o modelo dos distritos, apesar de

não ser totalmente transponível para outras realidades, proporciona, principalmente a países em desenvolvimento como os da América Latina, preceitos variados, como a importância do local, o papel da inovação e do aprendizado¹⁵ no âmbito do território, o destaque à força de trabalho e à qualidade dos produtos como importantes elementos para o crescimento e o desenvolvimento que propicie uma inserção internacional. Para o autor, esse modelo implicaria a visão do desenvolvimento tecnológico em uma perspectiva integral, que inclui a importância da educação, do sistema nacional e regional de inovação, do desenvolvimento social e de novos elementos que coliguem “atores” a redes e variadas tramas sócio produtivas.

O distrito aparece como um modelo de organização social da produção bastante interessante a ser considerado. Seu futuro estará claramente vinculado à capacidade de reproduzir e alimentar ao longo do tempo a complexa combinação de elementos sociais, econômicos e institucionais que lhe permitiram ser um modelo alternativo de produção (de bens e hoje, cada vez mais, de serviços) e de aprendizagem técnica (ibidem, p. 42).

Carmona (ibidem) traz como principais características do distrito industrial:

[...] elevada divisão do trabalho entre empresas (geralmente pequenas e médias) concentradas espacialmente e especializadas setorialmente; processos de inovação de caráter distributivo; relações entre empresas competidoras/colaboradoras; vínculos para frente e para trás, sustentados por relações de mercado e extra mercado, de intercâmbio de bens, informação e recursos humanos; e a importância do território e do “ambiente” (apoio institucional, redes de confiança, compromisso cívico e capital social) como suportes do desenvolvimento e da criação e difusão de conhecimento (Brusco, 1990; Dei Ottati, 1997; Becattini, 1991; Putnam, 1993; Rabelotti, 1997) (ibidem, p. 15).

Neste sentido, os distritos industriais são caracterizados como potencializadores do desenvolvimento local e regional contínuo, pois estariam interessados e comprometidos com o *desenvolvimento regional endógeno*.

Ainda segundo Carmona (ibidem), o desenvolvimento dos distritos industriais italianos têm enfrentado desafios no que diz respeito à inovação tecnológica, às mudanças institucionais e à sua inserção especializada nas redes internacionais de divisão do trabalho. O autor referencia a capacidade de gerar redes locais de

¹⁵ De acordo com a Redesist (2003), inovação e aprendizado interativos constituem-se como fonte principal para difusão do conhecimento e ampliação da capacidade produtiva e inovativa das empresas e organizações.

organização flexível da produção e de desenvolver modalidades inovadoras de aprendizagem como características que distinguem os distritos industriais.

A geração de redes locais é um aspecto a ser problematizado quando se pensa em experiências brasileiras, como a do APL de Confecções do Agreste pernambucano, no qual praticamente não se observam articulações entre os trabalhadores, não havendo espaços de organização coletiva desses sujeitos, ou havendo apenas espaços incipientes, principalmente porque esses trabalhadores se inserem nesse contexto predominantemente subordinados às empresas maiores, marcados pela fragmentação no território.

Os poucos espaços de articulação dos trabalhadores locais, a exemplo da Associação dos Faccionistas e Aprontadores de Toritama (AFAT), não conseguem ampliar o debate para os interesses mais gerais dos trabalhadores, em relação às suas condições de trabalho e de vida, não sendo identificada uma organização coletiva capaz de construir uma identidade de classe.

Na discussão sobre os distritos industriais é destacada ainda a importância da chamada governança¹⁶, que, segundo seus interlocutores, permite revalorizar a especificidade produtiva dos territórios e favorecer processos de auto-organização competitiva dos “atores” locais.

Sobre esse aspecto, percebemos em nossa pesquisa que a chamada governança, no sentido que lhe é atribuído pelos autores que a trabalham conceitualmente, tem se restringido à articulação do empresariado local e de suas entidades de classe, na defesa de seus interesses, tendo em vista formar uma estrutura básica que lhes permita agregar competitivamente.

O termo aparece, inclusive, nos discursos dos sujeitos da pesquisa de forma bastante abstrata, não havendo uma clareza da parte destes sobre o que o termo propõe conceitualmente, em relação à possibilidade de experiências democráticas e ações coletivas serem estabelecidas nos APLs.

¹⁶ Por governança, Carmona (2006) entende como um novo estilo de governo, diferenciado dos modelos tradicionais centralizados e hierarquizados, que se caracteriza pela interação e cooperação entre diferentes “atores” públicos e privados na tomada de decisões, devendo se considerar a importância dos sistemas de valores, princípios e normas, formais e informais, para a determinação de uma política pública peculiar em termos de “atores”, procedimentos e meios legítimos de ação coletiva. Afirmar ainda que a governança tem um caráter bem evolutivo, pois permite pensar na estreita relação entre negociação e implementação de políticas; supõe processos dinâmicos de aprendizagem, melhoramento contínuo e desenvolvimento interativo dos componentes da rede em nível local e regional.

Defensores da aplicabilidade dos conceitos presentes nos distritos, autores como Urani, Cocco e Silva (1999) argumentam que em um mundo em que o emprego torna-se cada vez mais escasso, o debate em torno das pequenas empresas e da geração de postos de trabalho tem sido cada vez mais pertinente, tomando-se como referência os exemplos dos já aludidos distritos italianos, cuja configuração flexível tem assegurado respostas ágeis às flutuações quantitativas e qualitativas na demanda.

Os autores afirmam:

Acreditamos que, para o Brasil, onde estes imperativos são prementes (perante a grandiosidade da dívida social e diante da tímida atuação do governo central para atenuá-la), pensar o modelo italiano significa pensar em alternativas concretas que possam subsidiar a intervenção dos poderes públicos locais que contemplem também as comunidades de baixa renda circunscritas em seus territórios (URANI; COCCO; SILVA, 1999, p. 16).

Assim, para além de serem pensadas como alternativas possíveis de superação das dificuldades econômicas e sociais, as pequenas e médias empresas são apreendidas como eixo fundamental e estratégico para o desenvolvimento econômico local. Esses autores reconhecem que, na realidade brasileira, as condições do mercado de trabalho, que excluem uma grande parte dos trabalhadores da formalidade e dificultam a possibilidade de construção de uma cultura política que reivindique melhores condições de trabalho, requerem um sério enfrentamento.

A perspectiva do desenvolvimento local ainda inclui a discussão de conceitos como o de capital social¹⁷, que passa a permear os discursos dos organismos internacionais, dos governos e das organizações não-governamentais, sustentando as ações do poder público em prol do desenvolvimento local.

De igual forma, também se invoca nessas experiências a noção de capital humano (SCHULTZ; BECKER, 1960 apud FRIGOTTO, 1995), que evidencia a importância do investimento em educação e treinamento para os trabalhadores, fatores apontados como determinantes para os níveis de produtividade. O requerimento de tais habilidades tem relação com o processo de flexibilização da

¹⁷ Uderman (2008) utiliza-se do seguinte conceito de capital social: "Definido como o conjunto de informações, normas e confiança recíproca que integra uma rede social capaz de facilitar a ação coletiva e ordenada voltada para o mútuo benefício de seus membros (WOOLCOCK, 1998, p. 153-155)" (UDERMAN, 2008, p. 242). Esse conceito é tomado como forma de tentar homogeneizar as experiências sociais mediante "uma parceria mais intensa e de uma cooperação mais estreita entre comunidade fortalecida e governo" (D'ARAÚJO, 2003, p. 61).

produção e com o incentivo à promoção de pequenos empreendimentos, que demandam conhecimento intensivo, apoio à formação de redes e a consolidação de aglomerados produtivos locais (ibidem apud PORTER, 1993; ERBER; CASSIOLATO, 1997; CASSIOLATO; SZAPIRO, 2000).

Com base na experiência dos distritos industriais italianos, são formuladas recomendações e propostas de políticas públicas direcionadas à qualificação da força de trabalho e formação de redes, *clusters*, Sistemas Locais de Inovação e Arranjos Produtivos Locais¹⁸, que passam a ocupar posição de destaque na agenda do desenvolvimento regional brasileiro.

Neste contexto, começa a ser incorporada pelos diversos organismos internacionais preocupados com o tema do desenvolvimento, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e a Organização das Nações Unidas (ONU), a ideia de que o Estado deve ser o principal mobilizador do desenvolvimento, com o fortalecimento de redes e habilidades em nível local, baseado nos conceitos de capital social e humano, discurso esse sustentado num plano não-econômico e não-mercantil.

Para Uderman (ibidem), essa percepção que visa congrega elementos vinculados a bens públicos, redes sociais e cultura, e encobrir os aspectos controversos, ressaltando a confluência de interesses em torno de determinadas intervenções, teria como finalidade principal propor uma nova agenda de desenvolvimento, que não rompe com os velhos paradigmas neoclássicos e não realiza críticas substantivas ao modelo anteriormente defendido.

Desta feita, o modelo do APL emerge no seio da proposta de um “novo desenvolvimentismo”¹⁹, que, dentre outras medidas, tem posto em prática a adoção de políticas de exceção, marcadas pela crescente substituição do direito ao trabalho protegido, amparados na agenda neoliberal, sob a ideologia do auto emprego, do

¹⁸ Temos em Uderman (ibidem), além da definição elaborada pela Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais: “De um modo geral, ‘as noções de arranjos produtivos locais, distritos industriais e *clusters*, aplicados a experiências de desenvolvimento local, envolvem, em maior ou menor grau, concentração de pequenas e médias empresas, em um território geograficamente delimitado’ (CAFORALI; VOLKER, 2004, p. 232)” (p. 243).

¹⁹ O “novo desenvolvimentismo” tem sido apontado como um “Terceira Via”: “[...] uma estratégia de desenvolvimento alternativo aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático”, (grifos do autor) representado por setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo (...) cujo principal objetivo é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora substancial nos padrões distributivos do país (...) um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”” (grifos do autor) (CASTELO, 2010, apud MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2010, p. 40).

empreendedorismo, dos negócios próprios, da acumulação de capital social, da sustentabilidade, mediados pelo discurso das oportunidades, da autonomia e da liberdade de escolha individual. Neste sentido, o APL é apontado como capaz de dinamizar as economias locais, fazendo girar com maior rapidez a produção e a circulação, potencializando o consumo.

Neste contexto, tem havido uma maior preocupação por parte dos organismos internacionais, principalmente do Banco Mundial, em estabelecer como condicionantes para o investimento nos países em desenvolvimento, a valorização dos aspectos sociais e culturais, como uma forma de conferir um “rosto humano” ao capital. Essas ideias amparam-se em pensamentos como o de Fukuyama (apud, D’ARAÚJO, 2003), que afirma a importância dos aspectos morais, mobilizadores do capital social, como indispensáveis ao desenvolvimento das organizações. A ideia de alavancar o capital social aparece, portanto, com força nas propostas do APL, como forma de garantir o desenvolvimento.

Além dos investimentos das agências multilaterais de desenvolvimento (BIRD, BID, Banco Mundial), a proposta do APL recebe incentivo de diversos agentes governamentais e não governamentais (SEBRAE, SENAI, SENAC) nacionais, bem como de centros de formação, como a REDESIST, que têm formulado seus próprios conceitos a respeito dos APLs, amparados em arcabouços ideológicos que enaltecem essa modalidade de experiência produtiva, sem realizar, a nosso ver, as devidas mediações com a nossa realidade.

De acordo com o SEBRAE:

Os APLs – Arranjos Produtivos Locais – são aglomerações de empresas com a mesma especialização produtiva e que se localizam em um mesmo espaço geográfico. As empresas dos APLs mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si, contando também com apoio de instituições locais como Governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Nesta mesma linha de análise, a definição de Arranjo Produtivo Local apresentada pela REDESIST é a seguinte:

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de

representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (REDESIST).

Essa definição tem sido utilizada pelos diversos sujeitos que trabalham a proposta de APL, modelo que tem sido incorporado na política pública como forma de alavancar o desenvolvimento local, sendo apontado como uma estratégia de propiciar o fortalecimento das pequenas empresas, que podem formar um grupo articulado o qual desempenhe um papel importante para a economia da região onde está instalado, sendo propícia a interação entre o governo, associações empresariais, associações de produtores, órgãos públicos, instituições de crédito de ensino e de pesquisa. Além disso, poderia, segundo os discursos desses agentes, tornar os participantes mais articulados, trabalhando de forma cooperativa e trocando informações entre si, gerando melhorias e novas ideias entre todos.

No entanto, não foi exatamente esse o cenário com o qual nos deparamos na realidade estudada, principalmente em relação à perspectiva da cooperação. O que visualizamos foi uma fragmentação dos pequenos empreendimentos, que se veem muito mais como competidores entre si, disputando espaço no mercado local.

Também não nos parece se realizar a incorporação de novas tecnologias nesta dinâmica produtiva, sendo que as inovações tecnológicas incorporadas ficam restritas ao campo dos empreendimentos maiores, utilizado como diferencial de competitividade na região.

Na proposta de valorização do “local”, investe-se em alternativas que se configuram em otimização dos recursos e da produtividade. Segundo levantamento de 2005 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDC), existem 957 APLs implantados no Brasil, envolvendo micro e pequenos negócios e até mesmo médias empresas. O envolvimento do Estado nessas iniciativas consiste, basicamente, em anunciar as propostas de geração de emprego e renda e apresentar essas experiências como alternativa para o crescimento e integração do Estado aos Planos de Desenvolvimento Nacional, bem como coordenar as parcerias realizadas em defesa dessa proposta.

Do ponto de vista do arcabouço jurídico-formal, os APLs brasileiros fazem parte da Política de Desenvolvimento Econômico do Governo Federal e estão incorporados no Plano Plurianual (PPA) desde os anos 2000, no Plano Nacional de

Ciência Tecnologia e Inovação 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013. Destaca-se, particularmente, a criação de uma instância de coordenação das ações de apoio a APLs no país, o Grupo de Trabalho Permanente para APLs (GTP APL), coordenado pelo MIDC, e integrado por 33 instituições públicas e privadas. Estes esforços estimularam a criação de Núcleos Estaduais de Apoio a APLs em cada uma das Unidades da Federação, além de iniciativas privadas de organismos de representação empresarial e de agências internacionais.

Em nível nacional, é o MIDC quem coordena a articulação dos representantes de órgãos públicos e entidades empresariais e agentes financeiros privados, que apoiam os arranjos.

O APL é apontado como um modelo inovador de crescimento assentado no princípio de capacidade empreendedora da população de determinada localidade, que possibilitaria um ambiente favorável à inovação e ao desenvolvimento da auto sustentabilidade²⁰. O documento do GTP APL afirma o seguinte:

Os APLs se apresentam, assim, como caminhos para o desenvolvimento baseado em atividades que levam à expansão da renda, do emprego e da inovação. Espaços econômicos renovados, onde as pequenas empresas podem se desenvolver usufruindo as vantagens da localização, a partir da utilização dos princípios de organização industrial como alavanca para o desenvolvimento local, pela ajuda local às micro, pequenas e médias empresas (PMEs), trabalhando paralelamente estratégias de aprendizagem coletiva direcionada à inovação e ao crescimento descentralizado, enraizado em capacidades locais (MIDC, 2006).

Ainda de acordo com o MIDC, a partir de seu desenvolvimento no final dos anos 90, a abordagem de APLs teve rápida difusão no país, substituindo termos afins na grande maioria das agendas de políticas. Desde então, segundo o discurso governamental, os esforços realizados para o seu entendimento e promoção foram pioneiros e importantes, com um intenso processo de aprendizado e de incorporação de conhecimentos.

Na particularidade brasileira, entendemos que esse modelo tem sido muito mais utilizado como estratégia para minorar quadros de desemprego estrutural, arregimentando trabalhadores de uma determinada localidade em torno de uma

²⁰ Concordamos com o conceito de sustentabilidade trazido por Mota e Silva (2009): “a sustentabilidade apresentou-se como “princípio ético e moral”, por imputar à atual geração a responsabilidade pela preservação das condições de reprodução das gerações futuras. O caráter sedutor e encantador da proposição reside/residiu no apelo à preservação da natureza, ao enfrentamento da desigualdade social e ao comprometimento individual e coletivo da sociedade com o meio ambiente, ignorando as determinações históricas do processo destrutivo” (p. 39).

atividade produtiva que promova renda. O que não determina, no entanto, o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores que se envolvem com tais atividades, que, em sua maioria, realizam uma produção subordinada a empresas maiores que concentram o lucro, ou produzem para uma economia de subsistência.

Assim, a perspectiva apresentada pela proposta de APL, que tem na base territorial a estrutura para a realização da produção, fica comprometida. A exemplo disto, constatamos que no APL universo da nossa pesquisa, em especial no município de Toritama, a produção tem ocorrido de forma difusa, podendo se dar nas empresas, em fabricos ou facções, que se localizam, em sua grande maioria, no próprio domicílio dos trabalhadores. Fato que não garante uma base territorial com estruturas adequadas ao desenvolvimento das atividades que compõem a produção.

O próprio presidente do Sindivest, Adenísio Vasconcelos, afirmou em entrevista ao Jornal do Comércio (2010), que “Existem várias dificuldades que retardam o crescimento do Pólo como: falta de investimentos em infraestrutura, de mão de obra qualificada, de investimentos em tecnologias e a falta de matérias-primas, principalmente a não produção de tecidos”.

Urani, Cocco e Silva (1999) afirmam que o desenvolvimento destes arranjos industriais no país depende da articulação de políticas de caráter transversal, que envolvam parcerias entre diversos “atores” públicos e privados: governos municipais, estaduais, instituições de apoio técnico à atividade produtiva (como o SEBRAE e o SENAI), empresas públicas, ONGs, instituições financeiras, associações de empresários e produtores, etc. Tais políticas são compreendidas como imprescindíveis à efetivação de um ambiente propício à ação empreendedora e, portanto, às dinâmicas de geração de emprego e distribuição de renda.

De acordo com interlocutores da proposta, a transformação dos territórios brasileiros em “lugares” de produção enfrenta, ademais, a problemática da integração de uma enorme massa de trabalhadores ao mundo dos direitos, sob o discurso de que desta forma poderia se fazer com que a cidadania e a produção caminhassem juntas.

Na realidade do estado de Pernambuco, de acordo com Nota Técnica Nº 02 da REDESIST (2010), o governo estadual juntamente com o SEBRAE têm sido os principais catalisadores e articuladores dos esforços para o desenvolvimento dos APLs de Pernambuco, pois são organismos que possuem programas e ações com desenhos específicos para APLs.

No entanto, o documento ressalta que as políticas do governo estadual (e também as federais executadas em nível estadual) para arranjos produtivos ainda precisam ser aperfeiçoadas, visto que seus programas e ações são definidos, em grande medida, por cortes setoriais e não através de um enfoque sistêmico e territorial das atividades produtivas.

A ênfase dispensada aos APLs como vetores de desenvolvimento local com inclusão social, gerador de emprego e renda, no âmbito da política pública em Pernambuco, tem evoluído desde 1999 e é consolidado no Plano Plurianual 2008-2011, da então Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA), que propôs a realização de quatro programas para capacitação, inovação e difusão do conhecimento nas atividades econômicas do Estado²¹.

Ainda de acordo com a referida Nota, o processo que ocorre no Norte e Nordeste, em particular no estado de Pernambuco, tem semelhança com o que ocorre no País como um todo, que tem reconhecida como uma prioridade a necessidade de inclusão produtiva de áreas marginalizadas no processo de desenvolvimento mais geral. Assim, essa política vem sendo compreendida como um poderoso instrumento capaz de viabilizar e alavancar um processo de desenvolvimento com inclusão social.

A nosso ver, a centralidade atribuída aos processos que se realizam no campo micro, como o local, não tem empreendido a mediação que se fazem imprescindíveis à totalidade social. Essas análises não tem levado em consideração o contexto da estrutura e da conjuntura que se coloca atualmente, o qual retira a

²¹ "O primeiro intitulado "Implementação de ações de apoio à inovação, modernização e competitividade no Estado de Pernambuco" tem como objetivo apoiar o desenvolvimento econômico e social do estado de Pernambuco através da integração de ações públicas e privadas visando à inovação, difusão tecnológica e estímulo ao empreendedorismo. O segundo programa, "Implementação e Expansão de Educação Profissional do Estado de Pernambuco" propõe a expansão e melhoria da rede de educação Profissional tecnológica presencial e a distância. O terceiro programa busca promover a divulgação científica e apoio ao ensino de ciência, democratizando o acesso ao conhecimento científico e tecnológico, estimulando o interesse da sociedade, e melhorar o ensino da ciência no Estado. Por último, o Plano Estratégico Ambiental de Pernambuco – Planambiental foca o meio-ambiente e a biodiversidade, com o objetivo de promover a conservação e recuperação do meio ambiente rural e urbano, através de uma gestão participativa, para proteção da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida dos pernambucanos. O programa de "Implementação de ações de apoio à inovação, modernização e competitividade no Estado de Pernambuco" apresenta três ações estratégicas: i) Manutenção e acompanhamento das ações visando o fortalecimento e modernização de APLs – nesta ação o Governo irá realizar a gestão e manutenção dos Centros Tecnológicos das regiões do Agreste Central, Agreste Meridional, Vale do São Francisco e Araripe; ii) Apoio à implementação de ações de TIC, TIB, PI e de outras inovações nas empresas; iii) Formulação e implementação de Planos de Melhoria para a Competitividade dos APLs" (REDESIST, 2010, p. 14-16).

possibilidade de geração efetiva de postos de trabalho qualificados, pois tem centrado exatamente em seu oposto: na desregulamentação, fragmentação e no enxugamento dos postos de trabalho socialmente protegidos.

Apesar de haver instituições voltadas ao incentivo do desenvolvimento local presentes no APL de Confecções do Agreste, a própria Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco atesta a ausência de uma ação efetiva dos poderes públicos na condução de políticas públicas de geração de emprego e renda, como também políticas que abranjam infraestrutura social, econômica e física.

Compreendemos que, nos países periféricos, o desenvolvimento social tem sido pensado como decorrente imediato de um promissor crescimento econômico, que apesar de perceptível em algumas experiências distintas, não chega a representar uma mudança estrutural quando se analisa o contexto mais amplo de desenvolvimento capitalista na contemporaneidade.

Além de não estar alinhada a uma proposta estrutural de desenvolvimento econômico e social no país, enfoca-se o desenvolvimento social como geração de renda, a partir de uma perspectiva empreendedora que focaliza o auto emprego por parte dos trabalhadores. Se estes não encontram mais espaço no mercado de trabalho formal, é criada uma rede de modalidades ocupacionais capaz de absorver essa força de trabalho sobrando, sob formas altamente precarizadas de inserção.

Ao estudar a realidade específica do APL de confecções do Agreste, a análise realizada por Araújo (1999) nos ajuda a refletir sobre a atração que seu território exerce em relação à localização de empresas, que estaria muito mais balizada na possibilidade de utilização intensiva da força de trabalho local. Assim, as empresas estariam buscando se instalar no interior do Nordeste com a finalidade de competir com concorrentes externos (em especial, os asiáticos), tendo em vista a ampla utilização da força de trabalho a baixos preços e com relações de trabalho flexibilizadas (subcontratações, por exemplo).

1.1.1. O Arranjo Produtivo Local e a perspectiva do desenvolvimento regional

Comparece no terreno da discussão acerca da proposta de APL o fato deste modelo se apresentar enquanto partícipe da agenda pública em prol do desenvolvimento regional. A proposta desta política consiste em corrigir as desigualdades e heterogeneidades regionais históricas na realidade brasileira, tendo como base o desenvolvimento no território.

Essa discussão nos parece necessária, tendo em vista a localização do nosso estudo em uma realidade particular, que é a região Nordeste, a qual se constituiu historicamente enquanto periferia em relação ao sul do país. Pensamos, portanto, ser imprescindível realizar as devidas interlocuções entre o que propõe a política pública dos APLs, que se relaciona com a difusão de novos conhecimentos e inovações tecnológicas, com a realidade específica onde se situa o nosso universo de pesquisa, a fim de compreender as relações estabelecidas nesse processo e o lugar que tem sido ocupado pelas novas tecnologias e pela necessidade de difusão do conhecimento.

A proposta de desenvolvimento regional foi apresentada no Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), instituído em 2007. Tal proposta parte do suposto de que o processo de globalização atingiu de forma diferenciada os países em desenvolvimento e suas regiões, potencializando as desigualdades regionais históricas (ARAÚJO, 1999).

Assim, compreende-se que, apesar de ter havido uma aceleração das configurações espaciais e da relação espaço – tempo, algumas regiões ficaram fadadas à estagnação econômica, política e social.

O texto do PNDR expressa essa questão:

Os países menos desenvolvidos são especialmente atingidos pelo ritmo desigual com que as empresas decretam a inclusão e a exclusão de regiões à dinâmica econômica global. Enquanto algumas áreas se tornam plataformas de operação das empresas, herdando atividades produtivas antes localizadas nos países centrais, outras são condenadas à estagnação econômica. Com isso, acentuam-se as desigualdades sociais e regionais e desencadeiam-se fluxos migratórios rumo às regiões dinâmicas, o que acirra conflitos sociais e intensifica as pressões sobre as políticas sociais e o planejamento (PNDR, 2007).

Para compreender a construção dessa e das demais políticas públicas que tinham por objetivo corrigir as distorções regionais, nos apoiamos na análise

realizada por Oliveira (1977), para quem o planejamento surge enquanto forma do Estado intervir sobre as contradições entre a reprodução ampliada do capital nacional e regional, que aparecem como conflitos inter-regionais, não sendo, portanto, marcado pela presença de um Estado mediador, mas de um Estado cooptado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital, a fim de forçar uma homogeneização ou uma “integração nacional”.

Assim, compreendemos que o planejamento não se constitui enquanto uma forma neutra da presença do Estado na resolução das disparidades regionais, mas sim, enquanto forma transmutada da luta de classes, tanto ao nível da reprodução global, quanto ao nível das diferenciações regionais.

O Brasil tem discutido mais intensamente a questão do desenvolvimento e da superação das desigualdades regionais desde a década de 50, através do modelo do desenvolvimentismo, que buscava a superação do subdesenvolvimento por meio de pesados investimentos na industrialização. As políticas de desenvolvimento regional balizavam-se em conceitos de pólos de crescimento e de atração de investimentos. Este modelo começou a dar claros sinais de esgotamento a partir da década de 70 do século passado, momento em que a crise fiscal e a estagnação econômica afligiam a América Latina (UDERMAN, 2008).

A partir de então, a perspectiva do desenvolvimento regional perde relevância, em um contexto mais geral de redução da intervenção pública no bojo de implementação do ideário neoliberal. Só na virada dos anos 1980/90 é que se volta a discutir a necessidade da adoção de ações promotoras de modernização produtiva e integração competitiva, que também oferecessem enfrentamento ao quadro de crescentes disparidades regionais e de degradação das condições de vida da população.

Na conjuntura instalada no país a partir do governo petista (2003-2010), se efetivou a construção do PNDR, que defende a possibilidade do incentivo ao desenvolvimento não se delimitar a regiões que já possuem produção flexível e inovações em sua base produtiva, defendendo que sua integração também ocorra em regiões periféricas. O Plano cita como exemplo o caso do APL de confecções do Agreste pernambucano, que se encontra numa condição de atraso em relação ao desenvolvimento das forças produtivas que empregam as tecnologias mais modernas.

A proposta do APL se insere na proposta de desenvolvimento regional enquanto estratégia de valorização da realidade local, sendo reconhecido como capaz de mobilizar a cooperação, a valorização das identidades locais e regionais e de “incluir”, de maneira participativa, amplos segmentos da sociedade.

A existência de força de trabalho qualificada, a presença de centros de ensino e pesquisa tecnológicos, fornecedores locais de componentes e serviços são considerados aspectos atrativos de atividades e investimentos para determinada localidade. Esses elementos são tratados por Araújo (1999) como fatores de localização *não-tradicionais*; fatores esses que estiveram historicamente localizados no eixo Sul-Sudeste do Brasil.

Comparece também nesta discussão a ideia de desenvolvimento endógeno, sobre o qual, afirma Haddad (2001):

A endogenia é um componente básico da formação da capacidade de organização social da região e nasce como uma reação aos modelos de desenvolvimento regional que colocam ênfase maior na atração e na negociação de recursos externos como condição suficiente para a promoção do crescimento econômico de áreas específicas. Em um processo de desenvolvimento endógeno, a ênfase maior está na mobilização de recursos latentes na região, privilegiando-se o esforço, de dentro para fora, na promoção do desenvolvimento da região (p. 06).

Os arranjos produtivos são defendidos pelo autor como espaços onde a endogenia pode ser potencializada e os novos “empresários” podem exercer a prática e o aprendizado da economia moderna, através dos quais é possível os empreendimentos terem relação direta com o mercado consumidor ou se colocar numa multiplicidade de arranjos com grandes empresas, com subcontratações, licenciamentos, concessões, articulações extremamente flexíveis. Assim, segundo Haddad (2001), seria possível transformar o crescimento econômico em “estados” de desenvolvimento.

Todavia, cabem algumas ponderações sobre a discussão do desenvolvimento econômico regional em uma realidade em que a industrialização se deu tardiamente em relação às regiões mais desenvolvidas do país. Compete, aqui, a discussão sobre a forma como esse processo de desigualdade regional se constituiu historicamente, marcado pela ausência de incentivos efetivos ao desenvolvimento nessa região, excetuando-se algumas experiências pontuais, que não deram, ainda, conta de superar as desigualdades existentes.

Cabe destacar que a política de formação da força de trabalho se inclui nesse cenário político e econômico marcado pela falta de investimentos concretos na região, que acabaram sendo direcionados ao eixo de desenvolvimento histórico do país, a região sul-sudeste.

Na realidade do nordeste, constata-se a presença de um discurso que compreende a proposta do APL, a exemplo do Pólo de Confecções do Agreste, como modelo econômico de desenvolvimento. No entanto, nosso posicionamento é que esse desenvolvimento tem se realizado à custa da utilização de uma força de trabalho barata e desqualificada, submetida a um intenso processo de superexploração.

Retomaremos, pois, os aspectos mais expressivos da constituição histórica da nossa região, que nos ajudam a compreender o contexto mais recente.

Partimos inicialmente da ideia de região em Oliveira (1977), que baseia sua análise na especificidade da reprodução do capital, afastando-se de uma concepção puramente geográfica, nas formas assumidas pelo processo de acumulação na estrutura de classe e do conflito social em escala mais geral²².

Para o autor, o processo de reprodução do capital é, por definição, desigual e combinado, embora em algumas realidades haja uma maior homogeneização propiciada pela concentração e centralização do capital, de forma que quase desaparecem as diferenças regionais, como ocorre nos países desenvolvidos:

[...] a face interna do imperialismo é essa incoercível tendência à homogeneização do espaço econômico, enquanto sua face externa na maioria das vezes não apenas aproveita das diferenças regionais reais, como as cria para seu próprio proveito (p. 27).

Assim, compreendemos que alguns espaços econômicos já nasceram ou foram inseridos na divisão internacional do trabalho do capitalismo, em seu momento mercantil, como reservas e produtores de acumulação primitiva e que continuaram, ao longo do tempo, subjugados à divisão internacional do trabalho do capitalismo na era imperialista, com a existência de “regiões” em seu interior.

²² Para o autor, “Uma ‘região’ seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição” (ibidem, p. 29).

Essas regiões se formaram relacionadas ao comércio internacional de mercadorias, que mantiveram ou criaram formas de reprodução do valor bem diversas. Assim, para o autor, a proposição de regiões se fez especialmente adequada, por dar conta do modo específico da reprodução capitalista, no interior da divisão internacional do trabalho²³.

É ressaltada pelo autor a dimensão política da região, que não se separa da econômica, na qual o controle das classes dominantes “fecha” a região, o que somente ocorre enquanto estas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou seja, as relações de produção. Assim, só ocorre uma tentativa de dissolução desse “fechamento” quando a relação social não pode mais ser reproduzida, o que poderia resultar na perda da hegemonia das classes dominantes locais e sua consequente substituição por outra, de caráter nacional e internacional.

Partindo dessa compreensão, podemos entender a forma diferenciada como as regiões foram se constituindo em nossa realidade, muito relacionadas ao contexto mais geral da economia capitalista, com quem o país tinha intensas relações comerciais, o que foi delineando o desenvolvimento de cada uma dessas regiões, em relação ao relacionamento comercial que mantinham com a “metrópole”.

Os limites da região Nordeste estão carregados da própria formação histórica econômico-política nacional e sofrem mutações ao longo da história econômica e social. Se, por um lado, a relação espoliadora, que se deu entre a metrópole e a colônia, ocorreu de forma genérica, por outro, o desenvolvimento das forças produtivas de cada região apresenta diferenciações. Ademais, a relação Metrópole-Colônia e o desenvolvimento das forças produtivas arquitetaram novas formas de capital no interior de cada uma das regiões, havendo uma forma de capitalismo mercantil no próprio interior dessas regiões, a exemplo da hegemonia açucareira e comercial do Recife em relação aos espaços em seu entorno.

A constituição do Nordeste brasileiro, assim como das demais regiões do país, esteve fortemente atrelada ao movimento de expansão capitalista mercantil, momento em que o país torna-se colônia no quadro da divisão internacional do

²³ O modo de produção capitalista é composto em seu interior por “regiões”, que são formas de o capital se sobrepor às demais, homogeneizando a região pela sua predominância e pela constituição de classes sociais, cuja hierarquia e poder sofrem determinações do lugar e da forma enquanto partícipes do capital e de sua contradição fundamental.

trabalho. Esse cenário foi marcado pelo estabelecimento de relações desiguais entre o pólo metropolitano e o colonial, caracterizado pelo monopólio comercial.

Guimarães (1997) realiza uma divisão cronológica do processo de desenvolvimento econômico da região Nordeste, desde a colonização até as décadas mais recentes:

- o O primeiro momento, localizado desde a colonização até as primeiras décadas do século XIX, denominado pelo autor como de consolidação do *Complexo Econômico Nordestino*, corresponde ao período de povoamento e colonização do território, que constituiu suas bases produtivas sobre a exportação da cana-de-açúcar, com a utilização da força de trabalho escrava. Esse período foi seguido pelo cultivo de outros itens, tais como algodão, fumo e cacau, também direcionados à exportação. Posteriormente, começaram a ser desenvolvidas atividades mais voltadas ao consumo interno, como a prática da pecuária, por exemplo, que também contribuiu para a interiorização na região.
- o No segundo momento, marcado pela crise do setor de exportação e pela introdução da industrialização no Sudeste, há uma maior consolidação da produção voltada ao mercado interno, numa perspectiva de articulação comercial com as demais regiões do país. Esse período se estende do final do século XIX até a primeira metade do século XX.
- o O terceiro momento é marcado pela integração produtiva da região, com a chegada de pesados investimentos na indústria do país, momento em que há um repasse de recursos para a região periférica, numa tentativa de superação da anterior relação de articulação apenas comercial.

De acordo com o autor,

Em termos mais abstratos, o segundo e o terceiro momentos antes referidos correspondem à concepção de fases que se relacionam com o desenvolvimento dado por alguns estudiosos às ideias de Marx a respeito do chamado *ciclo do capital*. O ponto de partida é o reconhecimento de que em sua reprodução ampliada o sistema capitalista possui dupla tendência: sua *reprodução* no seio de uma formação social em que se apoia e estabelece o seu predomínio; sua *extensão* no sentido de voltar-se para o exterior dessa formação. Na segunda tendência – da extensão – o processo dar-se-ia inicialmente com base na propagação das relações mercantis ou

meramente comerciais, por intensificação das relações de compra e de vendas com os demais espaços ainda não devidamente integrados e, em momentos seguintes, pelo aprofundamento das relações produtivas, com a introdução de frações do capital produtivo nos espaços apenas integrados comercialmente (Grifos do autor) (p. 40).

Na fase inicial, o Nordeste foi a região de maior desenvolvimento econômico do país, atrelando-se à metrópole através do envio dos excedentes gerados na produção que ali se realizava. As relações sociais de produção que se desenvolveram na região foram marcadas na sua estrutura econômica e social pela apropriação do território, pela exploração a partir da grande propriedade e pela utilização intensiva da força de trabalho escrava.

A região se relacionava com o mercado internacional através da exportação, conformando uma relação de dependência em relação aos movimentos externos mais gerais, que apresentavam certa instabilidade na demanda, sofrendo alterações à medida que novos produtores e novas áreas exportadoras em nível mundial iam se inserindo nesse mercado e produziam as mesmas modalidades de produtos.

Houve, ao longo do século XIX, a formação de uma nova hegemonia de produção e um conflito de interesses em outros espaços, em torno do café, em detrimento da hegemonia do açúcar da região Nordeste. Essa nova hegemonia, assim como a primeira, foi constituída preliminarmente por determinações externas, pelas relações com as potências imperialistas.

Celso Furtado (1977 apud GUIMARÃES, 1997) admite a existência de diferenciações entre a economia açucareira nordestina e a economia cafeeira do sudeste, dentre as quais se destaca a forma como se formou a classe dirigente em cada região; a maior autonomia dos produtores de café em sua relação comercial; um maior apoio por parte do governo para a região sudeste, em especial para São Paulo; e as relações de trabalho de forma assalariada no caso da região do café, resultando em uma maior importância atribuída a esta dinâmica econômica, bem como na formação de um mercado interno para seus produtos.

O referido autor ainda apresenta como motivos nodais para o atraso em relação à abolição da escravidão na região Nordeste a diminuição no preço das exportações e sua posterior estagnação; a dificuldade de conquista do mercado nacional, que antes era externo; a mínima taxa de urbanização e a desarticulação entre a atividade produtiva com pecuária e a atividade de subsistência, constituindo-se a região em um imenso reservatório de força de trabalho.

Posteriormente ao período assinalado anteriormente, o Nordeste açucareiro semiburguês alterou sua hegemonia econômica para a produção algodoeira e para a prática da pecuária, relacionando-se externamente pelo viés comercial. Neste momento, o controle político da região passa da velha burguesia açucareira para as mãos da classe latifundiária que controlava o processo produtivo algodoeiro-pecuário, subordinado aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano.

Até as primeiras décadas do século XX, a região Nordeste não havia conseguido superar os traços marcantes de sua estrutura produtiva herdados do período colonial, a despeito de alguma modernização das atividades produtivas (difusão das usinas, modernização do sistema de transportes, dentre outros).

Na região sul-sudeste, antes dedicada apenas à atividade cafeeira, no bojo da crise dos anos 1930, começa a emergir a atividade industrial, o que significou alterações nas leis de repartição do produto social e no surgimento do proletariado urbano, significando uma nova hegemonia, agora exercida pelo capital industrial.

Surge a diferenciação das formas de capital: tanto se expande e consolida o capital industrial, quanto emerge o capital financeiro, e a intervenção do Estado na economia assume outro caráter, prejudicando a forma de reprodução da economia agroexportadora (OLIVEIRA, 1977, p. 36).

De acordo com o autor, a revolução de 1930 configura-se enquanto uma “revolução burguesa”, pois atendia aos interesses econômicos de determinadas regiões às quais interessava o rompimento com o pacto oligárquico, mas que, contraditoriamente foi realizada por essas mesmas oligarquias (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco), que tinham seus interesses prejudicados pela então política econômica do café, que passou por uma forte crise de demanda.

O desenvolvimento industrial localizado espacialmente na região sudeste, tendo como locus privilegiado o estado de São Paulo, foi responsável pelo desenvolvimento de uma nova divisão regional do trabalho na economia brasileira, em substituição às relações regionais até então existentes e determinadas, principalmente, pelas relações internacionais.

Neste momento, com a expansão da indústria, o Nordeste passou a perder espaço, nacional e regionalmente. Há uma forte interferência do Estado nesse

processo, que passa a atuar de forma mais intensa a fim de criar condições para o avanço dos grandes grupos industriais do sudeste.

Esse desenvolvimento industrial ocorreu paralelamente ao processo em que entra em decadência, na região Nordeste, o setor açucareiro e o algodoeiro. Nesse momento, ocorre uma intensa migração de força de trabalho da região Nordeste para o sudeste do país, principalmente para o estado de São Paulo. Assim, o Nordeste foi se constituindo enquanto região periférica no país.

A região passa a ter diminuídas suas taxas de lucro, o que se relaciona, dentre outros aspectos, ao favorecimento das taxas cambiais para proteção da indústria. Houve dificuldades de integração ao mercado nacional, principalmente, pelos interesses especulativos dos grandes grupos comerciais que atuavam na intermediação das vendas, que se apropriaram de parte significativa dos lucros, o que, para Gnacarini (1995, apud GUIMARÃES, 1997) contribuiu para a reprodução e recriação de relações arcaicas de produção no interior do Nordeste.

O momento posterior à consolidação da indústria pesada foi o terreno no qual se deu o surgimento da questão regional nordestina, no bojo da crise política e econômica e de movimentos sociais e políticos em prol da realização das “reformas de base”. Houve uma tomada de consciência de que a região ficou à margem do processo de industrialização, bem como do agravamento das desigualdades regionais²⁴.

As contradições da reprodução do capital e das relações de produção em cada uma ou, pelo menos, nas duas principais “regiões” do país, sinal de uma redefinição da divisão regional do trabalho *no conjunto do território nacional*, começam a aparecer como conflito entre as duas “regiões”, uma em crescimento, outra em estagnação (ibidem, p. 37).

Foi nesse contexto de disparidades regionais que se iniciou o processo de planejamento regional para o Nordeste, tendo como objetivo corrigir os “desequilíbrios regionais”. Esse planejamento foi realizado, inicialmente pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)²⁵, a partir do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), comandado por Celso

²⁴ São movimentos característicos desse momento a intensificação do movimento de luta pela reforma agrária, com forte atuação das ligas camponesas, do movimento pelas “reformas de base” e do movimento de base da igreja católica; se faz presente a influência da revolução cubana e a conseqüente pressão norte-americana para afastar a ameaça de uma nova experiência revolucionária; a existência do partido comunista no campo; se faz sentir a reação dos grandes proprietários de terra (GUIMARÃES, 1997).

²⁵ Para um estudo mais aprofundado sobre a SUDENE, ver Oliveira (1977).

Furtado (1977), que incorporou, segundo Oliveira (ibidem), falsos diagnósticos baseados no “falso conflito inter-regional”, que assumia contornos da ideologia dominante.

De acordo com Guimarães (1997, p. 46):

A maior disponibilidade de infra-estrutura (notadamente de transporte e energia), a maior presença de um banco regional de desenvolvimento, os poderosos incentivos fiscais e financeiros (34/18-Finor), a racionalização dos gastos públicos através dos planos diretores aprovados pelo Congresso Nacional, o aporte de recursos externos, principalmente enquanto durou a ameaça comunista constituíram alguns dos aspectos relevantes das mudanças examinadas em vários trabalhos.

A partir dessas mudanças, a região Nordeste passou a apresentar um maior crescimento econômico, com maior diversificação da sua indústria e aumento da produção de bens intermediários, em detrimento da indústria de bens de consumo não duráveis.

Houve, nessa fase, a modernização de alguns espaços agrícolas, principalmente com a irrigação, bem como a ampliação da urbanização, simultaneamente ao surgimento da economia informal nas grandes cidades, germe do quadro que temos na economia moderna.

O autor assevera que esse processo se deu de forma seletiva, voltado apenas a alguns segmentos “permitidos” e que não afetassem a indústria já consolidada no sudeste, especialmente em São Paulo.

Em outras palavras, o *ajustamento* da economia regional já referido ocorreu não só pela competição inter-regional, quando a produção industrial do Sudeste avançou sobre os mercados nordestinos e reduziu os espaços de atividades produtivas locais voltadas para os seus próprios mercados, mas ocorreu também quando, por conta dos estímulos das políticas regionais, frações do capital de fora da região (e mesmo locais) passaram a produzir bens capazes de preencher espaços e brechas deixadas pela atividade produtiva da região-industrial, por excelência (ibidem, p. 47).

As transformações ocorridas no Nordeste, com o aporte de capitais públicos e privados de fora da região, resultaram em uma heterogeneidade, com a consolidação de áreas dinâmicas, de complexos ou pólos industriais e dos pólos agroindustriais.

Entre as décadas de 1960 e 1980, a região foi a que mais apresentou crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)²⁶, em consonância com o processo chamado de “Milagre Econômico”, que proporcionou crescimento econômico para o país de uma maneira geral, sendo mais expressivo em regiões até então estagnadas economicamente, como o Nordeste.

A integração produtiva do Nordeste ao restante da economia nacional criou e consolidou pólos, complexos e áreas dinâmicas no interior de um contexto mais geral, no qual essas áreas coexistem com grandes sub-regiões estagnadas, como o Semi-árido e a Zona da Mata. Esse processo tem, até hoje, seus traços delineados na estrutura produtiva da região.

A partir da década de 1990, com a introdução da agenda neoliberal no país, as desigualdades regionais reaparecem com força, pois permaneceram, a despeito do chamado “movimento de integração econômica”²⁷, diferenciações importantes na região (Araújo, 2000).

Mais recentemente, conectado ao movimento mais geral da economia nacional, a região tem apresentado novos níveis de crescimento econômico, assentados no processo de liberalização da economia nacional, e marcado pela ausência de uma política de desenvolvimento industrial no sul e no sudeste, momento propício aos maiores estados do Nordeste (Bahia, Ceará e Pernambuco), que iniciaram uma estratégia de concessão de incentivos, a chamada “guerra fiscal”, política de atração de indústrias por meio da renúncia de tributos, que seria adotada pelos demais estados posteriormente (CARVALHO, 2008).

²⁶ Entre as décadas de 1960 a 1980 o PIB da região sextuplicou, passando de US\$ 8,6 bilhões para US\$ 50 bilhões (Araújo, 1992).

²⁷ “Patrocinado pelos investimentos estatais, o movimento de integração econômica realizou a passagem do domínio da *articulação* meramente *comercial* entre as regiões brasileiras, predominante nas décadas anteriores, para a *integração produtiva* e a incorporação físico-territorial da era Sudene, agregando a dinâmica nordestina às tendências gerais da economia nacional. Essa trajetória foi aberta com a *fase inicial de expansão*, nos anos 1960, quando beneficiado, em parte, pelo planejamento regional –, recebeu investimentos básicos, sobretudo em rodovias e energia elétrica, crescendo a uma taxa média de 4,4%. Nos anos 1970, apoiado pelo “milagre econômico” e pelos projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) vem a *fase de continuidade do crescimento*, na qual os investimentos de infra-estrutura foram complementados pelos empreendimentos produtivos, principalmente os industriais, e a região se expande a uma taxa anual de 9,4%. Os anos 1980 correspondem à *fase de desaceleração*, coincidindo com a crise fiscal e financeira, que causou um impacto negativo. A taxa média diminui, então, para 4,3%. No entanto, nos anos 1990, o Nordeste, refletindo a instabilidade econômica e a experiência da desregulamentação e da abertura econômica, obteve taxas menores que nas décadas anteriores, uma média de 2,6%, configurando a *fase de continuidade da desaceleração e crise*” (CARVALHO, 2008).

Assim, várias indústrias antes localizadas no eixo sul-sudeste migraram dos espaços saturados a fim de baixar os custos de produção em outras regiões, sendo a região Nordeste um destino privilegiado.

Muitas empresas intensivas de mão-de-obra, como as das indústrias têxtil e de calçados, deslocaram-se para o Nordeste, aproveitando os salários mais baixos. Essa estratégia, combinada à proximidade de fontes de matéria-prima, infra-estrutura local e desenvolvimento de novos mercados, foi o fato positivo numa década de dificuldades para a economia nordestina (ibidem, p. 05).

Neste mesmo período, foi realizada liberação de crédito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a região nordestina, que passou de R\$ 2,73 bilhões, em 2000, para R\$ 5,3 bilhões, em 2007, concentrados, mais uma vez nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco. Esses recursos foram centralizadas em setores como: turismo, petroquímico, comércio de bens de consumo, construção civil e agroindústria, principalmente na fruticultura e na produção do biocombustível (BNDES, 2008 apud ibidem).

Essa modalidade de investimentos provocou uma ampliação da distorção já existente na região, que é a concentração geográfica interna. O Nordeste construiu suas principais cidades no litoral, onde investiu em infraestrutura e concentrou sua base produtiva. De acordo com a autora, na faixa oriental entre Recife, Fortaleza e Salvador, estão 20 milhões de pessoas e 90% do PIB da região (ARAÚJO, 2008 apud ibidem).

Essas cidades têm sido o principal foco dos investimentos estatais e passaram a desenvolver pólos agrícolas e industriais, ampliando a concentração espacial da riqueza regional. Os padrões de crescimento econômico têm sido mantidos, com destaque para os setores de serviços e de turismo, além das indústrias têxtil, sucroalcooleira e de alimentos e bebidas.

Mais recentemente, a economia nordestina vem se projetando pelo fortalecimento e/ou surgimento de áreas com estruturas modernas que comandam a dinâmica regional, dentre as quais se insere o Pólo de Confecções do Agreste pernambucano.

Os dados sobre o crescimento da região têm sido expressivos: o PIB tem apresentado um crescimento maior que a média nacional e as expectativas do Banco do Nordeste para 2012 mantém essa tendência, afirmando que as economias

brasileira e nordestina deverão apresentar expansão de 4,57% e 5,04%, respectivamente.

No entanto, segundo dados do IBGE, o PIB per capita no Nordeste permanece baixo em relação à média nacional, que em 2011 foi de R\$ 20.109 por pessoa, enquanto na região Nordeste ficou em R\$ 9.743 por pessoa.

O índice de Gini²⁸ da região demonstra a forte desigualdade na distribuição da renda, sendo a maior do país em 2009, ficando em 0,540, ou seja, a região Nordeste se constitui como a mais desigual (Fundação Getúlio Vargas – FGV).

Segundo dados do IBGE (2012), a taxa de analfabetismo também segue elevada na região, sendo, entre a população acima de 15 anos, de 9,6% no país, chegando a 28% nos municípios da região Nordeste.

Apesar dos crescentes investimentos na região, bem como do acesso das famílias à renda, principalmente através do aumento no valor do salário mínimo e da inserção em programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família²⁹, os indicadores sociais demonstram como esse crescimento dos últimos tempos não deram conta de modificar os traços mais fortes da herança histórica de desigualdades na região.

Em recente entrevista, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Marcio Pochmam, estabelece uma análise entre a relação das políticas sociais adotadas pelo governo nos últimos anos e o crescimento da economia nas regiões menos desenvolvidas do país, como o Nordeste, onde a renda média subiu 28,8% entre 2004 e 2009, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009. Afirmou que "A atuação do Estado vem produzindo resultados importantes. O País é um dos poucos do mundo que vêm reduzindo pobreza e desigualdade ao mesmo tempo" (POCHMAM apud ESTADÃO, 2012).

Ainda de acordo com Pochmam, as políticas sociais brasileiras podem contribuir com o País diante do cenário de crise econômica internacional, baseado na ideia de que:

²⁸ Padrão internacional para medição da distribuição de renda.

²⁹ De acordo com dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a região Nordeste recebeu 51,1% dos benefícios do Programa Bolsa Família distribuídos pelo governo federal em dezembro de 2011, sendo que a região 28% da população nacional, o que demonstra que a região tem a maior concentração de pobreza do país. Pernambuco é o 4º Estado a receber mais recursos do Programa nacionalmente.

Há vários estudos científicos demonstrando que a injeção de recursos para os pobres move segmentos da economia que não seriam movimentados. [...] Países que vêm tendo mais sucesso diante da crise são aqueles que fortaleceram o mercado interno. E o Brasil tem um potencial enorme de fortalecimento do mercado interno por meio de redução da pobreza (ibidem).

A nosso ver, apesar da região receber crescentes incentivos do governo federal, isso não tem se traduzido em investimentos em políticas públicas permanentes que provoquem reais alterações no quadro de desigualdade social que ainda predomina na região. Como afirmado pelo economista, a pretensão das políticas de transferência de renda se esgota na promoção de acesso ao consumo dos trabalhadores, tendo em vista fazer girar a economia local.

Particularmente em relação ao APL de Confecções do Agreste Pernambucano, Nota Técnica Nº 02 da REDESIST, alerta que o grande contingente de unidades produtivas informais não tem acesso às inovações, nem aos programas de capacitação de força de trabalho, atualização tecnológica, capacitação gerencial e aos financiamentos públicos. Essas unidades:

São caracterizadas por copiarem o design dos produtos das empresas maiores, por contarem com um quadro de pessoal ocupado de baixa escolaridade e influenciarem os rendimentos dos estabelecimentos formalizados, devido a seus custos menores (ANDRADE, 2008, p.81 apud REDESIST, 2010).

Ainda de acordo com o documento da REDESIST, o alto grau de informalidade das empresas consiste no maior problema do APL, já que são milhares de confecções que ficam à margem, ou ganham muito pouco dos benefícios gerados pela estrutura do Arranjo, principalmente, no que diz respeito a: (i) Aprendizado e inovação das empresas; (ii) Qualificação da mão-de-obra; (iii) Acesso ao crédito; (iv) Submissão a formas precárias de trabalho.

Pudemos constatar que as políticas públicas voltadas ao Pólo de Confecções de Pernambuco não têm possibilitado alterações reais na qualidade de vida e de trabalho da população ali inserida, nem de acesso aos direitos sociais.

1.2. Trabalho e precarização em Toritama

As relações de trabalho no APL de confecções do Agreste assumem, em sua grande maioria, características de precarização, sendo fortemente marcadas pela terceirização e pela informalidade, com a quase inexistência de contratos fixos e direitos trabalhistas regularizados. A produção, nesta realidade, ocorre majoritariamente em unidades domésticas, que podem ser fabricos ou facções, ou mesmo o intercruzamento de ambos³⁰.

Pesquisa pioneira realizada pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), nos anos de 2007-2008, sobre as condições trabalho em Toritama³¹, demonstra o nível de precarização das condições de trabalho, saúde e segurança dos trabalhadores na produção, principalmente domiciliar. A baixa desocupação, combinada à elevada taxa de atividade, mais do que um fator positivo, indica um mercado de trabalho pouco estruturado, em que praticamente toda a população (homens, mulheres, crianças, jovens, idosos) trabalha precariamente.

As configurações que o trabalho assume nesta realidade possuem, ademais de suas peculiaridades, nexos intrínsecos com o contexto mais geral de reestruturação da produção e as inflexões que esta tem trazido para o mundo do trabalho.

Após um longo período de crescimento econômico, proporcionado pelo milagre econômico e pela industrialização brasileira³², que coincidiu com os *anos gloriosos* nas economias desenvolvidas e teve características desiguais nas regiões do país, com ênfase de investimentos no eixo sul-sudeste, recentemente, mais especificamente nas últimas duas décadas do século passado, assiste-se a um processo de perdas de direitos, e precarização generalizada do trabalho em contexto mundial, atingindo, de forma mais intensa, os países de economia

³⁰ Os fabricos são pequenas unidades de produção em que ocorrem todas as etapas da pequena produção, que podem ser encomendas das empresas maiores ou ser direcionada para a venda daqueles que produzem; já as facções são marcadas pela produção de algumas partes da produção, ocorrendo, principalmente, através da terceirização da produção das empresas maiores ou de fabricos.

³¹ Esses dados foram apresentados por Gomes e Campos (2009)

³² “A industrialização se fazia fortemente ancorada no tripé: capital nacional privado, capital estatal e capital privado multinacional, com crescente dominância deste último; o processo de assalariamento, embora crescente, era parcial; estabelecia-se uma combinação discrepante entre um pólo dinâmico, fortemente integrado à economia mundial e dotado de alguns mecanismos de proteção social, e outro, vinculado subalternamente àquele, capaz de integrar amplas parcelas da população trabalhadora, mas sob padrões precários” (OLIVEIRA, 2011, p. 200).

periférica, que não experimentaram, de fato, o Estado de Bem-Estar social; se nos países centrais esse quadro repressivo no campo dos direitos é uma realidade, em países como o Brasil esse processo ganha traços ainda mais perversos, pois desregulamenta os parques direitos trabalhistas conquistados legalmente, principalmente com a Constituição de 1988.

Neste cenário, tem ocorrido o enxugamento do mercado de trabalho, com a generalização do desemprego, ênfase na terceirização da produção, flexibilização da legislação trabalhista, desregulação das relações de trabalho, crescimento e emergência de novas modalidades de informalidade³³, demarcando um processo de “informalização da formalidade” (OLIVEIRA, 2011).

Essas características são potencializadas na indústria de confecções, que tem sofrido um processo de profundas transformações e passaram a se adaptar a estruturas mais flexíveis, como afirma Silva (2009):

As empresas passaram à fabricação de produtos mais variados com séries de menores escalas, diminuíram o tamanho de suas plantas e externalizaram as etapas da produção mais intensivas em mão-de-obra, principalmente a costura. [...] O número de empregos formais neste setor diminuiu drasticamente, passando de 180 mil em 1981 para apenas 80 mil em 2000, ou seja, menos da metade (p. 30).

Na região Nordeste, demarcada pelo atraso histórico no processo de industrialização, fruto das desigualdades regionais, esse processo tem expressões ainda mais graves, pois não há uma tradição no assalariamento, principalmente nas regiões rurais, como é o caso da localidade onde se constituiu o pólo de confecções do Agreste. Ali, houve a migração de enormes parcelas de trabalhadores das atividades rurais para as urbanas, as relacionadas à produção têxtil. Assim, esses trabalhadores, hoje submetidos às relações precárias de trabalho, encaram tais ocupações como uma melhoria de seus padrões de vida, quando comparado ao do trabalho rural, conforme relatado no trabalho de Souza (2011), em sua análise sobre o município de Santa Cruz do Capibaribe, pertencente ao Pólo:

³³ Matéria citada por Oliveira, divulgada no jornal *Gazeta do Povo*, no dia 29/03/09, traz o seguinte: “Entre setembro do ano passado – quando a turbulência financeira ganhou fôlego – e fevereiro deste ano, o volume de pessoas subocupadas cresceu 18,3%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pela definição do IBGE, os subocupados são pessoas que dizem que até poderiam trabalhar mais horas, mas que diante da crise só encontram serviços em tempo parcial, sem vínculo empregatício, como galhos e biscates (...) ‘A informalidade caminha de mãos dadas com o desemprego e o crescimento da subocupação mostra uma piora do mercado de trabalho e uma deterioração da qualidade do emprego, que tradicionalmente ocorrem em época de desaquecimento da economia’, explica o professor Anselmo Luís dos Santos, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp” (2011, p. 195-196).

[...] as narrativas são constantemente atravessadas pelas dificuldades impostas pela seca, a agricultura é uma representação de um passado difícil, duro, pesado, enquanto a confecção é a possibilidade que permite a inserção no mundo urbano, moderno e ao mesmo tempo livre do assalariamento e da relação com um patrão (p. 13).

Assim, o trabalho informal, sem garantias trabalhistas, é concebido pelos trabalhadores como algo positivo, pela autonomia que este possibilitaria; esse argumento também é encontrado nos discursos do empresariado local e do poder público, que defende as relações de informalidade como algo inato à população local, que teria como características o “trabalho por conta própria”, o empreendedorismo e a autonomia.

Verifica-se que os trabalhadores estão submetidos a relações de trabalho bastante precárias³⁴, sendo forte a existência da informalidade sob o discurso do empreendedorismo.

Sobre as condições de trabalho em Toritama, Rodrigues (2010) afirma que:

As condições de trabalho e proteção social a que estão submetidos esses trabalhadores são extremamente precárias e/ou inexistentes: condições insalubres de trabalho, exposição demasiada a produtos que afetam a saúde, extensas jornadas de trabalho, ausência de política de atenção à saúde do trabalhador, escassos serviços de saúde e educação para atendimento das famílias, alto grau de informalidade nos contratos de trabalho, diminuição e/ou anulação do poder reivindicatório e contestador dos trabalhadores, forte presença de trabalho infantil e domiciliar e indiferenciação entre ambiente doméstico e de trabalho (RODRIGUES, 2010, p. 247).

Desta forma, o processo de trabalho não assume um caráter de proteção social. A maioria dos trabalhadores não tem acesso aos direitos previdenciários³⁵, por não terem carteira assinada; acessam de forma deficiente o Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista a precarização estrutural dos serviços de saúde³⁶; e o

³⁴ Sobre trabalho precário temos a seguinte definição em Barbosa (2007): “É precário o trabalho que se realiza sob uma mais das seguintes condições: a) em tempo parcial do dia/semana/mês, com extensas jornadas de trabalho, com pagamento por produção/serviço; b) destituído de garantias legais de estabilidade ou proteção contra dispensas, de carga horária definida, de descanso semanal e férias remuneradas, realizado em condições insalubres, sem seguridade social, seguro-desemprego, aposentadoria, e licença maternidade, licença-doença, sem segurança de cobertura social no futuro ou no momento em que não mais puder dispor da força de trabalho” (p. 40).

³⁵ Na pesquisa realizada pela Fundaj, apenas 6,4% da população afirmou contribuir para algum instituto de Previdência Social.

³⁶ Este é um dado preocupante, quando a mesma pesquisa revela que 23,3% dos trabalhadores afirmaram ter algum problema de saúde, sendo que 30,9% afirmaram já terem se afastado do trabalho por algum problema de saúde.

acesso à Assistência Social se restringe, em grande parte, ao programa de transferência de renda Bolsa Família.

O processo de trabalho no município, por ser fortemente descentralizado, já que ocorre em sua maioria nos espaços residenciais, em pequenas facções ou fabricos, dificulta o processo de organização dos trabalhadores enquanto prática coletiva, na busca de melhoria de suas condições de trabalho e de vida.

Há, dessa forma, a flexibilização e desregulamentação dos direitos trabalhistas, criando-se um ambiente propício ao lucro das empresas maiores, que subcontratam os trabalhadores para executarem parcelas da sua produção. Àqueles que permanecem na parte interna da fábrica são requisitadas determinadas habilidades³⁷, com novas características e atribuições, atributos da flexibilização.

Não se observa nessas empresas atributos essencialmente *fordistas* ou *tayloristas/toytistas*, mas sim uma miscelânea de tais características. Não há a obediência a um dado projeto organizacional, mas a convivência de formas atrasadas e modernas de produção, em que há o enxugamento do chão de fábrica, a incorporação de novas tecnologias, concomitante à incorporação de formas atrasadas de produção, em que se recorre ao trabalho domiciliar e precário. Processo descrito por Dedecca e Baltar (1997):

Sob o véu da proliferação de pequenos negócios vai se estabelecendo uma rede de produtores ou prestadores de serviços amparada em relações de trabalho fortemente precárias. O sob o manto da modernidade na produção enxuta vai se difundindo todo um conjunto de formas de ocupação marcadas por relações de trabalho fortemente precárias (p. 74).

Ocorre, então, a “subcontratação organizada”, nos termos de Harvey (1992 apud OLIVEIRA, 2011), que possibilita que sistemas antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar e paternalista revivam e floresçam como elementos centrais, não mais como apêndices do sistema produtivo.

Dos trabalhadores que permanecem no interior da produção, em que novas tecnologias estão constantemente sendo incorporadas nos processos produtivos, é requisitada uma maior escolarização, que sejam polivalentes, tenham maior capacidade de negociação e maior disponibilidade, que possuam novas habilidades e competências, como a capacidade de lidar com novas tecnologias de informação e

³⁷ Essas habilidades serão melhor explicitadas no capítulo 03.

comunicação; raciocínio lógico-abstrato, disposição para correr riscos e espírito de liderança. Acresce-se a isso a disseminação de valores como comprometimento, participação, empreendedorismo, trabalho em equipe, etc. Por outro lado, também são requeridos dos trabalhadores que não estão envolvidos no processo tecnológico que detenham os conhecimentos e habilidades complementares às atividades que estão sendo desenvolvidas nos pólos industriais.

Neste momento, no qual tem havido a eliminação de inúmeros postos de trabalho e consequente desemprego estrutural, atingindo o mundo em escala global e impondo aos trabalhadores maiores níveis de insegurança no trabalho, formas precárias de trabalho, assim como o acirramento da concorrência por uma vaga no mercado, os trabalhadores passam a ser responsabilizados individualmente pela situação de desemprego em que se encontram e chamados a encontrar soluções também individuais para se inserirem e se manterem empregados.

Assim, marcado pela precarização dos vínculos, pela terceirização e pela desregulamentação das relações de trabalho, o mercado de trabalho brasileiro vai assumindo determinadas características, com a acentuação dos seus traços mais precários – a baixa proporção de vínculos protegidos, a predominância de postos de trabalho mal remunerados, a instabilidade dos vínculos -, somados ao desemprego de longa duração e a intensificação da jornada de trabalho (BORGES, 2007).

Ainda de acordo com a autora, é contrariado o mito de que o desemprego seria decorrente de baixa qualificação e escolaridade dos trabalhadores, pois ele se expande paralelamente à elevação da escolaridade da população e cresce mais exatamente entre os trabalhadores com maior número de estudos em relação à média da população. A taxa de desemprego entre os trabalhadores com segundo grau completo ou nível superior incompleto aumentou de 10,2% em 1992 para 17,1% em 2005 e dos trabalhadores com nível superior de 2,3% para 7,3% no mesmo período (BORGES, 2007). Ou seja, fica claro que a elevação da escolaridade não garante a empregabilidade dos trabalhadores na atual conjuntura.

A autora ainda defende que, subjacente ao discurso que evidencia os processos de precarização / flexibilização como algo positivo, esconde-se um intenso processo de destruição de direitos, conquistas e modos de vida estabelecidos. Discurso esse que aparece na mídia, nos governos e mesmo na academia exaltando o trabalho autônomo, o empreendedorismo e o cooperativismo como alternativas ao desemprego.

Para Borges (ibidem), há uma manipulação ideológica, nos termos de Mészáros, havendo uma reatualização de formas de contratação e uso da força de trabalho pautadas na superexploração. Há uma queda do número de trabalhadores que acessam a previdência social, o que significa que aqueles que hoje vivem do trabalho no futuro comporão o exército de velhos e/ou inválidos desprotegidos e pauperizados; além disso, tem havido o rebaixamento dos níveis médios de remuneração de trabalhadores que se situam acima do salário médio, somado ao intenso processo de terceirização, com a diversificação das formas de contrato de trabalho atípico (informais, ilegais ou coberto pelas leis que flexibilizaram as relações de trabalho).

Neste cenário, as políticas de emprego e renda no país vêm pautando suas ações em programas que incentivam o empreendedorismo e a pequena produção como alternativa de ocupação e obtenção de renda. Essa lógica é amparada por organizações financeiras internacionais (Banco Mundial, FMI, BIRD, BID), que atribuem aos pequenos empreendimentos formas eficientes de combate à pobreza, em geral, e ao desemprego, em particular.

Entre os que defendem essa perspectiva, Urani, Cocco e Silva (1999) afirmam a existência de um novo tipo de empresariamento no Arranjo Produtivo Local, no qual são enfatizadas novas formas de trabalho (em tempo parcial, por tempo de serviço, trabalhadores autônomos). Assim, também nesta forma de produção o emprego formal entra em crise e o trabalho, em suas variadas formas, é que se espalha pelo território.

De acordo com esse discurso, emergiria, então, o papel político desempenhado pelo “novo empresário”, já que a produtividade no novo sistema de produção, segundo seus interlocutores, passa a depender fortemente da força cooperativa entre os agentes, sendo importante a integração de cada indivíduo ao grupo, ou seja, a produção passa a funcionar independentemente da tradicional figura do empreendedor. Trata-se, pois, de um “empresariamento coletivo”, na medida em que esse novo tipo de empreendedor “é o conhecedor, interventor e integrador das interfaces entre a produção efetivada pelos vários grupos no âmbito do território e as dinâmicas dos mercados externos” (ibidem, p. 26),

Entra em cena um arcabouço ideológico em defesa da figura do empreendedor, como aquele que, nos tempos atuais, teria as melhores possibilidades de inserção produtiva, o que aparece nos discursos como algo

positivo para o trabalhador, mas que, a nosso ver, contribui para o escamoteamento de seus direitos.

A concepção do empreendedorismo tornou-se predominante nos discursos governamentais, desde o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e mais recentemente no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que preconizam a “inclusão social” e a redistribuição de renda no país.

Alencar (2007) afirma que:

De fato, na realidade brasileira, em face das poucas chances de inserção produtiva, para um contingente de trabalhadores, principalmente os de baixa renda, **o desenvolvimento dos pequenos negócios – muitos em condições extremamente precárias, de base artesanal e com baixa produtividade – vem se tornando o único recurso e meio de prover a sua própria vida e de sua família.** Da mesma forma, para o segmento de ex-assalariados e desempregados pelos processos de reorganização produtiva, terceirização, descentralização produtiva, redução de custos das empresas, a abertura de pequenas firmas, micro e pequenas empresas, apresenta-se como uma oportunidade, às vezes promissora, principalmente para aqueles segmentos com maiores condições sociais e disposição para atuar no campo do empreendedorismo (grifos nossos, p. 101).

No entanto, apesar do discurso que se propaga sobre os pequenos negócios e o empreendedorismo, essa alternativa não tem se constituído em uma opção dos trabalhadores pela independência ou iniciativa deliberada em realizar uma atividade empreendedora³⁸.

Essa ênfase no empreendedorismo pode ser percebida de forma intensa no Pólo de Confecções, em que é destacada, por parte dos agentes públicos e privados, a “vocação empreendedora” dos habitantes da localidade, como sendo algo natural, inerente a uma determinada população. É evidente que se pode observar uma tradição num determinado ramo de produção, nesse caso, a confecção de vestuários; no entanto, entendemos que esta tem sido, na realidade, uma alternativa a qual os trabalhadores têm recorrido, em face da falta do acesso ao trabalho socialmente protegido, apesar de reconhecer que a questão do auto emprego se constitui também num fator histórico daquela região. Não podemos, no

³⁸ Alencar (ibidem) afirma que, de acordo com uma pesquisa realizada por Malagutti (2000), o sonho de se tornar um empreendedor não se constitui num sonho real dos trabalhadores, mas na única forma de fugir da falta de emprego assalariado ou de acrescentar renda ao salário insuficiente. Outro dado trazido por Malagutti se refere ao fato de que a renda mensal desses empreendimentos é pequena, imperando baixos salários, relações de trabalho sem assalariamento formal e sem direitos trabalhistas.

entanto, deixar de afirmar que a ampla existência do trabalho desprotegido neste arranjo se constitui em elemento essencial, ou mesmo a base, de sua existência.

Compreendemos haver, nesse processo, uma tentativa de individualização da questão social, com a responsabilização individual do trabalhador, que aparece como o “empresário de si mesmo”, devendo ser capaz de tornar-se e manter-se empregável e/ou empreendedor. Ademais, constata-se uma valorização da informalidade, que antes era vista como forma de atraso e agora passa a ser considerada uma virtude empreendedora.

A informalidade tem se constituído em uma das características mais reveladoras da precarização que se generaliza mundialmente e assume proporções inéditas na realidade brasileira³⁹. Se, em épocas remotas, a informalidade era vista como um “imenso resíduo”, sinônimo de um atraso que devia ser superado, já que a referência era o pleno emprego, o assalariamento e a proteção social existente nos países desenvolvidos. Na atualidade ela passa a compor de forma substantiva o sistema produtivo, visto que seus valores ideológicos e culturais mais típicos se generalizam para as demais modalidades de trabalho.

Dentro dessa concepção, os trabalhadores precisam possuir atributos necessários para se assegurarem no mercado, surgindo daí a noção de empregabilidade, caracterizada pela “capacidade de iniciativa, criatividade, fácil adaptação a novas situações, empreendedorismo, em resumo, todos os atributos típicos e encontrados fartamente nos trabalhadores da ‘velha’ informalidade brasileira” (DRUCK, 2011, p. 95).

Segundo a autora, estaria em formação uma nova cultura do trabalho, cujo cerne se encontra na empregabilidade e no empreendedorismo, com a formação de um novo tipo de trabalhador, capaz de ser o “empresário de si mesmo”, ou seja, capaz de se adaptar à insegurança, ao desemprego e ao risco (ibidem).

Em Toritama, 90,36% da População Economicamente Ativa (PEA) se encontra na informalidade. Essa população está sujeita a formas precárias de inserção na produção, marcadas, primordialmente, por relações de terceirização e subcontratação.

³⁹ Esse processo tem sido revelado, de acordo com Druck (2011): “pelas mudanças nas formas de organização/gestão do trabalho, na legislação trabalhista e social, no papel do estado e suas políticas sociais, no novo comportamento dos sindicatos e nas novas formas de atuação das instituições públicas e de associações civis” (p. 87).

A subcontratação é um fenômeno que remonta ao período de transição do trabalho para a modalidade de assalariamento, típico do sistema capitalista de produção, período em que houve a subordinação e proletarização dos artesãos, que demarcou a perda de sua independência e dos seus direitos de propriedade.

No contexto da Revolução Industrial, a modalidade de trabalho em domicílio foi amplamente utilizada, com o pagamento por produção ou por peça, visando ao menor custo e à dispersão dos trabalhadores. Essa modalidade foi perdendo, com o tempo, lugar para o sistema fabril, marcado pela reunião dos trabalhadores no espaço da fábrica, com a presença da figura do “gerente” e a mecanização da produção.

Neste período, o trabalho específico nas indústrias têxteis era realizado em condições bastante precárias, principalmente para as mulheres e as crianças, ocorrendo em casa ou na oficina, o trabalho era marcado por intensas jornadas de trabalho, ambientes insalubres e sob pressão permanente dos “capatazes”, exigentes de produção e produtividade.

Exceto pela figura do “capataz”, substituída pela cada vez mais pela maior exigência de produtividade, passado mais de um século, na produção têxtil, em específico no APL de Confecções do Agreste pernambucano, as condições de trabalho são análogas ao período da Revolução Industrial, em que as características acima descritas são reeditadas e compõem a base de um terreno para a instalação e desenvolvimento de empresas capitalistas, que sob o discurso da cooperação e do desenvolvimento local, se instalam no arranjo, não significando que seus ganhos econômicos se transformem em desenvolvimento social e econômico para a massa de trabalhadores que lá se encontram. Afinal, toda forma de dominação pressupõe a existência dos dominados. Há, assim, um retorno às formas mais primárias de precarização do trabalho, redefinindo os limites da superexploração na atual conjuntura.

A segunda metade do século XX foi marcada por uma nova conjuntura histórica do sistema capitalista, que procurou reerguer suas bases de acumulação diante da crise que vem sofrendo desde os anos 60 do século passado. Neste processo, foram adotadas uma série de estratégias, como a mundialização e financeirização da economia, que atinge todos os espaços da vida social, além do modo de trabalho. De acordo com Thébaud-Mony e Druck (2007):

Trata-se de uma rapidez inédita do *tempo social*, que parece não ultrapassar o *presente contínuo*, um tempo sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade, sem limites, de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem: os homens e mulheres que vivem do trabalho. Neste contexto histórico, a flexibilização e a precarização do trabalho se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações (p. 26, grifos da autora).

No bojo dessas mudanças que afetaram o mundo do trabalho, encontra-se a lógica de terceirizações e/ou subcontratações, fenômeno mundial que se generaliza para as mais diversas atividades, seja na indústria, no comércio, nos serviços, no setor público e privado, tendo como principais elementos a transferência de atividades a terceiros, especialização, atividade-fim, parceria, foco na atividade principal.

Na atualidade, essa modalidade de contratação tem sido cada vez menos utilizada de forma marginal, passando a se configurar enquanto elemento principal da flexibilização do trabalho⁴⁰, conferindo maior liberdade ao capital para gerir a força de trabalho, com a possibilidade de se lançar mão de variados modelos de contrato, com transferência da gestão e das responsabilidades trabalhistas, ou mesmo o prejuízo total dessas últimas, o que ocorre com o respaldo do Estado.

Thébaud-Mony e Druck (ibidem) afirmam que o processo de precarização do trabalho afeta de forma heterogênea as regiões do país, sendo a marca principal em regiões como o Nordeste, onde o grau de informalização é radicalizado.

Como face desse mesmo processo de reordenamento da produção, a terceirização aparece como uma importante característica da precarização, juntamente com a flexibilização e a desregulamentação do trabalho.

As autoras ainda asseveram que a forma mais tradicional de terceirização no Brasil ocorre sob a forma do trabalho em domicílio, com a contratação de trabalhadores autônomos, com remuneração por produção, com a realização do trabalho na própria casa, uma maior presença do trabalho feminino, o que é mais comumente observado na indústria de confecções e de couro. Essas características podem ser observadas na produção do APL de Confecções em Pernambuco.

⁴⁰ Thébaud-Mony e Druck (2007) definem como: “processo que tem como condicionantes macroeconômicos e sociais derivados de uma nova fase de mundialização do sistema capitalista, hegemonizado pela esfera financeira, cuja fluidez e volatilidade típicas dos mercados financeiros contaminam não só a economia, mas a sociedade em seu conjunto, e, desta forma, genêraliza a flexibilização para todos os espaços, especialmente no campo do trabalho” (p. 29).

Neste contexto, as empresas individuais são uma das modalidades mais utilizadas atualmente no país, sob a ideologia do empreendedorismo, forçando os trabalhadores a alterarem sua personalidade jurídica, registrando em seu nome uma pequena empresa. Assim, transforma-se o trabalhador assalariado em “empresário”, numa relação formal “entre iguais”, demarcada pela perda dos direitos trabalhistas, num processo categorizado por Oliveira (2011) como *“formalização” do informal*.

A informalidade tem forte relação com o desemprego e a precarização do trabalho, que respondem materialmente pelas necessidades de rentabilidade financeira do capital, pois o mercado de trabalho altamente restritivo empurra os trabalhadores para essa esfera.

É interessante a análise que Tavares (2004) traz sobre a informalidade e seus nexos com o capital⁴¹, à medida que o trabalho informal assume importantes funções para a produtividade capitalista, representando uma nova adequação da organização da produção às exigências de valorização do valor. A autora sustenta que:

Os mecanismos de terceirização, ao realizarem essa adequação, estabelecendo uma interação entre o trabalho informal e a produção capitalista, suscitando um segmento moderno dessa forma de trabalho, que tende a se generalizar pela natureza flexível que o caracteriza. Nesses termos o trabalho informal deixaria de ser intersticial ou suplementar para, cada vez mais, tender a tornar-se parte do núcleo capitalista. Essa possibilidade **nos impele a desmontar a rede que tenta tornar invisíveis os fios com os quais o trabalho informal é articulado à produção capitalista** (grifos nossos) (TAVARES, 2004, p. 131).

⁴¹ Tavares (2004; 2010) apresenta em seu estudo duas definições contrapostas sobre trabalho informal, uma concepção dualista e outra da subordinação. A concepção dualista, elaborada pela OIT, em 1982, em relatório sobre a econômica do Quênia, apresenta uma cisão entre o trabalho formal e informal, o trabalho informal aparece como oposto ao formal, tendo como características: facilidade de acesso à atividade; utilização de recursos locais; propriedade familiar; escala de atividade reduzida; uso de tecnologia que privilegia o recurso à mão-de-obra; qualificação adquirida fora do sistema oficial de formação; mercados concorrenciais e sem regulamentação. Por outro lado o trabalho formal possuiria as seguintes características: dificuldade de entrada; utilização frequente de recursos estrangeiros; empresas organizadas em sociedade corporativa; grande escala de operação; utilização de tecnologia importada e *capital-intensive*; qualificação formal dos engajados no setor e por empregar mão-de-obra estrangeira; mercados protegidos, por tarifas, quotas e licenças. Para Tavares, essas características são essencialmente técnicas, não havendo um marco conceitual que defina o setor, sendo demonstrado pela prática que dificilmente haverá um setor que reúna todas as características descritas. A autora se reporta à definição de Carvalho (1986), que faz uma síntese de vários autores, para quem o “setor informal” é constituído por “um conjunto de indivíduos ou pequenas empresas que se dedicam a atividades não regulamentadas, de fácil acesso e baixo nível de tecnologia e produtividade, oferecendo precárias condições de estabilidade, ocupação e renda aos seus trabalhadores” (CARVALHO, 1986 apud ibidem, p. 32).

Não é a toa que essa modalidade de trabalho encontra defesa nos mais diferentes sujeitos políticos e econômicos, a exemplo do Estado, em suas formulações de políticas e de instrumentos jurídico-legais que favorecem essa prática, bem como o empresariado e instituições privadas, com destaque para o SEBRAE, cujo *slogan* tem tido bastante sucesso: “*pequenas empresas, grandes negócios*”.

Vale ainda ressaltar que a informalidade, sob a forma de terceirização, que é uma forma de exploração do trabalho, permite ao capital uma liberdade nunca antes experimentada, pela possibilidade de fragmentar, deslocalizar e terceirizar a produção, respondendo aos propósitos da flexibilização.

O capital mantém o trabalhador fora da fábrica, mas continua alienando e extraíndo a mais-valia por ele produzida, assim diminuem os custos com maquinarias e infraestrutura básica à produção e retira-lhe qualquer direito trabalhista que teria caso estivesse no interior da fábrica, fazendo-o ainda acreditar que é autônomo e empreendedor, que é quem decide sobre a produção e que é o dono do que produz.

O incentivo ao trabalho informal, sob as formas de trabalho autônomo, domiciliar ou terceirizado, se constitui na alternativa de trabalho para maioria quase absoluta dos trabalhadores no município de Toritama, o que acarreta em uma forte precarização das condições de trabalho.

Outros termos também têm sido utilizados em lugar de trabalhador informal, por conferirem um maior *status*, tais como autônomos, liberais, empresários. A utilização desses termos também se relaciona com o fato de esses conceitos terem raízes no Estado, pela via dos registros, impostos, taxas, licenças, etc., sendo evidentes as tentativas do Estado de transformar o informal em formal, mas mantendo as mesmas características, criando para isso uma legislação específica.

O que se pode inferir dessa ação do Estado é que há uma tentativa de legitimar formas precárias de trabalho, que historicamente eram tidas como atrasadas, e ainda aumentar os rendimentos com a arrecadação tributárias desses trabalhadores, não se observando, por outro lado, uma legislação que garanta os direitos trabalhistas⁴².

⁴² Sobre esse assunto, realizaremos mais adiante uma discussão sobre o Programa Empreendedor Individual, que tem sido bastante estimulado pelos agentes públicos e privados.

A autora afirma o trabalho informal como útil ao capital e não como algo externo ou independente do mesmo. Pelo contrário, esta modalidade tem sido utilizada por diferentes empresas capitalistas, sob a forma de trabalho assalariado por peça. Ademais, a pequena produção só é possível porque há uma “permissão” por parte do capital de essas pequenas empresas ocuparem alguns espaços, podendo a qualquer momento serem (re)assumidos pelo grande capital.

Tavares afirma que:

[...] muitos trabalhadores são explorados sob formas diminutivas, como expressam as denominações usuais: “pequeno capital”, “pequena produção”, “pequena empresa”. Organizados em cooperativas, associações, empresas e até familiarmente, os trabalhadores disponibilizam a sua força de trabalho sem vínculo empregatício para o núcleo capitalista, demonstrando a concretude da relação entre trabalho informal e capital (ibidem, p. 29).

O fato de a relação se dar informalmente não faz com que o trabalhador deixe de ser impotente nesse processo, visto que o trabalho é executado mediante planejamento externo, pela empresa que o contrata, que planeja e comanda diretamente esse trabalho, como parte de um trabalho coletivo: “Assim, apesar de a compra da força de trabalho ser mascarada pelas formas já abordadas, o momento da produção é determinante da funcionalidade do trabalho informal ao capital” (ibidem, p. 31).

No ciclo produtivo de Toritama, muitas empresas terceirizam⁴³ parte de sua produção para trabalhadores em domicílio ou pequenas facções, fazendo o pagamento através do salário por peça, a preços muito baixos, que obriga os trabalhadores a intensificarem a jornada de trabalho, muitas vezes trabalhando durante horas a fio e envolvendo todos os membros da família, inclusive crianças e idosos, para darem conta da produção.

A base do trabalho doméstico é, segundo Marx (1980), o salário por peça. Tavares (ibidem) afirma, sobre o salário por peça, que este se ajusta muito bem ao atual momento de reestruturação produtiva, em que o Estado torna-se ainda mais

⁴³ Tavares (2010) afirma que há um novo modelo em voga, conformado por um núcleo, uma espécie de *empresa-mãe*, circundado por empresas pequenas, que funcionam como os antigos departamentos da empresa fordista: “Esse arranjo explica o fenômeno da terceirização, mecanismo que se propaga e que se traduz em diferentes formas de organização da produção, propiciando novas modalidades de exploração, algumas delas sob a ilusão do trabalho autônomo” (p. 31).

permissivo do ponto de vista de uma maior exploração do trabalhador e extração de mais-valia.

Ora, Marx (1980) afirma que esta modalidade de trabalho dá a falsa impressão de que não há a determinação do fator tempo na produção e que o produto, valor de uso, não resulta da força de trabalho, do trabalho vivo, mas aparece como a materialização do trabalho no produto. O autor sustenta que o salário por peça corresponde ao tempo despendido pelo trabalhador pelo número de peças que este produziu, ou seja, o tempo continua sendo determinante para estabelecimento do valor diário da força de trabalho, sendo o salário por peça “apenas uma forma modificada do salário por tempo” (p. 639).

A pesquisa realizada pela Fundaj revela dados bastante expressivos sobre essa questão:

Tabela 3 – Valor pago por unidade produzida, Toritama

Atividade	Valor R\$
Corte a mão	R\$0,20
Corte com máquina	R\$0,25
Costura dos bolsos	R\$0,16
traseiros	
Costura do zíper	R\$0,09
Revés do bolso	R\$0,03
Abanhado do bolso	R\$0,03
Abanhado da perna	R\$0,08
Lixar	R\$0,25
Esponjado	R\$0,25 a
	R\$0,30

Fonte: Fundaj. Pesquisa direta.

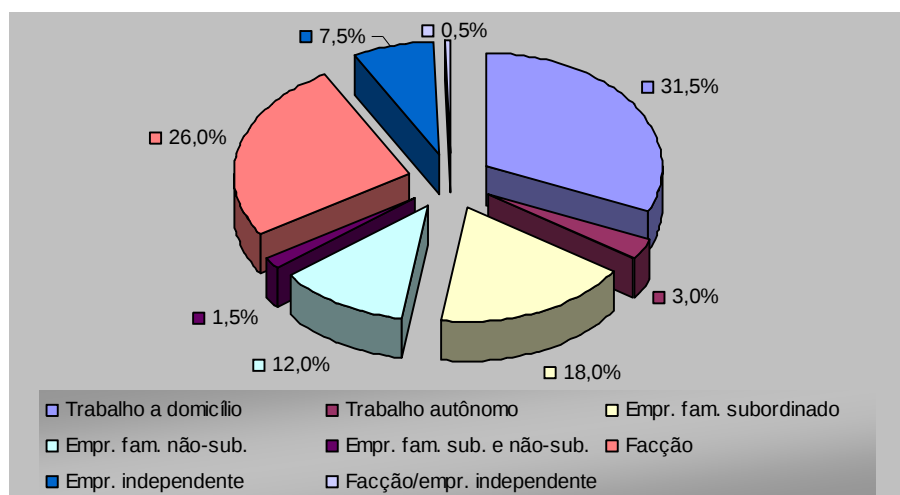
Os dados demonstram como o pagamento por peça é baixo, o que obriga os trabalhadores a estenderem a jornada de trabalho para poder compor um salário razoável. A pesquisa ainda atesta que os trabalhadores em domicílio costumam executar poucas etapas do processo produtivo (52,4% realiza até duas atividades) e, na maioria das vezes, muito simples, como: limpar a peça (isto é, cortar os fios sobranes); cortar a aba do bolso; colocar elástico; costurar o zíper, entre outras.

Nesse caso, a qualificação ou habilidade requerida para o exercício do trabalho é mínima.

A grande maioria dos trabalhadores a domicílio é do sexo feminino (84,1%). O maquinário utilizado é, em boa parte das vezes, emprestado ou cedido por algum parente ou pelo contratante do serviço, exceto a máquina de costura reta, a qual 73% são de propriedade do trabalhador que a utiliza. Recebem, em média, R\$113,90 por semana (rendimento 9% superior ao salário mínimo vigente na época da pesquisa). O rendimento semanal mediano é R\$75,00.

A pesquisa ainda informa sobre a expressividade do trabalho domiciliar neste arranjo produtivo:

Gráfico 2 – Distribuição das configurações produtivas nos domicílios de Toritama



Fonte: Fundaj. Pesquisa direta.

Os dados mostram que a maior parte da produção 31,5% ocorre no espaço domiciliar. O trabalho domiciliar e o salário por peça são formas arcaicas que se combinam com o novo. O trabalho por peça mistifica o assalariamento, que continua sendo a base da sociedade capitalista e o trabalho domiciliar contribui para a falsa impressão de trabalho autônomo.

Marx (1980) afirma que o trabalho a domicílio, diferentemente da economia camponesa, se constitui numa seção externa da fábrica, da manufatura ou do estabelecimento comercial. O capital põe em movimento, por meio de “fios invisíveis”, uma massa de trabalhadores a domicílio, também a seu comando, havendo a agravante de que esses trabalhadores são expostos a condições ainda

mais precárias do que aqueles que se encontram no interior da fábrica, ficam expostos a condições mais insalubres de trabalho, com a presença de substâncias tóxicas sem nenhuma proteção, com a falta de máquinas apropriadas, falta de espaço, luz, ventilação, e com maior irregularidade do emprego, acarretando em uma maior concorrência entre os trabalhadores.

Tavares (2010) afirma, a respeito do trabalho domiciliar, que apesar de este ser confundido com externalização, com liberdade, na verdade significa a saída de partes da produção do interior da fábrica, transformando a casa do trabalhador em local de trabalho, tendo este que trabalhar indefinidamente, sem direito de restrição deste ato, sem gozar de nenhum direito social, nem trabalhista.

Em Toritama, conforme dados da Fundaj:

Apenas 33% das unidades produtivas possuíam iluminação considerada adequada pelos entrevistadores, 23,5% possuíam ventilação adequada e 11,5% condições acústicas consideradas adequadas. [...] Nas unidades produtivas, nas quais foi possível a observação, os trabalhadores não utilizavam equipamentos de proteção individual como: protetor auditivo, óculos de segurança e respirador. A cadeira utilizada pelos trabalhadores foi considerada adequada em apenas 6% das unidades produtivas⁴⁴. Aliás, em 30% delas nem sequer existiam cadeiras. Os entrevistadores também observaram as condições de higiene e as instalações elétricas do local de trabalho e avaliaram que somente 31,5% e 30%, respectivamente, podiam ser considerados como adequados (GOMES; CAMPOS, 2009, p. 17).

As imagens abaixo expressam as precárias condições em que o trabalho é realizado:

Figura 1 – Adolescente trabalhando em facção



Fonte: Própria

Figura 2 – Aprontadoras terceirizadas



Fonte: Própria

⁴⁴ As cadeiras utilizadas são, em boa parte dos casos, vendidas de porta em porta. São cadeiras de fio de plástico e quando os fios se quebram são substituídos por tiras de jeans, de pneus ou de couro.

Figura 3 – Costureiras em facção



Fonte: Própria

Figura 4 – Facção de aprontamentos



Fonte: Própria

Observa-se que o ambiente de trabalho é extremamente caótico, não oferecendo ao trabalhador condições adequadas ao exercício do trabalho. Essa situação nos remetem ao surgimento do capitalismo, em que os trabalhadores eram submetidos a condições altamente degradantes de trabalho, que lhes afetava a saúde e reduzia a expectativa de vida.

De acordo com a pesquisa da Fundaj, tendo em vista o caráter subordinado da produção na maioria das unidades analisadas, a jornada de trabalho é variável, dependendo, nesse sentido, das encomendas recebidas. Os trabalhadores assalariados informaram ter trabalhado, em média, 39 horas na semana de referência da pesquisa e 56,7 horas na semana de maior encomenda. Cerca de metade dos trabalhadores entrevistados (52,5%) afirmou ter trabalhado até 44 horas na semana de referência (jornada legal no Brasil). Nesse sentido, o percentual de trabalhadores que realizou jornada extra é muito elevado: 47,5% (ver Tabela 2).

Tabela 4 – Trabalhadores entrevistados distribuídos por jornada de trabalho semanal, Toritama – 2008

Horas de trabalho na semana	%
Menos de 22 horas	23,1
De 22 a 44 horas	29,4
De 44 a 66 horas	38,5
De 66 a 88 horas	7,7
88 ou mais horas	1,4
Total	100

Fonte: Fundaj. Pesquisa direta.

Há, pois, uma agravante para o trabalhador sob a modalidade salarial de salário por peça, visto que aqui a figura do inspetor, aquele que controla o tempo e a qualidade da produção, torna-se desnecessária, já que o produto tem que ter uma qualidade média para que o salário por peça seja pago, e a intensidade maior de trabalho é responsável pelo aumento diário ou semanal do salário. No entanto, à medida que se aumenta o número de peças produzidas no mesmo tempo, há, na realidade, uma diminuição real dos salários. Isso pode ser observado em Toritama:

Por exemplo, um trabalhador que costura os bolsos traseiros da peça em jeans precisará costurar cerca de 648 vezes um par de bolsos por semana para atingir um salário mínimo ao final do mês. A montagem e costura de uma calça, por exemplo, custa algo em torno de R\$2,50 para a empresa. Mas além do salário por peça foi encontrada outra forma de remuneração, a qual é baseada no “volume de trabalho” e consiste no seguinte: o empregador “avalia” a quantidade de trabalho e efetua o pagamento. Essa é, por exemplo, uma forma de remuneração comum entre os “aprontadores”, indivíduos que limpam, numeram e embalam as mercadorias. Esses dados parecem evidenciar que a competitividade da produção toritamense se sustenta, em grande medida, na utilização extensiva de força de trabalho barata (Gomes; Campos, 2009, p. 13).

Assim, o que se pode apreender dessas modalidades é que contribuem ainda mais para a exploração do trabalhador. Neste contexto, o capital lança mão de formas novas e arcaicas para explorá-lo, fazendo isso de forma ainda mais mistificada, de modo que parece ao trabalhador que é ele quem tem o controle do seu próprio trabalho. A realidade derrui o argumento da autonomia tão disseminado pelos agentes locais.

Para o trabalhador, o salário por peça aliado ao ritmo intenso de trabalho propicia rendimentos razoáveis considerando a realidade da região, assim, o trabalhador consegue muitas vezes ter rendimentos superiores ao salário mínimo. No entanto, isto se dá à custa da realização do trabalho a ritmo estafante, sem qualquer proteção social e trabalhista. A precarização do trabalho acaba sendo assimilada pelo trabalhador como autonomia e espírito empreendedor. Os discursos em torno desse argumento conseguem, geralmente, capturar a subjetividade do trabalhador, que passa a naturalizar e requalificar a sua própria exploração e precarização como autonomia e espírito empreendedor.

Nesse processo, entendemos que a formação profissional tem um papel estratégico no sentido de reafirmar ou não esses argumentos, contribuindo para a

manutenção do consenso em torno do progresso e do desenvolvimento daquela região.

1.2.1 A superexploração do trabalho como base da produção em Toritama

Além da utilização da modalidade de salário por peça, observa-se no APL de confecções do Agreste, em especial no município de Toritama, a ampliação da jornada de trabalho e a intensificação da utilização da força de trabalho. Grande parte dos trabalhadores é terceirizada e trabalha no próprio domicílio ou em pequenas facções, que muitas vezes não possuem as condições mínimas de trabalho e de salubridade.

Concordamos com Tavares (2004), quando esta afirma que a transferência da produção para as residências dos trabalhadores, além de se configurar numa invasão ao ambiente familiar do trabalhador, proporciona a prática do trabalho não-pago, que incorpora toda a família, incluindo crianças e idosos, não deixando lugar para as outras dimensões humanas da vida do trabalhador e sua família.

É exatamente isso observamos na realidade pesquisada, onde os baixos preços pagos pela produção pressionam esses trabalhadores e sua família a trabalharem por longas jornadas, intensificando o processo de trabalho, para darem conta de uma produção que lhes garanta o mínimo necessário para sua sobrevivência, não lhes restando espaço para a satisfação de outras necessidades, como o acesso ao lazer por exemplo.

Esse processo encontra suporte na categoria da superexploração do trabalho⁴⁵. Marini (2005), aborda a superexploração do trabalho em “A Dialética da Dependência”⁴⁶ e explica os condicionantes da reprodução ampliada do capital no continente latino-americano a partir da superexploração do trabalho. Realizar este movimento de reflexão é, a nosso ver, essencial para a compreensão das relações de trabalho no contexto do município de Toritama.

⁴⁵ Elaborada por Ruy Mauro Marini, essa categoria corresponde a um movimento de mediação com a teoria marxiana, na qual o pensador aborda a concretude da dependência latino-americana e da exploração do trabalho no continente, guardando as particularidades do nosso contexto histórico.

⁴⁶ A obra original foi publicada em 1973.

Entendemos ser necessário realizar algumas mediações com o contexto contemporâneo, mas insistimos que há uma atualidade nodal nas reflexões feitas pelo autor.

Marini realizou uma importante contribuição para pensarmos as relações que se estabelecem entre as economias do centro e a periférica. No seu estudo sobre a relação dialética e complementar entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, o autor contraria as visões vigentes de que o subdesenvolvimento, presente nas economias periféricas, seria passível de correção. Através desse argumento entendia-se o subdesenvolvimento como uma fase anterior ao desenvolvimento, numa perspectiva etapista da história. O autor asseverava, no entanto, haver uma relação dialética e complementar entre os dois termos, sendo o subdesenvolvimento resultado do que determina o desenvolvimento, na lógica da acumulação capitalista (CARCANHOLO, 2005).

Apresenta como condicionantes históricos da dependência as perdas sofridas nos termos da troca entre a periferia e o centro; a remessa dos excedentes criados na periferia para os países centrais; e a instabilidade do mercado internacional, que provoca o aumento das taxas de juros. Dessa forma, uma grande quantidade de mais-valia extra é transferida para o centro. O capital externo presente nos países periféricos reparte os lucros e os dividendos e os remete para os países centrais. A transferência de valor ainda se dá através da dependência tecnológica (*royalties*).

Dessa forma, a maneira encontrada pela economia dependente é aumentar a produção de excedentes, o que se realiza através da superexploração da força de trabalho, que se expressa, atualmente, no arrocho salarial, na extensão da jornada de trabalho e no aumento da sua intensidade. Assim, a superexploração do trabalho tem garantido a dinâmica capitalista na periferia (CARCANHOLO, 2005).

O aumento da exploração do trabalhador aparece como uma tentativa de ampliação da mais-valia, obtida a partir de uma maior exploração do trabalhador em detrimento do aumento da capacidade produtiva, face ao problema colocado pela troca desigual para a América Latina.

Marini retoma a formação sócio histórica do continente, demonstrando que, desde os primórdios de sua formação, a economia se baseara na produção e exportação de bens primários para a metrópole, em troca de manufaturas de consumo. Os países dependentes constituíram-se na base para a formação da grande indústria moderna, pois forneciam os insumos agrícolas, criando uma oferta

mundial de alimentos e oferecendo matérias-primas, o que permitia a especialização de partes dessa sociedade em atividades especificamente industriais.

Instaurou-se, pois, um desequilíbrio entre os preços e valores das mercadorias importadas e exportadas, o que provocou o recurso a uma maior exploração do trabalhador, ao invés de um aumento da capacidade produtiva do trabalho, visando à obtenção de lucro.

A exploração do trabalho, nesta conjuntura histórica, se dá através do aumento da intensidade e da jornada de trabalho, bem como da redução do consumo do operário além do seu limite normal, no qual há, nos termos de Marx, a transformação do fundo de consumo do operário em fundo de acumulação do capital, havendo o aumento do tempo de trabalho excedente (MARINI, 2005)⁴⁷.

Nos três mecanismos supramencionados a característica essencial consiste na negação das condições necessárias ao trabalhador para repor sua força de trabalho. Significa, pois, que o trabalho passa a ser remunerado abaixo do seu valor, o que corresponde a uma superexploração do trabalho.

Para Marini isso se devia ao fato de que, historicamente, aqui, diferentemente das outras economias, a circulação se separava da produção, que se efetuava no mercado externo. Assim, o consumo individual do trabalhador não interferia na realização do produto, havendo, portanto, uma exploração ao máximo da força de trabalho do operário, sem uma preocupação em criar condições para que esta força de trabalho fosse reposta, apenas substituindo o operário pela incorporação de novos “braços” ao processo produtivo.

Logo, naquele momento, “o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação para o mercado mundial deprime os níveis de demanda e erige o mercado mundial como única saída para a produção” (MARINI, 2005, p. 165).

No entanto, essa questão descrita por Marini na sua categorização sofre, a nosso ver, modificações ao longo do tempo e tem sido fruto de algumas polêmicas⁴⁸, pois não podemos mais falar na inexistência de um mercado interno na nossa

⁴⁷ Esse quadro foi responsável pela forma como tem se realizado a economia industrial latino-americana na atualidade, pois seu ingresso na etapa da industrialização se deu a partir das bases criadas pela economia de exportação, com efeitos decisivos sobre a exploração do trabalho, continuando a haver uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que continuam a se constituir no centro vital do processo de acumulação, uma superexploração dos trabalhadores como forma de equilibrar os níveis de lucratividade com o contexto externo.

⁴⁸ Ver Carcanholo, 2005; Fontes, 2010; Souza, 2012.

economia nas últimas décadas. Tem se constituído no país e, mais recentemente nas regiões menos desenvolvidas como o Nordeste, a formação de um amplo mercado interno consumidor, que movimenta a economia local e exige, como pressuposto a garantia de uma renda mínima ao trabalhador para que este seja um consumidor em potencial⁴⁹.

Neste sentido, Araújo (2011) afirma, em matéria da *Revista Carta Capital*, que a distribuição de renda tornou-se de fato uma política de desenvolvimento. A emergência de um mercado consumidor interno tem sido balizada enquanto atrativo para a instalação de empresas nessa região, não sendo mais o incentivo fiscal o único fator determinante neste processo de atração.

Guardadas as devidas ressalvas em relação às políticas de cunho compensatório e fragmentado, como os programas de transferência de renda em voga no país, temos de fato uma nova contextualidade se delineando, com a formação de um mercado consumidor interno, que necessita que os trabalhadores tenham níveis mínimos de rentabilidade para poder consumir.

Permanecem centrais, no entanto, a ampliação da jornada de trabalho e intensificação do uso da força de trabalho enquanto fatores estruturantes da superexploração do trabalho na atual dinâmica capitalista, bem como o rebaixamento dos salários reais, em favor de formas precárias de obtenção de renda, como o salário por peça, o pagamento por produtividade, o acesso a programas de transferência de renda, o acesso à crédito “a perder de vista”, que garantam que os trabalhadores consumam no mercado.

Essa questão, não inviabiliza, no entanto, a pertinência da categoria da superexploração para entendemos o fenômeno que tem ocorrido na realidade estudada, à medida que os trabalhadores são submetidos a uma maior exploração, em detrimento do aumento da sua capacidade produtiva.

Há um aumento da intensidade e da jornada de trabalho, o que na realidade acaba diminuindo o rendimento dos trabalhadores e aumentando a extração da mais-valia, mesmo que aparentemente eles estejam acessando uma renda. Como as suas necessidades não têm sido atendidas satisfatoriamente através da proteção

⁴⁹ Vale ressaltar que, mesmo que ainda seja discrepante em relação aos mercados consumidores do eixo sul-sudeste, é emblemático neste processo as taxas de crescimento que a região Nordeste tem alcançado. Conforme recente matéria da *Revista Carta Capital*, publicada em dezembro de 2011, a economia nordestina, desde 2004, tem sofrido forte impulso pelos programas sociais do tipo Bolsa Família, bem como com a política de recuperação do salário mínimo e das aposentadorias rurais.

social, esses trabalhadores precisam buscar individualmente, geralmente pela via do consumo, o atendimento mercantil às suas necessidades básicas.

Compreendemos, pois, que as condições estruturais da dependência continuam e as novas condições de consumo determinam um processo ainda maior de alienação por parte do trabalhador, que entende que sua cidadania se realiza na esfera do consumo, que vem a fortalecer a conformação do “cidadão consumidor”, nos termos de Mota (2000).

1.3. A estruturação da qualificação profissional no Arranjo Produtivo Local (APL)

“Um grande mal-estar que paira sobre o mundo do trabalho, além do medo das perdas constantes de emprego, é causado pela angustia vinculada à necessidade, por parte do trabalhador, de estar atualizado em relação ao conhecimento das evoluções tecnológicas que, mesmo assim, não tem resolvido suas necessidades sociais”.

(VASAPOLLO, 2004, p. 160).

No contexto do Arranjo Produtivo Local há uma forte discussão por parte de seus agentes acerca da relevância da formação profissional enquanto elemento estratégico para o seu desenvolvimento. Nos APLs brasileiros, o conhecimento e as formas de aprendizagem são apresentados como capazes de desempenhar um papel estratégico para o desenvolvimento e para a difusão de processos inovativos. Verifica-se nessas experiências o discurso sobre o deslocamento da produção material para a produção do conhecimento, que aparece como elemento articulador e garantidor de dinamismo e sustentabilidade.

Esse processo integra o quadro mais geral, em que a atual fase do capitalismo tem sido apontada como “Nova Economia” ou “Economia do Aprendizado e do Conhecimento”:

Sabe-se que o desenvolvimento depende predominantemente da capacidade de gerar e aplicar produtivamente o conhecimento, condição indispensável para o fortalecimento da produtividade, da competitividade e do capital social (CASSIOLATO; LASTRES; SPAZIRO, 2000, p. 03).

Nesta discussão sobre a importância do conhecimento, a educação também é uma temática fundamental. Há, neste sentido, uma preocupação com as reformas necessárias às instituições de ensino, tendo em vista a necessidade do estabelecimento de mecanismos ou processos de educação permanente e reciclagem, sem os quais a economia não poderia se desenvolver.

Nessa direção, a inovação, no sentido amplo, tecnológica e social, torna-se o objeto-chave para as políticas e estratégias de desenvolvimento e os processos de criação e desenvolvimento de capacitações/aprendizagem são apresentados como elementos essenciais.

A nova configuração no mercado de trabalho, com uma crescente desregulamentação, assim como uma maior flexibilidade e mobilidade, que provoca diminuição dos postos formais de trabalho e o aumento do trabalho autônomo (que trabalham por conta própria e/ou empreendem novos negócios) e informal, bem como o crescimento de contratos de trabalho temporários em detrimento daqueles por tempo indeterminado, também é responsável por uma nova forma de concepção e prática de qualificação profissional.

Comparativamente aos distritos italianos, observam-se no Brasil experiências de diversas instituições em parceria, principalmente, com o SEBRAE, para a promoção da qualificação profissional neste ambiente produtivo. Esta instituição tem coordenado a discussão sobre a inovação e o aprendizado nas experiências brasileiras, assumindo os processos de capacitação e treinamento junto aos trabalhadores dos APLs, tendo definido a *Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais*.

Na nossa pesquisa, ficou evidente o importante papel que o SEBRAE tem desempenhado naquela realidade enquanto agente articulador das ações estratégicas ao desenvolvimento do Pólo. O SEBRAE tem direcionado iniciativas voltadas à qualificação profissional, com a promoção de capacitações e palestras direcionadas ao ramo de confecções, bem como a prestação de serviços de assessoria aos empreendedores da região, prioritariamente os formais ou em processo de formalização.

Segundo Amaral (2008), esta instituição tem agido

[...] na perspectiva de identificar o conhecimento das inovações, das tendências, das oportunidades e das ameaças identificadas no ambiente, bem como de apoiar essas iniciativas em função de torná-las empreendimentos exitosos no interior da nova divisão do trabalho (p. 16).

O SEBRAE é um importante difusor da ideologia empreendedora, que sustenta a crença de que o país vai se desenvolver a partir das pequenas empresas. Concordamos com a autora quando esta afirma, sobre esta instituição, que:

[...] sua intervenção é direcionada à formação e disseminação de uma cultura empreendedora que funciona como mecanismo de adequação às exigências produtivas, como se o acesso ao acervo de conhecimento e informações, donde derivam as inovações, fossem acessíveis ao conjunto dos trabalhadores e modificassem suas condições de subordinação ao capital (ibidem, p. 17).

Outro aspecto relevante desse processo é a ausência quase total do Estado na elaboração das políticas de formação profissional. Este tem confiado ao mercado a função de formar para o mundo do trabalho, que nesta realidade tem assumido as características de precarização e flexibilidade, em um contexto de desregulamentação do trabalho.

No interior do APL de Confecções do Agreste, ficou evidente que quem tem assumido, prioritariamente, o direcionamento das ações de qualificação profissional são as instituições de ensino que compõem o Sistema S: como o SEBRAE Caruaru; o SENAI Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru; assim como o Instituto Tecnológico de Pernambuco – ITEP/Centro Tecnológico da Moda Caruaru; e as Faculdades e Universidades locais⁵⁰.

Em estudo realizado sobre o Pólo, Araújo (2006) descreve sobre as instituições de ensino ali presentes expressando que:

A visão corrente das principais instituições ensino, sejam instituições de ensino técnico, sejam instituições de ensino superior, aponta, para as necessidades do mercado de trabalho. A demanda por profissionais técnicos qualificados e capacitados para operar máquinas mais atualizadas, profissionais com funções gerenciais, que possam atuar no controle dos processos de produção, profissionais habilitados e com formação acadêmica em *desinger* de moda, trabalhando na criação de peças ergométricas, confortáveis e padronizadas, fizeram com que naquela região se instalassem instituições capazes de prover tais habilidades às empresas (como o SENAI, Faculdades, etc.), o que diretamente aumenta a qualidade percebida dos produtos (p. 123).

⁵⁰ O mapeamento e a caracterização das instituições envolvidas no processo de formação profissional diretamente relacionadas ao Pólo de Confecções será melhor explicitado no próximo capítulo.

O autor ainda afirma que as ações promovidas pelo SEBRAE, em parceria com as associações locais (ASPAC, ASCIT, ACIC) e o Sindivest, podem ser consideradas eficientes, no sentido de transformar o Pólo de Confecções em Pólo da Moda. Mesmo no comércio local observa-se um crescimento no padrão de exigência dos consumidores. “As peças de vestuário precisam ser mais uniformes, ter bom ‘caimento’ e acabamento” (p. 121).

Assevera ainda que:

Ações como a organização de missões de compradores, treinamentos e suportes técnicos e gerenciais na sede das associações comerciais culminaram por difundir a ideia de uma maior profissionalização do setor. Percebe-se que os empresários locais fazem questão de indicar que atualmente produzem moda, ao contrário da visão que anteriormente existia (ibidem, p. 121).

Para obter a padronização dos produtos e sua colocação dentro das normas industriais, são realizados cursos para a qualificação da força de trabalho existente, capitaneados pelo SEBRAE. Nos discursos dos agentes locais é enfatizada a necessidade de os industriais pernambucanos continuarem investindo em máquinas e equipamentos atualizados, em qualificação técnica e gerencial de seus funcionários, gerentes e proprietários, pois só assim conseguirão fixar suas marcas na mente dos consumidores, tendo em vista a qualidade dos produtos comprados (ibidem).

A compreensão é a de que a difusão da inovação como processo de aprendizagem desempenha um importante papel no interior dos distritos industriais, pois a busca constante por experimentações de novos materiais e técnicas na produção permite melhorar o padrão dos produtos. São partes essenciais do processo de aprendizagem inovativa o *learning by doing* (melhoramento aliado à produção) e o *learning by using* (melhoramento associado ao uso do produto), “ressalta-se a importância de ver o distrito industrial como um ‘laboratório cognitivo’ um sistema cuja função básica é aprender” (CARMONA, 2006, p. 20).

No exame da literatura a respeito da temática, podemos observar a existência de um consenso por parte de diversos autores sobre a necessidade de se considerar o contexto social e político que moldam as capacidades inovativa das diversas realidades. Cassiolato, Lastres e Spaziolo (2000) explicitam as ideias de Chesnais e Sauviat, que usam o conceito de “investimento para inovação” e apontam o sistema educacional (desde o básico ao superior) como fator crucial para

o desenvolvimento. Johnson e Lundvall, também citados pelos autores, defendem a integração de perspectivas e estratégias e destacam a interdependência de diversos tipos de capital – de produção, intelectual, natural e social.

O conceito de capital social e o de capital humano são apontados como elementos-chave, juntamente com o de aprendizagem, para o desenvolvimento:

Assim, o que se chama de “capital social” – o tecido sobre o qual a teia de criatividade humana e capacidade inovativa pode se desenvolver – é o conjunto complexo de normas, comportamentos, valores e conhecimentos tácitos construídos histórica e culturalmente em cada sociedade (JOHNSON; LUNDVALL, apud ibidem, p. 06).

O conceito de capital humano enfoca a educação como forma propulsora do desenvolvimento econômico, o que contribui para torná-la funcional ao capitalismo, retirando-lhe o potencial emancipatório.

Sobre isto, Frigotto (1995) afirma o seguinte:

A luta é justamente para que a qualificação humana não seja subordinada às leis do mercado e à sua adaptabilidade e funcionalidade, seja sob a forma de adestramento e treinamento estreito da imagem do *mono* domesticável dos esquemas tayloristas, seja na forma da polivalência e formação abstrata, formação geral ou policognição reclamados pelos modernos *homens de negocio* e os organismos que os representam. A qualificação humana diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico. Está, pois, no plano dos direitos que não podem ser mercantilizados e, quando isso ocorre, agride-se elementarmente a própria condição humana (FRIGOTTO, 1995, p. 31-32).

Para o autor, a introdução, no campo da qualificação profissional, de conceitos como o do capital humano, desvirtua a educação profissional de seu papel, pois reduz a educação a uma esfera puramente econômica, que objetiva, exclusivamente, a preparação de uma força de trabalho para o mercado de trabalho, criando um fetiche no campo educacional.

Concordamos com Amaral (2008), quando ao tratar dos processos que envolvem a qualificação profissional, esta afirma que:

É, pois, na periferia do capitalismo, que a questão do conhecimento adquire uma particularidade, posto que os supostos desse contínuo processo de inovação e aprendizado – o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação – esbarram nas precárias condições de vida e de trabalho em que vive grande parte da classe trabalhadora dos países

periféricos, marcados por profundas desigualdades sociais e educacionais – que, diga-se de passagem, são traços da ação de uma burguesia que, no caso do Brasil mostrou-se, historicamente, anti-reformista e com uma imensa capacidade, em nome da valorização do conhecimento, de subordinar cada vez mais os trabalhadores ao seu projeto de classe (AMARAL, 2008, p. 54).

Concordamos que a educação sofre determinações dos interesses de classe e que os grupos que a manipulam podem apresentá-la como um complexo que tem autonomia absoluta, como forma de fetichizar sua função e articulá-la com a reprodução do *status quo*.

A pesquisa realizada no Pólo de Confeccões do Agreste nos permite afirmar que a maior parte do conhecimento adquirido pela massa de trabalhadores envolvidos com o trabalho informal ocorre através de processos mais simples de qualificação profissional, ou mesmo a partir de processos informais, em que o conhecimento é transmitido entre as gerações, através do chamado “conhecimento tácito”, tendo em vista a forma como se dá a produção neste APL, em que a maior parte é terceirizada e ocorre nos domicílios dos trabalhadores, que executam as etapas mais simples.

A menor parte dos trabalhadores se encontra inserida formalmente nas fábricas, executando processos mais complexos e lidando com máquinas que envolvem um maior grau de tecnologia e requerem uma qualificação profissional mais específica para esses processos.

Esta informação foi confirmada na nossa pesquisa, em que nos foi relatado pelos trabalhadores o não acesso a qualquer forma de qualificação profissional e que a aprendizagem se deu a partir da observação e do saber fazer. A única preocupação explicitada foi em relação à qualificação para a costura; alguns dos nossos entrevistados revelou haver um déficit de profissionais nesta área.

Mesmo no interior das empresas maiores, os trabalhadores ocupados nas tarefas mais simples relataram o aprendizado na prática, na observação; apenas aqueles trabalhadores envolvidos com os processos mais complexos da produção afirmaram terem participado de algum tipo de ação de qualificação profissional.

A escolaridade da população das principais cidades que compõem o Pólo também é um fator que merece destaque e nos ajuda a compreender melhor esse processo em que há uma dificuldade da população local acessar a educação profissional.

No ano de 2009, a avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁵¹ no município de Toritama foi 2,9 no ensino primário e 2,4 no ensino fundamental, em Santa Cruz do Capibaribe foi 4,2 e 3,3, respectivamente; e em Caruaru foi 4,0 e 3,4. Todos bem abaixo da nota considerada “boa” pelo Ministério da Educação (MEC), que é de 6,0. Vale destacar que no município de Toritama os níveis são os mais baixos entre as três cidades.

Ainda de acordo com dados do IBGE, as taxas de analfabetismo, em 2010, entre a população com 15 anos ou mais foram de 15,58% em Caruaru, 16,01% em Santa Cruz e de 20,60% em Toritama, também consideradas taxas bastante altas, principalmente em relação à média nacional, de 9,6%.

Assim, pudemos evidenciar que aquilo que foi discutido por Amaral (2008), ao estudar essa realidade, quando a mesma afirma que tendo em vista todo o cenário das condições de trabalho no APL de Toritama, bem como as precárias condições das instituições públicas na área da educação básica, parece que não há um lugar estratégico para o conhecimento nessa realidade, pelo menos para o tipo de conhecimento que tem sido propagado pelos impulsionadores do APL, enquanto elemento estratégico de difusão de novos conhecimentos e inovações.

A premissa da autora é de que as competências mais gerais requeridas neste momento pelo APL não representam um permanente processo de inovação e aprendizado, pelo menos para os trabalhadores do setor de confecções que realizam o trabalho sob condições precárias e superexploradas.

Sobre isso, Neves e Pronko (2008) nos informam sobre a diferenciação da formação voltada ao trabalho simples e ao trabalho complexo, amparadas na teoria marxiana, para quem trabalho simples se caracteriza por sua natureza indiferenciada, ou seja, dispêndio de força de trabalho que “todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo” (MARX, 1988, p. 51 apud ibidem); enquanto trabalho complexo se caracteriza por ser de natureza especializada, requerendo, por isso, maior dispêndio de tempo de formação daquele que irá realizá-lo.

⁵¹ O IDEB corresponde à “nota” do ensino básico no país, que vai de 0 a 10 e é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar (ou seja, com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o Saeb – para os Estados e o Distrito Federal, e a Prova Brasil – para os municípios.

O que observamos em Toritama foi a ampla existência de trabalho simples, realizado informalmente nos domicílios dos próprios trabalhadores, que não requer conhecimentos mais complexos por partes destes. Por outro lado, convivem na mesma realidade empresas maiores, onde são realizados os processos mais complexos da produção, sendo, em grande parte, voltadas para esses trabalhadores as ações de qualificação profissional ali empreendidas. Ou seja, percebemos numa mesma região a heterogeneidade tanto nas relações de trabalho, quanto nas formas como se realiza a produção, parte no interior das grandes empresas e parte externalizada, nos domicílios, que irão demandar conhecimentos diferenciados por parte dos trabalhadores, a depender da forma de inserção na cadeia produtiva.

As exigências do capital para a formação voltada ao trabalho simples e complexo sofrem alterações periódicas de conteúdo e preparação para o trabalho, haja vista que a produção material e simbólica se racionaliza pelo emprego diretamente produtivo da ciência para a reprodução ampliada do capital, tendo o trabalhador coletivo que se adaptar aos valores e práticas da cultura urbano-industrial.

As autoras afirmam que:

Nos primórdios do capitalismo industrial, o trabalho simples tinha um caráter predominantemente prático. No entanto, no capitalismo monopolista, com a organização científica do trabalho, elementos teóricos gerais e básicos passam a ser introduzidos na execução do trabalho simples. Enquanto este possuía um caráter eminentemente prático e os valores e as práticas sociais eram reproduzidos essencialmente através do cotidiano rígido de uma sociedade ainda majoritariamente agrária, o local de trabalho era ao mesmo tempo, o local de formação. No entanto, o aumento da racionalização do processo de trabalho produtor de mercadorias e a disseminação de novos valores e práticas próprios à convivência social urbano-industrial fazem com que a escola, cada vez mais generalizada, se constitua em um local específico de formação para o trabalho (p. 24).

Na atual configuração capitalista, o que tem sido colocado é uma imposição pela ampliação quantitativa dos anos de escolaridade básica e uma nova organização curricular voltada para o desenvolvimento de capacidades técnicas e de uma nova sociabilidade dos trabalhadores voltada para a reprodução ampliada do capital e para a obtenção do seu consentimento ativo para as relações de dominação e exploração burguesas na atualidade.

Do ponto de vista do capital, a formação para o trabalho simples serve para o aumento da produtividade do trabalho, bem como com a formação de um homem coletivo adaptado às novas exigências de exploração e dominação capitalistas.

Mais do que formar para o fazer profissional, a qualificação profissional carrega a possibilidade de uma formação mais integral do trabalhador, formando consciências e atitudes com um direcionamento classista.

A nossa pesquisa, por todas as características descritas que evidenciaram fortes traços de precarização do trabalho, nos levam a crer que as ações voltadas à qualificação profissional dos trabalhadores desse APL têm contribuído para imbuir no trabalhador um determinado consenso em relação às condições às quais está subordinado.

Neste sentido, Amaral (2008), traz o seguinte pressuposto acerca dos APLs:

[...] muito mais do que uma resposta econômica que efetivamente contribua para o crescimento de dada região, o desenvolvimento de arranjos produtivos locais passa a se constituir, em um contexto mais geral da dinâmica capitalista, numa construção político-ideológica que, ao ter existência no real, opera transformações subjetivas no trabalho, gerando novas identidades que reconstroem o trabalhador coletivo real, não mais na sua dimensão de classe organizada, mas de indivíduo que passa a ser um cidadão produtivo, inserido em uma determinada comunidade produtiva onde interagem diferentes sujeitos em torno de interesses comuns (p. 09).

Assim, identificamos um forte componente ídeo-político nas ações de qualificação profissional nesta realidade, que têm sido predominantemente direcionadas por instituições privadas, que possuem forte articulação entre si e atuam na conformação de consensos em torno de um projeto classista, que procura incutir no trabalhador a aceitação das suas condições precárias de trabalho como algo natural e positivo, por representar uma pseudoliberalidade, sob a ideologia do empreendedorismo.

O trabalho parece, cada vez mais, perder a perspectiva do direito, deixando de ser socialmente protegido e assumindo características extremamente precárias, como a terceirização e a informalidade. Como vimos, essas características não deixam de comparecer no APL de confecções, local em que o trabalho tem se realizado de maneira extremamente precária e socialmente desprotegido.

Assim, o capital e suas instituições, na busca pelo consentimento dos trabalhadores à exploração a que são submetidos, criam uma série de estratégias que visam envolver o trabalhador nesse processo.

Nesta experiência, o trabalho ocorre sob uma forte tônica da cultura empreendedora e parece haver um consenso por parte dos trabalhadores de que os ganhos do trabalho sob tais condições são benéficos e proporcionadores de desenvolvimento, como parte da dinâmica produtiva da cidade.

Por isso, a preocupação em aprofundar o conhecimento sobre as formas nas quais esse consenso é fomentado. Supomos que a formação profissional tem importante interferência nessa dinâmica produtiva, possibilitando uma reforma intelectual e moral, nos termos gramscianos, através de um verdadeiro “adestramento” deste aos interesses atuais do capital, alargando o seu campo de domínio.

O trabalhador é construído e reconstruído como novo homem adaptado aos novos padrões de produção. Assim são formados perfis que interferem na identidade de classe. Esse processo nunca teve tanta força como no atual contexto, em que, apesar de ser elemento imprescindível à produção de riquezas, o trabalho tem sido cada vez mais precarizado, situação que impõe ao trabalhador condições de trabalho extremas que se realizam, ainda, sob o cariz ideológico do empreendedorismo, que é confundido com autogestão, autonomia, liberdade; uma “falsa liberdade”, que, a nosso ver, facilita a exploração do trabalhador pelo capital.

Percebe-se, pois, que o terreno de estruturação da qualificação profissional nessa região periférica tem como base o contexto da reestruturação produtiva, que na periferia assume características de precarização, informalidade, superexploração, existência de uma massa de trabalhador com baixa escolaridade, sem qualificação ou com qualificação mínima.

Neste arranjo, predomina a heterogeneidade nos processos produtivos e, apesar de aparecer a discussão sobre as habilidades e competências requeridas pelo mundo de trabalho, o que parece haver, de fato, é a existência de uma base mínima de introdução de novas tecnologias com modalidades de trabalho mais complexas, necessárias à dinamização e garantia da circulação de mercadorias.

Tal realidade se apresenta como base de sustentação das novas configurações que assume a política de qualificação profissional no Pólo, com uma massa de trabalhador com qualificação mínima, o saber fazer para os trabalhos mais simples, e uma formação mínima para processos mais complexos, com forte intervenção do setor privado nessas ações que contribuem para conformar uma nova cultura do trabalho na região.

CAPÍTULO 02

Novas conformações da política de qualificação profissional e sua configuração no APL de confecções do Agreste de Pernambuco

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado.
MÉSZAROS, 2008, p.24

2.1. As relações entre qualificação profissional e trabalho na contemporaneidade

A relação entre trabalho e qualificação profissional tem sido fruto de um intenso debate⁵², tratada como uma relação intrínseca, pois as modificações que ocorrem na estrutura produtiva e no mundo do trabalho têm implicações diretas sobre a forma como se pensa e como se estrutura a qualificação profissional voltada à preparação da força de trabalho. Assim, o nosso objetivo inicial neste capítulo consiste em apreender as mediações existentes entre a totalidade e o nosso objeto de estudo, entendendo que são os elementos estruturais e conjunturais que nos auxiliam na compreensão das atuais configurações assumidas pela política de qualificação profissional, principalmente nas últimas décadas.

Na realidade brasileira, os processos sócio históricos guardam profundas relações de poder e de propriedade que se mantiveram ao longo do tempo, marcados por um quadro de exclusão, desigualdade e manutenção de privilégios da burguesia. São exemplos atuais disto a manutenção da estrutura latifundiária no campo, a desoneração das grandes riquezas, o pagamento da dívida interna e externa, a concentração extrema da riqueza e da renda, que geram quadros de indigência, miséria e violência social.

⁵² De acordo com Frigotto (1998), existem várias análises acerca da relação trabalho-educação, dentre as quais: Kuenzer, 1987; Frigotto, 1987; Arroyo, 1991; Nosella, 1993; Trein, 1996.

Assim, partimos da compreensão de que a qualificação profissional tem determinações advindas das novas configurações assumidas pelo modo de produção vigente, que inaugura um novo padrão produtivo e tecnológico no qual o ritmo das inovações tem sido bastante acelerado, o que impõe mudanças significativas nas relações de trabalho, no cenário de acumulação flexível.

A acumulação flexível significou, dentre outros aspectos, uma intensificação da compressão espaço-temporal⁵³, fruto de processos que visavam acelerar o tempo de giro do capital, tempo de produção associado com o tempo de circulação da troca, o que provocou um forte impacto sobre as práticas político-econômicas, sobre os equilíbrios do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural (HARVEY, 1998).

Harvey (ibidem, p. 140) entende que a produção flexível está:

[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, de mercados de trabalho, dos produtos e padrão de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Constitui-se um dos grandes desafios do capitalismo, no contexto de acumulação flexível, conseguir criar instrumentos ideológicos e disciplinadores dos trabalhadores, que lhes façam contribuir para a reprodução do capital. Neste sentido, e exército industrial de reserva tem servido como regulador do processo de subversão dos trabalhadores.

No ramo da produção passa a vigorar a introdução de novas tecnologias de base microeletrônica⁵⁴, que exigem novas formas de envolvimento do trabalhador e de subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital, inaugurando um novo

⁵³ Segundo Harvey (1992, p. 219), o conceito de “compressão do tempo-espaço” corresponde aos: “processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos”.

⁵⁴ Segundo Alves (1999, p. 102): “É claro que, na perspectiva histórica, o desenvolvimento da nova base técnica da produção microeletrônica é posterior à instauração do toyotismo nos anos 50. Entretanto, é nas condições da mundialização do capital, quando se impulsiona a introdução das novas tecnologias microeletrônicas na produção, que a “cultura organizacional” do toyotismo encontrará um solo fértil, adequado às necessidades técnicas da nova materialidade da indústria mundial: o avanço das iniciativas organizacionais de envolvimento do trabalhador, a captura da subjetividade operária, a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo (a auto-racionalização operária)”.

modelo de organização da produção, sob a base o toyotismo⁵⁵. Esse modelo possibilita novos níveis de flexibilidade para o capital, tendo em vistas as próprias exigências do capitalismo mundializado, que requer formas inovadoras de revalorização diante da sua crise de superprodução. Esse processo não significa, no entanto, um rompimento definitivo com a lógica do taylorismo-fordismo, configurando-se, antes de tudo, como uma “ruptura no interior de uma continuidade plena” (ALVES, 1999).

Ainda de acordo com Alves (ibidem, p. 81):

Os anos 80 podem ser considerados a “década das inovações capitalistas”, da flexibilização da produção, da “especialização flexível”, da desconcentração industrial, dos novos padrões de gestão da força de trabalho, tais como just-in-time / Kan-ban, CCQ's e Programas de Qualidade Total, da racionalização da produção, de uma nova divisão internacional do trabalho e de uma nova etapa da internacionalização do capital, ou seja, de um novo patamar de concentração e centralização do capital em escala planetária. Na verdade, foi a década de impulso da acumulação flexível, do novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo.

Este novo “paradigma” técnico produtivo, marcado pela mundialização das economias e pelo acirramento da concorrência entre capitais, teve impactos relevantes sobre o conjunto dos trabalhadores, principalmente do ponto de vista de sua subjetividade, terreno em que se materializam ações visando uma nova racionalização do trabalho.

A introdução de novas tecnologias na produção, com a utilização de nova maquinaria, vinculada à chamada “Terceira Revolução Tecnológica e Científica”, configura-se enquanto base material que exige nova forma de captura da subjetividade do trabalhador. Ocorre um salto expressivo na produtividade do trabalho, que tem “como pressuposto um novo tipo de envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista” (ALVES, 2005, p. 35). Há, neste processo, um movimento de “desespecialização”, ou polivalência operária, em que os trabalhadores são despojados de qualquer conteúdo concreto, o que significa a ampliação do trabalho abstrato e das pluri/multitarefa.

Procura-se, mais do que nunca, a reconstituição de algo que era fundamental na manufatura, o “velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado – a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho” (GRAMSCI,

⁵⁵ Modelo de produção criado pelo japonês Taichi Ohno, vinculado à Toyota,

1984, p. 397 apud ibidem, 1999, p. 104). No entanto, essa participação ativa deve estar em confluência com os interesses do capital, que tem buscado por meio da educação dos trabalhadores conservar seu poder de forma hegemônica, incorporando os trabalhadores ao seu projeto e buscando mais do que nunca o consentimento destes e novas formas de controle do trabalho.

Desta feita, criam-se novas formas de gestão da força de trabalho, que pressupõe um maior engajamento dos trabalhadores no processo produtivo – ou a auto racionalização do operário. Assim,

[...], uma característica central do toyotismo é a vigência da “manipulação” do consentimento operário, objetivada em um conjunto de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, que permitem “superar” os limites postos pelo taylorismo-fordismo. É um novo tipo de ofensiva do capital na produção que reconstitui as práticas tayloristas e fordistas na perspectiva do que poderíamos denominar uma *captura da subjetividade operária pela produção do capital*. É uma via de racionalização do trabalho que instaura uma solução diferente – que, a rigor, não deixa de ser a mesma, mas que na dimensão subjetiva é outra – da experimentada por Taylor e Ford, para resolver, nas novas condições do capitalismo mundial, um dos problemas estruturais da produção de mercadorias: o consentimento operário à sanha de valorização do capital, no plano da produção) (ibidem, 2005, p. 38-39).

Neste contexto, diante da ofensiva neoliberal, ficam claras as implicações que incidirão sobre o mundo do trabalho, que evidenciam uma situação de debilitação plena dos trabalhadores, com a constituição de um “novo (e precário) mundo do trabalho”. Passam a serem requisitadas dos trabalhadores novas competências multifuncionais, motivação e o domínio de novos conhecimentos, tendo em vista as novas exigências capitalistas.

A própria organização do trabalho sofre mutações, com a ênfase no trabalho em equipe, temporário, necessidade de operação em várias máquinas ao mesmo tempo, intensificação do tempo de produção. Neste sentido, o perfil de trabalhador requisitado por este novo mercado de trabalho adquire novas características e impõe novas atribuições, que constituem também na exigência de uma nova subjetividade da classe operária⁵⁶.

O quadro de inovações tecnológicas foi responsável pela eliminação de inúmeros postos de trabalho, principalmente os protegidos, e consequente

⁵⁶ De acordo com Alves (2005), há uma “manipulação” do consentimento dos trabalhadores, diferentemente daquela praticada no padrão rígido da produção fordista/taylorista, com o objetivo de promover um maior engajamento do trabalhador aos processos de valorização do capital.

desemprego, que passa a assumir configuração estrutural, atingindo o mundo em escala global e impondo aos trabalhadores maiores níveis de insegurança, formas precárias de trabalho, bem como o acirramento da concorrência por uma vaga no mercado.

Assim, principalmente nos países periféricos, os trabalhadores são responsabilizados individualmente pelo estado de desemprego em que se encontram e chamados a encontrar soluções também individuais para se inserirem e se manterem empregados, sendo uma das alternativas apresentadas para tal o investimento em qualificação profissional e o empreendedorismo.

Harvey (1998) analisa este processo como uma forma de gerenciamento da produção, de modo a produzir nos trabalhadores o sentimento de maior autonomia e participação. Os trabalhadores, em muitos momentos, não se sentem apenas mais independentes, mas também, corresponsáveis pelas empresas e assim apresentam maiores índices de produtividade.

Exemplo do estabelecimento desse tipo de relação na pode ser percebida na pesquisa, a partir das informações que obtivemos junto a entrevistados de uma lavanderia, que tem utilizado a técnica de bonificação dos funcionários, como forma de retê-los na empresa e aumentar a produtividades destes.

Em entrevista realizada com representante de instituição do Sistema S, foi ressaltado que o comportamento do empresariado local é bastante ambíguo quanto à motivação de seus funcionários para realizarem cursos de qualificação profissional. Foi relatado que o empresariado apresenta um discurso constante de falta de mão-de-obra qualificada e, quando os cursos são oferecidos, esses mesmos empresários não estimularam seus funcionários para participarem, alegando que ao se qualificarem estes deixarão as empresas:

[...] olha que eu tô falando de cursos gratuitos, agora mesmo, esse ano em agosto, nós fizemos um programa razoável com o SINDVEST que é o Sindicato da Indústria de Vestuário, o SENAI e o governo do Estado subsidiando tudo, um grande programa com vários cursos de costura industrial – “Costurando o Desenvolvimento em Pernambuco” – e pra você ter uma ideia, aqui em Caruaru a gente teve dificuldade pra formar turma e era gratuito e com apoio do sindicato, a missão foi o seguinte o SENAI disponibiliza, e quem forma a turma é o SINDVEST e o SINDVEST não formou, por quê? Porque os empresários não quiseram botar seus funcionários e foram dois cursos somente, um de costura e um de modelagem avançada, auxiliar de modelagem (Entrevistado 06).

Para o entrevistado, a razão da evasão dos funcionários das empresas se deve às facilidades apresentadas pelo mercado local, que apresenta um custo pequeno para que estes trabalhadores se insiram no mesmo, pois podem produzir algumas peças a baixo custo e vendê-las na feira, ou pegar encomendas das empresas maiores, o que pode ser mais atrativo para os trabalhadores, pela possibilidade de aumentar a renda familiar.

Essa hipótese foi confirmada na entrevista com alguns trabalhadores da lavanderia que fez parte do universo de nossa pesquisa, em que todos afirmaram que se tivessem um pouco mais de segurança, deixariam seus empregos para abrirem seu próprio negócio.

Diante disso, o entrevistado da instituição do Sistema S, afirmou que procura incutir nas empresas mecanismos para atração da força de trabalho, como a utilização do sistema de bonificação para os funcionários, que seria um aumento do salário através de bônus, o que já é realizado na Lavanderia visitada. Afirmou nosso entrevistado:

Se você tem uma costureira e ela tá se dando bem e você quer que ela se dê bem, através da consultoria, você com uma ferramenta da engenharia de produção, você consegue saber qual a capacidade de produção média daquela pessoa e saber quanto que ela pode dar, aí você estabelece metas pra ela ou pra aquele grupo e atingindo a meta eles ganham dinheiro. Isso é política de bonificação, de premiação na produção. Isso é uma forma de você reter funcionário (sic.).

Podemos perceber aqui a utilização de estratégias que se assemelham às práticas toyotistas de premiação do trabalhador, que além de se tornar um atrativo para retê-lo na empresa, serve para otimizar a sua produtividade, através de meios (como o sistema de bonificação) que conseguem capturar a subjetividade desse trabalhador e fazê-lo gerar uma maior quantidade de excedente num curto espaço de tempo, ou seja, há uma ampliação da mais-valia relativa.

Neste contexto de mudanças na forma de gestão da força de trabalho, os direitos trabalhistas também têm sido cada vez mais flexibilizados e desregulamentados, criando-se um ambiente mais propício à adequação do capital ao novo quadro de crise que enfrenta desde a década de 1970. Há ainda uma intensificação do trabalho e uma maior desqualificação dos trabalhadores, tendo em vista os conhecimentos requisitados pelas inovações tecnológicas. Conforme Alves (1999, p. 86-87):

É por isso que o complexo de reestruturação produtiva apenas expõe, de certo modo, o em-si “flexível” do estatuto ontológico-social do trabalho assalariado: por um lado, a sua precarização (e desqualificação) continua (e incessante), e, por outro lado, as novas especializações (e qualificações) de segmentos da classe dos trabalhadores assalariados.

Na realidade pesquisada, podemos perceber uma clara divisão entre as requisições voltadas aos trabalhadores das facções ou fabricos e aquelas atinentes aos trabalhadores que se encontram nas fábricas maiores, que estão envolvidos com processos mais complexos da produção. Observa-se nesse processo que os trabalhadores não têm conseguido se organizar politicamente pela luta de seus direitos, principalmente porque não parece haver uma identidade de classe entre esses trabalhadores, que estão marcados pela fragmentação no território produtivo.

Um exemplo que ilustra essa desmobilização dos trabalhadores foi relatado pelo entrevistado da AFAT. A associação surgiu após uma crescente ação de fiscalização que tem ocorrido no município, por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que impõe para as facções a questão destas se legalizarem, a fim de formalizarem seus funcionários, que em sua maioria tem trabalhado ilegalmente nas facções. O intuito da AFAT é de mobilizar os faccionistas para repassarem às empresas das quais são terceirizados os custos com essa formalização.

No entanto, depois de alguns meses de fundação, a Associação conta com cinquenta e três facções associadas, sendo que, segundo o entrevistado, existem mais de mil facções em Toritama, de acordo com dados da prefeitura. Apesar de ter sido realizada divulgação na rádio local, através de carro de som e de terem sido enviados convites aos faccionistas locais, a quantidade de facções cadastradas ainda é pequena, o que para o informante representa uma falta de interesse dos faccionistas locais por uma questão que é do interesse de todos, pois se a maior parte das facções mantiverem trabalhadores na ilegalidade e continuarem cobrando baixos preços dos clientes, as facções que estão se mobilizando pela legalização e pelo aumento dos preços não terão força para se manterem no mercado.

Pode-se verificar a ausência de mobilização por parte dos trabalhadores locais, o que para nós evidencia um processo que faz parte da dinâmica mais geral de transformações na estrutura produtiva e os efeitos que tem sobre a classe trabalhadora, ao provocar sua fragmentação e diminuir o seu poder reivindicatório.

Mas também está relacionado com uma incipiente cultura política dos trabalhadores locais para se mobilizarem a fim de lutar por seus direitos.

O fato de não haver sequer um reconhecimento desses enquanto sujeitos coletivos que possuem consciência política sobre sua condição acima da questão da concorrência e da competitividade. Exemplificando: se uma facção aumenta seu preço, tem outra que vai mantê-lo baixo, o que vai fazer com a primeira perca espaço no mercado. Aqui não está em causa a possibilidade de os trabalhadores exercerem pressão sobre os clientes por melhores preços.

Podemos ainda inferir que o próprio cotidiano desses trabalhadores, que trabalham num ritmo acelerado para garantir a produtividade, também é um elemento central responsável pelas dificuldades para se mobilizarem, pois dedicam a maior parte de seu tempo para a produção, e os processos de organização exigem desprendimento de tempo, o que nessa realidade representa alterações significativas nos ganhos da produção.

2.2. Formação profissional: do capital humano à empregabilidade

Na realidade brasileira, as transformações ocorridas no âmbito da produção apresentam algumas particularidades, visto que aqui a reestruturação produtiva do capital ocorreu tardiamente e com elementos diferenciados em relação aos países de capitalismo desenvolvido, cenário no qual o Brasil tem ocupado posição de subalternidade.

Sobre isso nos aportamos em Silva (2011), ao afirmar que, na nossa realidade, o toyotismo não se configura enquanto modelo hegemônico, mas existe a convivência de formas pautadas no trinômio: taylorismo / fordismo / toyotismo, o que representa a combinação de formas arcaicas e modernas da produção de mercadorias.

Para a autora, na nossa realidade há o discurso de um tipo de empresa “toyotizada”, com a implantação de novas tecnologias físicas de base microeletrônica, com práticas, na realidade, de “qualidade” produtiva taylorista/fordista.

Este processo de reestruturação tem representado uma intensificação da expropriação da força de trabalho, com o recrudescimento das formas e estratégias

do capital em retomar sua capacidade de exploração e aumento da lucratividade, constituindo-se em uma nova ofensiva do capital na economia, bem como nos processos de qualificação profissional.

Frente a todas essas mudanças, uma nova função para a qualificação profissional é requisitada para atender às exigências mercadológicas e economicistas, que respondem prioritariamente aos interesses do setor produtivo. Neste sentido estaria em construção a formação de um cidadão produtivo para o capital, no sentido de gerar a mais-valia em ritmo mais acelerado.

Com o objetivo de entender o caráter que a qualificação profissional foi assumindo, retomaremos aqui o cenário em que vigorou a perspectiva taylorista/fordista, no qual o papel atribuído à qualificação profissional se relacionava à perspectiva do desenvolvimento, sendo a educação entendida como formadora de capital humano,⁵⁷ como um fator fomentador da capacidade produtiva, através de um acréscimo de instrução, treinamento e educação ao trabalhador. Desta forma, a educação e a formação de capital humano eram vistas como rentáveis, pois possibilitariam a ampliação do volume de conhecimentos e habilidades adquiridos que potencializariam a capacidade produtiva do trabalho.

No Brasil, esta perspectiva se coadunou às discussões desenvolvimentista e da equidade social, no cenário do chamado milagre econômico. O incentivo ao capital humano era apresentado como meio de dissolução das desigualdades sociais, pois os defensores dessa ideia afirmavam que, por meio do investimento em educação, os países em desenvolvimento poderiam alcançar padrões de desenvolvimento, tendo como modelo os países centrais, onde vigorava o estado de bem estar e o pleno emprego, ideia esta que ganhou bastante força na América Latina, mediante incentivo dos organismos internacionais (BID, BIRD, OIT, UNESCO, FMI, CEPAL, etc.). Como afirmado por Frigotto:

É na crença nesta mágica solução, ao largo das relações de poder na sociedade, que um dos mais ilustres representantes da escola econômica neoclássica no Brasil, Mário H. Simonsen, no final da década de 60 e início

⁵⁷ “A teoria do capital humano é uma esfera particular da teoria do desenvolvimento, marcada pelo contexto em que foi produzida, uma das expressões ideológicas dominantes desse período. A teoria do desenvolvimento, geral e abrangente, pelas suas características e pela problemática abordada, é muito mais uma teoria da modernização do que uma teoria explicativa do desenvolvimento capitalista, isto é, das bases materiais e das condições sociais em que assenta o processo de produção e reprodução das formações sociais capitalistas” (GRYBOWSKI et al, 1986, p. 12 apud FRIGOTTO, 1996, p. 40).

de 70, pregava ao mundo **que o Brasil tinha encontrado seu caminho para o desenvolvimento e eliminação das desigualdades, não pelo incentivo ao conflito de classes, mas pela equalização do acesso à escola e pelo alto investimento em educação** (Simonsen, 1969) (FRIGOTTO, 1995, p. 41-42 grifos nossos).

A discussão sobre o investimento em “capital humano” passou a se constituir num importante fator que poderia solucionar o enigma do subdesenvolvimento e das desigualdades internacionais, regionais e individuais. A teoria do capital humano sofreu um intenso debate interno, particularmente na década de 60 e 70 do século passado, e, ao mesmo tempo, teve um amplo uso político e ideológico na definição de macro políticas educacionais orientadas pelos organismos internacionais e regionais.

São exemplos de inspiração neste conceito a reforma universitária ocorrida em 1968 e a reforma dos 1º e 2º graus, em 1971, que aconteceu dentro de padrões tecnicistas e economicistas.

A concepção que se tinha sobre o papel da educação no período do Estado de Bem Estar na Europa era a de que esta política social possibilitaria a integração no universo do pleno emprego; assim, a escola era vista como um espaço institucional para a integração econômica da sociedade, elemento fundamental na formação do capital humano, que se propunha garantidor da competitividade das economias e do incremento das riquezas e da renda individual.

Esse pensamento partia de uma análise superficial da realidade, pois não considerava a estrutura econômica, social e política dos países periféricos, que não alcançaram patamares de proteção social e desenvolvimento como os dos países centrais. Desta feita, não faz sentido delegar à educação a função de integradora a uma ordem de bem estar que sequer existiu na nossa realidade.

No entanto, com o desmoronamento da *era de ouro* do capitalismo nos países centrais, ocorre uma desintegração da “promessa integradora”, nos termos de Gentili (1998), quando se passou a assumir uma lógica estritamente privada, com ênfase nas capacidades e competências individuais, não mais em uma perspectiva de integração.

Este período marca o processo de ruptura da “promessa integradora” assumida pela escola até então⁵⁸, num contexto de revalorização do papel

⁵⁸ A função integradora da escola teria seguido a mesma trajetória das dimensões da cidadania – civil, política, social e econômica (Marshall, 1970). Esta última função, do viés econômico, foi marcada

econômico assumido pela educação, com ênfase na importância produtiva do conhecimento.

Da promessa do pleno emprego passa-se, então, à promessa da empregabilidade⁵⁹, questões intimamente associadas à dinâmica iniciada nos anos 70 do século passado, momento em que o sistema educacional começa a preparar o trabalhador para o desemprego estrutural e todas as implicações que ele acarreta. De acordo com Gentilli (ibidem, p. 89):

Mais do que pensar a integração dos trabalhadores ao mercado de trabalho, o desenho das políticas educacionais deveria orientar-se para garantir a transmissão diferenciada de competências flexíveis que habilitem os indivíduos a lutar nos exigentes mercados laborais pelos poucos empregos disponíveis. **A garantia do emprego como direito social (e sua defesa como requisito para as bases de uma economia e uma vida política estável) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece** (grifos nossos).

Em consonância com esse raciocínio, o conceito de empregabilidade é para Alves (2005) um elemento ideológico disseminado pelo toyotismo, pois traduz novas exigências para o mundo do trabalho e contribui para o ocultamento de que na lógica da produção enxuta há uma exclusão inerente que permeia o mundo do trabalho. Como já exposto aqui, as novas exigências do toyotismo se referem àquelas atinentes ao elemento da subjetividade do trabalhador; trata-se de uma nova base técnica que exige novas formas de subsunção do trabalhador ao capital.

Teixeira (1998) classifica as novas exigências de qualificação em três grupos, quais sejam: novos conhecimentos práticos e teóricos; capacidade de abstração, decisão e comunicação; e qualidades relativas à responsabilidade, atenção e interesse pelo trabalho.

O autor esboça uma severa crítica ao conceito de empregabilidade, considerado um dos principais eixos ideológicos da formação profissional no contexto atual. Para ele, a empregabilidade representa uma possibilidade obliterada

inclusive pelo surgimento de uma disciplina específica, a economia da educação ou teoria do capital humano.

⁵⁹ A empregabilidade consiste, nos termos de Forrester (1997, p. 118 apud GENTILLI, 1998, p. 45): “Uma bela palavra soa nova e parece prometida a um belo futuro: “empregabilidade”, que se revela como um parente muito próximo da flexibilidade, e até como uma de suas formas. Trata-se, para o assalariado, de estar disponível para todas as mudanças, todos os caprichos do destino, no caso, dos empregadores. Ele deverá estar pronto para trocar constantemente de trabalho (como se troca de camisa, diria a ama Beppa). Mas, contra a certeza de ser jogado “de um emprego a outro”, ele terá uma “garantia razoável”, quer dizer, nenhuma garantia de encontrar emprego diferente do anterior que foi perdido, mas que paga igual”.

de inclusão social no sistema, ocultando a lógica de produção destrutiva e de exclusão. O conceito aparece como capaz de sanar o fenômeno do desemprego.

Ainda para Gentili (1998), a empregabilidade se incorpora ao senso comum como elemento que contribui para estruturar, orientar e definir as opções (ou a falta de opções) dos indivíduos no campo educacional e no mercado de trabalho, tornando-se também “a” referência norteadora, o “dever ser” dos programas de formação profissional e, inclusive, das próprias políticas educacionais.

Neste contexto, os processos educacionais (educação básica, formação profissional, qualificação e requalificação) são defendidos como base para inserção e ajuste dos países não desenvolvidos ao processo de globalização e de reestruturação produtiva, sob nova base científica e tecnológica:

Trata-se de uma educação e formação que desenvolvem habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para gestão da qualidade, para a produtividade e competitividade e, conseqüentemente, para a “empregabilidade”. Todos estes parâmetros devem ser definidos no mundo produtivo, e portanto os intelectuais coletivos confiáveis deste novo conformismo são os organismos internacionais (Banco Mundial, OIT) e os organismos vinculados ao mundo produtivo de cada país (ibidem, p. 45).

A ideia aqui subjacente é a de que os que perdem seus empregos ou não conseguem se inserir, assim o são por incompetência ou por não fazerem escolhas acertadas “Ou seja, as vítimas do sistema excludente viram os algozes de si mesmos” (ibidem, p. 46). Desta feita, as concepções de educação básica e de formação profissional como estão definidas na atualidade se desvinculam de um projeto econômico, político e cultural que apresente uma clara proposta de geração de emprego e renda ou mesmo de qualquer possibilidade de prática desalienante.

No Brasil, o termo empregabilidade é entendido “não apenas como a capacidade de obter um emprego, mas, sobretudo, de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação” (MTb/Sefor, 1995 apud OLIVEIRA, 2003, p. 34); o conceito ajuda a propagandear a ideia de que se os trabalhadores tiverem um maior capital cultural e uma maior qualificação, as chances de se empregarem aumentarão.

A empregabilidade se constitui, portanto, em um conceito ideológico, que desconsidera os fatores sociais, políticos e econômicos determinantes do desemprego, contribuindo para retirar do Estado e do sistema capitalista a função de

garantir condições mínimas para a reprodução dos trabalhadores, colocando sobre estes a responsabilidade de estabelecer estratégias que garantam sua inserção no mercado de trabalho.

Vale demarcar que no caso do Pólo de Confecções, esse trabalho não precisa nem ser protegido; basta estar ocupado na dinâmica produtiva local.

O conceito de competência também faz parte desta estratégia, pois institui os condicionantes para que a empregabilidade possa se realizar; são as competências que interessam ao patrão que tornarão o trabalhador empregável ou não. Segundo Oliveira (2003, p. 37):

[...] seu desempenho, sua capacidade e sua funcionalidade para o local de trabalho definem-se em virtude de o mesmo possuir um conjunto de saberes (em várias dimensões) que, articulados entre si, demonstram o quanto ele está apto à ocupação de um posto de trabalho.

É engendradora, pois, uma forma perversa de submeter o trabalhador a avaliações sobre sua capacidade de se empregar, gerando uma constante tensão no trabalhador para manter-se “competente” e assim poder vender sua força de trabalho. Quando não consegue se inserir, responsabiliza e é responsabilizado, muitas vezes, a si mesmo por sua “incapacidade” de se empregar.

Neste contexto, a educação acaba sendo utilizada como um instrumento de propagação do ideário burguês, que incide sobre a forma de pensar dos trabalhadores e os prepara para servir “consentidamente” ao capital e aos seus interesses.

2.3. A qualificação profissional no Brasil, na conjuntura dos anos 1990 e 2000

A escolha por essa quadra histórica se deve ao fato de ela representar um período de mudanças importantes, resultado da materialização do ideário neoliberal na realidade brasileira⁶⁰.

⁶⁰ O neoliberalismo foi consolidado nos governos de Margaret Thatcher, em 1979 na Inglaterra, e de Ronald Reagan, em 1982 nos Estados Unidos e, como explicitado por Paulani (2006), tinha as seguintes características: “[...] o neoliberalismo constitui o discurso mais congruente com a etapa capitalista que se inicia, já que defende e justifica as práticas mais adequadas a esse novo momento. O discurso keynesiano do período anterior não servia mais. O estímulo à demanda agregada garantidor do pleno emprego, que implicava gastos públicos substantivos (com bens públicos e

Neste período, foram realizadas inúmeras transformações que possibilitaram a reprodução, no âmbito da economia e da política, da dinâmica capitalista. Sobre isso, Mota e Amaral (1998) afirmam que, em conjuntura de crise, executa-se a tentativa de estabelecimento de um “novo equilíbrio” do sistema, processo esse que exige, primeiramente, a reorganização do papel das forças produtivas na composição do ciclo de reprodução do capital, afetando as esferas da reprodução e das relações sociais. As estratégias utilizadas se dão por meio de reorganização do processo de produção de mercadorias e realização de lucro, e mesmo das próprias fases do ciclo global da mercadoria e da criação de mecanismos sócio-políticos, culturais e institucionais.

Esta fase do capital configura-se pela predominância do capital financeiro, que torna cada vez mais desnecessária uma base material para a acumulação, pelo menos na esfera da aparência, pois esta base se encontraria agora no campo da especulação do mercado financeiro⁶¹. O capital financeiro é orientador, via FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC), dos investimentos que devem ser realizados no mercado e de seus parâmetros, que viabilizam o êxito dos interesses das grandes corporações e conglomerados internacionais. Trata-se, portanto, do que os autores chamam de um “novo imperialismo”, de uma nova forma de dominação, em que não há sequer o imperativo de uma base material dos países centrais colonizadores nos países colonizados (ou em desenvolvimento).

mecanismos de proteção social), não podia mais continuar, dada a crise que então se vivia e que atingiu o próprio equilíbrio fiscal. Controlar os gastos do Estado aparecia também como a única saída para driblar a inflação, que insistia em ficar em níveis indesejados. Um desdobramento do mesmo mote é a pregação pela privatização de empresas estatais, que passaram a aparecer como sorvedouros indevidos de dinheiro público. As regras, normas e regulamentações de toda ordem que o Estado impunha ao funcionamento do mercado tinham de ser abolidas ou reduzidas ao máximo possível, para que a concorrência gerasse seus frutos em termos de maior eficiência e recuperação dos lucros. Era preciso restringir o Estado a suas funções mínimas: diligenciar pela manutenção das regras que permitem o jogo capitalista e produzir os bens públicos por excelência, ou seja, justiça e segurança. Finalmente, a crise que comprimia as margens de lucro tinha de ser amenizada com a redução de gastos com pessoal e flexibilização da força de trabalho, uma vez que as garantias sociais conferidas a esta última tornavam-se agora um custo insuportável e inadmissível” (PAULANI, 2006, p. 76/77).

⁶¹ Chesnais (1996) realiza uma importante análise sobre as relações entre capital financeiro de capital produtivo, no contexto da mundialização do capital. Segundo o autor, apesar de ser notória a expansão das finanças e cada vez mais central a posição ocupada pela fração financeira do capital no movimento de acumulação e valorização capitalistas na fase de mundialização, é importante registrar que não há uma clivagem absoluta entre as esferas produtiva e financeira, e que, ao contrário, tais esferas encontram-se imbricadas. Assim, a pretensa autonomia do capital financeiro em relação ao capital produtivo só poder ser admitida como absolutamente relativa, pois “os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo”(CHESNAIS, 1996, p.241).

Neste contexto, o processo marcado pela introdução acelerada de tecnologias na produção como tentativa de resposta à crise do capital também foi responsável por uma alteração na composição orgânica do capital, ou seja, uma grande parcela de trabalhadores foi substituída por máquinas, provocando assim um acentuado aumento do exército industrial de reserva, gerando altos níveis de insegurança no trabalho e o acirramento da concorrência entre os trabalhadores por uma vaga no mercado de trabalho⁶².

Neste sentido, um dos requisitos defendidos pelo Estado para que o trabalhador mantenha-se empregável é o investimento constante em formação e qualificação profissional. Ademais, os capitalistas também percebem o investimento em qualificação profissional como de vital importância para sua reprodução, visto ser necessário que os trabalhadores tenham os conhecimentos necessários à operação dos novos aparelhos tecnológicos incorporados à produção.

No entanto, um dos argumentos que mais comparece nos discursos que versam sobre qualificação profissional é a ideia de que esta será responsável pela superação do desemprego, sob a prerrogativa de que há vagas no mercado de trabalho brasileiro, no entanto, faltam trabalhadores qualificados para ocupá-las⁶³.

Para assegurar sua manutenção, o capital necessita conservar uma quantidade significativa de trabalhadores fora do processo produtivo, o exército industrial de reserva ou superpopulação relativa. Assim, lança mão das políticas sociais, tanto para socializar com o Estado os custos com a manutenção dos trabalhadores, quanto para assegurar a reprodução daqueles trabalhadores que estão fora do processo produtivo.

⁶² Vale, todavia, realizar uma ressalva em relação ao fato de que o trabalho continua sendo imprescindível para o capital, ao contrário do que muitos pensadores, vinculados à perspectiva teórica da pós-modernidade, sobre a perda da centralidade do trabalho (essa análise pode ser encontrada nas obras de Gorz, *Adeus ao proletariado* (1982); *Metamorfoses do Trabalho* (2003); *"Imaterial"* (2005). Concordamos com Antunes (1998) que reforça a tese sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea ao afirmar que, mesmo que esteja havendo uma diminuição quantitativa no mundo produtivo, o trabalho continua a cumprir um papel decisivo na criação de valores, visto que as mercadorias são resultado da atividade dos trabalhadores em interação com os meios de produção, ou seja, do homem com a natureza. O autor assevera que o trabalho continua determinante no processo de criação de valores de uso, ou seja, as coisas úteis no universo da sociabilidade humana. Afirma ainda que a heterogeneização, complexificação e fragmentação dos trabalhadores não significam sua extinção, sendo o trabalho a condição primordial ao processo de emancipação humana.

⁶³ É comum a mídia divulgar esse tipo de notícia estampada em sua capa. Os argumentos expõem geralmente uma leitura superficial da realidade, considerando o desemprego um problema apenas conjuntural e responsabilizando os trabalhadores por sua condição de desemprego.

No contexto em que o desemprego generalizado soma-se ao trabalho precário, é requisitada uma nova institucionalidade por parte do Estado, diante do quadro que se complexifica. A qualificação profissional tem sido compreendida como a política solucionadora da questão do desemprego e como um fator fundamental para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, sob uma perspectiva salvacionista, principalmente na América Latina, assumindo um papel muito mais compensatório, bem como funcionando como mecanismo ideológico de responsabilização dos indivíduos (OLIVEIRA, 2003).

A ênfase na educação e qualificação profissional é erigida num contexto mais amplo de reestruturação do Estado, em que as diretrizes dos organismos multilaterais e seus operadores no governo recomendam a minimização das suas ações, principalmente no campo social.

A política educacional brasileira caracteriza-se, portanto, por um forte viés de dependência e as novas demandas por uma força de trabalho com elevada formação não têm sido atendidas pelas medidas que visam à qualificação dos trabalhadores. Esta tem primado por ofertar uma qualificação mais instrumental voltada aos trabalhadores com baixo grau de instrução.

Verifica-se a predominância de investimentos em processos de qualificação profissional por parte do Estado como importante elemento da política pública de emprego nacional, inicialmente sob o argumento da existência de uma inadequação entre o sistema educacional e o aparelho produtivo, o que resultaria em desemprego e menor participação do trabalhador nos frutos do desenvolvimento econômico, com uma simplificada associação entre crescimento econômico e inclusão social.

As bases em que se estrutura a nova institucionalidade da política de qualificação profissional estão intimamente relacionadas às contemporâneas configurações assumidas pelo capital, no cenário da reestruturação produtiva e das novas configurações do mundo do trabalho, em que a educação passa a ser um importante elemento de valorização do capital e de elevação de sua produtividade.

O discurso oficial adotado pelo Governo em relação às ações de qualificação profissional sustentava-se, prioritariamente, na ideia de enfrentamento do desemprego através da preparação e formação dos trabalhadores para o seu ingresso no mercado de trabalho. O direcionamento dado às discussões oficiais atribuía ao trabalhador a responsabilidade pela sua não inserção no mercado de

trabalho, devido a sua falta de qualificação para responder, de forma eficaz, às novas requisições impostas por este novo cenário.

É nesse contexto, no qual desemprego e precarização do trabalho não mais são elementos conjunturais, mas se constituem parte da dinâmica societária, que se insere a política de educação profissional brasileira, trazendo em seu bojo a promessa de resolver a problemática do desemprego. Para responder a essas questões é empreendido um conjunto de reformas no âmbito da educação.

Essas reformas começam a ocorrer no período de redemocratização do país, momento de intensas disputas entre as forças políticas antagônicas, que vão resultar na promulgação da Constituição Federal de 1988. Apesar de revelar significativos avanços no âmbito dos direitos, essa Constituição não representa mudanças efetivas na área educacional, que continua conservando traços tecnicistas, mercadológicos, fragmentados, em oposição à ideia de uma educação universal, laica, gratuita, integralista (FRIGOTTO, 2006).

Nesta quadra histórica, a educação profissional passa a ser fruto de intensos debates, em que se passou a defender uma maior democratização e novos enfoques educativos, que rompessem com o tecnicismo e o economicismo. No âmbito da Rede de Escolas Técnicas Federais, que durante o regime da ditadura se mostrou favorável ao regime, intensificam-se os debates político-ideológicos e teóricos ao longo da década de 1980 na perspectiva da redemocratização.

Frigotto (ibidem) ainda assinala algumas mudanças que se efetivaram, mas que traziam em si um caráter fortemente conservador, como a tentativa de implantação de cursos tecnológicos de curta duração, que rompiam com a cultura do “bacharel” de nível superior, e o projeto de expansão do ensino técnico com a criação de 200 escolas técnicas industriais e agrotécnicas, que reforçavam uma mentalidade clientelista e “obrerista”, com melhoria apenas da estrutura física.

Apesar de haver a expectativa de que nos anos de 1990 houvesse continuidade no processo democrático iniciado na década anterior, esse período foi marcado pelo aprofundamento da concepção liberal conservadora monetarista, fiscalista e mercantilista, que trouxe ainda mais sérias implicações para a área educacional.

A eleição de FHC representou uma renúncia a um projeto educacional próprio, com a opção deste por um projeto adequado ao papel do país na divisão internacional do trabalho. Essa posição foi sintetizada por Paulo Renato de Souza,

então Ministro da Educação do então governo, a uma plateia de empresários, no início do mandato:

Segundo o ministro a ênfase no ensino universitário foi uma característica de um modelo de desenvolvimento auto-sustentado despugado (sic) da economia internacional e hoje em estado de agonia terminal. Para mantê-lo era necessário criar uma pesquisa e tecnologia próprias, diz Paulo Renato. Com a abertura e globalização, a coisa muda de figura. O acesso ao conhecimento fica facilitado, as associações e *jointventures* se encarregam de prover as empresas dos países como o Brasil do *Know-How* que necessitam. 'Alguns países como a Coréia chegaram a terceirizar a universidade', diz Paulo Renato. 'Seus melhores quadros vão estudar em escolas dos Estados Unidos e da Europa. Faz mais sentido do ponto de vista econômico (REVISTA EXAME, 1996, p. 46 apud FRIGOTTO, 2006, p. 45-46).

Fica evidente a visão eminentemente economicista e mercadológica que se propõe à educação, numa proposta de “congelamento” das universidades públicas nacionais, com orientação ao livre mercado e ao ensino privado, e do não acesso das camadas populares ao sistema educacional de mais alto nível; este deveria ser acessado apenas por uma “nata” da sociedade. O foco público permaneceu apenas no ensino básico, como forma de superação da situação de pobreza, havendo ainda uma profunda inversão de direcionamento do ensino médio. A educação está prioritariamente direcionada a servir ao mercado, portanto, não compreendida como um direito social.

No documento “O Planejamento Político-Estratégico da Educação 1995-1998”, o Ministério da Educação anunciou a intenção de realizar uma reforma no ensino técnico-profissional do país, cujo ponto principal era a separação entre ensino regular e ensino técnico e a consequente extinção dos Cursos Técnicos de Nível Médio, fundamentando-se no entendimento de que a rede de Escolas Técnicas Federais (ETF's) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) tinham “problemas e distorções”, tais como: operação a custos elevados, em comparação com outras escolas da rede pública estadual; oferta de vagas em número limitado; distorção na composição social de seu alunado pela dificuldade de acesso de alunos trabalhadores e de baixa renda; cursos de duração muito longa e que não atendiam às demandas dos setores produtivos; e disposição da maioria de seus egressos de prosseguimento dos estudos no ensino superior, desviando-se do ingresso imediato no mercado de trabalho (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1995 apud CHRISTOPHE, 2005).

Assim, no Brasil da segunda metade dos anos 1990, iniciou-se a implantação de uma nova institucionalidade no campo educacional, sobretudo a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, na qual a educação profissional tem como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização de trabalhadores de qualquer nível de escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis médio e superior.

A própria aprovação da LDB se caracterizou, conforme Saviani (2007), adequada às reformas estruturais orientadas pelas leis do mercado. Após a promulgação da lei, é criada uma série de decretos⁶⁴, que tem como principal foco tratar da organização da educação profissional, tendo como característica marcante a introdução da flexibilidade, especialmente no nível médio.

Nesse momento, a educação profissional passa a se ligar mais intensivamente ao Sistema S⁶⁵, a quem o governo permitiu que fossem ampliadas as suas funções, com um caráter extremamente privatista e minimizador da função social que essa formação poderia conter.

Em âmbito mais amplo, em 1995 houve a criação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), sob gestão da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional, do Ministério do Trabalho e Emprego e com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cujo objetivo era construir, gradativamente, oferta de educação profissional permanente, com foco na demanda do mercado de trabalho, de modo a qualificar ou requalificar, a cada ano – articulado à capacidade e competência existente nessa área – pelo menos 20% da População Economicamente Ativa (PEA), com vistas a contribuir, dentre outros fatores, para a redução dos níveis de desemprego e subemprego, bem como para a elevação da produtividade, da competitividade e da renda. Sua principal orientação era a articulação entre o saber desenvolvido na prática e o conhecimento científico cada vez mais exigido pelo trabalho.

⁶⁴ Decreto 2.208/97; decreto 5.154/2004; e os decretos 5.224 e 5.225 de 1 de outubro de 2004.

⁶⁵ O Sistema S é formado atualmente pelas seguintes instituições: Pequenos Negócios: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Indústria: Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Comércio (SENAI): Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Campo: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Transportes: Serviço Social de Transporte (SEST); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

Esse Plano vem completar o conjunto de reformas no campo educacional subordinadas às reformas estruturais de desregulamentação e privatização, representando uma profunda regressão no campo educacional que se orienta por uma lógica pragmatista, tecnicista e economicista, dirigida pelos interesses dos organismos internacionais.

Também serviu como instrumento para o estabelecimento do consenso em torno do projeto neoliberal, comandado pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, como forma de mediar o conflito de classe por meio do estabelecimento de políticas públicas de emprego e renda, tratando a problemática do desemprego de forma fenomênica, sob o ponto de vista da empregabilidade e do empreendedorismo. Em cartilha dirigida aos trabalhadores, por meio do PLANFOR, FHC afirmava:

A globalização está provocando uma disputa cada vez maior entre as empresas. A concorrência hoje é entre produtos nacionais e internacionais. O mercado de trabalho também está mudando. O que as empresas procuram hoje é *qualidade, produtividade e competitividade*. Hoje o trabalhador tem que estar preparado para ser um profissional competente e útil em qualquer empresa – isso é empregabilidade. O trabalhador precisa estar sempre aprendendo e se atualizando. E não para por aí, precisa ser *empreendedor*. Ter iniciativa, ideias novas e criativas no trabalho, estar sintonizado com as mudanças no campo profissional. Quem sabe até montar seu próprio negócio! (BRASIL, 2001, p. 06-14 apud SOUZA, 2011, p. 13 grifos do autor).

Os discursos pautados na ideia da empregabilidade e do empreendedorismo vão se tornar referência para os diferentes sujeitos envolvidos com a política pública de emprego e renda, que tomam as mudanças na base produtiva – como a intensificação das tecnologias no processo produtivo, o consequente descarte de inúmeros trabalhadores do mundo do trabalho, essencialmente o trabalho protegido e a maior demanda por qualificação, por exemplo – a partir de sua manifestação empírica, como parte da ideologia capitalista de interpretação do mundo, apontando soluções também puramente parciais e superficiais para a problemática do desemprego que se coloca de forma estrutural na contemporaneidade. Assim, as novas exigências por qualificação profissional aparecem como um processo natural que acompanha apenas a evolução das forças produtivas e como condição para a geração de emprego e renda.

Essa forma de explicar e enfrentar tal problemática consiste em uma tendência mundial, conforme Souza (2011, p. 23):

A burguesia nacional tem direcionado suas atividades teóricas e práticas para o campo da formulação e da gestão de políticas públicas para a educação. Seu intuito é justificar uma racionalidade mais adequada à atual crise de acumulação do capital a validade moral da competição, do esforço individual, da rentabilidade dos serviços, como critérios de qualidade para a educação. Esse fenômeno tem seguido a tendência mundial, conforme pode ser verificado na bibliografia sobre o tema. [...] Isso decorre da tendência mundial em atribuir à formação profissional o status de parte das políticas públicas de geração de emprego e renda, cujo objetivo é estabilizar os níveis de emprego e/ou criar formas de geração de renda por intermédio de ações específicas, pontuais e direcionadas para o mercado de trabalho.

Neste contexto, em 1997 foi criado o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), cujo objetivo, numa primeira etapa, era o financiamento de 250 projetos de Centros de Educação Tecnológica, tendo como finalidade a transformação e reforma de unidades existentes, ou a construção de novas unidades, sendo que 40% dos recursos do programa são destinados às instituições públicas da rede federal e das redes estaduais e 60% para projetos do chamado “segmento comunitário”⁶⁶. Os recursos do PROEP advinham do Ministério da Educação (25%), do FAT (25%), e os 50% restantes de empréstimo do BID (ibidem).

Pode-se observar que o estabelecimento de parcerias e o progressivo compartilhamento de gestão com a iniciativa privada são características marcantes neste plano, incrementando a participação do setor privado no âmbito da formação profissional, seja pela transferência da gestão de instituições públicas ou pelo financiamento de instituições privadas. Vale ressaltar que para obter financiamentos externos são firmados compromissos com os órgãos financiadores que tem claros direcionamentos privatistas.

Wanderley (2005), afirma que nos dois governos de FHC houve, prioritariamente, uma reestruturação do Estado em relação às suas funções econômicas e ético-políticas:

De produtor direto de bens e serviços, o Estado passou a coordenador de iniciativas privadas. A privatização se impôs como a principal política estatal. Na área social, a privatização, complementada por políticas de descentralização, fragmentação e focalização (NETTO, 1999; BOITO JÚNIOR, 1999; LAURELL, 2000), constitui-se em importante instrumento viabilizador das estratégias governamentais de coesão societal e da

⁶⁶ Neste se incluem as iniciativas privadas (nessa categoria estão contemplados projetos de empresas privadas – educacionais ou não -, de associações patronais do campo industrial, agrícola e de serviços e do Sistema S, composto pelo SENAI, SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT), ONG’s e instituições escolares da esfera municipal.

educação de uma nova cidadania, “ativa e responsável”, baseada na prestação pelos indivíduos e por grupos de “serviços sociais” (p. 92).

Assim, fica mais fácil para o empresariado local incorporar a massa de trabalhadores ao seu projeto, por meio das ações que desenvolve, voltadas à preparação dos trabalhadores para o mercado, trata-se da busca do consenso por parte do capital, por meio dos seus aparelhos privados de hegemonia⁶⁷.

No ano de 2003, diante da pouca efetividade dos objetivos propostos pelo PLANFOR, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), que propunha a articulação entre as ações de qualificação social e profissional e as políticas de emprego, trabalho, renda, educação e desenvolvimento, bem como a promoção gradativa da universalização do direito dos trabalhadores à qualificação profissional, tudo isso sob o discurso da inclusão social e da redução das desigualdades sociais.

Segundo o Governo, o PNQ demarca a implementação de uma nova política pública de qualificação no país, cujo objetivo é a inclusão social e a redução das desigualdades sociais. Este é entendido como parte de um processo crescente de integração com outros programas e projetos financiados pelo FAT, particularmente a intermediação de mão-de-obra, o micro crédito, o seguro-desemprego, a economia solidária e outras políticas públicas que envolvem geração de trabalho, emprego e renda (MTE, 2003).

De acordo com Lima (2002), a análise do processo em curso evidencia que os diagnósticos educacionais produzidos pelo Banco Mundial, Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e Banco Interamericano de Desenvolvimento exercem influência direta sobre a política educacional no Brasil, seja no teor dos instrumentos legais, seja na aplicação da legislação, mediante o estabelecimento de condições para a utilização de recursos em programas nos quais aqueles organismos participam como co-financiadores.

No ano de 2000, o BID, com apoio financeiro também da Corporación Andina de Fomento (CAF) e do Fondo Financeiro para el desarrollo de la Cuenca del Plata (Fonplata), apresentou as bases para o Plano de Ação Para a Integração da Infra-Estrutura da América do Sul (IIRSA), que consiste num conjunto de projetos de infra-

⁶⁷ De acordo com Coutinho (2003), os “aparelhos privados de hegemonia”, em Gramsci, correspondem aos organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente e que são caracterizados pelo não uso de força, nem de repressão.

estrutura nas áreas de transportes, de energia e de comunicações, bem como mudanças institucionais e legais para intensificar o comércio regional e global. Suas ações provocarão elevados custos sociais e ambientais, destacando a necessidade, inclusive, de “harmonizar” a legislação nacional – trabalhista, ambiental, educacional, etc. – aos termos mais gerais exigidos pelo Plano (LEHER, 2007).

Desta forma, os gestores do Banco Mundial, da Cepal e do BID formulam as políticas educacionais dirigidas aos países periféricos, sob o argumento da modernização, elevação da produtividade do trabalho e incremento da competitividade nacional. O conteúdo dos discursos dessas agências é o de que as políticas de formação profissional são capazes de retirar os países de baixa e média renda da condição de atraso. Na realidade, essas políticas estão, a nosso ver, voltadas ao atendimento de interesses do capital internacional, com um caráter fortemente mercadológico, descaracterizando a noção de política como ideia e prática de transformação social.

A educação é, nesse período, extremamente revalorizada pelo Banco Mundial, que justifica que a redução do tamanho do Estado, por meio de privatizações, possibilitaria que este se dedicasse ao desenvolvimento do capital humano. As políticas educacionais, nesse contexto, deveriam ter o foco na melhoria da gestão do sistema, não no aumento de investimentos para o setor.

Desta feita, o repasse de recursos para a educação continuou extremamente deficitário, ocasionando o acirramento das precárias condições da estrutura educacional brasileira, sendo expressas:

[...] por salários aviltantes, pela infraestrutura degradada, pela baixa qualidade da educação ofertada à maior parte do povo brasileiro e por vergonhosos índices de escolaridade: cerca de 60 milhões de analfabetos funcionais, apenas um em cada 4 jovens, de 15 a 17 anos, cursa o ensino médio, e somente 9 em cada 100 jovens, de 18 a 24 anos, cursam o ensino superior em nosso país (LEHER, 2007, p. 13).

No governo Lula, o tratamento a ser dado à educação profissional, anunciada pelo Ministério da Educação era de reconstruí-la como política pública, tendo como diretrizes:

Corrigir distorções de conceitos e práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos

trabalhadores (BRASIL, MEC, 2005, p. 02 apud FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 1089).

No entanto, o que se observa neste governo é a manutenção de investimentos em programas focais e contingentes, como o Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio da Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e do Inclusão de Jovens (PROJOVEM) (ibidem).

Mais recentemente, o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado em 2007, pelo então governo Lula, evidencia um discurso de mudanças em relação à educação. Todavia, um exame mais apurado deste Programa, especificamente do PAC da Educação, desconstrói, na prática, esse discurso, posto que, no âmbito das relações de produção, a tendência da reprimarização da economia e os mecanismos de superexploração do trabalho não permitem a elevação real do padrão educacional da população brasileira, especialmente o da classe trabalhadora.

A política educacional brasileira caracteriza-se, portanto, por um forte viés de dependência, não havendo ampla demanda por força de trabalho com elevada formação acadêmica, visto existirem poucos nichos de excelência do ponto de vista de plantas industriais. O que tem ocorrido, primordialmente, é a importação de tecnologias que são produzidas pelos “países centrais”, dando continuidade às históricas formas de dominação.

Isto fica evidente na forma como a (contra)reforma educacional tem se efetivado. Apesar do Plano Nacional de Educação (PNE), 2010⁶⁸, ter indicado que o financiamento para a educação pública brasileira deveria ser de 7% do PIB, este tem sido de apenas 3,5%, delineando um sistema educacional debilitado e dependente (SAVIANI, 2007). Num momento em que a economia prima pela importação, em detrimento da industrialização, não há lugar para a ideia de construção de conhecimentos novos, nem de um sistema de educação básica bem estruturado e de alta qualidade.

Mais recentemente, foi lançada a versão final do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)⁶⁹. Segundo análise de Saviani (2007), esse Plano corresponde a mais um mecanismo protelatório, que não resolve o histórico problema

⁶⁸ Este Plano deve vigorar de 2011 a 2020.

⁶⁹ A primeira versão foi de 2007 e a mais atual em 2011.

educacional brasileira, nem tampouco consegue universalizar a educação, nem erradicar o analfabetismo.

Na verdade, de acordo com o autor, o Plano consiste em um conjunto de ações de naturezas e alcances distintos. Em entrevista ao *Jornal Folha de São Paulo*, Saviani afirmou:

[...] do ponto de vista da pedagogia histórico-crítica, o questionamento ao PDE dirige-se à própria lógica que o embasa. Com efeito, essa lógica poderia ser traduzida como uma espécie de “pedagogia de resultados”. Assim, o governo se equipa com instrumentos de avaliação dos produtos forçando, com isso, que o processo se ajuste a essa demanda. É, pois, uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogia das competências e da qualidade total” (SAVIANI, 2007, p. 03 apud FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 243).

Todavia, o elemento que mais chama atenção em relação ao direcionamento conferido à política educacional se refere à sua gestão, pautada na parceria público-privada, na perspectiva do que Saviani denominou de “pedagogia dos resultados”, quase sem disputa no âmbito da concepção que lhe orienta. Concordamos com a afirmação do autor, quando expressa que:

[...] o Estado, em vez de alargar o fundo público na perspectiva do atendimento a políticas públicas de caráter universal, fragmenta as ações em políticas focais que amenizam os efeitos, sem alterar substancialmente as suas determinações. E, dentro dessa lógica, é dada ênfase aos processos de avaliação de resultados balizados pelo produtivismo e à sua filosofia mercantil, em nome da qual os processos pedagógicos são desenvolvidos mediante a pedagogia das competências (ibidem, p. 245).

Nesse viés, a educação, mais do que nunca, tem sido tratada como mercadoria, e despojada de seu valor formativo do sujeito integral. Passa a ser objeto do interesse privado, pela possibilidade de lucro que representa; assim, a educação é concebida enquanto possibilidade de negócio, processo esse que ocorre sob a coparticipação do Estado, por meio de vinculações jurídicas e de financiamento público, o que se configura na apropriação privada dos recursos públicos, que já são bastante parcos.

Dados apresentados por Grabowsky (2010 apud FRIGOTTO, 2011) demonstram que em 1999 apenas 25% da educação profissional era pública, enquanto 75% consistia em cursos de curta duração, de nível básico. Censo de 2010 revelou uma expansão das matrículas nos cursos tecnológicos, que em 2001 era de 69.797 e atingiu, em 2010, um total de 781.609 matrículas, apresentando um

crescimento de mais de dez vezes no período. Pode-se observar uma elevação significativa da proporção de matrículas nos cursos tecnológicos, que passaram de 2,3% para 12,3% ao longo do período, ocorrendo, em sua maior parte em instituições privadas, apesar do crescimento dos Institutos Federais Tecnológicos (INEP/MEC).

Os recursos transferidos dos cofres públicos para a iniciativa privada são ainda mais alarmantes. Em 2010, R\$ 16 bilhões dos recursos públicos foram transferidos ao Sistema S, somando-se aos recursos que já são recolhidos compulsoriamente pelo Estado e repassados para as instituições que compõem esse Sistema. Segundo Grabowsky (ibidem, p. 177):

Esses valores, destacamos, são superiores ao que a União está prevendo investir no FUNDEB, ao custo anual do Bolsa-Família e a todos os investimentos realizados na expansão da rede federal (2 bilhões) ao Brasil Profissionalizado (900 milhões) ao Projovem entre 2008-2011 (5,8 bilhões) e a todos os demais programas no campo da educação e qualificação profissional.

Assim, tratada como negócio e vinculada aos interesses mercantis, as ações de qualificação profissional acabam se restringindo ao simples adestramento dos trabalhadores, atendendo às requisições empresariais, partindo-se do suposto de que para o mercado é interessante formar indivíduos para competirem entre si, através do ideário de ensinar “o que serve ao mercado ou de fazer pelas mãos a cabeça do trabalhador” (FRIGOTTO, 1993).

Vale ressaltar que esse período não ocorreu sem que houvesse movimentos de resistência por parte dos trabalhadores da educação e/ou de setores que apresentaram propostas de contratendência a estas orientações mais gerais incorporadas na política de educação, como as ações empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), por exemplo, que tem elaborado um programa próprio de educação dos seus quadros. No entanto, essas alternativas não tem conseguido impor uma mudança estrutural contra hegemônica aos desenhos que a política tem assumido (FRIGOTTO, 2011).

A discussão até aqui realizada permitiu termos uma base para a compreensão da totalidade em que se insere o objeto deste estudo. A seguir, será realizada uma exposição de como se estruturam as ações de qualificação profissional voltadas ao ramo de confecções do APL localizado no Agreste pernambucano, com o objetivo de refletir sobre o direcionamento que tem sido

conferido a essas ações no campo da formação profissional na perspectiva do desenvolvimento e o sobre o consenso tem se procurado fortalecer através destas ações.

2.4. A estrutura institucional das ações de qualificação profissional no APL de Confeções do Agreste

A pesquisa realizada nos permitiu fazer uma apresentação / caracterização das instituições públicas e privadas responsáveis pelas ações de qualificação profissional no Pólo em estudo. Entendemos a estruturação das ações de qualificação profissional que estão sendo desenvolvidas nesta realidade, como parte de um projeto de desenvolvimento na região nordeste, especificamente em Pernambuco.

Nosso universo foi composto de instituições do Sistema S; Instituições de Ensino Superior Públicas e Privada, Instituições de Ensino Tecnológico; Instituições articuladoras; trabalhadores formalizados e informais.

2.4.1. A atuação das instituições locais para promoção da qualificação profissional

As instituições articuladoras que fizeram parte do nosso universo de pesquisa foram: a Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT), a Associação das Facções e Aprontamentos de Toritama (AFAT) e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Santa Cruz do Capibaribe.

Essas instituições, que representam os interesses de seus associados, expressaram uma preocupação em encaminhar propostas de ações no que se refere à promoção da qualificação profissional para os trabalhadores locais, especificamente dos municípios onde estão localizadas, evidenciando um entendimento da importância dessas ações para o desenvolvimento do Pólo.

Percebemos, principalmente por parte da ACIT e da CDL, uma preocupação esboçada em relação às articulações que realizam a fim de atender aos interesses do empresariado local. Neste sentido, a missão da ACIT, que foi criada entre o final

de 2004 e começo de 2005 por líderes do empresariado⁷⁰, consiste em apoiar os empresários a fim de subsidiar o crescimento das empresas locais. A entidade tem como foco de atuação oferecer suporte à participação dos agentes em missões empresariais; realizar visitas em indústrias de confecção em outros estados e regiões (principalmente em São Paulo); envolvimento nas feiras e eventos de moda e rodadas de negócio, de modo a favorecer que estejam sempre em “evidência positiva”, fortalecendo o segmento através de incentivos às fomentações públicas e privadas, com base nos valores do aprendizado, da colaboração, da renovação e do aperfeiçoamento.

A ênfase das ações de formação profissional se refere à busca pelo desenvolvimento da visão empresarial, através de cursos de capacitação, treinamentos e consultorias; neste aspecto, o SEBRAE tem sido o principal parceiro para oferecer essas capacitações.

Apesar dos associados serem formados primordialmente por empresas formalizadas, também há ações de capacitação voltadas aos faccionistas informais, mas a procura por capacitações por parte desse público tem sido baixa, conforme entrevistado, em função da “cultura empresarial local”, que faz com que os faccionistas informais considerem desnecessário o envolvimento com essas ações.

A maior dificuldade apontada em lidar com o público dos cursos, que são em sua maioria empregados das empresas, consiste na sua baixa escolaridade.

Esse aspecto, juntamente com a falta de uma maior intervenção do poder público, seriam responsáveis pela baixa qualificação da força de trabalho local e pelo fato de o fácil e rápido acesso ao mercado produtor da região provocar ganhos imediatos, ocasionando uma elevada evasão escolar no município.

O representante da associação acredita que o poder público local não está preparado para lidar com a necessidade de qualificação profissional dos trabalhadores locais, pois não são percebidas iniciativas por parte deste no sentido de promover ações sistemáticas de qualificação desses trabalhadores.

A CDL de Santa Cruz⁷¹ apresenta uma boa estrutura, possui uma cooperativa de crédito, uma junta comercial e o CDL Jovem⁷², que é um dos poucos do estado,

⁷⁰ A entidade é composta atualmente por empresários formalizados do setor de confecções, donos de lavanderias e comerciantes faccionistas.

⁷¹ Informou que a CDL de Caruaru e de Santa Cruz já estão bastante desenvolvidas, e a de Toritama ainda é muito incipiente.

existindo apenas nos municípios de Paulista, Caruaru, Garanhuns e Santa Cruz do Capibaribe.

A CDL tem como principal missão tentar criar uma governança no Pólo e buscar uma articulação maior entre os confeccionistas e o empresariado local. Tem por objetivo fortalecer a classe lojista, já que é uma entidade classista. Os princípios norteadores são a lealdade, sobretudo, o trabalho decente⁷³, o desenvolvimento social, econômico e humano, e a harmonia.

O entrevistado da CDL também afirmou que o poder público tem realizado ações pontuais, sempre em parceria com instituições do Sistema S, principalmente o SENAI e o SEBRAE, mas acredita que o investimento em qualificação profissional por parte desse agente deveria ser maior, pois defende que qualquer desenvolvimento só será possível com educação.

Além de articular capacitações para seus associados, também foi evidenciada uma preocupação com a formação dos trabalhadores informais, aos quais são direcionados cursos mais gerais, como o curso para microempreendedor ou capacitações voltadas para a questão da formalização, orientando como funciona o processo, as mudanças em relação aos funcionários, sobre a legislação trabalhista, oferecidas por auditor do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ou da Receita Federal.

Já o foco da AFAT⁷⁴, fundada recentemente, consiste em demandar o reajuste dos preços pagos aos faccionistas terceirizados e a tentativa de

⁷² Consiste em uma proposta de CDL que funciona com jovens empreendedores da região, a maior parte deles ainda estuda e os que não estudam são jovens recém-graduados. São jovens empreendedores ou que estão na faculdade; a maioria já trabalha no seu próprio negócio, ou estão na fase de sucessão, pegando a gestão da mãe e do pai. O CDL entende que não é necessário capacitar apenas a mão-de-obra, mas também os empreendedores, que são vistos como aqueles fazem toda a estrutura do pólo: “e a CDL Jovem tem essa missão também de capacitar os empreendedores até no sentido de fortalecer essa união, já crescer com esse pensamento da importância da união, do associativismo, de tudo isso. [...] a gente começa a atrair esses empreendedores pra cá, que estão no início de carreira, estão prestes a entrar nesse mundo empreendedor, justamente pra entrar e obter aqui uma capacitação, porque aí tem uma série de cursos, de palestras que eles começam a promover, é a CDL Jovem mesmo é quem faz essa capacitação, eles é que discutem quais são os temas que interessam ao grupo e a partir daí vê como é a melhor forma de atuar, com palestras, com seminários.” (sic.).

⁷³ Indagado sobre sua concepção de trabalho decente, o entrevistado afirmou ser: “O trabalho formal, o trabalho que você possa gerar através dele uma qualidade de vida pra pessoa que está executando aquele trabalho, com uma remuneração também decente” (sic).

⁷⁴ A proposta de formação da Associação adveio da recente conjuntura local, em que tem havido no município uma série de ações fiscalizatórias por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em relação às facções locais, o que coloca a necessidade de essas facções se formalizarem para poderem legalizar seus trabalhadores. De acordo com o entrevistado, uma grande quantidade de facções está sendo fechada recentemente, por não conseguir se manter formalizada, dado o

conscientização dos trabalhadores e faccionistas locais sobre a necessidade de formalização. Suas ações ainda consistem na realização de convênios com empresas fornecedoras, a fim de baratear preços para os associados, tais como armarinhos e lojas que vendem máquinas de costura.

Quanto à atuação do poder público na região, o representante da associação acredita que a prefeitura tem se demonstrado ineficiente e que se não fossem as iniciativas individuais ou das associações, a situação seria ainda mais difícil.

Percebe-se, pois, no município de Toritama, a alusão a uma falta de atuação por parte do poder público, no que se refere à qualificação profissional dos trabalhadores locais, principalmente os informais, que, dentre os outros motivos, por não terem como arcar com os custos dos cursos privados, acabam excluídos dos processos de formação profissional.

Assim, de maneira geral, as instituições apresentaram um discurso de que há falta de força de trabalho qualificada para atuar no Pólo, principalmente do profissional de costura, que é o mais demandado para trabalhar nas facções.

Essas associações encaminham as demandas de qualificação profissional através de parcerias realizadas com as instituições de ensino como faculdades e as do Sistema S (SEBRAE, SENAI, SENAC), que oferecem os cursos que já constam em seus portfólios ou formatam cursos mais específicos de acordo com a demanda apresentada.

Percebemos haver uma maior organização por parte da CDL de Santa Cruz, que identifica as demandas por qualificação e atua na divulgação das ações promovidas pelas instituições com as quais têm parceria, como as do Sistema S, principalmente o SEBRAE.

Foi esboçada uma preocupação em apreender a demanda local, saber dos trabalhadores e empresários quais cursos estão demandando⁷⁵, pois há um

aumento dos custos que representa aos donos das facções, principalmente os custos se referem aos direitos trabalhistas, pois mesmo formalizados não precisam pagar impostos, por serem terceirizados, as empresas que os terceirizam é que tiram a nota fiscal e recolhem os impostos. Diante disso, um conjunto de faccionistas se reuniu a fim de exigir das empresas que os terceirizam valores maiores por peça, do que aqueles que são pagos atualmente, a fim de repassar a estes o aumento dos custos advindos da formalização.

⁷⁵ A demanda para os cursos são apresentadas pela própria direção da CDL ou pelos associados, quando estes têm alguma demanda específica. Os associados da CDL são compostos pelo sócio que pode votar e ser votado, cerca de 100 pessoas; e os sócios que fazem parte da linha de serviços, como o SPC e os serviços que a CDL presta, esses são cerca de 500. Afirmou ainda que todos os

entendimento de que a oferta de qualificação profissional não pode ser imposta, pois, caso seja oferecido um curso para o qual não há demanda, a procura pelo mesmo será mínima.

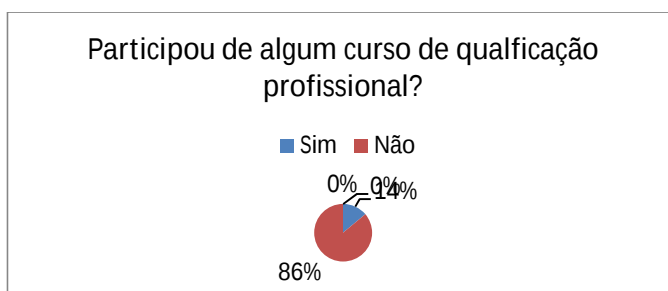
Já no município de Toritama, pudemos perceber que as demandas são encaminhadas de forma menos organizada, recorrendo-se, muitas vezes às ações mais informais de qualificação dos trabalhadores. Os treinamentos para os faccionistas informais, em sua grande maioria, são realizados nas próprias facções, por trabalhadores mais experientes. Mas, foi enfatizado que esse tipo de treinamento é bastante deficitário. Algumas pessoas que passaram por essa modalidade de formação não sabiam executar atividades básicas, como colocar agulha na linha. Um dos entrevistados afirmou que já chegou a fornecer cursos em sua própria facção, funcionando da seguinte forma: alguém lhe indica uma pessoa que quer aprender a costurar e trabalhar na facção; daí começa a costurar em pequenas peças de retalho e evolui com peças maiores, até estar apta a costurar uma peça inteira.

Pudemos comprovar que os trabalhadores que realizam as atividades mais simples na produção acessam, em grande parte, treinamentos mais informais, passados pelos próprios trabalhadores, o chamado “conhecimento tácito”.

Isso foi confirmado nas entrevistas complementares realizadas com os trabalhadores de algumas facções de Toritama, em que todos os entrevistados nos afirmaram não terem participado de nenhuma ação de qualificação profissional formal, tendo aprendido tudo na prática, com outros trabalhadores ou familiares.

Essas informações estão em consonância com os dados da pesquisa realizada pela Fundaj (2009), na qual temos que:

Gráfico 2 – Participação em cursos de qualificação profissional

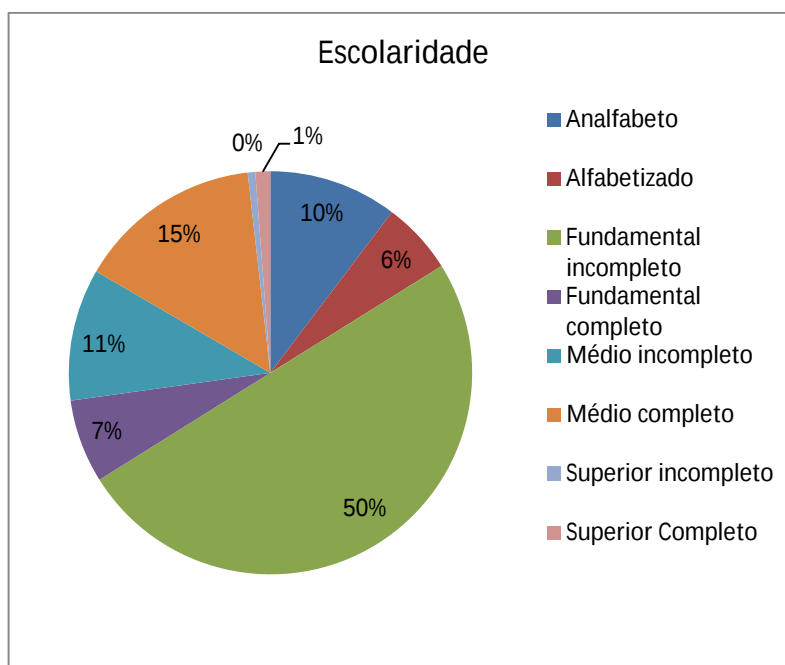


Fonte: Fundaj, 2009

associados estão em empreendimentos formais, apesar de ainda ser grande o número da informalidade na região.

Dos 13,2% que afirmaram ter participado de algum curso, a maior parte, 9,7% participou de apenas um curso, o de corte e costura. A escolaridade dos trabalhadores também é bastante baixa, de acordo com dados da mesma pesquisa:

Gráfico 3 - Escolaridade



Fonte: Fundaj, 2009

Percebemos que tem sido bastante limitado o acesso dos trabalhadores de Toritama à educação em geral e à qualificação profissional, principalmente dos que atuam nas pequenas facções informais, não sendo verificadas iniciativas mais amplas por parte do poder público no sentido de promover essas ações, a despeito de todo o discurso alardeado em torno da proposta de APL enquanto impulsionadora do aprendizado e das inovações.

Ou seja, podemos verificar que existe uma forte mobilização do empresariado da região, a fim de que as suas demandas por formação profissional sejam atendidas. Por outro lado, não se observa a mesma iniciativa por parte dos trabalhadores. Desta forma, podemos inferir que os trabalhadores não estão sendo sujeitos das ações de qualificação profissional, mas apenas acessam essa política quando inseridos em empresas maiores, sendo essas ações pensadas pelo

empresariado e pelas instituições de ensino, que, em sua maioria, são privadas, visando, primordialmente, o aumento da competitividade e da lucratividade das empresas, sem possibilidade de que essas ações tenham um conteúdo mais integral, voltado a uma formação abrangente.

Assim, as iniciativas de qualificação profissional voltadas aos trabalhadores têm sofrido prejuízo da importância política, cultural e social da aprendizagem, e parecem estar em consonância com a teoria do capital humano, cuja educação e treinamento disponibilizados às classes subalternizadas têm por função potencializar a força de trabalho como forma de investimento econômico e individual, impulsionadora do lucro.

2.4.2. A qualificação profissional para os trabalhadores formalizados

A fim de complementar nossa pesquisa e entender como os trabalhadores formalizados acessam a qualificação profissional, também realizamos entrevistas com os trabalhadores de uma empresa, lavanderia modelo na região⁷⁶, as quais suscitaram algumas questões que nos chamaram a atenção.

Quanto aos requisitos em relação à formação e qualificação dos trabalhadores, o entrevistado afirmou que são mínimos, alegando que isso se dá em virtude da falta de força de trabalho disponível na região. Cerca de 90% da força de trabalho desta lavanderia é proveniente de outras cidades.

Esses trabalhadores vindos de outras cidades não conhecem os processos produtivos do Pólo. Por isso, passam por treinamentos internos, que seguem um planejamento. O trabalhador entra como ajudante, depois vai aprendendo a fazer os efeitos mais simples, havendo uma carreira para ir graduando ao longo do tempo, até chegarem a realizar as atividades mais complexas.

Apenas os funcionários que realizam os processos mais complexos de trabalho passaram por algum processo de formação profissional externo, como no

⁷⁶ Na lavanderia são realizadas três etapas, a parte dos efeitos diferenciados de quem faz a peça, que é a peça crua ou semi-lavada; a parte de lavanderia, que é a parte clássica; e a parte do acabamento, que é a parte da passadoria. Possui em torno de 80 a 85 funcionários, entre efeitos, lavanderia, passadoria, coleta e laboratório.

caso do gerente, do pessoal do escritório e do pessoal que trabalha com a questão ambiental.

Figura 5 – Lavanderia (criação de design em jeans)



Fonte: Própria

Figura 6 – Lavanderia (passadora)



Fonte: Própria

Figura 7 – Lavanderia (tingimento das peças) Figura 8 – Lavanderia (tingimento das peças)



Fonte: Própria



Fonte: Própria

Figura 9 – Lavanderia (Máquinas de lavar)



Fonte: Própria

Figura 10 – Lavanderia (Tratamento da água)



Fonte: Própria

Chamou-nos a atenção a trajetória de um dos funcionários da empresa, que atualmente é o gerente, o “homem da criação”, como é chamado, descrita pelo nosso entrevistado:

É uma pessoa que começou conosco como ajudante, mas ele se dedicou e se interessou pelo aprendizado aí começou a aprender todas as áreas da empresa, começou a aprender a parte dos efeitos, depois veio pra lavanderia. [...] Aprendeu na prática aí depois fez curso, a empresa bancou e levou ele pra fazer cursos no Rio de Janeiro, essa semana mesmo ele vai pra São Paulo pra um evento. Então a qualificação do funcionário ela é promovida pela empresa, porque na realidade não tem aqui no mercado, pelo menos aqui na região, uma qualificação pra esse tipo de laboratório. Onde é que tem um curso hoje pra pessoa aprender laboratório? O cara tem que entrar na lavanderia pra aprender na prática, porque não tem nenhum pólo aqui. Aqui tem o ITEP que desenvolveu o curso de supervisor, tem pra operador de máquina e técnico e químico, porque na realidade aqui é mais do que químico, na realidade aqui é o cara do designer. Olhe, uma coisa é o técnico, outra coisa é o químico, outra coisa é o designer, a diferença é que o operador, aquele que manuseia as máquinas, é o operador de máquina de lavanderia, é a pessoa que sabe manusear, sabe fazer o processo, mas o processo já vai escrito pra ele, ele lê a receita e aplica o que está na receita; o químico é aquela pessoa que manipula o produto, ele sabe que se ele pegar o amarelo e o azul vai dar outra cor, e aí ele vai misturando um pouquinho daqui e dali, esse é o químico, a pessoa que faz o uso correto do produto químico; e tem a pessoa do designer, que é a pessoa que cria, aí o curso pra você ensinar a criar não tem. Quando você chega no designer você já sabe fazer tudo, desde a parte da operação das máquinas, manipular o processo (Entrevistado 12).

Fica evidente, na trajetória do funcionário que acabou sendo multitarefas na empresa, que sua qualificação foi resultado de seus esforços pessoais, pelo interesse em crescer na empresa. Também fica clara a noção de que dentro da empresa alguns profissionais vão ser diferenciados entre aqueles que criam e planejam as ações e aqueles que simplesmente as executam, como se estivessem seguindo uma “receita de bolo”, nos termos do entrevistado.

Os cursos mais específicos são oferecidos pelos fornecedores, que ensinam as técnicas necessárias à utilização dos produtos. Esses cursos, geralmente, são ministrados por pessoas de outros países, que vêm ensinar novas técnicas às empresas compradoras dos produtos.

Observamos, pois, que, para o exercício dos procedimentos mais complexos, tem havido a criação de um pequeno núcleo voltado à qualificação profissional. Nesse caso, somente as empresas maiores e aquele trabalhador que nelas está inserido poderá acessar de forma individual.

Ainda foi-nos demonstrada pelo entrevistado a constante preocupação da empresa e o incentivo para que os funcionários se qualifiquem, através de cursos pagos pela própria empresa, com duas possibilidades: sem nenhum custo para o funcionário ou dividido com o mesmo.

No entanto, a empresa enfrenta dificuldades nesse aspecto, pois muitos trabalhadores que passam pelos processos de qualificação profissional subsidiados pela empresa são convidados a trabalhar em outra por salários maiores, haja vista a grande a carência de força de trabalho qualificada na região.

Isso deixa evidenciada uma carência de trabalhadores mais qualificados nesse mercado. Mesmo com essa demanda explicitada, podemos perceber que não são empreendidas ações mais amplas de formação dos trabalhadores, por isso as empresas acabam inserindo em seus quadros os trabalhadores que já foram qualificados em outras empresas, que investem em qualificação e são minoria na região.

Alguns trabalhadores expressam o desejo de trabalhar informalmente nas facções ou fabricos, ou ter seu próprio negócio, pela possibilidade de trabalhar por produtividade e assim poderem receber um salário maior do que aqueles que desenvolvem suas atividades de carteira assinada e tem a maior parte do salário fixa⁷⁷.

Ou seja, os trabalhadores são atraídos pela possibilidade de aumento da renda, mesmo que isso represente a perda dos direitos trabalhistas que acessam enquanto formalizados. Esses trabalhadores são seduzidos pela proposta de se tornarem empreendedores, mesmo com os riscos que essas atividades autônomas representam.

2.4.3. A intervenção das Instituições de Ensino Públicas e Privadas na formação dos trabalhadores

As instituições de ensino superior que fizeram parte do nosso universo foram a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) de Caruaru, a Universidade de

⁷⁷ A empresa também afirmou trabalhar por produtividade. Fora o valor fixo pago, é oferecido um bônus para os trabalhadores que ultrapassarem a meta estipulada pela empresa.

Pernambuco (UPE) de Caruaru, e a Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (FADIRE) de Santa Cruz do Capibaribe. E de ensino técnico, o Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP) de Caruaru.

o **UFPE**

O Centro Acadêmico do Agreste (CAA) foi o primeiro campus da UFPE localizado no interior, inaugurado em março de 2006, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento social, econômico e cultural do Estado.

O Centro iniciou suas atividades com cinco graduações, nas áreas de Administração, Economia, Engenharia Civil, Pedagogia e Design, que integram quatro Núcleos de Ensino. Atualmente, funcionam também as licenciaturas em Química, Física e Matemática, o curso de Engenharia de Produção e a Licenciatura Intercultural, direcionada à população indígena de Pernambuco.

Os cursos oferecidos na unidade são divididos por núcleos da seguinte forma:

- o **Núcleo de gestão:** Economia e Administração, com previsão para abrir Contabilidade e Serviço Social;
- o **Núcleo de tecnologia:** Engenharia Civil e de Produção;
- o **Núcleo de formação docente:** Pedagogia, Licenciatura em Física, Matemática e Química;
- o **Núcleo de designer:** Designer, com previsão para Graduação em Música;
- o **Mestrados:** Engenharia Civil, Economia, Educação, com previsão de abrir o de Desenvolvimento Sustentável.

A origem dos alunos que estudam na universidade é diversificada, com alunos oriundos de várias cidades da região e mais distantes, como Serra Talhada e Arcoverde.

Sobre as necessidades demandadas pelo Pólo à universidade, há uma grande procura por cursos de pós-graduação *lato sensu*, já que o campus tem uma parceria com a pós-graduação de Recife. A unidade está abrindo um curso de finanças, um curso na área de administração de negócios, um na área de gestão de pessoas e outro na área de logística, que é muito demandado na região por conta da necessidade apresentada pelos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, principalmente os dois primeiros, que têm um nível de produtividade mais

elevado do que Caruaru, que é uma cidade mais comercial, que trabalha mais negociando mercadorias.

O estágio curricular é obrigatório e é realizado em empresas conveniadas. Existem convênios com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), o Instituto Evaldo Lodi (IEL) e várias instituições, como SEBRAE, UPE, Elcoma computadores, Indústrias de Confeções, Caixa Econômica, escolas. O acompanhamento é realizado pela universidade e na instituição, o supervisor de campo tem que ter formação na área. As maiores dificuldades encontradas na realização dos estágios é de desvio de função dos estagiários.

Há um mercado extremamente deficitário na região, de acordo com nosso entrevistado, com uma força de trabalho extremamente desqualificada, como é o caso das lavanderias industriais⁷⁸.

A instituição empreende parcerias com outras entidades de ensino e universidades locais, principalmente para a realização de eventos. Tem parceria com associações, como a ACIT, com a qual tem um convênio para a promoção de cursos, eventos, qualificação, consultoria; os cursos são montados pela universidade e a associação subsidia; as qualificações são na área de administração de logística e de finanças.

Está se estruturando a articulação com o poder público, após a avaliação no MEC. Os cursos de Engenharia Civil e Ambiental tem convênio com o ITEP, juntamente com o governo do município de Caruaru, com o SEBRAE, e outras instituições como a Secretaria de Indústria e Comércio. Também tem se tentado realizar parcerias para abrir o curso de medicina, com a participação da prefeitura, da UFPE e da UPE, que vai atender toda a região, tendo em vista que existe uma ausência de oferta de serviços nessa área, principalmente para as Unidades de Saúde da Família (USFs) da região.

Mas o entrevistado da universidade avalia como insuficiente a atuação do poder público, sobre o que foi citado como exemplo, em nível de ensino, a UPE, que tem uma certa escassez de recursos.

Há um ensino mais direcionado às empresas que possuem tecnologias mais avançadas, o que é identificado no trabalho com pesquisa; a inovação se dá em

⁷⁸ Cerca de 99 lavanderias são formais e 400 informais, em Santa Cruz e Toritama, a maior parte está em Toritama, que trabalha com *jeans* e com o tratamento dos efluentes.

nível de pesquisa docente e discente, na iniciação científica e é oferecida uma disciplina de inovação e de aprendizagem e gestão do conhecimento.

Nosso entrevistado citou como uma das maiores dificuldades, principalmente do curso de administração, o fato de os egressos enfrentarem entraves para se inserirem no mercado local, apesar de o curso ter sido fruto de uma requisição do empresariado local, principalmente na área de gestão financeira. No entanto, por haver uma grande quantidade de empresas pequenas e informais, esses profissionais encontram dificuldades, uma vez que são oferecidos salários muito baixos.

Muitos profissionais recém-formados acabam se inserindo em outras áreas que não estão diretamente relacionadas ao ramo de confecções. Apesar do nível de empregabilidade na região ser alto e todos os egressos estarem colocados, não estão necessariamente no ramo de confecção, mas em setores que estão relacionados de alguma forma ao Pólo, como o farmacêutico e uma série de atividades de serviços, não necessariamente de produção, mas em atividades meio.

Diante disso, o entrevistado acredita que o mais importante é identificar o que o APL necessita formar, identificar o que ele requer como profissional; realizar o caminho inverso, não oferecer cursos porque tem que oferecer, primeiramente tem-se que identificar quais as necessidades que esse APL tem em termos de força de trabalho. Por exemplo, acredita haver uma necessidade muito grande de técnicos na área têxtil e não se forma para a área têxtil na região; ou de pessoal que trabalhe com exportação.

A UFPE ainda desenvolve atividades extras, como o Projeto “Empreendendo no Campus”, que é um projeto de pesquisa-ação aprovado pela Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-graduação (Propesq) / Pró-Reitoria de Extensão (Proext). Esse projeto tem como objetivo, basicamente, através de palestras e comunicação efetiva conseguir a adesão de parceiros e recursos; as ações são viabilizadas por meio da população dos micro e pequenos empresários do APL de confecções.

o UPE

O campus da UPE em Caruaru funciona no interior do Pólo da Moda. A unidade teria surgido de uma demanda local, a própria Associação Comercial de Caruaru (ACIC) lançou a proposta ao governo do Estado. A universidade foi fundada

em 2005, no Pólo do ITEP, no Centro Tecnológico da Moda e há dois anos está funcionando no Pólo da Moda.

São ofertados os cursos de Administração com ênfase em moda e de Sistema da Informação. Há a expectativa de montar novos cursos; a ideia é de montar dois cursos tecnológicos e três de curta duração, um na área de tecnologia e outro na área de administração. Para a área de tecnologia oferece três opções: bacharelado em sistema de informação, desenvolvimento de computadores ou sistemas para internet; e, em administração. A sugestão é de gestão imobiliária, tendo em vista o crescimento da região⁷⁹; também na área de logística ou segurança do trabalho.

O objetivo institucional é a qualificação da força de trabalho para operar o desenvolvimento do APL, que tem muita carência em determinadas áreas. Pretende suprir a demanda local nessa região do agreste, que tem uma grande demanda reprimida.

O entrevistado acredita que muitos empresários locais ainda não despertaram para a questão da tecnologia, mas outras empresas que vieram de fora, de outras regiões do Brasil e mesmo do Nordeste, estão demandando cada vez mais profissionais qualificados, na área de tecnologia da informação.

Segundo as informações fornecidas por nosso entrevistado, a grade curricular teve uma adequação para a região, mas o curso de Sistema da Informação abrange várias áreas de conhecimento, em que são elaborados projetos que tentam contemplar a realidade local, com uma adaptação para o ramo de confecções, e também são realizados estudos de caso das empresas locais.

Os estágios são intermediados pelo Instituto Evaldo Lodi (IEL) e são realizados em diversas empresas da região. Há uma dificuldade de conseguir estágio para todos, pois a oferta é maior do que a demanda, principalmente pela questão da informalidade e da nova lei de estágio, que delimitou ainda mais os critérios. Assim, muitas empresas não têm a capacidade legalmente de receber estagiários, já que o aluno tem que ter um supervisor da área dele e há dificuldade de achar um profissional habilitado para supervisioná-lo. Têm sido adotadas algumas soluções paliativas, como um grupo de alunos que desenvolveram o

⁷⁹ O curso de gestão imobiliária já nasceria com um tempo de duração previsto para acabar, pois há o entendimento de que há uma onda de crescimento que será sucedida por um movimento de estagnação desse setor.

sistema informativo da biblioteca, outros desenvolveram um *software* de controle acadêmico para uma instituição pública.

Também foi informado que alguns alunos formados se tornaram supervisores de estágio, mas em pouca quantidade, já que há uma evasão muito grande com a questão da interiorização, existindo um movimento migratório intenso de ida e volta⁸⁰.

A instituição realiza articulações com o poder público local, como a prefeitura de Caruaru, com relação inclusive à demanda de estagiários e alguns projetos que são realizados em parceria, a exemplo da atividade de disciplina de gerenciamento de projetos, em que foi executada a reforma de espaços públicos, no sentido de captar recursos para a reforma de praças; o desenvolvimento de *softwares* para escolas públicas.

Também são realizadas parcerias com instituições de ensino, como a realização de um projeto com a UFPE de Caruaru e com outros centros que pertencem à própria UPE. Há ações pontuais em relação ao Sistema S (SENAI, SEBRAE), com projetos de extensão e palestras, principalmente com o SEBRAE. Há ainda relação com a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE).

Quanto ao perfil dos alunos, boa parte já tem seu próprio negócio, cerca de 40% são do curso de administração e 10% de sistema de informações. A maior parcela dos alunos de administração não é de Caruaru, aproximadamente entre 30% e 40% é de Recife, esses alunos passam a semana na cidade e retornam a Recife no fim de semana; os outros são de Santa Cruz, Toritama, Gravatá, Bezerros; a maioria é oriunda de escola particular e, em termos de renda, a maioria pertence à classe média. É observada uma tendência de crescimento de alunos oriundos da escola pública, mas ainda predomina a origem da escola particular.

No curso de Sistema de Informações, menos de 50% dos alunos é de Caruaru, e o restante é de Recife e de outras cidades vizinhas; e o público, até por ser um curso diurno, em sua maioria, tem níveis mais altos de renda; a maioria é oriunda de escola particular e alguns de escola pública, devido ao sistema de cotas.

Quanto à inserção dos egressos no mercado de trabalho, no curso de Administração a inserção é apontada como boa, comparada ao de Sistema da

⁸⁰ Foi apontada como razão da evasão do curso de administração o fato de os alunos virem de Recife e, pela possibilidade de mobilidade interna, esses alunos começam o curso e voltam para Recife, inclusive pelo fato de no campus de Caruaru o curso de administração ter ênfase em moda e alguns alunos não se identificarem com essa temática específica.

Informação, porque existe um mercado maior e muitos alunos já trabalham em empresas. Então, eles permanecem na empresa, mudando de função porque agora tem a formação superior.

No caso de Sistema de Informações, os egressos apresentam dificuldade de se inserirem no mercado local, havendo uma grande evasão após a realização do curso, principalmente pelo fato de a maioria das empresas da região serem pequenas e informais.

Há uma preocupação da unidade de ensino em relação às empresas que lidam com tecnologias mais avançadas. Em Sistema de Informações, especificamente, são estudados os conceitos que envolvem as novas tecnologias de linguagem mais recente, que são demandas pelo mercado; são trabalhadas as tecnologias mais antigas e também as tecnologias de ponta, pois o próprio perfil do profissional de informática requer que ele esteja sempre em processo de atualização, sempre sintonizado com o que o mercado está oferecendo.

Em relação à Administração, as tecnologias usadas são mais de suporte, voltadas às novas formas de comunicação, mas a administração ainda está pautada em muitas estruturas antigas, sendo observadas algumas modernizações, com inovações e alterações em relação às ementas das disciplinas⁸¹.

A instituição realiza algumas atividades complementares, como projeto de extensão, de iniciação científica, e alguns eventos pontuais, como lançamento de produtos da empresa júnior.

No caso de Administração, está sendo desenvolvido o “Projeto Moda Tec”, que funciona no ITEP e começou como um projeto de extensão. Atualmente se constitui em um programa que trabalha com a agregação de valores às confecções locais e fomentação da criação, numa perspectiva de que o Pólo de Confecção não copie apenas, mas passe a criar; essa é defendida como a ideia do Projeto, que conta com o convênio de várias empresas e com instituições como o ITEP, o SEBRAE e o SENAI. Consiste numa tentativa de voltar a formação dos alunos à realidade local e insere os alunos que tem mais interesse em moda, como forma de estágio.

⁸¹ Um dos grandes problemas citados foi o fato de os livros de administração serem voltados para a gestão de empresas grandes S/A e a realidade local apresentar empresas micro, então se aproveita apenas a base e tenta-se adequar o desenvolvimento da didática à realidade.

o FADIRE

A FADIRE de Santa Cruz, instituição de ensino privada, tem como principal missão qualificar a população local para que esta não precise se deslocar para outras cidades com a finalidade estudar, como ocorria historicamente. A ideia presente na criação da faculdade foi de contribuir com o crescimento do Pólo e a inserção do município nesse desenvolvimento, sendo o município um grande impulsionador do setor de confecções e de outros serviços, inclusive educação.

O seu objetivo principal é de formar quadros de nível superior que atenda às demandas do mercado local, cada vez mais crescente, por meio da oferta de três cursos: administração de empresas, contabilidade e designer de moda. O curso de designer de moda é um curso pioneiro, já que o oferecido na UFPE de Caruaru é administração com ênfase em moda, e os outros, em sua maioria, são cursos técnicos.

Os gestores da instituição têm percebido a expansão do Pólo com a vinda de outros serviços e empresas que não são do ramo de confecção estritamente, mas que vêm atender a uma demanda da sociedade local. Por isso pretende formar quadros que possam ser inseridos nessas empresas que estão se instalando, inclusive as que estão atuando no setor de serviços e de construção civil, que tem apresentado crescimento nos últimos tempos pelo processo de migração ocorrido nas principais cidades que compõem o Pólo.

Na entrevista que realizamos, a principal dificuldade identificada pela instituição em relação à concretização dos seus objetivos, refere-se ao público atendido. Ou seja, quase 90% já entra na faculdade estando inserido no mercado de trabalho, o que impossibilita que a instituição invista em ações de pesquisa e extensão.

Para o entrevistado, um dos fatores de dificuldade em relação à compreensão da importância da formação profissional, historicamente, se refere à informalidade, pois qualquer pessoa que tivesse condições de trabalhar em algum fabrico ou facção era inserida no mercado de trabalho e assim permanecia por muito tempo; alguns teriam se dado bem e hoje são grandes empresários locais, mesmo sem ter uma formação técnica para isso, “eram pessoas que começaram do nada e hoje fizeram fortuna, e isso ainda é uma aspiração de muito jovem: eu começo dessa forma e também vou crescer” (Entrevistado 04).

A compreensão é a de que a geração atual que está assumindo os negócios já estaria colocando os filhos para estudar, pois antes aqueles que tinham um maior poder aquisitivo iam estudar em Recife ou em Caruaru, e os de menor poder aquisitivo ficavam em Santa Cruz e trabalhavam na informalidade. Mas, segundo nosso entrevistado, essa realidade estaria mudando e os mais jovens entendem a formação acadêmica como uma perspectiva de ascensão social, de inserção no mercado de trabalho.

Os conteúdos trabalhados nos cursos estão voltados à realidade local, havendo uma tentativa de realizar uma articulação entre a realidade local e a global. Em função do crescimento que a cidade tem apresentado no ramo dos serviços, a instituição tem planejado uma ampliação dos cursos oferecidos. Para isso, está realizando uma consulta com outras instituições, como a CDL local e a ASCAP, no intuito de oferecer a formação educacional de acordo com as necessidades do mercado.

Neste sentido, em consonância com o processo mais global que a educação tem apresentado, o entrevistado afirmou a perspectiva de oferecer cursos tecnológicos, não mais os bacharelados de quatro anos, pois existe uma demanda urgente na região, haja vista o processo de crescimento pelo qual o Estado está passando. Diante dessa “emergência”, os cursos de curta duração são apontados como a melhor opção para atender a esse mercado, pois muitos alunos não estão dispostos a passar quatro anos em um bacharelado. Assim, a FADIRE pretende criar os cursos tecnológicos mais voltados para o varejo e para o ramo de confecções.

Esse pensamento demonstra uma tendência que tem direcionado a política educacional em geral, de substituição dos cursos superiores, que oferecem uma formação mais ampla e integral, pelos cursos de curta duração, que atendam aos interesses mais imediatos do mercado, sem que haja uma preocupação com a formação de quadros intelectuais e promoção do conhecimento crítico.

A FADIRE realiza parcerias com diversas instituições, como a CDL local, o SENAI, a ASCAP, e empresas, como a Rota do Mar. No caso desta última, por exemplo, a instituição oferece descontos para os funcionários da empresa, que por outro lado tem um programa de incentivo para os trabalhadores que estão estudando; em contrapartida a Rota do Mar prioriza a FADIRE na realização de

estágios, de visitas técnicas. Existe ainda uma cooperação no sentido de os profissionais ministrarem palestras para os alunos.

As outras instituições parceiras apoiam realizando divulgação e, em contrapartida, também recebem desconto para seus funcionários estudarem na FADIRE.

A faculdade conta atualmente com cerca de 300 alunos, que estudam no turno da noite. Quanto à renda, a maior parte dos alunos tem um poder aquisitivo mais elevado, e cerca de 30% é proveniente do Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Esses alunos, em sua maioria, são de Santa Cruz e das cidades vizinhas, como Taquaritinga do Norte, Toritama e Jataúba, sendo que o curso de moda tem a particularidade de cerca 90% dos alunos serem provenientes de Caruaru, o que se acredita ser em virtude de Caruaru enxergar o potencial da qualificação na área de criação.

Foi apresentada como dificuldade em lidar com o público a questão da heterogeneidade de interesses em relação à formação, pois alguns alunos apenas querem obter um diploma, enquanto outros desejam alterar sua realidade. Por exemplo: numa mesma turma, existem alunos que passam o fim de semana inteiro e a segunda-feira na feira e quando chega à noite ficam dormindo na sala de aula.

Em relação ao estágio, a FADIRE tem convênio com o CIEE e o IEL, mas, segundo as informações que obtivemos, a procura é pouca, pois a maioria dos alunos usa a ocupação em que já estão inseridos como estágio. Foi afirmada como dificuldade o fato de as empresas locais, que em sua maioria são informais, não oferecerem supervisor de campo, por haver deficiência de pessoal com formação superior na área.

A instituição oferece atividades complementares, como cursos abertos, voltados para a população em geral. São cursos de curta duração, de extensão, sem pré-requisito de escolaridade.

Também são promovidas semanas de mostra de trabalhos, trazendo profissionais da área e que atuam em algumas entidades. Nesta modalidade foi realizado o projeto “Conversando com o mercado”, no qual foram trazidos profissionais de várias áreas para conversar com os alunos da instituição.

Na avaliação do entrevistado, a formação acadêmica tem trazido aspectos positivos para os alunos formados, pois mesmo que já atuassem no mercado de trabalho, depois da formação passam a ter uma postura mais técnica no mercado,

com conhecimentos mais específicos sobre a área em que atuam e, desta forma, passam a ter mais possibilidades no mercado, mesmo aqueles que já possuem seu próprio negócio.

o ITEP

Na área dos cursos técnicos, o ITEP é um centro de referência regional na oferta de soluções tecnológicas para o setor produtivo, visando à modernização e ao desenvolvimento sustentável de Pernambuco e da Região Nordeste.

O ITEP integra o Programa de Centros de Difusão de Inovações tecnológicas, que articula uma rede de Centros Tecnológicos (CTs), sob incumbência da então Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA), agora Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC), voltados para a elaboração de projetos econômicos e sociais em consonância com as especificidades locais.

Tem como missão “Gerar e difundir conhecimento, prestar serviços especializados, promover a inovação e a competitividade tecnológica visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável e a melhoria de qualidade de vida, em particular, do estado de Pernambuco, e em geral, da Região Nordeste e do País”.

Sua visão é “Ser reconhecido como instituição de referência na oferta de serviços e soluções tecnológicas, na promoção da inovação e da competitividade tecnológica empresarial e na execução de políticas públicas de CT&I, contribuindo para a redução das disparidades regionais”.

Os objetivos da instituição são:

- 1) Formular e executar projetos, promover e realizar estudos e pesquisas aplicadas, visando o desenvolvimento da sociedade;
- 2) Gerar e difundir tecnologias e permitam promover o progresso e o avanço tecnológico, visando à modernização e melhoria da qualidade dos serviços e bens produzidos na região;
- 3) Prestar serviços tecnológicos a empresas públicas ou privadas e à sociedade;
- 4) Apoiar o empreendedorismo, através de processos de incubação de empresas e empreendimentos, tendo por base a capacitação profissional, o extensionismo tecnológico e a inovação;

5) Desenvolver e apoiar a gestão de arranjos e cadeias produtivas locais, atuando na sua modernização e integração tecnológica, tanto no âmbito do Estado como da região;

6) Promover e realizar treinamentos e cursos de formação e atualização profissional e tecnológica, em âmbitos de espaços formais e não formais da educação profissionalizante, como também, instituir e manter cursos de pós-graduação na versão *latu e strictu sensu*.

Tendo em vista a necessidade das lavanderias atenderem às normas da legislação ambiental brasileira, o ITEP começou a desenvolver projetos na área de tratamento de efluentes. A unidade oferece atualmente o curso de gestão de lavanderias, que teve início em 2008, e estava prevista, na época de realização da pesquisa, a implantação de dois novos cursos, ainda em 2011: Técnico em Química e Técnico em Modelagem do vestuário, todos gratuitos, com ingresso através de processo seletivo público.

Antes de oferecer curso de formação profissional, o ITEP funcionava apenas como incubadora de empresas, atividade que continua executando, cuja seleção de projetos é realizada pela sede, em Recife.

Todos os cursos oferecidos foram decorrentes das demandas apresentadas pelo empresariado local, através da Associação dos Empresários em Lavanderia. O curso oferecido no momento, de Gestão de Lavanderias, tem duração de dois anos, sendo dois meses de estágio obrigatório, que é realizado em lavanderias conveniadas, a exemplo da Lavanderia Mamute⁸², sob a supervisão de orientador da área específica. Na região, apenas a Mamute tem tecnologia de ponta, importada da Alemanha. No mais, as outras empresas atuam com tecnologias mais atrasadas. A despeito disto, a lavanderia experimental do ITEP prepara os alunos para lidarem com as tecnologias mais avançadas, conforme imagens a seguir:

⁸² A Lavanderia Mamute é considerada modelo na região e foi pioneira na implementação de processos de tecnologia de reutilização da água utilizada na lavagem das peças de *jeans*, desenvolvida pelos técnicos alemães do Centro de Formação Profissional das Associações Empresariais da Baviera (BFZ), em convênio com a SINDVEST,

Figura 11 – Laboratório do ITEP



Fonte: própria

Figura 12 – Laboratório do ITEP



Fonte: própria

Figura 13 – Equipamentos de Proteção Individual



Fonte: própria

Figura 14 – Lavanderia Experimental



Fonte: própria

Conforme as informações do nosso entrevistado, há uma dificuldade em encontrar empresas que se interessem em receber estagiários, mesmo aquelas que demandaram o curso na região. As razões apontadas para a recusa são a falta de tempo por parte de um orientador e a crise financeira que essas instituições estariam passando, desde a crise mais recente de 2008. Ainda foi referido o problema que houve na região, recentemente, em relação à importação de tecidos contaminados, o que teria ocasionado uma diminuição do mercado⁸³.

⁸³ No mês de outubro de 2011, foram apreendidos pela Receita Federal dois contêineres com toneladas de lixo hospitalar trazido irregularmente dos Estados Unidos por uma empresa têxtil pernambucana (Fonte: Diário de Pernambuco, 2011).

Como parte das atividades complementares, o ITEP ainda oferece um *workshop* sobre empreendedorismo, para expor as empresas que estão em processo de incubação.

A unidade realiza parcerias com diversas instituições públicas e privadas, a exemplo da prefeitura municipal, do SEBRAE, com o SindLoja, dentre outros. Na parceria com a prefeitura, são realizadas palestras voltadas ao empresariado do ramo. Com o SEBRAE já foi realizado, conjuntamente, o “Projeto Consciência Limpa”, que finalizou em março de 2011, o qual consistia em orientação para os empresários de lavanderia no intuito de promover a conscientização sobre o meio ambiente; os processos para reciclar a água utilizada, para que ela não seja despejada nos rios; sobre o tratamento de efluentes dessa água, visando sua reutilização. O Projeto teve a adesão de inúmeras lavanderias dos municípios vizinhos, tais como Riacho das Almas, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

Sobre o perfil do alunado, a pesquisa constatou que a maior parte é proveniente de escola pública e cerca de 70% são de cidades vizinhas. Esses alunos, em sua maioria, tem um nível de renda mais baixo.

A evasão dos alunos do curso foi apontada como outra dificuldade da instituição, o curso inicia com 30 alunos e termina, normalmente, com cerca de 20 alunos, pois no meio do curso os alunos conseguem emprego e optam por abandoná-lo. Em função do perfil de renda, os alunos preferem assegurar uma vaga no mercado de trabalho a permanecer estudando.

2.4.4. A intervenção do Sistema S no Pólo de Confecções do Agreste

As instituições do Sistema S que fizeram parte do nosso universo de pesquisa foram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Santa Cruz do Capibaribe e de Caruaru; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) de Caruaru; e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de Caruaru.

o SENAI Santa Cruz do Capibaribe

A unidade do SENAI de Santa Cruz foi inaugurada em 2002. A instituição defende como missão: “Contribuir para o desenvolvimento da indústria e o

desenvolvimento pleno e sustentável do país, promovendo a educação para o trabalho e a cidadania, assistência técnica e tecnológica, a produção e disseminação de informação e a adequação, geração e difusão de tecnologia”. Tem como objetivo: “Contribuir para o desenvolvimento do Estado através de investimentos nas micro ou mesorregiões geográficas”.

No estado de Pernambuco integra o Sistema da Federação das Indústrias – FIEPE. Atua na área de educação profissional de nível técnico e básico. Apesar de haver um direcionamento nacional, a unidade do SENAI realiza uma adequação nos cursos, de maneira a torná-los mais condizentes com a realidade local.

O SENAI de Santa Cruz do Capibaribe oferece serviços e produtos na área de formação profissional e consultoria voltados à cadeia produtiva do vestuário, nas áreas de confecção de vestuário, gestão da produção, produção de moda e modelagem computadorizada, direcionadas às pequenas e médias indústrias locais.

Os cursos técnicos recrutam os alunos através de processo seletivo e são inteiramente gratuitos. Os cursos de aprendizagem⁸⁴ oferecidos são nas seguintes modalidades: técnico em administração, técnico em confecção de vestuário e técnico em design de moda; apenas o de técnico em confecções tem duração de dois anos, os demais têm duração de um ano.

Os cursos de qualificação profissional básica oferecidos são: assistente administrativo, supervisor administrativo, costureiro de confecção em série – malha, costureiro de confecção em série – tecido plano, costureiro de produção industrial, desenhista de moda, mecânico de manutenção em máquinas de costura, modelista industrial, supervisor administrativo, supervisor na confecção do vestuário; todos com 160 horas de duração.

Os cursos de aperfeiçoamento são nas áreas de gestão, e têxtil e vestuário. Esses cursos são de curta duração, entre 15 a 60 horas, duram em média duas a três semanas.

Os cursos de qualificação e aperfeiçoamento não tem exigência de escolaridade e tem preços variados, entre R\$ 100,00 e 400,00 em média, valores que podem ser parcelados.

A procura é realizada, geralmente, na própria unidade pelos interessados. Os cursos também podem ser demandados por determinada empresa que quer

⁸⁴ A modalidade de aprendizagem é direcionada para os alunos em idade escolar.

qualificar seus profissionais. Então a empresa demanda do SENAI o curso específico e o curso é oferecido, geralmente *in loco*, ou pelas entidades de classe (associações).

O curso de maior demanda na unidade é o de costura industrial, dadas as características do Pólo. É um curso que tem demanda contínua e é oferecido frequentemente; outro curso de grande procura é o de mecânico de máquinas, para o qual havia uma grande carência na região, que sempre buscava profissionais de fora para realização dos consertos, a valores elevados.

O público dos cursos é proveniente tanto do setor formal quanto do setor informal, pois a instituição busca atender às demandas da indústria local, independente de ela ser formal ou informal, já que o nível de informalidade é muito grande. Os gestores da unidade entendem que o acesso à educação consiste numa forma de modificar essa cultura local, a fim de trazer sustentabilidade para o Pólo.

Ou seja, seus representantes identificam uma necessidade de diminuir os padrões de informalidade na área, entendida como uma condição precisa ser ultrapassada. Mas, apesar da afirmativa de que os cursos são direcionados a todos os públicos, nossa posição é de a própria cultura dos trabalhadores informais, bem como a média de preços cobrados pelos cursos, dificultam o acesso de uma grande parcela de trabalhadores que se encontram no perfil da informalidade.

O SENAI realiza parceria com várias instituições, como a CDL local, as associações comerciais e também trabalha com em parceria com o Estado, através de contratos. A unidade identifica um grande crescimento das oportunidades nesta modalidade, tendo em vista o processo de desenvolvimento econômico que vem ocorrendo no estado e a interiorização das ações voltadas à formação profissional dos trabalhadores que estão inseridos nos pólos de desenvolvimento. Assim, o SENAI tem planos de trabalho e uma linha de programas específicos a serem desenvolvidos em parceria com prefeituras e governo do estado, através de contratos e projetos.

A parceria com o poder público funciona através da parcela de gratuidade oferecida pelo SENAI, que é prevista no cronograma da instituição, havendo uma parceria com a comunidade e as indústrias, num esquema de corresponsabilidade com a qualificação profissional voltada a esse público, através de cotas. São realizados contratos, em que as prefeituras, por exemplo, demandam cursos que são oferecidos gratuitamente e o poder público entra com a contrapartida do espaço

físico. Existem também os contratos corporativos, em que o governo do Estado monta a proposta e o SENAI, assim como outras empresas de qualificação, se enquadram e formatam o programa.

Percebemos, neste sentido, uma transferência de responsabilidade do poder público para o setor privado. Assim, as empresas privadas, principalmente as do Sistema S, têm obtido um espaço estratégico e relevante no sentido de direcionarem as ações educacionais.

Foi citado como exemplo os cursos em lavanderia, ministrados numa carreta do SENAI no município de Toritama, em parceria com a ACIT, com os seguintes cursos: Beneficiamento de jeans, Tingimentos aplicados na lavanderia, Técnicas de processos diferenciados; todos com carga horária de 40 horas e ao custo de R\$ 200,00 cada um.

Podemos identificar que esses cursos tiveram um direcionamento para as lavanderias do município e para microempreendedores de maior poder aquisitivo ou para trabalhadores que estão inseridos formalmente no Pólo e tiveram incentivo das empresas em que trabalham para realizarem o curso.

A unidade possui convênio com o IEL para realizar o encaminhamento do estagiário, dos cursos técnicos e do menor aprendiz e muitas empresas pedem indicação de ex-alunos para se inserirem no mercado local, o que denota uma demanda por trabalhadores qualificados nessa região.

No entanto, muitos alunos recebem proposta de emprego quando ainda estão realizando o curso e acabam abandonando as aulas por já terem um conhecimento básico, o que se configura em uma dificuldade apontada pela instituição.

Sobre o conteúdo específico voltado às tecnologias mais avançadas, nos foi relatado que em algumas confecções são encontradas máquinas eletrônicas, mas no Pólo, de uma maneira geral, não existe nenhuma tecnologia de ponta, já que não há investimentos em tecnologias mais modernas no arranjo.

O SENAI ainda desenvolve atividades complementares, possui um núcleo de moda que oferece uma gama de serviços; a instituição lançou recentemente um caderno de tendências elaborado por um grupo de designers que viajaram para fora do Brasil a fim de observar as tendências de moda. Existe uma equipe que ministra palestras sobre moda, sobre o perfil do Pólo; desenvolve *workshop* voltado ao empresariado local a respeito das novidades e tendências de mercado.

o **SENAI Caruaru**

A unidade do SENAI de Caruaru foi inaugurada em 1970. A instituição oferece educação profissional, com cursos técnicos e cursos de qualificação e aperfeiçoamento; consultoria empresarial; e serviços técnicos e tecnológicos. Os cursos oferecidos estão alinhados às diretrizes nacionais, mas também sofrem um processo de adequação da linguagem em relação à realidade local. Passam por um Comitê Setorial para o desenvolvimento de programas, no caso de curso técnico, composto por técnicos da unidade e empresários do setor, a fim de delinear o perfil do profissional técnico que vai ser formado.

Os cursos técnicos tem duração média de 1 a 2 anos e são destinados às modalidades de jovem aprendiz, que são cursos gratuitos para jovens entre 14 e 21 anos que estejam cursando o Ensino Médio, com ingresso por meio de processo seletivo; e ao segmento “público em geral”, que já concluiu o Ensino Médio. Os cursos oferecidos nessa modalidade são de eletromecânica, manutenção automotiva, produção de moda e vestuário.

Os programas de qualificação e aperfeiçoamento profissional são cursos de curta e média duração e estão estruturados de forma flexível. São dirigidos a profissionais já atuantes ou àqueles que buscam sua inserção no mercado de trabalho. Os cursos compõem um portfólio e estão organizados por núcleos:

Tabela 3 – Cursos de Aperfeiçoamento

Núcleo	Quantidade de cursos por núcleo	Carga Horária
Vestuário e produção de moda,	26 cursos	entre 20 e 160 horas
Gestão empresarial, meio ambiente, qualidade e produtividade	17 cursos	entre 15 e 60 horas
Manutenção automotiva	10 cursos	entre 28 e 120 horas
Eletroeletrônica	05 cursos	entre 40 e 120 horas
Segurança do trabalho	05 cursos	entre 20 e 40 horas

Tecnologia da informação	03 cursos	entre 40 e 60 horas
Automação industrial	04 cursos	entre 40 e 60 horas
Metalmecânica	07 cursos	entre 32 e 120 horas
Soldagem	01 curso	80 horas

As consultorias empresariais são voltadas aos empresários da região e oferecem serviços de consultoria empresarial e serviços técnicos e tecnológicos para desenvolver melhorias e práticas necessárias, visando o sucesso dos seus negócios. São organizados nas áreas de alimentos, produção de moda, vestuário, eletromecânica, segurança do trabalho e qualidade e produtividade. As consultorias são oferecidas em parceria com o SEBRAE, que subsidia financeiramente as ações.

O jovem aprendiz e o estagiário, que tem que realizar 400h de estágio obrigatório, são encaminhados para empresas conveniadas. No entanto, foi relatado que existe uma dificuldade em relação a essas empresas para aceitarem estagiários e jovens aprendizes, pela falta de profissional para supervisionarem os alunos.

O valor médio dos cursos varia entre R\$ 75,00 a R\$ 600,00, e alguns chegam a custar R\$ 1.000,00. São oferecidos conforme a demanda do empresariado local, apresentada principalmente através do SINDVEST e do público em geral⁸⁵.

Quanto à procura dos cursos, contraditoriamente, os cursos direcionados ao ramo de confecções são os menos procurados pela população local, sendo que esses são mais demandados pela população de Toritama. Podemos relacionar essa informação com o cenário de pouca oferta de cursos de qualificação no município toritamense, que faz com que a população tenha que recorrer às cidades vizinhas, como Caruaru e Santa Cruz. Os outros cursos têm maior procura da população local.

O perfil do público atendido na unidade, apesar de o SENAI focar em alunos de escola pública, tem sido formado primordialmente pela população de maior poder aquisitivo. Compreendemos que os valores dos cursos acabam restringindo o acesso da população de menor poder aquisitivo, que não pode investir em formação profissional.

⁸⁵ Público que procura a unidade diretamente. Daí, seu nome e contato são anotados, bem como o curso de interesse, o que irá direcionar a oferta de determinadas modalidades no período seguinte.

São realizadas parcerias, principalmente com o SINDVEST, mas também com outras instituições do Sistema S, como o SEBRAE e o Serviço Social da Indústria (SESI). Também são realizadas articulações com o poder público local e com o governo do Estado, a exemplo da parceria para realizar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) Trabalhador e o Plano Territorial de Qualificação (PLANTEC)⁸⁶.

O PLANTEC foi desenvolvido com o curso de costura e atendeu os municípios vizinhos: João Alfredo, Orobó, Macaparama e Lagoa de Taenga, São Joaquim do Monte, Bezerras, Pannels, Cupira, Ibirajuba, Altinho, Cachoeirinha, Tacaimbó e São Caetano, entre outras, com o objetivo de fortalecer a geração de ocupação e renda nesses municípios para que eles possam também se integrar ao desenvolvimento do Pólo de Confecções, visto que a economia desses pequenos municípios tem ficado restrita aos rendimentos do Programa Bolsa Família e da aposentadoria rural.

Foi explicitada no discurso institucional a ideia de que esses municípios poderiam desenvolver uma linha de produção, na modalidade de facção, e realizar a terceirização das empresas de Caruaru, Santa Cruz, e assim desenvolver empreendedores locais.

Esses pequenos empreendedores podem produzir aqui e vender na feira de Santa Cruz e na feira de Toritama, isso é geração de ocupação e renda. Aí tem todo apoio para absorverem um curso que tá sendo dado de graça, eles não estão pagando nada, a gente só vai em busca de parceria para que o curso aconteça numa lógica melhor, aí qual o prefeito que não se interessa? [...] esse programa PLANTEC, do governo do estado, que atingiu essa grande quantidade de cidades, capacitou 1000 pessoas na área de vestuário, é muita gente, de graça (Entrevistado 05).

Parece ser exatamente esse o pensamento dominante dos agentes públicos e privados que atuam no Pólo, ou seja, de que esses cursos estão sendo “dados de graça”, não numa perspectiva de direitos; e ainda sob a prerrogativa de que esses

⁸⁶ O Planteq consiste em uma iniciativa do Governo Federal em parceria com o Governo Estadual que promove a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, trabalho, renda e educação. Em Pernambuco, o PlanteQ pretende beneficiar cerca de 1.563 jovens, com idade a partir dos 16 anos e que estejam sem ocupação cadastrados no Sistema SINE e/ou beneficiários das demais políticas públicas de trabalho e renda, com cursos de qualificação profissional nas áreas transporte, construção civil, agricultura, comércio e serviço. Ao todo, 33 municípios de todas as regiões do Estado serão beneficiados pelas ações do PlanteQ nos meses de outubro e novembro. Para a execução do projeto, a Secretaria do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo conta com a parceria do SENAI, SENAC, SEST/SENAT e SERTA (www.stqe.pe.gov.br).

municípios permaneçam em situação de “terceirização” em relação aos municípios mais desenvolvidos do Pólo. Reforçar-se-ia, dessa forma, um nicho de desenvolvimento voltado a alguns municípios e os outros apenas se acoplariam de maneira subalterna, a fim de contribuir para esse desenvolvimento.

Quanto aos cursos voltados para as tecnologias mais avançadas, o SENAI oferta, por exemplo, o curso plotagem industrial que trabalha com sistema de montagem computadorizada, o qual faz o risco da modelagem por computador e é impresso. Assim, ao invés de ser cortado manualmente, o tecido é cortado por uma máquina que digitaliza e faz os ajustes para evitar desperdícios, através do sistema de Autocad⁸⁷. Os técnicos do vestuário são capacitados nessa área, oferecem treinamento e prestam serviço para as empresas.

Também é desenvolvido o *Inova SENAI*, que é um programa voltado para o desenvolvimento de novas tecnologias. O Inova é uma ação de abrangência nacional direcionada a alunos, técnicos e docentes dos DR's do SENAI, voltada à criação de competências internas e externas alinhadas com as novas demandas da indústria e do mercado.

O objetivo é desenvolver a capacidade empreendedora, criatividade e raciocínio lógico de alunos, técnicos, consultores e docentes do SENAI, através da concepção, planejamento, execução e demonstração de projetos de inovação tecnológica de interesse da indústria e da sociedade.

o SENAC Caruaru

A missão do SENAC consiste em “Educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo”. Sua visão de futuro é “Ser reconhecido como a principal instituição de educação profissional em comércio de bens, serviços e turismo em Pernambuco”.

O SENAC trabalha com planejamento estratégico e avalia esboços para os próximos anos; realiza avaliação estratégica e os devidos ajustes no planejamento. Compõe sua estrutura um departamento nacional e departamentos regionais, que atuam de forma articulada. Existe um alinhamento da unidade regional com a

⁸⁷ AutoCAD é um software do tipo CAD (Computer Aided Design) ou desenho auxiliado por computador.

nacional, mas esse alinhamento deve estar adequados à realidade do mercado local.

Há, também, uma sintonia com o mercado e o Estado, no sentido de que as atividades realizadas acompanhem as necessidades do mercado e formem profissionais com as características requeridas por esse mercado. O Estado, por sua vez, tem seguido essa mesma linha de atender às requisições mercadológicas.

Além de realizar palestras e consultorias, são oferecidos cursos de aprendizagem, capacitação e aperfeiçoamento, a exemplo de alguns cursos que são mais direcionados ao Pólo de Confeções na modalidade de aperfeiçoamento:

Tabela 4 – Cursos de Aperfeiçoamento

Curso	Carga Horária
Designer e estilo	100h
Vitrine	15h
Pesquisa e desenvolvimento de coleção	30h
Modelagem básica	45h

A exceção dos cursos de aperfeiçoamento, também é ofertado o curso de corte e costura, na modalidade de capacitação, com carga horária de 160 horas.

O curso de corte e costura é desenvolvido em parceria com a Secretária de Políticas Sociais, voltado o público de baixa renda, beneficiário do Programa Bolsa Família. Além da parceria para realização do PROJOVEM.

Sobre isso, foi afirmado: “o objetivo é fomentar educação profissional para que ele possa sair dessa zona e entrar no mercado de trabalho e não precisar mais do Bolsa Família” (sic.).

Essa é, a nosso ver, uma análise superficial da realidade, que tem sido bastante comum, pois percebe o fenômeno do desemprego e da dependência de programas de transferência de renda de forma individualizada, sem considerar que essa expressão da questão social, expressa através da pobreza e do desemprego,

tem raízes históricas na própria constituição do sistema vigente, não podendo ser solucionada através de ações pontuais como essas.

Também são oferecidos na unidade os cursos do segmento de beleza, que é muito forte no município e têm uma procura muito grande, principalmente para a formação de cabeleireiro, manicure e depilador. A procura por esses cursos é apontada como uma tendência não só de Pernambuco, mas do todo o país.

O SENAC ainda oferta o segmento de saúde, com o curso técnico em enfermagem, que tem registrado uma grande empregabilidade do egresso do SENAC, que, mesmo durante o curso, já consegue ingressar no mercado de trabalho. Também são ofertados cursos no segmento de idiomas, que vêm crescendo bastante, além de informática.

O SENAC desenvolve parcerias com o poder local e com as associações comerciais e de confeccionistas locais e das cidades vizinhas, principalmente Toritama, Santa Cruz e Surubim.

O curso de pesquisa e desenvolvimento de coleções é realizado duas vezes ao ano, voltado para que as empresas possam criar a sua identidade e não copiar a moda do sul, como acontecia historicamente.

Em relação aos requisitos dos cursos, são encontradas algumas dificuldades, até mesmo para aqueles cursos que requerem apenas o ensino fundamental. Esse quadro demonstra a precária situação da educação básica brasileira, principalmente em regiões como o Nordeste.

Em relação à realização de estágio, apenas o curso de técnico de enfermagem tem esse requisito, por ser um curso de habilitação técnica, são necessárias 600 horas de estágio.

A unidade tem a meta de realizar ações extensivas, que são palestras, desfiles, feiras, exposições, o que é chamado de formação profissional. A meta da unidade de Caruaru é de 9.500 atendimentos por ano. Destes, 60% de cursos e 40% de ações extensivas.

o SEBRAE Caruaru

O SEBRAE, Unidade de Negócios do Agreste Central e Setentrional, foi fundado em 1983 e abrange 35 municípios, cujas ações têm o intuito de formar um ambiente favorável ao desenvolvimento dos arranjos produtivos.

Sua missão consiste em “Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte”. Enquanto objetivo, a instituição “Atua com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, entre outros”.

O SEBRAE estabelece áreas prioritárias e essas são alinhadas, em geral, com as ações do governo do Estado, sendo uma delas o ramo de confecções. As áreas prioritárias são setores econômicos prioritários e dentro destes setores, o SEBRAE, em cada região ou área demográfica, utilizando dados do IBGE, tem uma forma específica de atuação. Por exemplo: Garanhuns tem a bacia leiteira. Neste sentido o foco de atuação dessa instituição nesta atividade; já em Caruaru existe o Pólo de Confecções. Por isso, a unidade possui projeto no setor de confecções. Petróleo e gás são áreas de prioridade na região de Suape e Ipojuca.

Em síntese, cada região em que o SEBRAE atua tem um foco específico de trabalho e esses setores prioritários são alinhados às ações, em geral, do governo do Estado, porque há um interesse de que o SEBRAE não inicie um trabalho em uma área na qual não haja um esforço para o desenvolvimento econômico por parte do poder público.

Nesta linha, os projetos são formulados pelo SEBRAE e pelos “atores locais”, que tenham atuação em cada setor. Por exemplo: o SEBRAE entende que o Governo tem um olhar diferenciado para o setor de confecções, que é muito grande, e possui muitas empresas. Dai ter definido que vai atuar no setor de confecções, com apoio dos “atores locais”, que são as confecções, os sindicatos, as escolas técnicas, os centros tecnológicos, que em conjunto vão discutir as ações prioritárias no Pólo. O entrevistado afirmou que:

Aqui na região, hoje o SEBRAE é o grande elo de ligação, a nível estadual. A gente discute o que a gente precisa fazer, discute o que as empresas precisam fazer, porque a gente tem um universo de empresas muito grande, então não dá pra você juntar vinte mil empresários numa sala de aula ou num centro de convenções, e dizer, olha o que vocês querem? Então a gente usa as associações, que são formadas por empresários e a gente discute quais são as ações que precisam ser feitas pra aquele setor (Entrevistado 07).

Quanto às articulações realizadas, apesar de se considerar que existem “boas relações” com o poder público, a unidade procura não envolvê-lo, principalmente o

poder local, pois segundo o discurso do entrevistado, “este não teria condições de arcar com as contrapartidas das ações”.

As atividades voltadas para o ramo de confecções ocorrem através de consultorias, palestras, desenvolvimento de coleção. São direcionadas para um público que apresente demanda espontânea, independentemente do tamanho da empresa. Assim, atende aos empresários, microempreendedores individuais e aqueles que estão procurando formalização, registro de marcas, consultorias, entre outros.

No setor de confecções são trabalhados quatro vetores:

Tabela 4 – Vetores voltados a confecções

Vetor	Atividades
Criação	Palestras, cursos e consultorias voltados para o desenvolvimento do produto.
Produção	Consultorias, palestras ou cursos, consultoria de <i>layote</i> , chão de fábrica, <i>layote</i> de fábrica, de processo produtivo, organização da produção.
Gestão	Cursos com as temáticas de legislação trabalhista, custos financeiros, gestão de pessoas, técnicas de negociação, entre outros.
Comercialização	Ações voltadas à ampliação da comercialização, como a rodada de negócios, consultoria para implantação de departamento comercial na indústria, curso de técnicas de negociação, como vender mais e melhor no mercado.

Também são oferecidas capacitações para as áreas de comércio, lavanderia, turismo, panificação, oficina mecânica, artesanato e existe a área de atendimento e orientação empresarial.

O público-alvo das ações tem sido focado nas micro e pequenas empresas formais. Esta é uma questão estratégica, porque os gestores da unidade compreendem que a continuidade do desenvolvimento do Pólo passa pela questão da formalização. Apesar de não ser possível tornar obrigatória a formalização, há o entendimento de que o SEBRAE pode demonstrar, através de exemplos, que a formalização “é muito melhor, sempre que a gente tem a oportunidade de falar desse assunto para um público que é diversificado, a gente toca nesse assunto” (Entrevistado 07).

A ênfase na formalização advém da necessidade de redução de custos por parte das empresas, que por contraditório que pareça, com a formalização teriam uma redução desses custos, uma vez que poderiam ampliar o seu mercado, sair do sistema de terceirização, produzir produtos próprios e ter facilidades na compra de insumos.

Outro foco, além da formalização, está na visão estratégica. Há o entendimento de que existe, por parte dos trabalhadores, uma falta de visão estratégica, ou “medo de crescer”, “medo de apostar”. Enfrentar essas dificuldades faz parte da estratégia do SEBRAE.

Entre as capacitações oferecidas, existem algumas voltadas para o público em geral, que podem ser realizadas com a finalidade de fazer o indivíduo se tornar um empresário, como o Empretec⁸⁸, programa pertencente ao SEBRAE MAIS⁸⁹. Os conhecimentos repassados pelo SEBRAE também podem ser utilizados no mercado de trabalho, através de uma série de cursos: legislação trabalhista, gerenciamento de custos, como vender mais e melhor. Mas o entrevistado ressaltou “nosso olhar não é para a formação do trabalhador, mas para a formação do empresário”⁹⁰ (Entrevistado 07).

⁸⁸ O Empretec é uma metodologia desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), ministrada no Brasil com exclusividade pelo SEBRAE. O participante estuda as características do comportamento empreendedor e é levado a realizar mudanças comportamentais, que o levem a rever conceitos e atitudes.

⁸⁹ O programa é composto por conjunto de soluções que são aplicadas conforme as necessidades da empresa. Reúne diversas modalidades – consultoria individualizada por empresa, workshops, capacitação, palestras e encontros – direcionadas para você que busca práticas mais avançadas de gestão (<http://www.sebraemais.com.br>).

⁹⁰ Como atividades extras, além da rodada de negócios, é desenvolvido o *roadshow*, que é uma rodada de negócios itinerante. Tem um desenho semelhante à rodada de negócios, mas ao contrário de trazer os compradores para a cidade, o projeto é levado a uma determinada cidade e convida para um hotel os interessados, a fim de oferecer os produtos.

2.5. A incipiente intervenção estatal e o direcionamento privado às ações de qualificação profissional

Podemos verificar através da pesquisa realizada que tem havido uma incipiente atuação por parte do poder público naquela realidade, principalmente no município de Toritama, e no que diz respeito à política de qualificação profissional.

O público pesquisado concordou que a atuação do poder público tem sido insuficiente e reclama uma maior intervenção do Estado. As ações de qualificação profissional que têm ocorrido no Pólo têm sido mobilizadas, primordialmente, pelo empresariado local em articulação com as instituições privadas.

Esse quadro consiste em um delineamento geral que tem assumido a política de formação profissional no Brasil, que permanece prioritariamente nas mãos da iniciativa privada. A atuação do poder público, quando esta ocorre, restringe-se ao financiamento de algumas ações pontuais, divulgação dessas ações e a realização de articulação com empresas privadas.

Pudemos identificar algumas das ações realizadas pelo poder público:

- o **O Programa Qualifica Pernambuco**, que foi lançado pela então Secretaria de Juventude e Emprego de PE, em 2010, e ofereceu 1.000 vagas de cursos voltados qualificação social e profissional no arco da moda, confecção e serviços, nos municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. O público-alvo eram trabalhadores maiores de 18 anos em situação de vulnerabilidade social, membros de família com renda mensal per capita de até um salário mínimo, que possuíssem maior dificuldade de inserção nas atividades produtivas e estivessem cursando ou tivessem concluído o ensino fundamental ou o ensino médio na rede pública, excluindo aqueles que estivessem cursando ou tivessem concluído o ensino superior. Os cursos oferecidos eram de Corte e Costura, Costura Industrial, Estilista e Modelagem e Mecânico de Manutenção de Máquina de Costura Industrial, considerados de longa duração, com um total de 200hs/aula, teve em seu conteúdo programático das ações de qualificação social, correspondente a 80hs desse total, aulas como as de: valores humanos, ética, cidadania, educação ambiental, noções de direitos trabalhistas, entre outras, onde

os agentes envolvidos na promoção da qualificação difundem o discurso da inserção social da classe trabalhadora.

- o O **Projeto Novos Talentos**, que consiste em um reflexo da necessidade de aligeiramento da formação profissional no Estado⁹¹. Com 5.100 vagas e carga horária que varia entre 160 e 380hs/aula, o projeto de qualificação profissional oferece cursos em vários municípios, dentre os quais está o município de Caruaru, cujos segmentos procuram atender às necessidades das localidades. Em Caruaru, além de cursos de Auxiliar Administrativo, Vendedor, Operador de Telemarketing, Operador de Supermercado, Manicure, Recepcionista e Bombeiro Civil, há oferta para modelista, que é mais voltado ao ramo de confecções.
- o O **Projeto Costurando o Desenvolvimento em Pernambuco**, promovido pelo Sindvest pela ACIT, em parceria com o Governo do Estado, a AD Diper e o SENAI, entre outras instituições. Os cursos são de costureiras, modelistas, riscadores e cortadores, são ministrados nos municípios de Recife, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Toritama e Taquaritinga do Norte. O projeto busca dar maior destaque à cadeia produtiva, promovendo o que chamam de ações eficazes para o setor de vestuário, atendendo às demandas do Pólo de Confecções do Agreste e da Região Metropolitana do Recife.

No mais, quando se pensa em ações mais permanentes de qualificação profissional voltadas ao APL de Confecções, além das universidades públicas que

⁹¹ Diante das necessidades econômicas, a representante da Gerência Geral de Qualificação da Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo (STQE), afirma que, devido ao acelerado crescimento do Estado de Pernambuco nos últimos anos e à crescente demanda por força de trabalho qualificada, neste momento, não tem sido mais possível ofertar cursos que não estejam voltados exclusivamente para a qualificação profissional, ou seja, para a aprendizagem de técnicas de um determinado ofício, pois o mercado, além de determinar, de acordo com suas necessidades, quais cursos devam ser ofertados, tem pressa por formar “capital humano” para atender as suas exigências de produtividade. E, por conta disso, alguns cursos de qualificação social que complementavam os de qualificação profissional, estão sendo dispensados, relegados a um segundo plano.

ali estão, todas as ações estão sendo desenvolvidas pela iniciativa privada, principalmente pelas instituições do Sistema S, com direção do SEBRAE.

Como já problematizado, há uma forte articulação por parte do empresariado local, principalmente através de suas associações, no sentido de mobilizar ações de qualificação profissional para o Pólo. Por parte dos trabalhadores, a não ser pela iniciativa ainda insipiente da AFAT em Toritama, o que se pode observar é a falta de mobilização política e a ausência de ações de qualificação profissional, das quais os trabalhadores sejam sujeitos efetivos.

Sabemos que historicamente o empresariado tem assumido um papel dirigente e que para manter essa dominação lança mão de instituições parceiras que defendem os seus interesses. Além de assegurar uma base material para a produção e reprodução do sistema, o capital necessita formar uma determinada cultura do trabalho e disseminá-la, por meio dos novos padrões de gestão da produção ou por meio de seus aparelhos privados de hegemonia.

O Sistema S tem sido historicamente uma base de apoio para treinar a força de trabalho nos moldes dos interesses empresariais. Segundo Amaral (2005, p. 158):

A formação profissional voltada aos interesses do mercado não é algo novo no Brasil. Desde a década de 40 do século passado que o empresariado intervém no processo de formação da força de trabalho, mediante a criação de organismos específicos no sentido de se formar trabalhadores para o processo crescente de industrialização. Estes organismos podem ser considerados “aparelhos privados de hegemonia”, na concepção gramsciana, posto que pretendem socializar, na sociedade, sua visão de mundo, seus valores, suas propostas como sendo ideias dominantes.

Seguindo esse propósito, as instituições do Sistema S, principalmente o SENAI e o SESI, tiveram um importante papel enquanto formador de um padrão de trabalhador compatível com as necessidades do mercado, privilegiando em seus cursos conteúdos de caráter disciplinador e instrumentais prático-operativos voltados ao “saber fazer”. Já o SEBRAE tem tido uma forte atuação no estímulo ao empreendedorismo para o trabalhador, contribuindo para formar uma nova cultura do trabalho, com ênfase no trabalho desprotegido.

Mais precisamente nas décadas de 80 e 90 do século passado, por meio de uma forte crítica à educação fornecida pelo Estado, o empresariado começou a reclamar para si a intervenção sobre os problemas educacionais do país. Neste

contexto fica mais oportuno o exercício, por parte do empresariado, de tornar o seu projeto classista hegemônico (ibidem).

A própria ausência do Estado, ou sua frágil intervenção, contribui para o direcionamento privado das ações de qualificação profissional no Pólo. Vale ressaltar que essa ausência se dá apenas do ponto de vista da execução de políticas públicas voltadas às garantias dos direitos sociais dos trabalhadores, pois tem sido forte a sua intervenção enquanto realizador de repasse de recursos públicos para que a iniciativa privada direcione as ações de qualificação profissional, através das iniciativas para as quais são direcionados projetos de execução das instituições privadas, por exemplo.

São históricas as relações entre o empresariado brasileiro e o Estado, que sempre realizaram alianças que priorizam a defesa dos interesses empresariais em detrimento dos trabalhadores. Segundo Amaral (2005, p. 141-142):

É sabida a influência de diversos representantes empresariais nas decisões de governo e no processo de formação econômica brasileiro. A rigor, suas representações a despeito de afirmarem uma excessiva intervenção estatal sobre os negócios do empresariado e a ausência destas nas instâncias governamentais de decisão, ocuparam espaços importantes, particularmente aquelas ligadas à produção de bens de capital.

Neste sentido, a autora ainda afirma que ora o empresariado defende uma autonomia em relação ao Estado, ora o reivindica como instrumento ágil, enxuto, desengessado. Neste caso, o afastamento do Estado da economia torna-se apenas uma aparência necessária, pois, apesar das críticas realizadas contra este, continua reclamando uma atuação efetiva em processos que lhe sejam favoráveis, como as reformas que vêm sendo realizadas e que representam uma forte ofensiva contra os direitos sociais conquistados historicamente.

A seguir analisaremos os discursos dos agentes executores das ações de qualificação profissional, para apreender os argumentos que dão sentido a essas ações, na perspectiva de tentativa de construção de uma nova cultura do trabalho, assentada fundamentalmente no empreendedorismo enquanto forma “autônoma” de geração de renda para os trabalhadores locais.

CAPÍTULO 03

A formação de consensos em relação à nova cultura do trabalho

*As ideias da classe dominante
são, em todas as épocas,
as ideias dominantes.*

Karl Marx & Friedrich Engels, A Ideologia Alemã

3.1. As formas de construção de hegemonia nos processos de educação profissional

Com base nas discussões realizadas nos capítulos anteriores, é possível refletir sobre o projeto de difusão do conhecimento para o APL de Confecções do Agreste, em especial, para os trabalhadores do município de Toritama, buscando identificar os fundamentos ídeo-políticos que estão presentes nas propostas dos agentes que direcionam esse processo.

Pudemos evidenciar, nos discursos dos sujeitos da pesquisa, os argumentos utilizados por esses agentes educacionais, através dos quais se constroem os mecanismos ideológicos que incidem sobre a subjetividade dos trabalhadores em relação ao papel da educação e sobre suas condições de trabalho.

A ideologia corresponde à capacidade de inspirar atitudes concretas, induzindo a ação do outro, sem a necessidade da coerção. São conteúdos que provocam a interiorização de padrões de comportamento instituídos e legitimados

pela sociedade, através de *normas* ou *valores*. Assim, para Gramsci, a ideologia torna-se o “*terreno sobre o qual os homens se movem, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.*” (GRAMSCI, 1978, p. 65).

Gramsci analisa a ideologia como uma superestrutura, entendendo que existe um movimento dialético entre estrutura (forças materiais), e superestrutura (sociedade política e sociedade civil), em que as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma – distinção esta meramente didática –, reforçando assim a concepção de “bloco histórico”⁹².

Para o autor, a ideologia está articulada a uma ética correspondente e transcende o conhecimento, ligando-se diretamente com a ação de influenciar o comportamento do outro.

Assim, a ideologia, na sociedade capitalista, serve para que uma classe imponha sobre a outra sua concepção de mundo, imprimindo suas ideias enquanto projeto de toda a sociedade, num embate constante pela manutenção da hegemonia. Esse embate se dá no cotidiano e é nesse espaço que ocorre a disputa dos projetos classistas.

O cotidiano não é um terreno apenas de alienação, mas tem a possibilidade de se constituir também um como espaço de desalienação. Foi neste sentido que Gramsci discorreu sobre a necessidade da classe operária construir alianças para derrubar o Estado burguês, o que serviria de base social para a criação do Estado dos trabalhadores. Sobre isso, afirma Dias (2006):

[...] Gramsci fala da necessidade para as classes subalternas de construir e praticar a crítica dos discursos tendencialmente hegemônicos dos dominantes. Isto não é, contudo, suficiente. Faz-se necessário destruir as condições sociais que tornam possíveis aqueles projetos. A crítica rigorosa, o embate de projetos hegemônicos, não é um debate abstrato, mas determinação objetiva do real, necessidade histórica (DIAS, 2006, p. 58).

É, pois, no movimento dialético da sociedade que se constrói a hegemonia de uma classe sobre a outra, da subordinação e coordenação dos subalternos pelos dominantes. Coutinho afirma que: “[...] no âmbito e através da sociedade civil, as

⁹² A noção de “bloco histórico” em Gramsci (1978) é apresentada como o vínculo orgânico entre estrutura e superestruturas. Sobre o que ainda afirma: “um complexo conjunto contraditório e discorde das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (p. 57).

classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para sua posição mediante a direção política e o consenso” (COUTINHO, 2003, p. 128).

Para Gramsci, a hegemonia está relacionada com a capacidade de direção e de estabelecimento de consenso em torno de determinado projeto; não opera apenas na estrutura econômica e organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar e sobre suas orientações ideológicas. Uma classe é hegemônica até o momento em que consegue manter sua dominação sobre a outra, possuindo a capacidade ideológica de unificar, através da ideologia, um grupo heterogêneo, impedindo a existência de uma fratura que provoque uma crise na ideologia dominante e sua consequente recusa.

A categoria “hegemonia” pressupõe a compreensão sobre sociedade civil, pois esta última será portadora material da função social da hegemonia. Sobre o conceito de sociedade civil temos que:

[...] pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é; o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, 1968, p.11).

A discussão sobre o Estado é fundamental para a compreensão da construção de hegemonia, por ser considerado um aparato hegemônico, um aparato de direção. Para o autor, o Estado é uma instância tanto de força quanto de consenso, superando assim o entendimento do Estado como instrumento apenas de coerção. Desta forma, a despeito de estar a serviço da classe dominante, ele não se mantém apenas pela força e pela coerção legal; sua dominação se realiza através de estabelecimento de consensos, por meio de múltiplos meios e sistemas, inclusive através de entidades que aparentemente estão fora da estrutura estatal coercitiva, os chamados “aparelhos privados de hegemonia”.

O autor entende que o Estado se mantém e se reproduz como instrumento de uma classe, mas também constrói o consenso no seio de toda a sociedade, sendo compreendido enquanto confluência entre sociedade civil e sociedade política. A sociedade política (Estado em sentido restrito ou Estado coerção) é formada pelos mecanismos que garantam o monopólio da força pela classe dominante (burocracia executiva e polícia militar) e a sociedade civil é formada pelo conjunto das

organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, composta pelo sistema escolar, Igreja, sindicatos, partidos políticos, organizações profissionais, organizações culturais (revistas, jornais, meios de comunicação de massa, etc.) (COUTINHO, 2003).

Para Acanda (2006), o conceito de sociedade civil é fruto da concepção gramsciana da importância dos processos de produção de “hábitos de comportamento”, formas de pensar e de construção de valores para a formação e manutenção do poder.

Portanto, Gramsci afirma que sociedade civil é o conjunto dos organismos da sociedade que se encontram na esfera privada, que difundem primordialmente as concepções de mundo das classes economicamente dominantes. Segundo Acanda (2006, p. 175):

A trama da sociedade civil é formada por múltiplas organizações sociais de caráter cultural, educativo e religioso, mas também político e, inclusive, econômico. Por seu intermédio, difundem-se a ideologia, os interesses e os valores da classe que domina o Estado, e se articulam o consenso e a direção moral e intelectual do conjunto social. Nela se forma a vontade coletiva, se articula a estrutura material da cultura e se organiza o consentimento e a adesão das classes dominadas.

Contudo, tendo em vista o caráter contraditório da realidade, a sociedade civil não é um território exclusivo da burguesia para a difusão de sua ideologia, podendo ser um espaço em que a classe subalterna pode se organizar através de suas associações, alianças, conformando um projeto classista de disputa pelo domínio hegemônico.

O conceito de sociedade civil, portanto, está estreitamente atrelado à construção da hegemonia, já que implica pensarmos em projeto, em construção ou desconstrução de determinados espaços que orientam a vida de sujeitos sociais. Esta, por sua vez, só pode ser entendida através do conceito elaborado por Gramsci de “bloco histórico”, que ao negar a separação entre atividade econômica e produção espiritual, afirmou haver uma relação orgânica entre estrutura e superestrutura.

A articulação orgânica entre sociedade civil e sociedade política é fundamental para a compreensão do processo de constituição de novas hegemonias. O exercício do poder, portanto, decorre da combinação entre

sociedade política e sociedade civil, ou seja, pela força ou comando e pela função de direção, pelo consenso, respectivamente.

Para exercer o poder, uma classe não pode apenas impor esse domínio, mas precisa fazer com que a outra classe a aceite como legítima, assim, seu poder se fundamenta em sua capacidade de dirigir a produção espiritual que direcione para a consecução de seus interesses. Segundo Acanda:

O conceito de hegemonia em Gramsci ressalta a capacidade da classe dominante de obter e manter seu poder sobre a sociedade pelo controle que mantém sobre os meios de produção econômicos e sobre os instrumentos de repressão, mas, principalmente, por sua capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção política, intelectual e moral dessa sociedade. A hegemonia é, ao mesmo tempo, direção e combinação de força e consenso para obter o controle social (ibidem, p. 177-178).

É no tecido das relações econômicas, familiares, ideológicas, educacionais, morais, etc. que os indivíduos irão incorporar as ideias e valores que conformarão suas atitudes e o entendimento que possuem dos fenômenos sociais, que os levarão a entendê-los e aceitá-los como legítimos e naturais, ou rejeitá-los.

A hegemonia de uma classe é criada e recriada numa teia de instituições, relações sociais e ideias, sendo tecida pelos intelectuais que, segundo Gramsci, são aqueles que têm um papel organizativo na sociedade. Assim, cada grupo social cria para si, ao mesmo tempo e organicamente, um ou mais grupos de intelectuais que lhe conferem homogeneidade e consciência da sua função nos campos econômico, social e político: “o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, a organização de uma nova cultura, de um novo direito, etc.” (GRAMSCI, 1978, p. 343).

Ainda segundo o autor:

Formam-se assim historicamente categorias especializadas para o exercício da função intelectual, formam-se em conexão com todos os grupos sociais mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes e sofrem elaborações mais extensas e complexas em conexão com o grupo social dominante (ibidem, p. 347).

Uma das características essenciais do grupo que se desenvolve enquanto dominante é a sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação essa mais rápida e eficaz quanto mais o grupo dominante elabore os seus próprios intelectuais orgânicos.

A nossa pesquisa demonstrou que os intelectuais orgânicos do empresariado têm contribuído para o direcionamento das ações de formação profissional da força de trabalho no APL de confecções. Existe uma forte articulação entre as instituições privadas presentes no Pólo, que estão sendo conduzidas principalmente pelo SEBRAE, que é apontado como o articulador das iniciativas desenvolvidas no arranjo.

O empresariado brasileiro tem lançado mão, ao longo da nossa história, de intelectuais orgânicos ao seu projeto de dominação ideológico, tendo a educação como um espaço bastante fecundo para a difusão desse projeto. Segundo Gramsci:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como acontece para os grupos sociais fundamentais, mas é “mediata”, em diverso grau, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários” (GRAMSCI, 1978, p. 348).

A qualificação profissional, neste sentido, tem sido um campo propício ao desenvolvimento da tentativa de construção da hegemonia burguesa, no sentido de criar consensos por parte dos trabalhadores em relação aos interesses capitalistas, com a difusão de uma nova cultura do trabalho, através de uma propagação positiva das novas relações de trabalho, que têm se mostrado extremamente precárias. Nesta direção, Mézaros (2008) afirma:

Aqui a questão crucial, sob o domínio do capital é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo *educação*, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos – [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno (p. 43-44).

Concordamos com Amaral (2005) ao afirmar que, para realizar suas reformas, o capital necessita adequar a institucionalidade vigente às suas necessidades de acumulação e a qualificação profissional consiste em uma dessas necessidades para a garantia de rentabilidade do capital. Portanto, a qualificação profissional é tratada pelas classes dominantes como uma construção ideológica capaz de criar uma sociabilidade do trabalho que seja compatível com o projeto da classe dominante.

Segundo a autora, o empresariado, vinculado aos setores de ponta da economia, construiu e vem consolidando espaços de defesa de seus interesses, através de organismos internos de elaboração e divulgação e da ação de seus intelectuais ou assessores. Cabe destacar que, na periferia do capitalismo, o empresariado também atua no sentido de elaborar e divulgar princípios, ações e iniciativas de construção de consensos. Assim:

[...] as expressões do pensamento do empresariado e as propostas que passam a formular no sentido de maior adequação às regras mundiais que regem os novos negócios podem ser entendidas como uma rearticulação da burguesia para dar um sentido e uma direção às práticas de classe, de modo a que estas se integrem aos processos econômicos que lhe dão sustentação (Ibidem, p. 144).

A direção às práticas de classe é estabelecida através dos espaços superestruturais que garantem a manutenção da estrutura econômica vigente e vem sendo protagonizada, no âmbito da educação profissional, pelos agentes privados que dirigem esse processo.

A autora ainda afirma que o direcionamento da educação profissional por parte da iniciativa privada passa a ser mais forte a partir da década de 1980, momento em que o discurso pedagógico se complexificou e se adensou; em que o homem passa a ser encarado como um bem ao qual deve ser agregado valor e propõe-se uma educação que desenvolva todas as potencialidades humanas, que devem estar em sintonia com o mercado cada vez mais competitivo.

Observa-se, pois, um esforço por parte do empresariado em gerenciar as instituições de ensino, ao mesmo tempo em que tenta preservar o caráter privado de seus espaços pedagógicos, à medida que constrói uma estrutura organizacional para gerenciar essas ações. Para isso, o empresariado utilizou-se do argumento de que uma maior quantidade de trabalhadores escolarizados levaria a um maior desenvolvimento econômico do país e que o acesso à educação ofereceria a possibilidade de mobilidade social no país.

Como já tratado aqui, esse é um argumento dos agentes internacionais que identificava na educação a possibilidade de desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento, atribuindo-lhe uma perspectiva salvacionista para problemas que esta política sozinha não daria conta de solucionar, tendo em vista o contexto mais geral da acumulação capitalista, que determina a divisão internacional do trabalho e o lugar que cada país irá ocupar nesse cenário.

A ideia é de que através da educação o país poderia enfrentar os problemas sociais e superar os entraves econômicos de integração à dinâmica produtiva internacional, principalmente através da formação técnico-profissional, que passa a incorporar os princípios da qualidade numa perspectiva produtivista e empresarial.

O empresariado continua delineando e atualizando seu projeto para a educação profissional, imprimindo-lhe um caráter mercantil, através de conceitos como competência, empregabilidade, estímulo ao empreendedorismo e à transformação dos trabalhadores em pequenos empresários, sob a ideologia da autonomia e da liberdade. Esse projeto visa formar uma massa de “pequenos empreendedores” que possam se inserir na nova dinâmica produtiva, assentada na lógica da fábrica enxuta, com a externalização de inúmeras etapas da produção.

Essa foi a realidade encontrada na nossa pesquisa: a grande massa dos trabalhadores não acessam, ou pouco acessam a qualificação profissional e não participam do processo de escolha do modelo educacional proposto para a realidade que vivenciam. Há uma distinção entre a qualificação voltada à grande massa, que consiste nas iniciativas mais informais, e aquela voltada aos trabalhadores vinculados às empresas, que são os sujeitos da qualificação profissional no Pólo.

Essa realidade nos leva a concluir que há um projeto de qualificação para minimamente racionalizar a produção mais sistemática, que utiliza recursos tecnológicos mais inovadores. Porém, esta dinâmica apresenta um limite, havendo um desenvolvimento desigual e combinado neste Arranjo, que também permeia o processo de difusão da educação, pois o trabalho desenvolvido pela grande massa dos trabalhadores não demanda uma qualificação profissional mais ampla e complexa.

Entendemos que os modelos educacionais e os processos formativos são elaborados pelos intelectuais do capital que definem os parâmetros e os conteúdos dessas ações, difundindo suas próprias concepções de educação e de mundo, estabelecendo, inclusive, quais os trabalhadores que poderão acessar essa modalidade de educação. Desta maneira, o empresariado tem conseguido, através de suas articulações com as entidades de formação profissional que atuam naquela realidade, propor e concretizar seu projeto educacional, sistematizando, organizando e socializando as ideias que conformam a sua racionalidade.

Essas ideias ganham materialidade no real, através dos processos formativos do trabalhador. Aqui retomamos o pensamento de Gramsci, quando afirma:

Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm validade que é a “validade psicológica”. Elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. (GRAMSCI, 1999 apud AMARAL, 2005, p. 179).

Assim, o empresariado consegue difundir sua ideologia e concepção de educação que serve aos seus interesses, direcionando qual o tipo de conhecimento a que os trabalhadores vão ter acesso e aquele conhecimento mais especializado ao qual somente poucos poderão acessar.

Essa ideologia é propagadora ainda do pensamento de que o acesso à qualificação profissional é condição para que o trabalhador se insira no mercado de trabalho local, sendo apontada como estratégia ao desemprego ou, principalmente, formadora de pequenos empreendedores que vão se inserir no mercado de forma autônoma.

No entanto, as elaborações que estão sendo difundidas pelos agentes locais contêm elementos que ocultam o real, ou seja, o contexto de extrema precarização a que os trabalhadores inseridos nesse Arranjo estão submetidos, cuja grande possibilidade de inserção se dá pela via dos vínculos precários, flexíveis, através de subcontratações, terceirizações, etc.

A pesquisa nos revelou que o projeto dominante se expressa nos discursos dos agentes institucionais presentes no APL de confecções, que direcionam suas ações para a questão da qualificação profissional, bem como das instituições que trabalham na articulação das mesmas. Os eixos de análise que compuseram nossa pesquisa estão assim expostos: importância atribuída aos processos de formação profissional; o perfil de trabalhador que se pretende formar para o Pólo; e o estímulo ao empreendedorismo e difusão de uma nova cultura do trabalho, principalmente pelo SEBRAE.

3.2. O discurso sobre a formação profissional para o desenvolvimento local no APL de Confecções do Agreste

“A educação é a saída, ela é importante para qualquer desenvolvimento”

(Entrevistado 03).

Há um consenso por parte dos sujeitos⁹³ representantes das instituições pesquisadas sobre a compreensão de que a educação é um instrumento imprescindível no processo de crescimento e desenvolvimento da região.

Os representantes das instituições pesquisadas afirmaram ter identificado uma mudança por parte dos trabalhadores do Pólo em relação à importância atribuída aos processos educacionais formais. Ressaltam que os trabalhadores da região passaram a valorizar a qualificação profissional como meio de valorizar seus próprios negócios – para quem possuía empresa familiar – ou para quem deseja se inserir no mercado formal.

Na opinião dos entrevistados, os trabalhadores estariam acessando a qualificação como uma estratégia para se tornarem competitivos no mercado e, conseqüentemente, para se ficarem mais empregáveis. Cria-se, em torno da qualificação profissional a ideia de que ela é um “bem” que o trabalhador vai adquirir e, assim, disputar e garantir espaço no mercado de trabalho.

Para os alunos, como possibilidade de subir na vida é importante estudar, se você não estudar, não investir na qualificação da sua mão-de-obra, você estará fadado a permanecer parado no resto da sua vida, essa é uma questão mundial, não só aqui na região, mas no mundo (Entrevistado 11).

[...] essa capacitação hoje no mundo que nós vivemos ela é um processo contínuo, se ele para de estudar, de se capacitar, logo logo ele fica ultrapassado no mercado, então essa continuidade é que eu acho que é o segredo de todo profissional que quer estar sempre na vanguarda do mercado bem disputado, então acho que é isso, ele continuar no processo de aprendizagem, de capacitação, conhecendo aí todas inovações que todo e qualquer segmento estão surgindo a cada dia, o diferencial de cada trabalhador para ele se postar no mercado de trabalho de maneira competitiva, para ele ter sempre sua vaga assegurada ali, esse processo de aprendizagem contínua é fundamental e as empresas ganham muito com isso também (Entrevistado 03).

Apesar desse discurso, pudemos perceber que a maioria dos trabalhadores está inserida em trabalhos informais nas facções e nos fabricos e o que predomina é a dificuldade de acesso a formas mais sistemáticas e contínuas de conhecimento.

⁹³ A fim de resguardar a identidade do público da pesquisa, os sujeitos serão tratados como entrevistados.

Na sua grande maioria, os trabalhadores das facções se orientam pelo conhecimento tácito, ou o aprendizado na prática.

Há a incorporação do discurso mais geral em torno da qualificação profissional de que, em face do crescimento econômico e da geração de novos espaços de trabalho no mercado, existe uma carência de trabalhadores qualificados para ocuparem esses espaços, como evidenciado na entrevista:

Uma região não se desenvolve se ela não for propícia ao desenvolvimento, se ela não tiver a infraestrutura, seja de área, seja de matéria-prima, e nessa matéria-prima está a mão-de-obra qualificada, não adianta uma empresa querer se instalar aqui se aqui não tem mão-de-obra qualificada (Entrevistado 11).

Esse discurso contrasta com uma realidade que apresenta um significativo contingente de trabalhadores informais executando atividades mais simples, enquanto uma ínfima parcela destes encontra-se inserida no interior das empresas maiores, que terceirizam a produção. São esses últimos, especificamente aqueles que executam as atividades mais complexas, que receberão algum tipo de qualificação profissional, ou aqueles que buscarem, por conta própria, e tiverem os meios para comprar o serviço no mercado.

A educação ainda aparece como uma forma de agregar valor aos produtos produzidos no Pólo, a fim de que estes possam competir no mercado local e no externo, como afirmado por entrevistado:

[...] temos que sempre buscar os melhores (trabalhadores) para sempre termos o melhor produto e que seja competitivo em outras regiões, fazendo com que os trabalhadores venham atingir seus objetivos salariais com qualidade de vida dentro da empresa e fora, na vida particular (Entrevistado 01).

Assim, a educação é apresentada como uma forma de agregação de valor ao trabalhador e ao produto que ele produz, a fim de aumentar a produtividade e a competitividade dos produtos da região. Por esse motivo, tem se ampliado a demanda do mercado e do empresariado local por força de trabalho qualificada, mas por outro lado, as necessidades reais dos trabalhadores não parecem estar sendo consideradas, praticamente não existindo espaço de mobilização destes, para elaborarem e divulgarem suas próprias demandas.

A educação profissional também é apresentada como uma forma de fazer com que a produção fique mais técnica, o que a tornaria o elemento diferencial frente ao conhecimento prático disseminado na região:

A educação é fundamental. Porque através da qualificação profissional, no caso mais especificamente do vestuário [...], o conhecimento técnico hoje está na frente de tudo, conhecimento, a informação está na frente de tudo. Por exemplo, você tem um cortador lá na sua empresa, mas ele não tem o conhecimento técnico pra dizer que tecido é aquele, ou seja, ele tem um conhecimento prático, mas não tem o conhecimento técnico. Então o que vai fazer o diferencial no mercado é o conhecimento técnico (Entrevistado 06).

Percebe-se a valorização do conhecimento instrumental, em detrimento de um conhecimento que se apresente de forma mais generalista e integral, que permita ao trabalhador elaborar um pensamento mais complexo e crítico.

Neste sentido, o pensamento de Gramsci também nos ajuda a pensar o processo de cisão entre o conhecimento puramente técnico e o conhecimento mais complexo. Segundo Gruppi (1978), Gramsci dedica uma atenção especial à escola enquanto um dos mais importantes canais de fazer chegar às classes subalternas, operária e camponesa, a ideologia da classe dominante, construindo a sua influência ideal, sua capacidade de plasmar as consciências da coletividade, a própria hegemonia.

Para o autor, Gramsci vai se referir à cisão entre escola profissional e escola ginásial-colegial, processo esse vivenciado até a atualidade, ao que denomina como uma fratura típica de classe: a escola profissional estaria voltada para aqueles que irão exercer atividades subalternas e o ginásio-colegial para os quadros dirigentes da sociedade.

Análise sobre essa cisão também está presente na obra de Kuenzer (2007), quando esta trata da “dualidade assumida” e da “dualidade negada” que assume a educação na atualidade, cujo discurso encobre a “inclusão excludente”⁹⁴ realizada através da qualificação profissional.

⁹⁴ Vale destacar que apesar da pertinência da análise realizada pela autora, discordamos da denominação de “exclusão-inclusão”, pois estes termos remetem à ideia de que os trabalhadores que não estão inseridos no mercado de trabalho e não têm acesso aos bens socialmente produzidos nesta sociedade estariam excluídos desta sociedade. Entendemos que, na realidade, estes desempenham um papel estratégico na lógica da acumulação capitalista. Esses trabalhadores são aqueles que compõem o que Marx (1978) denomina de *superpopulação relativa*, que são os trabalhadores supérfluos para o capital, que acirram a concorrência entre os próprios trabalhadores, estão sempre prontos a atender a alguma demanda imediata da produção, servem para acirrar a lei da oferta e da procura, bem como provocar o rebaixamento do fator salário, pois, se o trabalhador

Segundo a autora, tem se apresentado como hegemônico o discurso que afirma que a acumulação flexível, a qual passou a exigir uma nova racionalidade na gestão da força de trabalho, teria superado o isolamento entre o trabalho intelectual e a atividade prática. Neste sentido, estariam sendo requeridas novas habilidades dos trabalhadores, para além dos processos rígidos, que solicitam dos trabalhadores a repetição de procedimentos memorizados ou recriados por meio da experiência. Assim, a introdução de novas tecnologias na produção passaria a requerer um trabalhador que tivesse o domínio de conhecimentos sistematizados e de natureza teórica, bem como o desenvolvimento de competências cognitivas complexas, com destaque para as competências comunicativas e o domínio da lógica formal.

Esse processo advoga o rompimento da clássica divisão técnica do trabalho, composta pelo trabalho operacional e simplificado por um lado, e pelo trabalho intelectual e complexo por outro, o que significaria a democratização da educação. Esta ideia é refutada pela autora, para quem a cisão entre teoria e prática se origina na separação entre propriedade dos meios de produção e a força de trabalho, que consiste em uma dualidade estrutural, na própria natureza do capitalismo.

A acumulação flexível implica a necessidade do desenvolvimento de processos educativos que preparem os trabalhadores a lidar com as mudanças operadas no mundo do trabalho e com a introdução de tecnologias de base microeletrônica. Desta forma, o processo de trabalho passa a significar o enfrentamento de eventos imprevistos que possam alterar o desenvolvimento regular da produção e que não podem ser resolvidas pelas próprias máquinas, demandando do trabalhador a capacidade de oferecer respostas que satisfaçam o ambiente complexo e instável da produção.

Essa realidade até se pode encontrar nas empresas maiores, que empregam tecnologias mais desenvolvidas, nas quais está inserido um núcleo duro de trabalhadores estáveis. Para além desse restrito grupo de trabalhadores, estão os

não aceitar as condições que lhe são impostas, haverá uma fila de trabalhadores pronta a ocupar o seu lugar, o *exercito industrial de reserva*. No exército industrial de reserva encontram-se os *segmentos intermitentes*, que estão sujeitos às oscilações de absorção e repulsa nos centros industriais; a *superpopulação latente*, expulsa da agricultura pela mecanização; a parcela *estagnada* de trabalhadores, que se encontra em ocupações irregulares e eventuais (trabalhadores precarizados, temporários, que trabalham muito por baixos salários); há ainda o crescimento do *pauperismo*, formado pelos trabalhadores aptos ao trabalho, porém desempregados, por crianças e adolescentes, e pelos incapacitados para o trabalho (idosos, vítimas de acidentes, doentes etc.), cuja sobrevivência depende da renda de todas as classes, principalmente da dos trabalhadores.

grupos periféricos, com baixa qualificação, que se inserem no sistema produtivo de maneira precária, informal, temporária, através do trabalho domiciliar⁹⁵.

As competências exigidas para esses trabalhadores são facilmente encontradas no mercado e estes acabam sendo incluídos e excluídos das ocupações precarizadas com maior facilidade, dependendo das oscilações do mercado. Basta pensar nas épocas de baixas vendas na região estudada, que são denominadas de “entressafra”.

Neste caso, a flexibilidade resulta da permanente movimentação de uma força de trabalho desqualificada, ocupada em tipos diversificados de trabalho precarizado, consumida predatoriamente ao longo das cadeias produtivas, onde e pelo tempo que se fizer necessária (ibidem, p. 1164).

Assim, se para os trabalhadores do núcleo duro da produção a flexibilização pode resultar em qualificação, no caso dos trabalhadores periféricos ela vai resultar em um processo contínuo de desqualificação. Esses trabalhadores acessarão treinamentos aligeirados ou se utilizarão do conhecimento tácito, com foco nas ocupações em que se inserem ao longo da cadeia produtiva.

Esse é um processo a que a autora denomina de “exclusão includente” na ponta do mercado, que exclui para incluir em trabalhos precarizados ao longo das cadeias produtivas, em um processo dialético de complementação pela “inclusão excludente” na ponta da escola, que, “ao incluir em propostas desiguais e diferenciadas, contribui para a produção e para a justificação da exclusão” (p. 1165).

Este é, pois, o cenário que se coloca para a educação hoje e, apesar de todo um discurso que busca evidenciar a importância do conhecimento para o desenvolvimento do arranjo produtivo pesquisado, o que a realidade nos apresenta são inúmeros desafios que dificultam a possibilidade de se ofertar uma educação mais ampla e democrática, que atenda aos interesses dos trabalhadores daquela região.

⁹⁵ Adotamos a distinção realizada por Harvey (1993) em relação à estrutura do emprego: a) o *centro*, formado por trabalhadores contratados em tempo integral, com expectativa de longa permanência nas organizações, recebendo bons salários, com contratos formais de trabalho e com características de adaptabilidade, mobilidade e flexibilidade; b) a *periferia*, formada por dois subgrupos, a saber: trabalhadores contratados por tempo integral, mas com alta taxa de rotatividade e outro, em maior crescimento, é composto por trabalhadores por tempo parcial, temporários, em tempo determinado, subcontratados e com menos segurança e proteção social do que o primeiro.

3.3. O perfil de trabalhador que se pretende formar para esta realidade

No discurso dos sujeitos entrevistados foram ressaltadas uma série de características requeridas dos trabalhadores, dentre as quais se destacam a responsabilidade no trabalho, a formação de um trabalhador que esteja em condições de suprir as necessidades do empresariado local e que possua uma visão geral da empresa e da atividade que executa. Nas palavras de um entrevistado, profissionais:

[...] que consigam ter uma sinergia dentro da empresa em relação à sistemática que é estabelecida dentro da empresa. Então, se você é costureiro, você tem que estar antenado ao que é o corte, ao que é o risco e ter esse conjunto de informações e que você saiba interpretar esse conjunto de informações, eu acho que é aliar o desenvolvimento técnico junto a uma área comportamental (Entrevistado 05).

A maioria dos entrevistados confirmou, inclusive, que os aspectos comportamentais são elementos considerados na avaliação dos alunos, juntamente com os conhecimentos e as habilidades que estes adquirem. Ainda foram citadas como características pessoais que se espera: a simpatia e a coragem para trabalhar, bem como a retomada de valores tradicionais, como o respeito à vida, à pessoa, ao convívio em sociedade. Essas características, a nosso ver, tem um caráter moral, pois impõem um padrão de comportamento que deve se espalhar da empresa para a vida pessoal, que tornem o trabalhador mais facilmente “adestrável” aos moldes capitalistas.

Na pesquisa, alguns entrevistados também referiram à necessidade de os trabalhadores apresentarem as competências que são atualmente demandas pelo mundo do trabalho, a exemplo da competência técnica, que estaria sendo mais valorizada pelas empresas do que a experiência e a prática, pois têm o potencial de aumentar a capacidade produtiva e o desenvolvimento da região.

O trabalho em equipe foi outro aspecto destacado pelos entrevistados como algo que torna o trabalhador mais produtivo, juntamente com a capacidade de exercer várias tarefas, de conhecer as várias atividades que integram a produção, a fim de ser capaz de substituir o colega em alguma eventualidade. Isso fica bem evidente na seguinte afirmação:

[...] se eu vou contratar, por exemplo, uma costureira para trabalhar com orvelok eu vou precisar de uma costureira que saiba trabalhar bem com orvelok, aquilo que ela vai exercer, tem que ser uma pessoa preparada e pronta para trabalhar em grupo, trabalhar em equipe, porque tu é uma equipe, é como se fosse um time, ela sozinha não vai conseguir fazer com que a empresa chegue onde quer chegar, atingir as metas da empresa, então tem que ser assim, aquela coisa específica da função dela, ela tem que ser boa no que faz, se possível multitarefas também, porque hoje a versatilidade, principalmente na micro empresa é muito difícil achar uma pessoa para fazer só isso aqui, o ideal é que o trabalhador, o colaborador, ele seja realmente versátil nesse sentido, ele seja muito bom naquilo que ele foi contratado para fazer, mas que ele entenda a empresa como um todo para que ele possa executar outras tarefas também, isso é bom para a empresa e muito bom, muito melhor ainda, para o trabalhador, para o colaborador (Entrevistado 03).

Há a expectativa do empresariado local e das instituições de ensino de que o trabalhador assuma “multitarefas”, o que neste caso, significa que ele possa exercer vários trabalhos simplificados, repetitivos, fragmentados, para os quais basta um rápido treinamento.

O comprometimento com a pró-atividade, ou seja, um trabalhador que “vista a camisa” da empresa, também é valorizado; espera-se que o trabalhador esteja sempre aberto e pronto para lidar com as mudanças e eventualidades, que o trabalhador entenda as mudanças como possibilidade de melhorar, que ele seja o “ator” dessas mudanças, que as encare como um aspecto positivo no processo de trabalho.

Pudemos destacar, ainda, nos diversos relatos dos entrevistados, o novo tratamento conferido ao trabalhador, que passa a ser denominado de “colaborador”, termo através do qual se pretende dissolver os antagonismos de classe. Isso faz parte de um processo que, a nosso ver, intencionava desenvolver um colaboracionismo entre as classes, entre trabalhador e capitalista. Os novos dispositivos organizacionais, para além de representarem as exigências da organização industrial do fordismo-taylorismo, amparam-se no “envolvimento” do trabalhador com tarefas de produção em equipe, a fim de aprimorarem os procedimentos da produção.

As inovações sociometabólicas do capital são disseminadas por meio de diversos mecanismos, como as políticas governamentais, os aparatos midiáticos, o campo educacional, através da política de formação profissional, dos treinamentos realizados pelas empresas, dos currículos escolares, dentre outros. Os valores,

expectativas e utopias criados pelo mercado são cristalizados através de noções, vocabulários e conceitos que representam os valores capitalistas.

Concordamos com Alves (2011), quando este afirma que com maior poder manipulatório: “Na nova produção do capital, o que se busca ‘capturar’ não é apenas o ‘fazer’ e ‘saber’ dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva, constituída para cooperar com a lógica da valorização” (p. 111).

Neste sentido, o local de trabalho é considerado um local de aprendizagem contínua, em que os trabalhadores em equipe ou o “time” devem desenvolver atitudes proativas, harmônicas e inteligência instrumental para a resolução dos problemas da empresa.

Na modalidade de trabalho em equipe produz-se um engajamento incitado, na medida em que o comprometimento do trabalhador é estimulado pela pressão coletiva exercida pela equipe de trabalho, sendo este outro elemento da “exploração do trabalhador pelo trabalhador”, o que dispensa a presença de um supervisor, pois a pressão é exercida pelos próprios trabalhadores, estimulando-se um espírito competitivo entre os mesmos. Para Alves (2011, p. 125):

A constituição das equipes de trabalho é a manifestação concreta do trabalhador coletivo como força produtiva do capital. Além disso, é resultado da “captura” da subjetividade operária pela lógica do capital, que tende a se tornar mais consensual, mais envolvente, mais participativa: em verdade, mais manipulatória.

As formas de pagamento dos salários é outro aspecto a ser considerado, pois tem havido um incentivo ao pagamento por produtividade, mesmo no interior das empresas, o gerenciamento do salário é utilizado como incentivo ao trabalhador, como as modalidades de bônus. Como já vimos, para a imensa maioria de trabalhadores inseridos informalmente na dinâmica do arranjo, o assalariamento é realizado através do salário por peça.

Assim, os trabalhadores passam a possuir disposições fetichizadas, relacionadas à força de trabalho como mercadoria, que tendem a explorá-los e aos demais trabalhadores, pois passa a ser de interesse do trabalhador prolongar a jornada de trabalho com a finalidade de aumentar seu salário diário ou semanal. Desta forma, o trabalhador passa a ser o opressor do outro trabalhador, em um processo denominado por Marx de “alienação” ou “autoalienação”, em que o

trabalhador assalariado não apenas oprime outros trabalhadores, como se auto oprime, passando assumir como interesse pessoal a exploração a serviço do capital.

Alguns entrevistados ainda destacaram a necessidade de preparar o trabalhador para a questão da responsabilidade social e ambiental, enfatizando a sustentabilidade, inclusive financeira, com a oferta de capacitações sobre finanças pessoais, voltadas para a comunidade, com o objetivo de “conseguir canalizar todo esse conhecimento para melhorar a formação da sociedade e do cidadão” (Entrevistado 11).

Podemos perceber que a necessidade de captação da subjetividade do trabalhador pelo capital é reposta nessa realidade, com as devidas mediações que a particularidade exige, sendo recolocadas as características do contexto mais geral da atual fase de acumulação capitalista, em que cada vez mais se pretende moldar um determinado perfil de trabalhador para que este apreenda as características que servem ao capital e que possibilitem o aumento da produtividade capitalista. A disseminação desses valores escapa ao plano do local de trabalho e passa a ser reproduzida em outros espaços da vida social, mesmo no espaço privado.

Em *Americanismo e Fordismo*, Gramsci (2001) nos demonstra como os processos pedagógicos, que se realizam a partir das relações de produção e das formas de organização do trabalho, concebem e veiculam novos modos de vida, comportamento e atitude.

Percebemos como as instituições educacionais são canais estratégicos para repassar ao trabalhador a ideologia capitalista, que molda comportamento e pensamento e torna o trabalhador cada vez mais “coisificado”, num processo intenso de alienação.

As mudanças advindas da reestruturação produtiva do capital propiciaram o desenvolvimento de um novo clima ideológico no interior das empresas, que apresentam as inovações metabólicas do capital. Todavia, a ofensiva ideológica capitalista não atinge apenas a esfera da produção, mas, sob a égide do capitalismo manipulatório, interfere nas instâncias da reprodução social, através de uma conjunção ideológica de valores, expectativas e utopias do mercado, visando à formação de um novo homem que seja mais produtivo para o capital.

3.4. O incentivo ao empreendedorismo e a construção de uma nova cultura do trabalho

“Pretendemos formar o perfil de pequenos empresários”
(Entrevistado 07).

O desenvolvimento do empreendedorismo expressa o perfil de trabalhador que os agentes da educação pretendem formar para o arranjo produtivo pesquisado, proposta que está em consonância com os rearranjos mais gerais do capital, que, cada vez mais, apresenta como única alternativa para uma massa de trabalhadores as opções individuais de ocupação e obtenção de renda, na atual conjuntura de desemprego estrutural.

A formação de um perfil de trabalhador empreendedor para atuar no Pólo pesquisado foi o elemento mais enfatizado nos discursos dos sujeitos entrevistados e consiste, pois, no enfoque principal presente na conformação da nova cultura do trabalho, constituindo-se no principal fundamento ideológico e político das ações de educação profissional empreendidas na localidade.

O empreendedorismo é apresentado como característica essencial aos trabalhadores locais, sempre defendido enquanto alternativa de trabalho e renda para os mesmos. A ideia é a de que os trabalhadores que desenvolvem tal característica podem, caso não consigam uma ocupação formal, se inserir no mercado de trabalho fomentando o próprio negócio.

Pudemos perceber a utilização do conceito de empreendedorismo de forma ampla. Além da noção tradicional de abrir seu próprio negócio, o empreendedorismo também foi conceituado como uma forma de o trabalhador “empreender a própria imagem”, através do investimento em educação, por exemplo.

A utilização desse conceito está fortemente atrelada ao de empregabilidade, tornando-se atributo essencial que deve compor o novo perfil do trabalhador, diante

de um mercado cada vez mais reduzido e com poucas possibilidades de inserção, a fim de tornar esse trabalhador passível de inclusão na dinâmica produtiva.

O empreendedorismo é expresso como uma característica natural da população local do APL pesquisado, como algo que lhe é “nato”, mas que precisa ser reconstruído em bases técnicas, através do aprendizado.

Os sujeitos entrevistados afirmaram que o empreendedorismo faz parte da cultura local, pela tradição no ramo de confecções e pelo fato da maior parte da produção ocorrer primordialmente no âmbito das facções, muitas vezes no próprio domicílio; assim as pessoas nascidas na região já começam a conviver muito cedo com as noções de empreendedorismo e a ideia de ter negócio próprio.

[...] aqui em Santa Cruz, por exemplo, você tem sua própria empresa familiar com pai e mãe e dois filhos, então aqueles dois filhos vão crescendo em um ambiente que vão tendo muito cedo acesso a informações como, por exemplo, de contabilidade, de custos, produção, coisa que em um ambiente normal, não que seja anormal no sentido pejorativo da palavra, mas num lar comum digamos assim, dificilmente você vai encontrar um ambiente que funcione enquanto residência e empresa ao mesmo tempo misturado, ali aquelas pessoas participando daquele processo ali, tomando café, jantando e também discutindo, vendo ali duas, três máquinas, fazendo contas, então você cresce nesse ambiente que funciona na verdade como incubadora (Entrevistado 03).

Analisamos que a noção que se tem é de que, dessa forma, a cultura empreendedora tem sido perpetuada na região ao longo das últimas décadas, já que a população começou a ter contato com a questão da confecção e do empreendedorismo desde muito cedo, visto ser essa a atividade principal da região.

Assim, segundo um dos nossos entrevistados, uma criança que cresceu observando seus pais trabalhando no seu próprio negócio acaba sendo incentivada a seguir com o negócio da família ou a abrir seu próprio negócio, desde muito cedo. Houve relatos de adolescentes, entre 14 e 15 anos, que já têm sua própria empresa, por incentivo de seus pais, que lhes oferecem alguma peça de portfólio para ser desenvolvida por ele.

[...] ele já começa a participar desse processo e logo ele vai estar entendendo que é um empreendedor, **e aí você cria, com essa carga de informação que flui de maneira natural, um empreendedor muito bem preparado**, porque ele conhece todos os processos da empresa e vai depois administrar, mas ele sabe como a coisa funciona lá em baixo também, então isso é um diferencial muito grande que muita gente nem sabe que existe aqui maneira empírica, ninguém planejou, não houve um estudo científico como existe com as incubadoras das universidades, que tem todo um planejamento, aqui não, acontece de maneira empírica, então

virou uma cultura, é cultural você chegar aqui em qualquer casa e ter lá duas ou três máquinas de costura, é comum você como você entra em uma casa e vê alguém assistindo televisão, aqui é comum você chegar em uma casa e ver alguém costurando, então tudo isso faz com que essa atividade empreendedora na questão da confecção seja muito forte aqui, isso surge desde muito cedo dentro de casa (Entrevistado 03, grifos nossos).

Há a expectativa, por parte dos representantes de algumas instituições, de que as pequenas empresas existentes no Pólo, ou as facções, funcionariam, de maneira empírica, como incubadoras:

[...] por exemplo, as empresas familiares, que são microempresas familiares, elas funcionam na verdade como empresas incubadoras, que de um tempo para cá é uma estrutura de vanguarda nas universidades, você cria empresas júnior, você cria incubadoras, que é pra tentar aflorar aquele espírito empreendedor nos alunos para tentarem montar seu próprio negócio pelo menos na cabeça, ele ter um direcionamento do que ele quer na vida, você vê hoje o empreendedorismo ensinado em vários cursos que não teriam nada a ver aparentemente (Entrevistado 03).

Assim, os agentes locais, que têm direcionado as ações de qualificação profissional na região, apresentam em seus discursos a proposta de potencializar a característica “empreendedora natural” na população local.

Desta feita, o empreendedorismo foi ressaltado como conteúdo que perpassa todos os cursos, tanto os técnicos, como os de nível superior, pois os trabalhadores locais, tanto os de chão de fábrica, quanto aqueles que estão cursando o nível superior, teriam interesse em abrir sua própria facção ou seu próprio negócio,

Apesar de ser reconhecido por todos como uma característica natural da população local, os entrevistados sinalizaram a necessidade de se tornar tal característica mais técnica:

[...] nós não podemos deixar de aproveitar esse tino de perfil empreendedor que existe na região, o que nós tentamos fazer é mostrar a técnica de como eles deveriam atuar, porque às vezes eles já atuam de forma correta, mas não sabem o motivo de atuar daquela forma, porque dá certo, então vamos mostrar a eles essa questão do empreendedorismo e aguçar mais essa questão, que eles já têm, mas precisa ser mais trabalhada (Entrevistado 11).

Ainda foi explicitado o fato de que, apesar dessa característica ser percebida como algo nato da população, muitos trabalhadores teriam medo de se arriscar no mercado, por isso a necessidade de, através da qualificação profissional, esses

trabalhadores serem levados a perderem esse medo, a se arriscarem mais, a desenvolverem um perfil mais “corajoso”.

[...] tem sujeito que está conformado com o salário e é isso, já tem gente como Eike Batista que está sempre buscando alguma coisa, ele está numa corrida meio maluca para ser o homem mais rico do mundo, em uma entrevista mesmo o cara perguntou o porque dessa corrida e ele ficou assim sem saber. O empreendedorismo tem muito isso, não é a questão financeira, você quer mesmo ver o negócio crescer, ver aquilo tomar forma, gerar emprego no lugar de estar ocupando uma vaga no mercado, tem muito disso também (Entrevistado 07).

Há um claro apelo à valorização de características de cunho individual, subjetivo, que passam a ser requeridas enquanto formadoras de um perfil de trabalhador que aceite a opção de se arriscar no mercado. Assim, apesar do reconhecimento de que o vínculo de assalariamento fornece aos trabalhadores garantias, como férias, décimo terceiro, direitos trabalhistas, o discurso é de que como empreendedor, o trabalhador teria mais possibilidade de criar, de poder inovar.

Chamou-nos a atenção o fato de que muitos trabalhadores, mesmo os que estão inseridos formalmente no mercado de trabalho local, possuem uma pequena facção em casa, onde trabalham nas horas livres, o que se constitui em uma segunda jornada de trabalho a fim de aumentar a renda da família, tendo em vista que o vínculo formal de trabalho não dá conta de garantir a reprodução do trabalhador e de sua família.

Esse é, pois, o quadro da maior parte das ocupações oferecidas no país, de baixa qualidade e com baixos salários, que forçam muitos trabalhadores a recorrerem a alternativas para complementação da renda.

A nosso ver, a questão do estímulo ao empreendedorismo, apesar de possuir mediações com a questão cultural disseminada historicamente na região, possui determinantes macroestruturais, que o faz parecer para grande parcela da população local como única alternativa de ocupação e obtenção de renda, sendo legitimado pelos sujeitos envolvidos com a educação na localidade e pelo próprio Estado, que tem cada vez mais investido em políticas públicas de geração de ocupação e de renda, em detrimento da criação de empregos estáveis e de qualidade.

Esse processo sofre inflexões da reestruturação produtiva do capital e, principalmente, da posição subalterna que os países periféricos e de industrialização

tardia têm ocupado na divisão internacional do trabalho, que tem agravado o quadro de desemprego estrutural, ao qual resta como alternativa para os trabalhadores as soluções individuais, como a abertura de negócios próprios e o empreendedorismo.

A partir da década de 1980, tem havido uma retração na oferta de empregos estáveis no país, principalmente, momento em que houve uma diminuição nos índices de crescimento econômico, existindo uma correlação entre o nível de emprego e o crescimento econômico.

Segundo Pochmann (2001), o Brasil tem apresentado uma alta concentração de trabalhadores em ocupações profissionais inferiores e uma baixa concentração nas ocupações profissionais intermediárias e superiores. Esse processo tem intrínsecas relações com o modelo de industrialização tardia no país, que não sofreu os impactos positivos ocorridos nos países de capitalismo desenvolvido na era fordista keynesiana, resultando em uma maior presença de ocupações no setor primário e terciário.

Principalmente a partir dos anos 1990, observa-se uma tendência de estímulo aos pequenos empreendimentos econômicos, em especial no setor terciário, face ao fenômeno do desemprego, tornando-se, inclusive, referência para as políticas públicas adotadas no país.

Segundo o SEBRAE (2011), as micro e pequenas empresas são responsáveis por mais da metade dos empregos com carteira assinada do Brasil. Se isso for somado à ocupação que os empreendedores geram para si mesmos, pode-se dizer que os empreendimentos de micro e pequeno porte são responsáveis por, pelo menos, dois terços do total das ocupações existentes no setor privado da economia.

As virtudes da pequena unidade produtiva, dos negócios próprios ou das pequenas empresas de bens e serviços passam a ser enaltecidas, sendo identificadas com o trabalho autônomo ou independente e legitimadas enquanto política de combate à pobreza e ao desemprego, com uma clara orientação política e ideológica⁹⁶.

Como já afirmado aqui, essa orientação está presente nas políticas públicas de emprego e renda no Brasil, como uma nova maneira de enfrentamento ao quadro

⁹⁶ Esse modelo de política tem incentivo direto dos organismos internacionais (Banco Mundial, FMI, BIRD, BID), que defendem os pequenos empreendimentos com potencial de combate à pobreza e ao desemprego, sendo compreendidos como importante mecanismo de inclusão produtiva e de obtenção de renda.

de desemprego. Na nova institucionalidade, foram estruturados um leque de programas de incentivo à abertura de pequenos negócios como alternativa de ocupação e renda (Alencar, 2007).

A proposta do APL se insere nesse contexto como possibilidade de inclusão produtiva e de desenvolvimento local, obtendo uma potencialidade em regiões como a do nordeste, que apresenta pouca oportunidade de inserção produtiva para um contingente de trabalhadores que encontram no desenvolvimento de pequenos negócios o único recurso e meio de prover a si e a sua família.

Foi dessa forma que o Pólo de Confecções do Agreste se estruturou, tendo o pequeno empreendimento como alternativa de renda para uma grande parcela de trabalhadores que não tinham outras possibilidades de ocupação, tendo em vista a falta de políticas públicas de investimento na geração de empregos estáveis e protegidos na região, como na maior parte do país.

Esse é, pois, um processo eivado de contradições, pois, se por um lado representa potencialidade de uma grande massa de trabalhadores dessa localidade se reproduzir socialmente, por outro, corresponde a um quadro perverso que lança o trabalhador à própria sorte, sujeito ao mercado e único responsável pelo próprio fracasso, quando isto ocorrer.

Entendemos que ao contrário do que se difunde ideologicamente, em lugar de representar um potencial de autonomia e independência para o trabalhador, a atividade empreendedora consiste muitas vezes na única alternativa que esses trabalhadores encontram, já que não têm acesso a formas de inserção produtiva protegida e segura.

Assim, muitos trabalhadores sequer têm consciência do processo de superexploração a que estão submetidos e incorporam a ideologia disseminada pelos diversos sujeitos que compõem o Pólo, sejam da esfera pública ou da esfera privada, de que o empreendedorismo é a melhor opção a que podem recorrer.

A supervalorização do empreendedorismo e da pequena empresa vem sendo, na realidade, reforçada pela elevação e manutenção das taxas de desemprego e pela perda da qualidade dos empregos remanescentes, que acompanharam as mudanças do capitalismo na contemporaneidade e possuem características ainda mais graves nas regiões mais periféricas.

Compreendemos que mais do que “espírito empreendedor”, essas atividades resultam da luta dos trabalhadores pela reprodução da própria vida e a de quem

deles dependem. A alternativa do empreendedorismo nada mais representa do que uma alternativa precária de ocupação frente à desestruturação do mercado de trabalho e do aumento do desemprego.

Numa sociedade marcada pela existência de uma massa de trabalhadores que compõe o exército industrial de reserva, cuja possibilidade de acesso a um emprego estável e de qualidade é cada mais reduzida, a ocupação contingente, falsamente identificada no discurso ideológico dominante como empreendedora, torna-se a única alternativa possível.

Essas alternativas ainda esvaziam o conteúdo político da classe trabalhadora, que não se reconhece mais em oposição ao capital, mas se vê como igual, pela aparente inexistência de um patrão.

Nas pequenas e microempresas passa a existir a figura do patrão-trabalhador, que se diferencia de forma irônica da força de trabalho “por possuir uma gravata pintada à mão – motivo de legítimo orgulho, objeto onde consubstancia toda a sua existência social de capitalista” (BERNARDO, 1991, p. 200 apud TAVARES, 2004).

De acordo com Tavares (ibidem), há no pensamento dual a utilização do artifício através do qual a compra e venda da força de trabalho é subsumida na pequena empresa, mistificando a relação entre capital e trabalho, havendo a generalização da ideia de que o indivíduo pode se tornar capitalista através do seu próprio esforço. Neste sentido a ideia de autonomia tem intrínseca relação com a aparente falta de assalariamento, como se o trabalhador estivesse em uma relação de igualdade com o seu contratante no mercado.

O trabalhador passa a se reconhecer enquanto empresário, aquele que não possui patrão; perde a identidade de classe, se afasta dos outros trabalhadores, quando na realidade, ao ser terceirizado por uma empresa maior, está produzindo mais-valia para essa empresa. Todavia, esse “pequeno empresário” nunca chegará a acumular, nunca irá produzir capital para si.

Outra questão que nos chamou a atenção na pesquisa foi o fato de o empreendedorismo ser uma característica estimulada, além dos aparelhos privados, pelos agentes públicos que ofertam educação de nível superior na região. Nas duas universidades pesquisadas houve a ênfase nos discursos dos entrevistados quanto à importância do fomento ao perfil empreendedor de seu alunado, enquanto competência a ser fomentada pelo ensino superior. Há, tanto na UPE, quanto na

UFPE, disciplinas de empreendedorismo, bem como empresas júnior e outros projetos específicos, com o objetivo específico de gerar no alunado tal competência.

Nós observamos essa questão até nos trabalhos de conclusão de curso, que o aluno pode desenvolver um plano de negócios que tem toda uma linha empreendedora, ou organização de eventos, ou a monografia, nós procuramos atender às necessidades do perfil dos alunos e da região. Teve um aluno que fez seu TCC sobre uma fábrica de cadarços e ele montou a fábrica depois que saiu do curso, uma outra montou uma empresa de *transfer*, então a gente tem conseguido fazer a questão empreendedora se estabelecer (Entrevistado 11).

Segundo os entrevistados, o mercado formal local não teria a possibilidade de absorver todos os egressos dos cursos superiores. Por isso a necessidade de se criar alternativas a fim de que os profissionais se insiram no mercado local.

Eu diria que aqui na região a maior e melhor oportunidade que o aluno tem é de ser empreendedor, apesar de a região estar crescendo muito, muitas empresas que são locais são familiares, então não absorvem a quantidade de mão-de-obra que poderia absorver, trabalha-se muito na teoria da família que ali está, então as empresas que são administradas por famílias absorvem uma parcela muito pequena e as que poderiam absorver a maior massa são informais, então enquanto a região tiver essa quantidade de informalidade, [...] vai ter dificuldade de colocação no mercado (Entrevistado 11).

Há, portanto, uma naturalização, por parte desses sujeitos, do fenômeno do desemprego e da falta de espaço para todos no sistema produtivo formal local, que tende a ser apreendido como algo inevitável a que só restam as alternativas individuais para minorar seus danos.

A capacidade de lidar com as mudanças da reestruturação do capital passa a ser identificada como uma característica positiva do trabalhador, pois frente às inevitáveis alterações no sistema produtivo, resta-lhe ter a competência de realizar as melhores escolhas e ser capaz de “empreender-se a si mesmo”. De acordo com Alencar (2007):

A “saída” ou “solução” para os trabalhadores expulsos do mercado de trabalho para os jovens trabalhadores pode muito bem ser a criação de um negócio próprio, a busca pelo auto-emprego, o trabalho por conta própria, as cooperativas, os pequenos negócios familiares, as micro e pequenas empresas, dado que no contexto atual a inserção no trabalho passou a ser fundamentalmente uma responsabilidade individual. Além disso, torna-se necessário preparar esse jovem desde cedo para a mudança, e não para a estabilidade, cultivando por meio da formação profissional a atitude empreendedora (p. 106).

Na realidade estudada, é disseminada a ideia do desenvolvimento do próprio negócio através dos diversos sujeitos envolvidos com as ações de qualificação profissional, principalmente pelo SEBRAE, que é o principal agente de propagação da ideologia do pequeno negócio como porta de acesso à autonomia, cultivando e reforçando a imagem de empreendedores independentes e de sucesso, em oposição aos empregados tradicionais, sob a ideia de que existe um mundo de possibilidades a ser explorado pelos trabalhadores.

3.4.1. O SEBRAE e o Programa Empreendedor Individual: estratégias de construção de uma “nova pedagogia da hegemonia”

O estímulo à formalização foi uma questão muito enfatizada pelos sujeitos pesquisados, para os quais esse seria o principal foco das instituições do Sistema S, de fortalecer o APL a fim de que o mesmo se formalize cada vez mais, “é uma forma de combater a informalidade, quando você traz o profissionalismo para esse setor” (Entrevistado 06).

Neste sentido, o SEBRAE tem um papel estratégico de estímulo à formalização dos pequenos negócios, que é indicada como uma forma de fazer com que os trabalhadores informais não fiquem “à margem” da sociedade e tenham acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Aqui como a gente sabe o número de informalidade é muito alto e já foi muito mais alto, então juntamente com a cultura de que é preciso educação pra mudar a realidade, pra gente trazer sustentabilidade pra o seu o negócio essa coisa de mudança também de que é preciso a gente ter um foco maior de onde quer chegar é uma construção. [...] Acredito que a formalização é o caminho para poder crescer, porque quando o cara é informal, eu não estou falando nem da terceirização, quando o cara é informal ele não pode comprar em grande volume por que ele não tem nota fiscal (Entrevistado 07).

Assim, com o objetivo de combater a informalidade, o SEBRAE tem um papel de destaque no sentido de enfatizar o estímulo à formalização, através do Programa Empreendedor Individual, sob a justificativa de que a formalização torna as pequenas empresas mais sustentáveis, com maiores possibilidades de crescimento; ou o inverso, ao crescerem, as empresas entenderiam a necessidade de se formalizarem, tendo em vista a possibilidade de competitividade industrial, melhoria

da qualidade das peças produzidas na gestão da produção empresarial e administrativa. Esse é destacado como o caminho em que a qualificação leva ao combate da informalidade.

De acordo com dados do SEBRAE, no Brasil são criados anualmente mais de 1,2 milhão de novos empreendimentos formais. Desse total, mais de 99% são micro e pequenas empresas e Empreendedores Individuais (EI). No entanto, grande parte dos pequenos empreendimentos ainda se encontra na informalidade. Dados da última pesquisa “Empreendedorismo no Brasil” (2011) – também conhecida como “Pesquisa GEM” – apontam o Brasil como o décimo país mais empreendedor do mundo. A mesma pesquisa afirma que, em 2010, 21,1 milhões de brasileiros pretendiam abrir ou já atuavam em negócio próprio com até 3,5 anos de atividade. Considerando-se que há, segundo o último Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa (2010), 5,8 milhões de empresas formais no país, é possível inferir que ainda há milhões de empreendedores brasileiros na informalidade (SEBRAE, 2011).

Neste contexto, foi criado pela Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008 a figura do Empreendedor Individual (EI), que, de acordo com informações do Portal do Empreendedor, é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário, devendo faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano ou R\$ 5.000,00 por mês e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

São apresentadas como vantagens, principalmente, o fato de o trabalhador conhecido como informal poder se tornar um EI legalizado, que passa a ter Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o que poderá facilitar a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. O EI também poderá receber apoio técnico do SEBRAE, que orientam e assessoram os empreendedores que assim o desejarem. A proposta é de realização de cursos e planejamentos de negócios com vistas a capacitar os empreendedores, tornando-os mais aptos a manterem e desenvolverem as suas aptidões.

Nesta modalidade, o empreendedor é enquadrado no Simples Nacional⁹⁷, ficando isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). O

⁹⁷ O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Para o ingresso no Simples Nacional é necessário o cumprimento das seguintes condições: enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte; cumprir os requisitos previstos na legislação; e formalizar a opção pelo Simples Nacional. (Fonte: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/SobreSimples.aspx>)

custo da formalização é o pagamento mensal de R\$ 27,25 (INSS), R\$ 5,00 (Prestadores de Serviço) e R\$ 1,00 (Comércio e Indústria) (Portal do Empreendedor, 2012).

Com essas contribuições, o Empreendedor Individual passa a ter cobertura previdenciária e acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros. O programa permite ao empreendedor a contratação de até um empregado.

Todavia, cabe ressaltar que entendemos haver uma inadequação do programa às características visualizadas na realidade estudada, como, por exemplo, o fato de o programa permitir a contratação de apenas um empregado, quando a maior parte das facções possuem pelo menos três trabalhadores.

Os próprios dados da formalização, no Brasil, atestam a pouca adesão dos empreendedores locais ao EI, apesar de 1,1 milhão de empreendedores individuais terem se formalizado até 31 de maio de 2011. Nas principais cidades que compõem o Pólo temos os seguintes números na região⁹⁸: 154 em Toritama; 498 em Santa Cruz do Capibaribe; e 2.934 em Caruaru.

Apesar de garantir o acesso a alguns direitos sociais extremamente relevantes para a segurança do trabalhador, como os direitos da Previdência Social, a insegurança do mercado informal faz com que os trabalhadores fiquem vulneráveis às oscilações que este mercado apresenta.

A Pesquisa do IBGE, Economia Informal Urbana (Ecinf) 2003, divulgada pelo SEBRAE em 2005, que tem como critério a noção de empreendimentos informais sugerido pela 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁹⁹ e, em decorrência do critério adotado, uma parte das unidades produtivas constantes dos levantamentos da Ecinf dispõe de constituição jurídica e registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal (11,5% das empresas); essas unidades produtivas, embora juridicamente formais, apresentam as características de informalidade, como baixa escala de produção, baixo nível de organização e quase nenhuma separação entre

⁹⁸ Dados extraídos em abril de 2012 do Portal do Empreendedor.

⁹⁹ O IBGE considerou empreendimentos informais todas as unidades produtivas pertencentes a empregadores com até cinco empregados e a trabalhadores por conta própria, independentemente de possuírem constituição jurídica. Esse conceito de informalidade nos negócios visa refletir o conjunto de unidades produtoras de bens e serviços caracterizadas por iguais modos de organização e de funcionamento, tenham ou não registros em órgãos públicos.

o capital e o trabalho, tendo sido pesquisadas e analisadas pela Ecinf em conjunto com as empresas com baixo ou nenhum tipo de formalização.

Os dados desta pesquisa revelam que são poucos os efeitos reais da formalização sobre as condições e as principais características apresentadas pelos pequenos empreendimentos, apesar de todo o discurso governamental sobre as mudanças e benefícios que a formalização traria para os pequenos empreendedores.

Os agentes locais expressam em seu discurso a ideia de que a formalização poderia significar uma maior responsabilidade do trabalhador, que atualmente, por não ter um vínculo formal, pode sair da facção a qualquer tempo. Sendo “registrado”, esse trabalhador poderia ter receio de perder os direitos trabalhistas, bem como teria que respeitar os horários de início da produção, o que representaria uma maior responsabilização também do trabalhador.

Podemos, pois, conjecturar que, para os trabalhadores, o vínculo informal de trabalho poderia representar uma liberdade disfarçada ou mesmo uma forma de rebeldia em relação às amarras que o trabalho representa nesse contexto.

Também foi afirmado que a formalização poderia trazer algumas dificuldades aos pequenos empreendedores, principalmente em relação aos custos advindos dos direitos trabalhistas. Outro aspecto negativo elencado foi em relação à jornada de trabalho, que atualmente tem sido estendida para além da jornada normal de trabalho de oito horas diárias. De acordo com faccionista entrevistado, essa questão da formalização implicaria na obrigatoriedade do pagamento de hora extra, quando na informalidade não havia essa necessidade.

[...] vai ter que mudar muita coisa pra se organizar nessa coisa ai, porque por trabalhar irregular, ninguém dá hora extra, é tudo pela produção, quanto mais a costureira faz, mais ela ganha, também se ela produzir menos, ela vai ganhar menos. Ai já nessa forma ai da legalização ai vai ter que ser diferente, por isso que a gente está sofrendo mais nessa questão ai (Entrevistado 02).

A questão da limitação da jornada de trabalho foi reconhecida como um obstáculo para a produtividade, uma vez que limita as possibilidades do trabalhador estender muito a jornada de trabalho, como nos “cerões” que realizam em época de grande demanda.

A ideia que ainda predomina entre os trabalhadores é de que, trabalhando informalmente, o trabalhador poderia ter um rendimento maior do que formalmente, pela possibilidade de estender a jornada e assim garantir o aumento da produtividade, com o que o trabalhador também teria ganhos financeiros. Conforme entrevistado:

É bom pra eles e pra gente, **porque se eles produzirem todo mundo vai ganhar**, se não, ninguém ganha. Se ele quiser trabalhar só as oito horas diárias não tem problema, mas aí ele vai ganhar menos. Geralmente a maioria se interessa de fazer um cerãozinho, porque aí quando é na quinzena tem costureira que ganha R\$ 400,00 a R\$ 450,00 numa quinzena, no mês ganha R\$ 900,00, até R\$ 1.000,00. Com cerão, está clandestina, está, não está recebendo o décimo no final do ano, mas o que ela ganha dentro de dois meses já é o décimo e as férias dela. [...] é, pra ganhar isso ela trabalha muito, mas vamos dizer, se ela trabalhar muito dois meses, já livra o décimo e as férias dela, se continuar trabalhando dentro desse ritmo ela vai ganhar super bem o ano todo, agora, a questão né, a gente não manda, quem manda é a lei, não é do jeito que a gente quer, se fosse era bom, a lei é essa, tem que registrar, dar o direito do funcionário, porque a lei é essa e tem que cumprir né (Entrevistado 02, grifos nossos).

Fica evidente o estímulo para que o trabalhador amplie a jornada de trabalho, sob o entendimento de que estarão lucrando com isso tanto o faccionista quanto o trabalhador. No entanto, entendemos que apesar de os trabalhadores, embora o dono da facção não se identifique enquanto tal, realmente conseguirem uma elevação na sua renda com a extensão da jornada de trabalho, quem de fato estará lucrando nesse processo é a empresa maior, contratante do serviço, que impõe ritmo e racionalidade à produção.

A nosso ver, a figura do EI revela que o Estado, a um só tempo, legítima e encontra na opção por políticas de emprego e renda de apoio às pequenas unidades produtivas uma forma de forjar uma intervenção sobre os efeitos do desemprego estrutural, quando, na realidade, impõe sobre o trabalhador toda a responsabilidade por sua situação ocupacional, transferindo para o mesmo os riscos e as responsabilidades que significam a abertura de pequenos negócios¹⁰⁰, tendo como arcabouço ideológico as ideias disseminadas principalmente pelo SEBRAE.

¹⁰⁰ Pesquisa realizada pelo SEBRAE sobre a taxa de sobrevivência das empresas em seus dois primeiros anos de funcionamento, realizada de 2005 a 2009 e divulgada em 2011, traz os dados de que a cada 100 empreendimentos criados, 73 sobrevivem aos primeiros dois anos de atividade, ou seja 27% dos pequenos empreendimentos fecham nesse período. Na região nordeste a taxa de sobrevivência é menor do que no restante do país, 69,1% e em Pernambuco é de 58,2%.

Estaria em conformação uma “nova pedagogia da hegemonia”, nos termos de Neves (2005), para quem o Estado está assumindo um papel pedagógico que impulsiona uma nova cultura cívica, através da renovação da organização da sociedade civil, tendo em vista consolidar a coesão social, o empreendedorismo social e a ação voluntária dos cidadãos. Neste sentido:

[...] tanto a promoção da igualdade com inclusão social quanto a do bem comum deveriam ser asseguradas pela produção de “políticas [sociais] gerativas” que desenvolvam o chamado “capital social” dos grupos de indivíduos para a ação, incluindo neles o espírito empreendedor, a autoconfiança, a capacidade de administrar riscos e rompendo em definitivo com a cultura da dependência criada pelo Estado de bem-estar social e suas políticas universais (LIMA; MARTINS, 2005, p. 57).

Nesse contexto, ocorre uma clara tentativa de individualização da questão social, que concebe o trabalhador como “empresário de si mesmo”, enaltecendo seus atributos pessoais, como a capacidade de correr riscos e de ter criatividade para lidar com seus problemas para se inserir produtivamente, com a ideia de que o mercado teria espaço para todos os pequenos empreendedores, que, na realidade, vão competir por um espaço no mercado que assegure a sobrevivência do seu pequeno negócio.

3.4.2. O SEBRAE enquanto agente difusor da ideologia empreendedora no APL estudado

O movimento ideológico de estímulo ao empreendedorismo, elemento principal de formação de uma nova cultura do trabalho no atual contexto, tem sido direcionado primordialmente pelo SEBRAE, que possui um papel de destaque no sentido de fomentar o perfil empreendedor no arranjo.

Como já afirmamos anteriormente, o estímulo ao empreendedorismo nos parece tratar-se muito mais de um mecanismo ideológico para criar uma nova cultura do trabalho no APL.

Estudo de Albagli e Maciel, encomendado pelo SEBRAE e publicado em 2001 acerca da relação entre capital social e empreendedorismo local, nos revela que há uma tendência atual a se considerar fundamental as condições do ambiente local no sentido de que estas propiciem o empreendedorismo, a partir da percepção de que

os “atores” econômicos não são átomos isolados, mas estão embutidos, enraizados, imersos, nas relações, redes e estruturas sociais.

Segundo as autoras, a valorização da dimensão local do empreendedorismo, assim como das estratégias de desenvolvimento local de modo mais amplo, começou a ganhar expressão desde o final da década de 1970, em contraposição às teses sobre modernização e desenvolvimento exógeno, vigentes nos anos 1950 e 1960. Colocou-se também, progressivamente, como alternativa ao modelo de inserção competitiva no mercado mundial que se difundiu desde os anos de 1980.

Albagli e Maciel (2001) entendem que o reconhecimento da importância de se promoverem as condições locais do empreendedorismo vem sendo crescentemente incorporado no âmbito das políticas de desenvolvimento e de ampliação da competitividade, mobilizando esforços para incrementar a dinâmica e a capacidade empreendedora local, particularmente de empresas iniciantes.

Defendem que o empreendedorismo possui melhores condições de se desenvolver em ambientes propícios à colaboração, à interação e ao aprendizado. Nessa visão, o complexo de instituições, costumes e relações de confiança locais conducentes à cooperação assume um importante papel para o empreendedorismo, assim como as relações – pessoais e sociais – que constituem os principais veículos ou canais por meio dos quais o aprendizado e a inovação têm lugar. Assim, as autoras correlacionam a importância do capital social com a questão do estímulo ao empreendedorismo.

Para as autoras há evidências de que a interação e as relações cooperativas entre os atores sociais e econômicos constituem um fator crucial tanto do empreendedorismo, em bases sustentadas, como do desenvolvimento local, de modo mais amplo. Se concebido como processo dinâmico de relações sociais em redes nas quais se constrói o conhecimento tácito, o capital social está intimamente ligado ao aprendizado interativo e à cooperação, podendo ainda facilitar as ações coletivas geradoras de arranjos produtivos articulados.

Neste sentido, o principal objetivo do SEBRAE, na região estudada, consiste na formação de pequenos empresários ou empreendedores, com características de empreendedorismo, gestão de negócios e gestão empresarial.

O SEBRAE enfatiza em seu discurso que a característica do Pólo de Confeções é o empreendedorismo nato. Assim, o papel da instituição é de transformar os pequenos produtores em empresários profissionais, através de

técnicas de gestão, instrumentos de gerenciamento, métodos de processo e de controle. Segundo a instituição, isso permite que o empresário se profissionalize e tenha continuidade e sustentabilidade no seu negócio, no sentido de mantê-lo lucrativo.

O SEBRAE faz um trabalho muito prático, o que você faz para ganhar dinheiro, tudo pode ser resumido na seguinte frase: nós ensinamos o empresário a ganhar dinheiro. O mais é consequência. Se ele trabalhar, seguir as orientações, aposto meu nome que a gente tem feito muita gente ganhar dinheiro (Entrevistado 07).

O SEBRAE realiza orientações sobre o processo de montagem de um pequeno negócio, desde o setor e o segmento de atuação, até a questão da formação de preço, bem como sobre os procedimentos para formalização do pequeno empreendimento.

A instituição entende o empreendedorismo como uma característica nata das pessoas, mas também como uma alternativa frente à própria necessidade, porque consiste num meio de sustento. Assim, o papel anunciado do SEBRAE é o de estimular esses pequenos empreendedores e impedir que eles sucumbam, de modo que sejam sustentáveis.

[...] mesmo que seja um pipoqueiro ele vai ganhar dinheiro e ter um valor agregado, vamos analisar, você vai em qualquer cinema e paga R\$ 5,00 por uma pipoca, a mesma você compra na rua por R\$ 1,00, R\$ 0.50, qual é a diferença? É a mesma pipoca, a diferença é o status, a forma de manipulação, o valor agregado, conforto, segurança, segurança alimentar, talvez na rua você não saiba de onde vem aquele milho, e no shopping você pressupõe um padrão de segurança. **A gente faz com que o pipoqueiro se torne um empresário**, a gente ajuda ele a se transformar em um empresário, então a gente fala; pega essa carrocinha velha e joga fora, manipula os alimentos com luva, use uma farda, coloque uma bata, um boné e cobre mais caro, e as pessoas vão pagar mais caro (Entrevistado 07, grifos nossos).

Além das consultorias que realiza, voltadas ao arranjo produtivo, um dos programas desenvolvidos pelo SEBRAE é o Agentes Locais de Inovação (ALI). A proposta é elevar a inovação nas empresas por meio de soluções ligadas à gestão e desenvolvimento de produtos, processos produtivos e serviços.

O projeto designa profissionais para fazer o atendimento direto às micro e pequenas empresas, cabendo-lhes o papel de agentes locais de inovação e de estar em contato permanente com as micro e pequenas empresas para identificar suas necessidades e apresentar soluções. A formação dos agentes locais de informação

prevê aulas presenciais e um complemento de curso com atividades em ambiente virtual.

A “Jornada SEBRAE” também é desenvolvida no Pólo, em parceria com a CDL e com as associações comerciais dos municípios que compõem o arranjo. É montada uma estrutura física de sala de aula, são levados instrutores, realizadas palestras e cursos sobre empreendedorismo, formalização, marca e assuntos afins.

Chamou-nos ainda a atenção o Programa Empretec, que também é desenvolvido pelo SEBRAE no APL. O Empretec é uma metodologia desenvolvida pela ONU e implantada no Brasil pelo Sistema SEBRAE, cujo público-alvo são empresários, futuros empresários e profissionais liberais interessados em desenvolver comportamento empreendedor e potencial competitivo.

São utilizadas técnicas que visam fazer com que o participante desenvolva segurança nas decisões, para que possam assim ter maior desempenho no planejamento empresarial e redução das chances de fracasso.

O Empretec oferece um *workshop* assinado pelo SEBRAE, pela Agência Brasileira de Cooperação de Ministério das Relações Exteriores e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD – ONU), bem como seminários intensivos de seis dias; métodos e técnicas de ensino testados mundialmente; bem como instrutores credenciados junto à ONU.

O seminário Empretec é uma das mais destacadas ferramentas do programa e visa à formação e o desenvolvimento de capacidades empreendedoras. A proposta do seminário, de acordo com o SEBRAE, é capacitar o empresário ou futuro profissional a enfrentar metas desafiadoras, além de aumentar o seu potencial para obter lucro em situações complexas e garantir a satisfação dos clientes, entre outros benefícios.

No evento, são identificadas e trabalhadas as 10 características de um empreendedor de sucesso de acordo com estudos da ONU:

- 1) busca de oportunidades e iniciativa;
- 2) exigência de qualidade e eficiência;
- 3) capacidade de correr riscos calculados;
- 4) persistência;
- 5) comprometimento;
- 6) estabelecimento de metas;
- 7) planejamento e monitoramento sistemático;

- 8) busca de informações;
- 9) persuasão e rede de contato;
- 10) independência e autoconfiança.

O discurso apresentado é o de que o Empretec permite ao participante descobrir e explorar seu potencial para a livre-iniciativa por meio do domínio de ferramentas de gestão de pessoas, além de desenvolver a liderança e o comportamento empreendedor.

A nosso ver, o programa tem um caráter extremamente ideológico; trabalha características pessoais dos trabalhadores e busca claramente captar aspectos subjetivos destes, como se as características do empreendedorismo pudessem ser afloradas como uma qualidade natural no indivíduo. São exemplos de como os aparelhos privados de hegemonia têm um papel estratégico enquanto difusor de uma ideologia que atua no sentido de despertar ou potencializar características empreendedoras nos trabalhadores, que passaram a ser enaltecidas, principalmente por sua capacidade de gerar novas ocupações.

Harvey (1993) se refere à formação de uma “cultura empreendedora”, que se espraia em vários âmbitos da vida dos sujeitos contemporâneos, num momento de alterações políticas em relação ao bem estar social que vinha se desenvolvendo até a década de 1960 nos países desenvolvidos. Para autor, o empreendedorismo não afeta apenas as relações de negócios, mas os diversos âmbitos da vida.

Assim, a ideologia empreendedora é expressão da nova sociabilidade que tem se desenvolvido inclusive nos países centrais, na qual se destaca o enxugamento dos postos de trabalho e o estímulo às saídas individuais, sob o discurso da suposta igualdade, liberdade e autonomia dos sujeitos.

Assistimos, portanto, a um processo de conformação de uma nova cultura que envolve o mundo do trabalho, marcado pelo rompimento com o trabalho protegido e seguro, em lugar do qual tem sido constituído um novo modelo de inserção produtiva precária. Cria-se um novo tipo de trabalho, inteiramente subordinado, objetiva e subjetivamente, à atual sociabilidade do mercado, fundamentado em valores como o individualismo e a competição, sob o invólucro da colaboração e cooperação entre “parceiros”, o que enfraquece as possibilidades de resistência e de ofensiva dos trabalhadores.

Tais mudanças atendem às novas requisições capitalistas como forma de enfrentar o quadro de crise estrutural pelo qual vem passando desde a década de 1970. O decréscimo das taxas de lucro gerou consequente aumento nos índices de desemprego, forma encontrada para reduzir os custos com a produção, através da flexibilização e dos cortes no emprego da força de trabalho, ampliando sua depreciação e levando vastos contingentes à situação de precarização, inerente às pequenas produções, em oposição ao emprego assalariado formalmente estabelecido e protegido, empurrando uma enorme parcela dos trabalhadores para a esfera da informalidade e do empreendedorismo.

Esse ambiente favorável à informalização conta com a gestão direta do Estado, que tem se mostrado concordante com este modelo, implementando, inclusive, políticas públicas que o incentivam e legitimam.

Frente às mutações que opera no universo produtivo, o capital se reorganiza e, recompondo suas vertentes ideológicas e políticas, passa atuar cada vez mais intensamente na tentativa de conformação de novos consensos em relação às saídas para a crise capitalista, que, segundo seu discurso, afeta a todos indiscriminadamente, sendo necessário o empenho de todos a fim de enfrentá-la.

Assim o capital tenta realizar a compatibilização de interesses que são inconciliáveis e, nesse sentido, a ideologia empreendedora parece servir para fortalecer o estabelecimento do consenso, buscando a adesão e o consentimento à sua dissimulação em relação aos processos concretos que têm empreendido.

Mota (2000) define a formação da cultura da crise como um processo social que estabelece o nexo entre crise e constituição de hegemonia no interior das práticas sociais das classes. Como não conseguia mais exercer seu poder do *alto*, a fim de universalizar sua ordem, a burguesia percebeu a necessidade de formar uma cultura geradora de consentimentos de classe, ou seja, constituidora de hegemonia. De acordo com a autora:

[...] essa cultura é formadora da hegemonia do grande capital e também protagonista do consentimento ativo das classes subalternas, na medida em que seja capaz de elaborar uma visão socializadora da crise, conseguindo estruturar campos de lutas, formar frentes consensuais de intervenção e construir espaços de alianças. Trata-se de uma cultura que vai se construindo na base da formação de um novo conformismo social, em que os atuais interesses privados da classe dominante devem tornar-se genéricos e universais, via saída conjunta para a crise (p. 108, grifos da autora).

Esse é o argumento sobre o qual se edificam as novas sociabilidades do mundo do trabalho, em que se gesta a conformação de uma nova cultura do trabalho que tem como característica central o trabalho precário, sob formas escamoteadas de empreendedorismo, informalização, terceirização; relações essas que se espalham por todo o território produtivo objeto de nossa pesquisa, defendidos como possibilidades de autonomia e liberdade, que consistem, a nosso ver, em estratégia de sobrevivência para uma massa de trabalhadores sobrando do capital, mas que exercem, com seu trabalho, um papel estratégico na produção capitalista de forma barateada e sob seu domínio.

Há, pois, uma articulação orgânica entre as dinâmicas da economia e da política. Mota e Amaral (1998) ao tratar do tema da reestruturação produtiva e da nova cultura do trabalho, afirmam que:

Estas mudanças – seja em termos de ajustes, seja em termos de reestruturação industrial – determinam novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, realizando uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando à construção de outra cultura do trabalho e de uma racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital (p. 29).

A formação desta nova cultura ocorre sob as bases do mercado e da empresa burguesa, solapando os direitos sociais conquistados historicamente. Este processo é de tal maneira mistificado, que ocorre sob o agenciamento do Estado e com o consenso dos próprios trabalhadores.

Esta nova cultura do trabalho, que o torna cada vez mais precário e desprotegido se apresenta na realidade do Pólo, com particularidades ainda mais graves no município de Toritama, com a mediação dos conceitos de empreendedorismo e da suposta autonomia do trabalhador, apesar de haver um aparente consenso na discussão sobre o modelo do Arranjo Produtivo Local como uma forma de desenvolvimento de novas formas de produção, focadas na cooperação dos agentes locais e do desenvolvimento de uma cultura de empresariamento dos trabalhadores.

Concordamos com Mota e Amaral (1998) quando estas afirmam que fabricar uma nova cultura do trabalho, um novo comportamento produtivo que incorpora as necessidades do atual processo de acumulação, tem sido a tônica regida pelo capital para o conjunto da sociedade e essa orquestração se realiza quando é acordada pela nova institucionalidade neoliberal, ao reformular os mecanismos

reguladores da gestão da força de trabalho. Apesar de o capitalismo de sustentar na subordinação do trabalho ao capital, o que desponta como novo neste processo é a tentativa contundente para obtenção do consentimento ativo dos trabalhadores ao atual processo de recomposição do capital.

A educação, neste contexto, tem sido um instrumento valioso de construção de hegemonia. Na realidade estudada, essa materialidade ficou evidente, exercida através da formação profissional que pretende formar um perfil de trabalhador imposto pelos interesses capitalistas em detrimento dos interesses reais dos trabalhadores, que passam a incorporar os valores difundidos que naturalizam e enaltecem o trabalho precário e superexplorado sob formas ideológicas que o apresentam como forma de liberdade, propriedade e autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A tendência democrática de escola não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada cidadão possa se tornar governante”.

Gramsci, 1978

O objetivo desta pesquisa foi o de conhecer e analisar o projeto de difusão do conhecimento direcionado ao APL de Confecções do Agreste de Pernambuco, particularmente para o município de Toritama, através das ações de qualificação profissional. Como já nos referimos na introdução e mostramos nos capítulos da dissertação, analisamos os discursos dos sujeitos envolvidos nesse processo, para identificar os fundamentos ideológicos e políticos que orientam essas propostas.

Pudemos perceber que a ideologia do empreendedorismo tem sido o principal fundamento ídeo-político disseminado neste Arranjo, através, dentre outros mecanismos, da qualificação profissional, que tem um papel estratégico enquanto conformadora de uma nova cultura do trabalho, sustentada em uma inserção produtiva precária e flexível.

Compreendemos o modelo do APL, baseado na experiência italiana, como uma proposta que tem inspirado a política pública brasileira como possibilidade de proporcionar a inclusão produtiva de uma massa de trabalhadores que não conseguem se inserir pela via do trabalho protegido. Portanto, uma saída para acomodar parte da força de trabalho que, em função da crise capitalista, integra as fileiras da superpopulação relativa.

Essa proposta está referenciada em uma perspectiva de desenvolvimento local, cujo argumento é o de gerar crescimento econômico e desenvolvimento social na região, que beneficiaria a população envolvida com a produção local e provocaria, assim, alterações no quadro histórico de desigualdades regionais.

No entanto, pudemos perceber que o desenvolvimento alcançado pelo APL em estudo tem se balizado na superexploração do trabalho, com a prevalência de relações de trabalho precárias, informais e terceirizadas.

Esse processo ocorre sob a ideologia do empreendedorismo e dos supostos valores de autonomia e liberdade que este modelo promete conferir aos trabalhadores, pela possibilidade do trabalho ser realizado fora do ambiente fabril, e, na maioria das vezes, no próprio domicílio do trabalhador.

O trabalho domiciliar envolve todos os membros da família, que se submetem a intensas jornadas de trabalho, aparecendo ao trabalhador como um ambiente de plenas liberdade e autonomia, pela ausência da figura do patrão. No entanto, percebemos que esta modalidade de trabalho contribui para uma maior exploração do trabalhador e sua família, por não permitir a distinção entre o tempo de vida e o tempo de trabalho.

A realidade nos revelou a existência de uma forte heterogeneidade nas relações de trabalho, em que se combinam formas arcaicas e modernas de trabalho. Assim, apesar de haver algumas experiências de processos de trabalho que empregam tecnologias mais modernas, o que se espraia na localidade é o trabalho realizado nas facções e fabricos que funcionam nos próprios domicílios dos trabalhadores, sob a modalidade do assalariamento por peça e sem qualquer exigência mais complexa de qualificação para o exercício das atividades de costura.

Desta forma, assistimos a uma espécie de reprodução de formas pré-capitalistas de produção, as quais se atualizam sob a égide da informalidade e da terceirização e assumem, nesse contexto, um caráter de precarização estrutural do trabalho, que impõe aos trabalhadores formas ainda mais degradantes de trabalho, combinada com a desregulamentação dos direitos sociais atinentes ao mundo do trabalho.

A ideia do aprendizado e da difusão do conhecimento são aspectos enfatizados no interior das experiências de APL, sendo esse um terreno que se propõe à propagação de conhecimento através de propostas educativas voltadas aos trabalhadores locais. No nosso universo de pesquisa, essa questão tem um destaque significativo, pois a educação é apresentada, nos discursos dos agentes ali presentes, como propulsora de desenvolvimento, sob a perspectiva da formação de capital social e humano nesta realidade e da capacidade de gerar inovação e novos aprendizados.

Para compreender melhor o delineamento da qualificação profissional na realidade estudada, foi necessário recuperar os elementos estruturadores da política de qualificação profissional no Brasil, principalmente a partir da quadra histórica dos anos 90 do século passado, apresentando mediações com o cenário macroestrutural de ajustes capitalistas, que impõem novos arranjos e novas requisições ao mundo do trabalho.

Essas mudanças têm inflexões sobre a qualificação profissional, que passa a assumir um cariz mercadológico e a ser fundamentada, primordialmente, nos conceitos de empregabilidade e competências, que conduzem a uma análise moralizante da Questão Social, entendida e enfrentada pelo Estado a partir de soluções individuais e responsabilizadoras do trabalhador e que não alteram os pilares que a constituem.

A realidade que encontramos na nossa pesquisa nos demonstrou a opção, fortemente disseminada pelos agentes locais, por alternativas precárias de inserção produtiva da população local. As ações de qualificação profissional consistem, pois, em um locus privilegiado de disseminação do ideário burguês em torno da apologia ao trabalho precário, sob a ideologia do empreendedorismo. Trabalho precário que se realiza com a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas e a precarização das condições de trabalho, assumindo formatos de informalidade, terceirização e trabalho domiciliar, que submetem os trabalhadores às mais vis condições de trabalho e de superexploração, em prol da produtividade.

Essas condições são intensificadas em uma realidade como a da região do nordeste pernambucano, que tem características históricas de industrialização tardia e precárias condições de assalariamento, com tradição nas atividades rurais. Neste cenário, a opção pelas alternativas urbanas, relacionadas às iniciativas empreendedoras, torna-se um atrativo para esses trabalhadores oriundos das atividades laborativas rurais.

Nesta realidade, as desigualdades regionais são respondidas com ações de qualificação profissional que se fundamentam em uma base ídeo-política que sustenta as alternativas empreendedoras de forma positiva, como opção de inclusão produtiva para os trabalhadores.

Apesar do discurso em torno da importância da difusão do conhecimento nesta realidade, o que pudemos perceber é que existe uma massa de trabalhadores informais (mais de 90%), que tem no acesso ao conhecimento tácito e informal a

única opção de aprendizagem, ora por não terem possibilidade de acessar as ações mais sistemáticas de qualificação profissional, as quais, na sua maioria, são direcionadas aos trabalhadores formais ou com maior poder aquisitivo, que podem comprar esse serviço no mercado, ora porque as condições objetivas de trabalho não permitem que os trabalhadores destinem parte do seu tempo de produção para a ampliação de conhecimentos mais amplos e numa perspectiva mais integral.

Ademais, alguns aspectos centrais dos resultados da nossa pesquisa nos suscitam algumas reflexões. Uma primeira questão de destaque se refere à atuação do poder público, principalmente o poder local, que foi referenciado por todos agentes institucionais entrevistados como ineficiente no direcionamento de ações estratégicas para o desenvolvimento do Pólo. Destacamos, neste sentido, a falta de investimento em políticas sociais e ressaltamos a poucas ou quase inexistentes iniciativas em relação à formação profissional dos trabalhadores da região.

Chamou-nos a atenção o protagonismo que o empresariado tem exercido nesse Pólo, o que pode ser verificado através da chamada governança, que, na realidade, tem assumido o significado de estabelecimento de parcerias entre as diversas instituições que compõem o APL, principalmente as instituições privadas e representativas dos empresários locais.

Essa questão tem reafirmado que o propósito de desenvolvimento voltado para a experiência do APL e tem uma intrínseca relação com o que a literatura denomina de governança. Observamos que esta é uma diretriz que tem sido reafirmada no Pólo, apesar de não ser fruto de reflexões mais aprofundadas por parte dos sujeitos ali envolvidos.

Neste sentido, merece destaque a falta de mobilização por parte dos trabalhadores informais das facções, tendo em vista que não é observado o mesmo movimento em relação ao protagonismo e organização do empresariado local. Isso nos faz concluir que, ao não se organizarem politicamente para discutir e reivindicar melhores condições de trabalho, estes trabalhadores não tem sido beneficiários dos resultados do desenvolvimento alcançado no Pólo, pois, além de não tornarem visíveis ao poder público, suas necessidades e demandas, também não conseguem se reconhecer enquanto sujeitos coletivos que podem exercer pressão junto ao estado para que tais necessidades e demandas sejam atendidas.

Merece destaque, ainda, a evidenciada falta de investimentos em tecnologias mais avançadas no Pólo, salvo algumas exceções, necessárias para fazer com que

a produção regional seja escoada para outros mercados, o que compromete a diretriz da inovação no interior do APL, no qual parece não conferir prioridade aos processos inovativos e impulsionadores de tecnologias mais avançadas.

Avaliamos que o discurso de formar trabalhadores de nível superior para a região parece tratar-se apenas de um argumento que reproduz, acriticamente, a apologia da sociedade do conhecimento, haja vista ser esta uma realidade marcada por um precário mercado que tem colocado imensos obstáculos à absorção formal desses profissionais. Ademais, note-se a quase inexistente possibilidade de mobilidade social e o rebaixamento do valor dessa força de trabalho, principalmente em virtude da amplitude da informalidade e dos pequenos negócios no Arranjo.

Em decorrência disso, tem-se constatado uma fuga desses profissionais da localidade de origem ou seu subaproveitamento em atividades que não são diretamente relacionadas com a sua área. Exemplo disso é a dificuldade de colocação dos estagiários em campos de estágio condizentes com sua formação e propícios ao desenvolvimento desses alunos que estão em importante fase de aprendizado.

Outro aspecto que merece ser assinalado é a intenção anunciada em se realizar substituição de cursos superiores de bacharelado por cursos tecnológicos de curta duração. Fica evidente que, nessa realidade, não tem havido espaço estratégico para os conhecimentos mais complexos e integrais que possibilitam uma análise mais crítica e complexa da realidade, bem como o desenvolvimento de novos aprendizados e a difusão de inovações tecnológicas.

Caso isso se concretize – e observamos ser esta uma tendência –, será aprofundada a posição periférica da região, e as incipientes inovações serão reservadas a poucas empresas, já inclusive consolidadas, que não precisam criá-las, mas importá-las, o que viria a reafirmar a condição de subalternidade do país e da região, no campo da ciência e da tecnologia.

A questão da qualificação profissional fica, a nosso ver, bastante comprometida pela dificuldade que tem sido verificada no sentido de empreender esses processos na região, principalmente em função da baixa escolaridade da população local e da falta de um planejamento por parte do poder público no sentido de oferecer suporte ao desenvolvimento econômico e social que seja partilhado por todos os agentes presentes no Pólo.

Nesse processo, pudemos identificar o papel coadjuvante que o Estado tem assumido. Na experiência estudada, as ações de qualificação profissional têm sido hegemonizadas pelos interesses capitalistas, através de seus aparelhos privados de hegemonia, que atuam no sentido de conformar uma determinada ideia em torno da formação de uma nova cultura do trabalho, pela via da educação, campo estratégico para a formação de consensos.

Em nossa análise sobre esse processo na realidade pesquisada pudemos identificar um discurso que enfoca a importância atribuída ao conhecimento, atribuindo-lhe uma perspectiva salvacionista, como forma de enfrentar o quadro de desemprego estrutural e propiciar a inclusão produtiva, sob quaisquer condições.

Essas ações têm como principal fundamento ideológico a ideia do empreendedorismo, compreendido como sinônimo de liberdade, propriedade e autonomia. No entanto, entendemos esta como uma forma de escamotear a condição de direito ao trabalho protegido. Assim, tenta-se construir o consenso em torno dessa ideia como algo positivo para os trabalhadores.

Esse direcionamento faz parte das estratégias capitalistas para manter sua hegemonia, conformando, a partir de seus aparelhos privados de hegemonia e com o apoio do Estado educador, uma ideologia em consonância com seus interesses.

Esse processo, na particularidade estudada, tem tido o direcionamento privado, principalmente do Sistema S, com destaque para SEBRAE, cuja principal característica é disseminar a ideia do empreendedorismo como horizonte prático e político para a classe trabalhadora, projeto esse que tem a anuência do Estado¹⁰¹.

Evidenciamos na nossa investigação os fundamentos de conformação de uma nova cultura do trabalho, sustentada no ideário de empreendedorismo, terceirização, autonomia, liberdade, inclusão produtiva, que, apesar de todo o discurso que tenta legitimá-los, consistem, na realidade, em alternativas ao contexto de desemprego estrutural que retira de uma grande parcela de trabalhadores a possibilidade de se reproduzir socialmente através da venda de sua força de trabalho ao capital de forma socialmente protegida.

Entendemos esse movimento como uma iniciativa de recomposição do ciclo de reprodução capitalista, que, para alterar suas bases materiais e a forma de

¹⁰¹ Assinalamos como exemplo da atuação do Estado enquanto legitimador desse processo a criação do Programa Empreendedor Individual, forma, a nosso ver, de legitimar os valores capitalistas, que incidem sobre a subjetividade dos trabalhadores, principalmente o empreendedorismo.

gestão da força de trabalho, necessita criar também mecanismos sócio-políticos e culturais compatíveis com essas novas configurações, capazes de promover a adesão e o consentimento dos trabalhadores. Esse reordenamento do capital expressa a tentativa de estabelecimento de um “novo equilíbrio” que visa a retomada dos níveis de crescimentos apresentados no momento posterior ao pós-guerra, que se estendeu até meados dos anos 1960/70, os “anos gloriosos”, e tem como objetivo principal o incremento da produtividade do trabalho.

A reestruturação produtiva e a flexibilização dos processos e condições de trabalho recompôs o sistema produtivo e o mundo do trabalho em escala planetária, tendo guardado particularidades em relação aos países periféricos, como no caso do Brasil, que vivenciou esse processo mantendo sua posição de subalternidade no cenário internacional.

Na realidade objeto de nosso estudo, área periférica do país, as mudanças ocorridas guardam particularidades ainda maiores, dadas as condições históricas de desigualdades regionais, que colocam a região nordeste numa posição marcada pela falta de investimentos públicos que possibilitassem o seu desenvolvimento. Neste sentido, temos observado uma crescente tentativa, mesmo que de forma tímida de enfrentamento a esse quadro, cuja aposta é de criação de políticas públicas que se propõem a reverter esse cenário, evidenciando a necessidade de investimentos no desenvolvimento regional.

A proposta do APL se insere nessa dinâmica, como possibilidade de proporcionar desenvolvimento econômico e social. No entanto, o nosso estudo nos demonstrou que apesar do desenvolvimento econômico presente no APL de Confecções do Agreste, esse modelo não tem sido acompanhado pelo desenvolvimento social na região. Ao contrário: a condição para o desenvolvimento econômico do Pólo tem sido a superexploração da força de trabalho e as relações de trabalho precárias e informais. Por sua vez, as iniciativas sociais estão longe de garantir a reprodução social do trabalhador e da sua família. Exemplo disso é o fato de muitos deles serem usuários de programas assistenciais do governo.

O processo de construção de consensos tem-se concretizado através de diversas formas, sendo a qualificação dos trabalhadores uma das mais estratégicas, pois tem a potencialidade de adequar a força de trabalho em conformidade com as necessidades capitalistas. Por essa via, é conformada uma nova cultura do trabalho,

que repõe o *ethos* do trabalho sob novas bases: flexibilizadas, precárias e destituída de valores coletivos e ético-políticos.

Trata-se, portanto, de uma construção que atualiza as formas de domínio do capital sobre o trabalho e requerem a socialização de novos valores políticos, sociais e éticos e a produção de comportamentos compatíveis com as necessidades de mudança na esfera da produção e na reprodução social (Mota; Amaral, 1998).

A nosso ver, a formação de uma nova cultura do trabalho no APL de Confecções do Agreste pernambucano, através da qualificação profissional, incorpora as necessidades contemporâneas do processo de acumulação capitalista e visa à formação de um trabalhador adaptado a tais necessidades, objetiva e subjetivamente, buscando sua adesão e o seu consentimento às exigências capitalistas.

A estratégia da educação como meio de formação de um trabalhador de novo tipo é apenas uma dentre as várias existentes e segue sendo utilizada enquanto possibilidade concreta de assegurar os parâmetros reprodutivos do sistema, fazendo com que os meios coercitivos sejam relegados a segundo plano, enquanto aqueles surtirem efeito. Assim, espera-se que os indivíduos, partícipes ou não do processo formal de educação, internalizem as pressões globais externas, vendo como inquestionáveis os limites colocados às suas próprias aspirações pessoais, sendo que “Apenas *a mais consciente das ações coletivas* poderá livrá-los dessa grave e paralisante situação” (MÉSZAROS, 2008, p. 45).

Por fim, e sem a pretensão de esgotar as teias que vinculam os processos educacionais e os mecanismos mais gerais de reprodução social sob a égide do capital, concluímos ser impensável uma mudança real naquele sem uma transformação radical da ordem capitalista.

REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. **Capital social e empreendedorismo local**. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20SaritaMLucia.PDF>>. Acesso em 23 abril 2012.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. O apoio às pequenas unidades produtivas no Brasil: alternativa ao desemprego ou (des)construção do trabalho assalariado no Brasil. In: FRANCISCO, Elaine MarlovaVenzon; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de (Orgs). **Trabalho, território e cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina: Práxis, 1999.

_____. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

AMARAL, Angela Santana. **Qualificação dos trabalhadores e estratégia de hegemonia: o embate de projetos classistas**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

ARAÚJO, Carlos A. C. L. **Análise da cadeia têxtil e de confecções do estado de Pernambuco e os impactos nela decorrentes do fim do acordo sobre têxteis e vestuário – ATV.** Recife: UFPE, 2006. 145f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES), Faculdade de Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Banco do Nordeste Vol.30 n.2 abr - jun de 1999. Disponível em:
<http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=143>. Acesso em: 20 dez 2011.

_____. **Nordeste, Nordestes:** Que Nordeste? Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro - Heranças e Urgências. 2000. Disponível em:
<http://pt.scribd.com/doc/73272707/Nordeste-Nordeste-Tania-Bacelar-de-Araujo>. Acesso em: 20 dez 2011.

_____. A segunda onda. **Revista Carta Capital**, São Paulo, 7 dez. 2011.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública:** uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BECATTINI, Giacomo. Os Distritos Industriais na Itália. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexander. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos.** Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1999.

BORGES, Ângela. Mercado de trabalho: maia de uma década de precarização. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho:** terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. 2007. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr/>. Acesso em: 03 mar 2012.

CAMPOS, Ricardo Sapia. A globalização do local: distritos industriais, trabalho e qualificação profissional. In: SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: Sebrae, 2006. p. 11 – 45.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e Superexploração da Força de Trabalho no desenvolvimento periférico. In: MARTINS, C.E. & VALENCIA, A.S. **A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**, Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

CARMONA, Rodrigo. Dinâmicas territoriais, políticas públicas e novos sistemas de governança nos Distritos Industriais Italianos (DIIs). In: SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: Sebrae, 2006. p. 11 – 45.

CARVALHO, Cícero Pércles de Oliveira. **Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008)**. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211223330-.pdf>. Acesso em: 20 dez 2011.

CASSIOLATO, LASTRES, SZAPIRO. **Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHRISTOPHE, Micheline. **A legislação sobre a Educação Tecnológica, no quadro da Educação Profissional brasileira**. Disponível em: [http://www.iets.org.br/biblioteca/ A legislacao sobre a educacao tecnologica.pdf](http://www.iets.org.br/biblioteca/A_legislacao_sobre_a_educacao_tecnologica.pdf). Acesso em: 28.02.2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. IN: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

D' ARAÚJO, Maria Celina. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.

DEDECCA, Cláudio Salvadori; BALTAR, Paulo Eduardo de A. Mercado de Trabalho nos anos 90. IN: **Estudos Econômicos**, V. 27, Número Especial. São Paulo, 1997.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Receita aciona MPF para garantir devolução de lixo hospitalar aos Estados Unidos. **Diário de Pernambuco**. Recife 14 out. 2011.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2006.

DRUCK, Graça. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. IN: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

FONTES, Virginia. Capital-imperialismo brasileiro – controvérsias e novos dilemas: Ruy Mauro Marini: Tributo e polêmica. IN: _____. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Anos 1980 e 1990: a relação entre o estrutural e o conjuntural e as políticas de educação tecnológica e profissional. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

_____. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do Século XXI. **Revista Brasileira de Educação v. 16** n. 46 jan.|abr. 2011 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13.pdf>. Acesso em: 03 mar 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Revista Educação Social**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 03 mar 2012.

FUNDAJ. **Produção Domiciliar de Artigos de Vestuário e Condições de Trabalho**: um estudo sobre Toritama-PE. Banco de dados de Pesquisa, 2008.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da proposta integradora. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GOMES, Darcilene; CAMPOS, Luís Henrique. Produção domiciliar de artigos de vestuário e condições de trabalho: um estudo sobre Toritama-PE. IN: **XI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho**. Disponível em: <starline.dnsalias.com:8080/abet/arquivos/25_6_2009_10_26_52.doc>. Acesso em 17 maio 2009.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. IN: _____. **Cadernos do Cárcere, vol. 4**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1978.

GUIMARÃES, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. **Revista Estudos Avançados** 11 (29), 1997. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a03.pdf>. Acesso em 03 fev 2012.

HADDAD, Paulo Roberto. Clusters e desenvolvimento regional no Brasil. **Revista Brasileira de Competitividade**. Ano 1, nº 2, agosto/novembro 2001. Disponível em:
http://www.fiepr.org.br/adr/uploadAddress/Artigo_Clusters%20e%20Desenvolvimento%20Regional%20no%20Brasil.pdf. Acesso em 03 fev 2012.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Da dualidade assumida à dualidade negada**: O discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2428100.pdf>. Acesso em 18 jan 2012.

LACERDA, Angela. **Na capital do jeans, desemprego zero**. Disponível em:
<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,na-capital-do-jeans-desemprego-zero,47206,0.htm>. Acesso em: 16 jan 2010.

LASTRES, Helena Maria Martins; FERRAZ, João Carlos. Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: LASTRES, Helena Maria Martins; ALBAGLI, Sarita (Orgs). **Informação e Globalização na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LEHER, Roberto. PAC, Educação e Heteronomia Cultural. In: **Revista de Políticas Públicas**. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão, v. 11, n. 1, janeiro/junho, 2007. São Luiz: Programa de Políticas Públicas, 2007.

LIMA, Domingos. Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: desescolarização e empresariamento da educação profissional. In: **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v.20, n.02, p.269-301, jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/pdf_v20_n2/artigo_impactos.pdf Acesso em: 28.02.2008.

LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. Pressupostos, princípios e estratégias. In: WANDERLEY NEVES, Lúcia Maria (Org). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

MARANHÃO, Cézar Henrique. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. IN: BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (Orgs). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1: O processo de produção do capital, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1: O processo de produção do capital, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. IN: MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana; PERUZZO, Juliane Feix. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

MOTA, Ana Elizabete; SILVA, Maria das Graças. A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. IN. **Revista Praia Vermelha**, v. 19, nº 2, jul-dez 2009. Rio de Janeiro, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Escola de Saúde Joaquim Venâncio / Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Ramon de. **A (des)qualificação da educação profissional brasileira**. Coleção questões da nossa época ;v.101. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. IN: _____; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO – PNQ 2003-2007. Brasília, MTE 2003.
Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acessado em: 09 Mar. 2007.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização:** a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Nordeste recebe metade dos benefícios do Bolsa Família em dezembro. **Estadão.** São Paulo, 10 jan. 2012. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,nordeste-recebe-metade-dos-beneficios-do-bolsa-familia-em-dezembro,98919,0.htm>. Acesso em: 20 jun. 2012.

PORTER, Michel. **A vantagem competitiva das nações.** Rio de Janeiro: Campus, 1993.

REDESIST. **Arranjos Produtivos Locais no Estado de Pernambuco: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio. Nota Técnica 02.** In: Projeto - Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste. Pernambuco. Disponível em <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>> . Acesso em: 15 mar 2012.

RODRIGUES, Haidée de Caez Pedroso. Trabalho e assistência social: bolsa família e reprodução da força de trabalho no município de Toritama – PE. In: Mota, Ana Elizabete (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** Análise do projeto do Mec. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>
Acesso em: 03 mar 2012.

SEBRAE. **Empreendedor Individual 2011.** Coleção estudos e pesquisas.
Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/FFA96CD1D2798CC4832579100043A8FE/\\$File/NT000463DA.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/FFA96CD1D2798CC4832579100043A8FE/$File/NT000463DA.pdf). Acesso em: 23 abril 2012.

SEBRAE. **Economia Informal Urbana**. Observatório SEBRAE, jul de 2005.
Disponível em: http://www.mte.gov.br/pnmpo/economia_ilnformal_urbana.pdf.
Acesso em 23 abril 2012.

SENGENGERGER, Werner; PIKE, Frank. Distritos Industriais e recuperação econômica local: questões de pesquisa e de política. . In: URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez (Org). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. (p. 101 – 146).

SILVA, Sandra Regina Paz da. **A “nova” política pública de qualificação profissional no Brasil: Contribuições para uma análise crítica do PLANFOR e do PNQ**. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, Carlos Freire da. Terceirização e trabalho informal: o caso da indústria de confecção. IN: DAU, Denise Motta; RODRIGUES, Iram Jácome; CONCEIÇÃO, Jefferson José (Orgs.). **Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização do debate e perspectivas)**. São Paulo: Annablumante; CUT, 2009.

SOUZA, José dos Santos. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. IN: _____ (Org.). **Trabalho, qualificação e políticas públicas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

SOUZA, Viviane da Silva. **Trabalho e Proteção Social na Experiência do Polo de Confecção de Pernambuco: os fios dessa relação**. Recife: UFPE, 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios invisíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. O trabalho informal e suas funções sociais. In: **Revista Praia Vermelha**, v. 20, nº 1, jan-jun 2010. Rio de Janeiro, 2010.

THÉBAUD-MONY, Annie; Graça, DRUCK. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

UDERMAN, Simone. O Estado e a Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, nº 2, abr-jun 2008. Disponível em:

http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1081

URANI, André; COCCO, Giuseppe; SILVA, Mirela Carvalho Pereira da. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez (Org). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. (p. 13 – 32).

VASAPOLLO, Luciano. **Novos desequilíbrios capitalistas: paradoxos do capital e competição global**. Londrina: Praxis, 2004.

WANDERLEY NEVES, Lúcia Maria (Org). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

Sites consultados:

www.dieese.org.br

www.stqe.pe.gov.br

<http://www.sebraemais.com.br>

www.ibge.gov.br

www.sebrae.com.br

www.redesist.ie.ufrj.br

www.senai.br

www.mdic.gov.br

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INSTITUIÇÕES ARTICULADORAS

Nome: _____
Idade: _____ Cidade onde nasceu: _____ Cidade onde reside: _____

1. Qual a missão institucional?

2. Quais os objetivos institucionais?

3. Quais os princípios norteadores da instituição?

4. Na sua opinião, qual o perfil de trabalhador que o polo necessita?

5. E quais os valores, as ideias que devem estar presentes no processo de qualificação para formar estes trabalhadores e para prepara-los para enfrentar os desafios da economia da região?

6. Quando a instituição identifica necessidades de qualificação do trabalhador, a quem encaminha? Faz isso de modo formal ou informal?

7. A própria instituição realiza cursos de qualificação? Por conta própria ou em parceria? Se realiza em parceria, com qual/quais instituições?

8. Quem é o público desta qualificação? Quais as maiores dificuldades de lidar com este público? E as facilidades?

9. Na sua opinião, o poder público local está preparado para lidar com a necessidade de qualificação dos trabalhadores do APL? De que forma?

10. Quais os principais projetos/cursos em que identifica um compromisso do poder público com o desafio de ampliar as competências necessárias para o desenvolvimento do APL?

11. E em relação ao setor privado, considera que vem trabalhando no sentido de responder às necessidades de formação de mão de obra do APL? De que forma?

12. Como a instituição avalia a importância da qualificação profissional para o desenvolvimento do polo de confecções? E para os trabalhadores?

13. Avalia que as instituições de formação da região têm respondido ao empresariado local no sentido de formar competências e habilidades para as necessidades do mercado de trabalho?

14. A qualificação profissional tem tido maior foco no trabalho autônomo ou na relação de trabalho assalariada?

15. Existe algum estímulo para que os alunos abram seus próprios negócios?

16. Consegue identificar se os trabalhadores que têm seu próprio negócio ou trabalham em seu próprio domicílio tem buscado cursos de qualificação profissional?

17. E os trabalhadores das empresas, há algum incentivo por parte das mesmas para que seus funcionários se qualifiquem?

18. Na sua opinião, quais os maiores desafios que são colocados para os agentes públicos e privados da região, tendo em vista o desenvolvimento do Polo e as novas necessidades que vem sendo vislumbradas, a exemplo dos processos de inovação tecnológica, de aperfeiçoamento dos produtos, das articulações em torno da ampliação dos negócios (rodada de negócios, feira da moda)? E as maiores dificuldades para consolidar esse processo?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS

Nome: _____
Idade: _____ **Cidade onde nasceu:** _____ **Cidade onde reside:** _____

1. Qual a missão institucional?

2. Quais os objetivos institucionais?

3. Quais os princípios norteadores da instituição?

Quais os cursos oferecidos?

4. Quais os conteúdos programáticos dos cursos?

5. Qual a ênfase dos conteúdos do curso?

6. Quais as ementas dos cursos?

7. Qual a carga horária dos cursos e dos conteúdos?

8. Como se dá, na prática, a relação da instituição com o poder local? São realizadas parcerias? São desenvolvidos projetos comuns? Existem esforços comuns para profissionalizar a população da região?

9. E com outras instituições, são realizadas parcerias? Quais?

10. Qual o perfil de trabalhador que se deseja formar para a região? O que as empresas/instituições estão requerendo em termos de perfil do trabalhador?

11. E qual o perfil que esta Instituição deseja formar para a região dos APL?

12. Quais os cursos de maior procura? Quais as áreas mais demandadas?

13. Qual a origem do público da Universidade/ Faculdade? Que público é este em termos de cidades de origem, nível de renda? Quais as maiores dificuldades de lidar com este público? E as facilidades?

14. É oferecida alguma profissionalização diferenciada para as empresas que utilizam tecnologias mais avançadas?

15. Existe algum estímulo para que os alunos abram seus próprios negócios?

16. Quantas turmas já foram formadas? Há pesquisas, estudos, levantamentos de egressos que permitam identificar se os alunos conseguiram se inserir no mercado de trabalho da região?

17. Como a instituição avalia a importância da qualificação profissional para o desenvolvimento local do polo de confecções? E para os participantes dos cursos?

18. Como se estrutura a política de estágio na instituição? Há uma coordenação de estágio? Um acompanhamento dos alunos? Como ele é realizado?

19. Existem dificuldades no processo de engajamento dos alunos nas instituições receptoras de estágio? Quais?

20. Há um direcionamento dos alunos para o mercado de trabalho? Se sim, como ele é realizado?

21. Qual a avaliação que a instituição tem sobre a inserção dos alunos no mercado de trabalho? Avalia que a instituição tem respondido aos seus demandantes no sentido de lhes oferecer capacidades para formar competências e habilidades para as necessidades do mercado de trabalho?

22. Existem outros projetos institucionais pensados para profissionalizar os trabalhadores diante do desenvolvimento do Polo e das novas necessidades que vem sendo vislumbradas, a exemplo dos processos de inovação tecnológica, a rodada de negócios na região?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INSTITUIÇÕES DO SISTEMA S

Nome: _____
Idade: _____ **Cidade onde nasceu:** _____ **Cidade onde reside:** _____

1. Qual a missão institucional?

2. Quais os objetivos institucionais?

3. Quais os princípios norteadores da instituição?

4. Como as diretrizes gerais da instituição são concretizadas nessa Unidade? Há alguma adaptação/adequação entre essas diretrizes gerais que orientam os projetos nacionais e as especificidades do Arranjo Produtivo Local de Confecções?

5. Quais as modalidades de cursos oferecidos e quais os de maior procura?

6. Como são definidas/escolhidas as modalidades dos cursos que serão ofertados? Há um plano de qualificação específico para o APL? Quem define?

7. Quais as áreas mais demandadas para os cursos? De onde provêm as maiores demandas? Através de quem chegam?

8. Avalia que a instituição tem respondido aos seus demandantes no sentido de lhes oferecer capacidades para formar competências e habilidades para as necessidades do mercado de trabalho local?

9. Qual o valor médio dos cursos?

10. Qual a carga horária média dos cursos?

11. Quais as ementas e os conteúdos programáticos dos cursos?

12. Qual o público alvo dos cursos? Que público de qualificação está nas agências? Quais as maiores dificuldades de lidar com este público? E as facilidades?

13. O que as empresas estão requerendo em termos de perfil do trabalhador? E qual o perfil que esta Instituição deseja formar para a região dos APLs?

14. É oferecida alguma profissionalização diferenciada para as empresas que utilizam tecnologias mais avançadas?

15. Quais as competências/ habilidades mais exigidas, hoje, para atender ao desenvolvimento do APL e quais as mais trabalhadas pela instituição?

16. De que modo a cultura local e a cultura política da região tem interferido nos processos de formação profissional da região?

17. Como se dá, na prática, a relação da instituição com o poder local? Que parcerias são realizadas? Que projetos comuns são desenvolvidos? Que esforços comuns têm sido feitos para profissionalizar a população da região?

18. Como a instituição avalia a importância da qualificação profissional para o desenvolvimento local do polo de confecções? E para os trabalhadores?

19. Como se dá a política de estágio na instituição?

20. Há um direcionamento dos alunos para o mercado de trabalho? Se sim, como ele é realizado?

21. Como a instituição avalia a inserção dos alunos no mercado de trabalho?

22. Há cursos em que há uma maior necessidade de difundir alguns elementos relacionados ao empreendedorismo e à autonomia dos trabalhadores?

23. Existem outros projetos institucionais pensados para profissionalizar os trabalhadores diante do desenvolvimento do Polo e das novas necessidades que vem sendo vislumbradas, a exemplo dos processos de inovação tecnológica, a rodada de negócios na região?

24. São realizadas parcerias com outras instituições? Quais?

25. Os cursos são mais voltados para preparação para o mercado de trabalho nas empresas ou para incentivar a abertura de negócios próprios?

26. A qualificação profissional tem tido maior foco no trabalho autônomo ou na relação de trabalho assalariada? Existem estudos, levantamentos, informações que mostram o destino dos egressos?

27. Existe algum estudo sobre o quantitativo de pequenas ou micro empresas abertas após a realização dos cursos ofertados? Existe algum acompanhamento/ apoio da instituição a esses novos empreendimentos?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TRABALHADORES

Nome: _____
Idade: _____ **Cidade onde nasceu:** _____ **Cidade onde reside:** _____

1. Caracterizar o vínculo de emprego: [] conta própria [] terceirizada [] dona do próprio negócio [] trabalho por tempo determinado
2. Quantas horas trabalha por dia? _____
3. Quais as vantagens de trabalhar em casa?

4. Quais as desvantagens de trabalhar em casa?

5. Já trabalhou com carteira assinada? Voltaria a trabalhar? Por quê?

6. Alguém lhe indicou esta atividade? Quem?

7. Fez algum treinamento ou curso para desenvolver sua atividade? Onde aprendeu?

8. Como se deu sua experiência de trabalho até chegar na costura? Acha que as condições de vida pioraram ou melhoraram? E as condições de trabalho? Melhoraram ou pioraram?

9. Como se dá o controle do seu trabalho?

10. Como utiliza o tempo livre? O que gosta de fazer no tempo livre?

11. Tem alguma dificuldade no seu ambiente de trabalho? Como enfrenta estas dificuldades ?

12. De que maneira se manifesta para discutir as condições de trabalho? Há espaços e possibilidades para fazer essa discussão?

13. Sabe da existência de alguma organização de trabalhadores ? Participa? Por que não?

14. Quando necessita, como acessa os serviços de saúde, educação, previdência...?

15. Recebe algum benefício no seu trabalho: férias, décimo-terceiro,, aposentadoria, pensão, bolsa família?

16. Consegue fazer planos de longo prazo com os rendimentos do seu trabalho?
